



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA

**SILÊNCIOS E MEMÓRIAS: A IDEALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB (1965-1970)**

João Pessoa-PB
2023

KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA

**SILÊNCIOS E MEMÓRIAS: A IDEALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB (1965-1970)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado.

**João Pessoa-PB
2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725s Sousa, Kássia Rejane Pereira de.
Silêncios e memórias : a idealização e implantação
do ensino superior na cidade de Cajazeiras-PB
(1965-1970) / Kássia Rejane Pereira de Sousa. - João
Pessoa, 2023.
220 f.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Ensino Superior. 2. Memória. 3. FAFIC. I.
Machado, Charliton José dos Santos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)

KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA

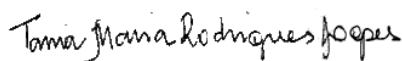
**SILÊNCIOS E MEMÓRIAS: A IDEALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB (1965-1970)**

Aprovado em: 29/11/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Charlton José dos Santos Machado
PPGE/UFPB - Orientador



Prof. Dr. Tania Maria Rodrigues Lopes
UECE – Externo



Profa. Maria Elizete Guimarães Carvalho
PPGE/UFPB – Interno



Prof. Francisco Ari de Andrade
UFC – Suplente Externo



Prof. Severino Bezerra da Silva
PPGE/UFPB - Suplente Interno

Agradecimentos

A Deus, por seu cuidado e providência em cada passo.

A minha família, sobretudo a meu esposo João Paulo, meus pais e meus sogros, pelo apoio, paciência, suporte e por todo incentivo nos momentos mais difíceis.

Ao Professor Charliton, pelas orientações, pela compreensão, amizade e auxílio em todas as etapas deste percurso, e que fizeram toda diferença.

Às professoras Elizete e Tânia pelas valiosas contribuições dadas desde a qualificação desta pesquisa.

À Faculdade Católica da Paraíba, por abrir as portas para a realização desta pesquisa.

Aos entrevistados, o padre Gervásio, o padre Antônio Luiz, ao professor e amigo Chagas Amaro, à professora Iêda e ao professor Antônio Quirino, pelo tempo dedicado nas longas e agradáveis conversas.

À Fátima Bezerra que me acompanhou na visita aos arquivos, auxiliando na busca por documentos valiosos outrora esquecidos e desconhecidos.

E a tantos amigos que não caberia enumerar, mas que de alguma forma ajudaram, incentivaram, apoiaram, acreditaram e tornaram os dias mais leves nas diversas etapas desta pesquisa.

Todo sistema é furado.
(Mons. Gervásio Fernandes de Queiroga)

RESUMO

Esta proposta de pesquisa, inserida na Linha História da Educação, objetiva investigar o processo de idealização e implantação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras-PB, no contexto político do Regime Militar no Brasil, desvelando os anos de silêncio, de 1965 a 1970, período em que a instituição recém-criada permaneceu no campo da idealização, até seu efetivo funcionamento. Essas questões serão tratadas teórica e metodologicamente pelos objetivos: (i) conhecer as memórias dos sujeitos e das relações constituídas no processo de criação e implantação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras; ii) analisar a forma como a instituição foi idealizada; iii) compreender como as relações pessoais e de poder foram tecidas no silêncio destes anos, entre posições e oposições políticas e ideológicas, sendo estas fundamentais para que a instituição começasse a funcionar. O desenvolvimento da investigação e análise das informações observou as premissas do método qualitativo, adotando-se o tipo de análise descritiva, por meio da relação constituída entre a Nova História Cultural e a História do Tempo presente, tendo como principais referenciais teóricos Benjamin (1987), Bosi (1994), Chartier (1988), Foucault (1987), Le Goff (1990); Pesavento (2007), Pollak, (1989) e Ricoeur (2007), utilizando-se como principal recurso metodológico o procedimento técnico da aplicação da história oral, apoiado na análise documental, com base em Alberti (2004), Ferreira e Amado (1996) e Thompson (1992).

Palavras-Chave: Ensino Superior. FAFIC. Relações de Poder. Memórias.

ABSTRACT

This research proposal, part of the History of Education strand, aims to investigate the process of idealization and implementation of Higher Education in the city of Cajazeiras-PB, in the political context of the Military Regime in Brazil, unveiling the years of silence, from 1965 to 1970, a period in which the newly created institution remained in the field of idealization, until its effective operation. These issues will be addressed theoretically and methodologically through the following objectives: (i) to learn about the memories of the subjects and the relationships formed in the process of creating and implementing higher education in the city of Cajazeiras; (ii) to analyze how the institution was idealized; (iii) to understand how personal and power relationships were woven into the silence of these years, between political and ideological positions and oppositions, which were fundamental for the institution to begin operating. The development of the investigation and analysis of the information observed the premises of the qualitative method, adopting the type of descriptive analysis, through the relationship constituted between the New Cultural History and the History of the Present Time, with Benjamin (1987) as the main theoretical references, Bosi (1994), Chartier (1988), Foucault (1987), Pesavento (2007), Pollak (1989) and Ricoeur (2007), using the technical procedure of oral history as the main methodological resource, supported by documentary analysis, based on Alberti (2004), Ferreira and Amado (1996) and Thompson (1992).

Keywords: Higher Education. FAFIC. Power Relations. Memories.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Produções Acadêmicas sobre a implantação do Ensino Superior Privado no Período Militar Brasileiro.....	22
Quadro 2 –	Fontes documentais analisadas.....	25
Quadro 3 –	Fontes orais contatadas e/ou entrevistadas sobre FAFIC.....	49
Quadro 4 –	Quantitativo de alunos matriculados nos cursos da FAFIC no ano de 1970.....	68

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 –	Colação de Grau da FAFIC realizada no dia 11/12/1976.....	68
Fotografia 2 –	Dom Zacarias Rolim de Moura, bispo de Cajazeiras de 1953 a 1990.....	69
Fotografia 3 –	Cônego Luiz Gualberto de Andrade em 1970.....	114
Fotografia 4 –	Antigo prédio da Ação Católica sendo reformado para a FAFIC.....	118
Fotografia 5 –	Composição da Mesa de Honra da Colação de Grau de 1975	131

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 –	Esboço da relação familiar entre Dom Zacarias e Padre Rolim.....	69
Figura 2 –	Currículo da Licenciatura Curta em Estudos Sociais.....	75
Figura 3 –	Resolução Nº 01/78, de 19/12/1978, publicada no DOU em 10/11/1978.....	94
Figura 4 –	Pedidos de Bolsas integrais deferidos, feitos por irmãos do prefeito	96
Figura 5 –	Pedidos de Bolsas integrais deferidos, feitos por irmãos do prefeito	96
Figura 6 –	Pedido de bolsa feito pelo Bispo Diocesano do Crato Dom Vicente de Paulo Araújo Matos (1961-1992) para a professora Maria Celia Holanda.....	97
Figura 7 –	Pedido de bolsa feito por Floripes Pinto Bastos, amigo do Pe. Gualberto, para Rita Artur.....	98
Figura 8 –	Pedido de bolsa feito por Edme Tavares para Sônia Maria Gonçalves.....	98
Figura 9 –	Relação de Alunos Bolsistas em 1974.....	99
Figura 10 –	Correspondência do Deputado Federal Wilson Braga ao Padre Gualberto sobre Bolsas concedidas através do MEC....	100
Figura 11 –	Lei Municipal Nº 563, de 21 de novembro de 1973.....	101
Figura 12 –	Convênio Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cajazeiras e a FESC, no ano de 1973.....	102
Figura 13 –	Correspondência de Dom Zacarias ao professor Afonso Pereira.....	105
Figura 14 –	Correspondência do Professor Afonso Pereira para Dom Zacarias.....	106
Figura 15 –	Telegramas remetidos à FAFIC.....	132
Figura 16 –	Convite da Turma Concluinte de 1975 indicando seus Patronos.....	133
Figura 17 –	Sugestões de Dom José Maria Pires a respeito da criação da Faculdade.....	147

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ACB – Ação Católica Brasileira
AI – Ato Institucional
AID - Agency International Development
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
AUC – Associação Universitária de Cajazeiras
CADES - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDPR – Colégio Diocesano Padre Rolim
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CFE – Conselho Federal de Educação
CFP – Centro de Formação de Professores
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DAU - Departamento de Assuntos Universitários
DOU – Diário Oficial da União
DSI – Doutrina Social da Igreja
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
EMC – Educação Moral e Cívica
EPB – Estudos dos Problemas Brasileiros
ESG – Escola Superior de Guerra
FAFIC – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras
FESC – Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras
GTRU – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IES – Instituição de Ensino Superior
IHC – Instituto Histórico de Cajazeiras
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OSP – Organização Social e Política do Brasil
PICD – Programa Institucional de Capacitação Docente
SNI – Serviço Nacional de Informação
TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UNE – União Nacional dos Estudantes

UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa

USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
REFLEXÕES SOBRE UM CAMINHO	14
1.1 Primeiros passos	14
1.2 Olhares sobre uma história educacional	33
1.3 As velhas lembranças e a perspectiva da história oral	40
1.4 Educação, disciplina e civilidade: um instrumento ideológico de poder	50
CAPÍTULO 2	
DO PAPEL À PRÁTICA: A IDEALIZAÇÃO DE UMA FACULDADE PARA CAJAZEIRAS	60
2.1 Uma faculdade para a formação de professores(as)	60
2.2 Das elites ao povo: a descentralização de um privilégio?	85
2.3 Um projeto desacreditado: cinco anos de silêncio	103
CAPÍTULO 3	
RELAÇÕES DE PODER E MEMÓRIAS	113
3.1 A criação da Faculdade de Filosofia de Cajazeiras em face à Reforma Universitária	113
3.2 Igreja, educação e política: as memórias através do tempo	124
3.3 As relações pessoais e ideológicas: posições e oposições	137
4. ÚLTIMAS PALAVRAS	154
4.1 Um breve desfecho	158
4.2 Um fato retirado do silêncio	160
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICES	171
ANEXOS	185

CAPÍTULO 1

REFLEXÕES SOBRE UM CAMINHO

1.1 Primeiros passos

Haveria, portanto, para o velho uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem (Bosi, 1994, p. 63).

Preservar a memória, com toda sua subjetividade, limitações e significados, não é uma tarefa fácil, nem mesmo totalmente possível. A depender das memórias selecionadas individualmente, dos esquecimentos, das diferentes visões e lugares ocupados, dos interesses pessoais envolvidos... cada indivíduo preserva e, ao mesmo tempo, transforma a memória de um modo particular, muitas vezes trazendo memórias e versões diferentes de uma mesma história. Assim poderíamos afirmar que a memória está em constante transformação como resultado das diferentes vivências e subjetividades dos sujeitos.

Bosi (1994) coloca em questão que a função social exercida durante a vida ocupa parte significativa da memória das pessoas idosas, significando que eles têm uma nova função social: lembrar e contar para as novas gerações a sua história, de maneira que na terceira idade, as pessoas tornam-se a memória da sociedade e assumem a “responsabilidade” de não deixar que estas memórias sejam esquecidas ou perdidas com o tempo.

Segundo Le Goff (2013), a memória contribui para que o passado não seja totalmente esquecido e a história se eternize na consciência humana, ainda que sob multifacetadas perspectivas e versões. Dessa forma, o não tão simples ato de lembrar, possibilita a conservação de experiências e informações de um passado vivenciado, e carrega em si o modo como cada indivíduo olha para trás e enxerga sua própria vida, suas experiências, suas contribuições mais significativas. E cada indivíduo possui experiências e subjetividades distintas.

Desse modo, as lembranças se tornam fundamentais na reconstituição da memória ao contribuir para recompor fatos históricos, considerando ressignificações individuais, evitando uma das maiores perdas para uma sociedade: a perda da memória, principalmente quando se refere a um lugar tido por sua falta de memória

histórica, onde o progresso, em seu avanço, provoca o esquecimento do passado e das memórias (Benjamim, 2012), e os historiadores precisam se embrenhar por caminhos desconstruídos e dispersos, para recuperar algo do seu passado, a fim de que este não seja completamente esquecido.

Este é o caso da cidade de Cajazeiras, localizada no Alto Sertão paraibano: uma cidade de grande riqueza histórica, mas de pouca memória, sendo esta o recorte geográfico articulado ao desenvolvimento da presente pesquisa.

De acordo com Leitão (2000), a história de Cajazeiras se inicia ainda no século XVIII, no ano de 1767, quando parte das terras localizadas às margens da Lagoa de São Francisco foram doadas ao pernambucano Luiz Gomes de Albuquerque, que mais tarde fundou a Fazenda Cajazeiras.

A fazenda foi doada pelo seu fundador a uma de suas filhas, Ana Francisca de Albuquerque, após o seu casamento com Vital de Souza Rolim. O local tornou-se uma grande fazenda de gado, e em 1804 foi construída *A Casa Grande* e o Açude Grande, responsável por abastecer a população local e subsidiar a criação de animais. Dessa união, nasceu Inácio de Sousa Rolim, em 22 de agosto de 1800, fundador da cidade de Cajazeiras.

Cajazeiras tornou-se um distrito pertencente ao município de Sousa em 29 de agosto de 1859, por meio da lei provincial nº 5. Em 23 de novembro de 1863, com a lei provincial nº 92, sancionada pelo governador Francisco de Araújo Lima, foi elevada à categoria de vila e desmembrada de Sousa, tornando-se um novo município da província da Paraíba do Norte. Em 20 de junho de 1864, ocorreu a instalação do governo municipal que foi assumido pelo vereador e presidente da Câmara, o sacerdote e vigário paroquial José Tomaz de Albuquerque, até que em 10 de julho de 1876, por meio da lei provincial nº 616, a vila foi elevada à categoria de cidade, assumindo ao longo dos anos significativa importância dentro do estado da Paraíba, sobretudo no campo educacional, via pela qual a cidade se desenvolveu.

Mesmo com toda a importância histórica adquirida pela cidade não apenas por seu pioneirismo e contribuição para o desenvolvimento educacional da região, mas também pelo protagonismo político exercido por muitos anos, pouco se preserva sobre sua memória, como exemplo, podemos citar o patrimônio histórico arquitetônico da cidade, uma de suas relíquias preciosas para compreender a dinâmica política, histórica, social e econômica daquele período.

Segundo Rolim (2010), apenas em 2004, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) delimitou o Centro Histórico de Cajazeiras, homologado pelo decreto estadual 25.140, de 28 de junho de 2004, no qual foram tombados “alguns monumentos isolados, considerados pelo referido documento e pelo Instituto, como de importante valor para a memória e a história locais” (ROLIM, 2010, p. 90).

Ainda assim, grande parte destes monumentos já havia passado por reformas, as quais modificaram completamente a estrutura original da construção. Outros, são construções mais recentes, em parte datada da década de 1950, que tomaram o lugar de outras edificações mais antigas e de maior importância histórica na cidade.

Como exemplos poderíamos citar a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima¹, originalmente erguida em 1834 e completamente reconstruída na década de 1950, o Cajazeiras Tênis Clube² erguido sobre a antiga casa do Padre Rolim, o próprio Colégio Diocesano construído no ano de 1934 sobre a antiga Casa da Caridade de Padre Ibiapina, entre tantos outros exemplos que, se aqui enumerados, correríamos o risco de nos desviar do foco principal desta pesquisa. Essas ações humanas foram justificadas em nome da modernização da cidade.

No espaço delimitado como o centro histórico de Cajazeiras, é comum ver construções abandonadas e em estado de deterioração, outras em que apenas a fachada externa é tombada, abrigando no interior modernos prédios comerciais, e

¹ A Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima, foi originalmente a primeira capela da cidade de Cajazeiras, erguida por Mãe Aninha em 1834, e tinha como padroeira Nossa Senhora da Piedade. Com a criação da Diocese em 1914, subiu ao posto de Catedral, até 1957 quando foi inaugurada a nova Catedral da cidade. A partir de então a igreja tornou-se paróquia de Nossa Senhora de Fátima. Ao longo de sua trajetória, a igreja passou por várias reformas que, mudaram e descaracterizaram completamente a sua estrutura e o seu aspecto original. Segundo consta na memória dos cajazeirenses, é também nessa igreja que se encontra sepultado os restos mortais do fundador da cidade, o Padre Rolim, no entanto, estas reformas impossibilitaram a localização do seu túmulo, não se sabendo ao certo em que parte da igreja ele está sepultado.

² O Cajazeiras Tênis Clube foi construído em 1954 no local onde existia a antiga casa da fazenda da família do Padre Rolim. A demolição da casa foi motivo de protestos por parte da população local e da igreja. Nas palavras do então prefeito Francisco Matias Rolim: “não fosse a vontade e o capricho de um grupo de teimosos da elite, a unanimidade dos cidadãos de Cajazeiras se manifestaria contra a demolição. Lamentavelmente, porém, o progresso venceu a tradição” (Duarte, 1988, p. 98), tendo sido este um de seus arrependimentos. Ao longo das décadas de 1970 e 1980 o referido clube foi palco de muitos eventos sociais para a elite cajazeirense como os carnavais, os tradicionais concursos de beleza, o baile de branco e o baile de debutantes, no qual eram apresentadas as futuras “damas” da sociedade, evento bastante disputado pelas moças das famílias mais ricas e tradicionais de cajazeiras. Atualmente se encontra em decadência e deterioração (Rolim, 2010, p. 91).

ainda, embates jurídicos de proprietários que reivindicam o direito de reforma e até mesmo de demolição destes prédios, além da falta de recursos para a preservação dos imóveis.

Dentre os esforços para recuperar e reestruturar, de algum modo, a memória da cidade, destacam-se, além das tentativas de se criar o museu da cidade, projeto ainda não concretizado, a criação do Memorial da Diocese de Cajazeiras³ em 2014, fechado no ano de 2017, e a criação do Instituto Histórico de Cajazeiras – IHC em 2010, para a sistematização, guarda e disponibilização de documentos referentes à memória e à história da cidade, também fechado nos dias atuais⁴.

Por fim, como nos lembra Ceballos (2011, p. 4), “[...] considerada uma das principais cidades do estado, Cajazeiras ainda carece de produções acadêmicas sobre sua história, seus personagens, sua memória”, considerando o fato de que as produções acerca de sua memória são, em sua maioria, obras memorialistas partindo da perspectiva dos vencedores. Isso nos ajuda a refletir sobre a necessidade de reconstituir aspectos da história local, mergulhadas no silêncio e no esquecimento.

Motivada pelo desconforto e preocupação causados pelas memórias que se perdem em meio a silêncios e esquecimentos, refletindo um pouco sobre a escolha do objeto e da metodologia principal, proposta para esta pesquisa, encontro em minha infância os motivos que me fizeram enveredar pelos caminhos complexos da história oral. Permitam-me compartilhá-los brevemente...

Na infância costumava passar os domingos na casa do meu avô Pedro, na zona rural de Cajazeiras. Lembro que por volta dos meus 8 anos de idade, na década de 1990, vovô expressou o desejo de escrever um livro com as memórias de sua vida e nelas retratar as histórias do lugar. Como já estava em idade avançada e com sua saúde debilitada, pedia constantemente aos filhos e netos mais velhos, que lhe dedicassem um tempo, para ouvir e escrever suas memórias.

³ O Memorial da Diocese de Cajazeiras foi criado por ocasião da celebração do Centenário da Diocese. Entre os objetos que estavam em exposição, havia alguns poucos itens que restaram pertencentes ao Padre Rolim, e outros referentes ao período de criação e anos iniciais da Diocese. Com o fechamento do memorial, os objetos que estavam em exposição foram recolhidos na Cúria Diocesana onde permanecem sem acesso ao público.

⁴ Ao procurarmos o IHC para realizarmos consulta de seu acervo para a presente pesquisa, tivemos a informação de que se encontrava sem funcionamento. Parte do acervo foi levado para a Secretaria de Cultura do Município, onde também funcionam a Academia Cajazeirense de Letras e o acervo do governo de Ivan Bichara e do ex-prefeito Francisco Matias Rolim (Chico Rolim), no entanto, também sem uma sistematização para o acesso e pesquisa.

No entanto, naquele período todos ocupados em suas muitas responsabilidades e afazeres, de certa maneira, desinteressados na enfadonha e longa tarefa de ouvir e registrar as histórias de um senhor idoso, que parecia se perder nos devaneios da nostalgia, não encontravam ou não se interessavam em programar um tempo para atender a tal pedido. Ao contrário, embora envolvida com as demandas e prioridades da infância, sentia grande curiosidade em ouvir as histórias, mas a minha pouca idade e, claro, a incapacidade de realizar tal tarefa, me deixavam à margem da possibilidade de ser uma dessas ouvintes.

Após muita insistência por parte de meu avô e de resistência por parte dos demais, ainda que comovidos pelos constantes pedidos, mas impedidos por tantas outras demandas pessoais, algumas de suas memórias foram registradas por uma de suas netas, que assumiu este ofício. Lembro-me de ter lido as histórias, digitadas e impressas em folhas A4, com uma encadernação simples em espiral, que narravam as principais recordações relatando as dificuldades enfrentadas por ele enquanto criança, pertencente a uma grande família pobre na região rural do sertão paraibano, que enfrentou longos e dolorosos períodos de estiagem, sobretudo a seca da década de 1930, que assolou a região e contribuiu para o aumento da fome, do analfabetismo, dentre outras mazelas sociais. Na idade adulta, meu avô decidiu mudar os rumos da história de sua família, mudando-se para a cidade de Cajazeiras e garantindo aos seus oito filhos, uma educação que ele mesmo nunca teve a oportunidade.

Meu avô Pedro faleceu dois anos após o registro de suas memórias. Entretanto, estes registros receberam pouca importância e se perderam com o tempo, enquanto preservação de um passado identitário, marcado pela força das vivências únicas, pulsantes e particulares. Como lembra Benjamim (1987), a ausência de ouvintes contribui para o desaparecimento dos narradores e para a perda das narrativas.

Desde então, ao perder as memórias do meu avô, seus significados para a sua própria história e as interlocuções com o lugar, ao sentir não ter podido guardá-las ou mesmo ouvi-lo no pouco tempo de nossa convivência devido a imaturidade própria da infância, e recordando como era importante para ele refugiar-se nestes momentos de solidão e esquecimento, entregando-se a ouvidos atentos que lhe dedicassem um pouco de atenção, fez com que essas memórias brotasse de forma pulsante e passei a ter um interesse crescente e um certo deleite em ouvir as

narrativas memorialistas de pessoas mais velhas, dedicando tempo em captar suas subjetividades, saudades, significações, e de algum modo, possibilitar que eles saibam que são ouvidos.

Ao me apropriar desse papel exercitei-me em mais ouvir do que falar, encontrando nas fontes orais, uma forma de acessar, conhecer e mesmo tocar o passado. Nesse particular, Machado, Nunes e Nascimento advertem que: “[...] a memória é o objeto privilegiado por excelência, torna-se visível que o vivido, embora pessoal, constitui o coletivo e é por este constituído, numa ratificação de inserção do sujeito no social” (Machado; Nunes; Nascimento, 2021, p. 179).

Quanto ao objeto desta pesquisa e sua relação com as memórias do meu avô e da cidade de Cajazeiras, o destaque é desvendar a história da criação da primeira faculdade da cidade de Cajazeiras, cujo primeiro contato estabelecido nessa direção foi mediante recuperação de narrativas, desta vez da parte da minha mãe, que costumava falar sobre suas memórias.

A decisão do meu avô de possibilitar educação aos filhos, um recorte essencial diz respeito a minha mãe, suas memórias retornam a década de 1960, quando deixaram a zona rural e chegaram à cidade de Cajazeiras. Ela destaca em sua narrativa que os quatro filhos foram matriculados, como internos no Seminário Nossa Senhora da Assunção, enquanto as quatro filhas, foram matriculadas como internas no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, naquele período como Escola Normal de meninas, que ofertava o curso para a formação de professoras, denominado Curso Pedagógico. Como tantas outras mulheres, que haviam concluído a formação pedagógica, com habilitação para o magistério primário, minha mãe e uma de suas irmãs continuaram seus estudos, após seleção pelo vestibular para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, a FAFIC.

Ouvi muitas histórias sobre o tempo de estudante nesta Instituição que não caberia aqui narrar dado o fato de que a permanência da minha mãe na faculdade foge ao nosso recorte temporal, mas o interesse em pesquisar a história da instituição surgiu em 2007, no início de minha graduação, Licenciatura em História, quando, no mesmo período, comecei a trabalhar na FAFIC. O contato com fontes e documentos inéditos, ainda desconhecidos e ignorados, guardados em um arquivo mal organizado e pouco visitado, despertaram a curiosidade de saber mais sobre aquela instituição.

Certo dia, enquanto organizava uma documentação de arquivos antigos, me chamou atenção o Decreto Federal nº 66.472, de 22 de abril de 1970, que autorizou o funcionamento da faculdade, assinado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici. Uma curiosidade surgiu: por que, no período conhecido como anos de chumbo da história do Brasil, enquanto a censura predominava, a comunidade acadêmica sofria perseguições, os componentes curriculares filosofia e sociologia haviam sido retiradas do currículo das escolas secundárias, bem como tantas universidades e faculdades, sobretudo no campo das ciências sociais, eram fechadas pelo país, no Sertão da Paraíba, foi criada uma nova faculdade, com oferta de cursos de licenciaturas como filosofia, história e geografia? O que havia de diferente neste processo?

Identifiquei junto a estes decretos, documentos oficiais, pareceres, relatórios, fotografias, o delineamento de um processo que triunfaria, mesmo parecendo andar na contramão do quadro social e político do país, devido às relações pessoais envolvidas. Muitas inquietações e indagações foram surgindo, como provocações, para esclarecer esse fato na tessitura histórica e educacional do interior da Paraíba.

Objetivando traçar cuidadosamente esse caminho, dei início uma pesquisa que visava investigar as relações de poder no processo de criação do ensino superior na cidade, ocorrido entre os anos de 1970 e 1980. Foi nesse período que a faculdade esteve em funcionamento até a sua desativação, em face da incorporação de seus cursos por parte da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Essa primeira incursão investigativa resultou na elaboração da monografia apresentada por ocasião da conclusão do curso de Especialização em História do Semiárido Nordeste, pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, no ano de 2011, intitulada “As relações de poder no processo de criação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras – PB, nos anos de 1970”, contemplando a reconstituição histórica desta trajetória.

Foi uma pesquisa inédita, considerando que, até então, nada mais além de textos celebrativos para revistas e sites haviam sido escritos a seu respeito. Nas minhas memórias do desenvolvimento dessa pesquisa, ficou marcada uma conversa que tive com o Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga⁵, no ano de 2010,

⁵ Monsenhor Gervásio Fernandes De Queiroga (1934) foi professor da disciplina de História no curso pré-vestibular que visava preparar os candidatos inscritos para o primeiro vestibular da FAFIC e foi professor nos dois primeiros anos de seu funcionamento de várias disciplinas, entre elas, Metodologia

quando ele destacou o ineditismo dessa pesquisa, afirmando que eu “era a primeira pessoa que o procurava interessada em conhecer aquela história e as suas memórias”, e que “infelizmente, o padre Luiz Gualberto⁶ teve que morrer para que alguém se interessasse em escrever sobre esse fato”.

Ao ser revisitado recentemente, ressaltou novamente o desinteresse por parte da sociedade cajazeirense em desenvolver estudos e pesquisas sérias sobre a temática da faculdade, bem como dos personagens envolvidos neste processo a quem a cidade deve tributo face o desenvolvimento educacional proporcionado por suas ações, afirmando ainda que “às vezes, a chamada ‘História’ é omissa, ignorante e até injusta!” (Queiroga, 2023).

Concluído o curso de especialização, por motivos de força maior e de ordem pessoal, a pesquisa ficou guardada por dez anos, tendo sido interrompida minha trajetória acadêmica e profissional. Desta feita, recentemente, tive novamente a possibilidade de retomar de onde parei, mediante aprovação no Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Em uma busca sobre o que havia sido produzido neste intervalo de tempo, a respeito da implantação do Ensino Superior em Cajazeiras, surpreendi-me ao descobrir que nada mais havia sido investigado nem produzido acerca da implantação do ensino superior na cidade.

Baseada nesta inquietação, ao identificar que não houve outra produção acadêmica especificamente sobre a criação da Faculdade de Filosofia de Cajazeiras, foi realizado um levantamento acerca de outras produções que tratavam de experiências similares à de Cajazeiras, no processo de implantação do ensino superior, mediante expansão do ensino privado, ocorridos entre as décadas de 1960 e 1970.

Considerando se tratar de um campo de pesquisa em ascensão, sobretudo nos anos de 1990 e 2000, muito já foi produzido no campo da história das instituições escolares, embora pareça esquecida essa valiosa experiência desenvolvida na cidade de Cajazeiras. Por esta razão, optamos como caráter de

das Ciências e Sociologia. Ele teria sido uma das primeiras pessoas a quem o então bispo diocesano Dom Zacaria Rolim de Moura, revelara sua intenção de criar uma faculdade em Cajazeiras.

⁶ Monsenhor Luiz Gualberto de Andrade (1921-2007), foi o terceiro diretor nomeado e que levou a Faculdade ao seu efetivo funcionamento durante nove anos (1970-1979).

inclusão e exclusão a história da criação das Instituições de Ensino Superior, ocorrida nas décadas de 1960 e 1970, considerando a influência das medidas do Regime Militar para a educação no período perscrutado.

Buscamos então identificar as produções disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e no *Google Acadêmico*, a partir do ano 2000, obtendo os seguintes resultados:

Quadro 1 – Produções Acadêmicas sobre a implantação do Ensino Superior privado nas décadas de 1960 e 1970

Nº	Autor(a)	Ano de Defesa	Título	Nível	Programa	Instituição
01	PASSOS, Guiomar de Oliveira.	2003	A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nasença: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense.	D	Sociologia	UnB
02	PEREIRA, Aliane Vera Ferreira.	2005	Faculdade de Filosofia de Campo Grande e a Educação na Zona Oeste do Rio de Janeiro – 1970 a 1980.	M	Educação	Universidade Católica de Petrópolis
03	ROMERO, Arnaldo.	2005	O lugar dos bacharéis: história da criação da Faculdade de Direito – FADIR de Campo Grande, MS	M	Educação	UFMS
04	SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos.	2006	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino: um marco humanista na história da educação brasileira (1960 - 1980).	M	Educação	Universidade Federal de Uberlândia
05	POZZI, Alfio.	2006	O processo de implantação do ensino superior na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul Corumbá: 1961-2002	M	Educação	Universidade Católica Dom Bosco
06	LIMA, Silvia Aparecida Pereira	2007	Trajetória do ensino superior privado: O caso da Fundação Eurípides	M	Educação	Universidade Estadual Paulista
07	ILVA, Flora Cardoso da.	2008	A Faculdade de Tecnologia de Sorocaba: antecedentes e primeiros anos (1971 – 1981)'	M	Educação	Universidade de Sorocaba
08	CAMPOS, Francisca das Chagas Lopes.	2010	Campus Ministro Reis Velloso (UFPI): História e memória	M	Educação	UFPI
09	OLIVEIRA, Nayara Alves de.	2011	A Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe (1967-1971): Origens e Contribuições	M	Educação	UFSE
10	SILVEIRA, Josiane Alves da	2012	Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: os primeiros anos da formação docente no ensino superior da cidade (1960-1969)	M	Educação	UFPeI
11	FERREIRA, Vania Farias.	2017	Universidade Federal de Pelotas à época da Ditadura Civil- Militar: Memórias divergentes de uma trajetória	M	História	UFPeI

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O contato com novas fontes, inclusive com memórias orais, captadas informalmente em conversas com pessoas direta e/ou indiretamente envolvidas na experiência, novas perguntas surgiram, desta vez não mais relacionadas aos fatos cronológicos que se desenvolveram na constituição desta história, mas, sobretudo, naquilo que se ocultava da narrativa conhecida, notadamente em relação aos cinco anos de silêncio, sob os quais a faculdade esteve mergulhada, compreendidos entre as ações voltadas à criação e o efetivo início de suas atividades.

O recorte temporal inicialmente proposto para o ano de 1970, considerando apenas o primeiro ano de funcionamento da faculdade, foi posteriormente ampliado, num recorte estabelecido entre os anos de 1965 a 1970. Esta primeira mudança na proposta da pesquisa se deu mediante o fato de que, ao contrário das narrativas “oficiais” que afirmam que a faculdade foi criada apenas em 1970 sob a direção do Cônego Luiz Gualberto de Andrade, encontramos registros de que, anteriormente a isto, a faculdade já existia sob o nome de Faculdade de Filosofia de Cajazeiras, sob a direção do padre José Loureiro Lopes, responsável pelas primeiras ações burocráticas para a efetivação da faculdade junto ao Bispo Diocesano Dom Zacarias.

Assim, por meio das narrativas dos personagens que são depositários autênticos das memórias deste tempo, que carregam consigo lembranças que ultrapassam os registros oficiais, objetivamos desvelar os anos de silêncio, compreendendo o período 1965 a 1970, em que a faculdade recém-criada na cidade de Cajazeiras, permaneceu no campo da idealização, até seu efetivo funcionamento.

Como objetivos específicos, pretendemos: a) conhecer as memórias dos sujeitos e as relações presentes no processo de criação e implantação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras; b) analisar a forma como a faculdade foi idealizada; c) compreender como as relações pessoais e de poder foram tecidas no silêncio destes anos, entre posições e oposições políticas e ideológicas, considerando que estas foram fundamentais para que a faculdade começasse a funcionar.

Nesse sentido, a presente pesquisa não busca apenas enumerar fatos cronológicos de um processo educacional, mas ressignificar a história de uma instituição escolar trazendo ao centro as memórias e relações dos sujeitos, que, de

algum modo guardam nas lembranças as nuances escondidas nas narrativas dos fatos, ultrapassando fronteiras da história oficialmente contada e conhecida.

Para tanto, faz-se uma incursão teórico-metodológica na Nova História Cultural, especificamente a partir da terceira geração de Annales, por esta ter possibilitado a amplitude do olhar dos historiadores e demais pesquisadores quanto à diversidade das fontes, dos novos temas e dos novos objetos a serem investigados, em particular no campo da história da educação. (Machado; Lacet, 2022).

Sob a perspectiva da Nova História Cultural, também lançamos mão da História do Tempo Presente, pois, como advoga Roger Chartier, trata-se da condição de compreender o “[...] historiador como contemporâneo do seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas referências fundamentais” (Chartier, 1996, p. 216).

Constituindo uma profícua relação entre a Nova História Cultural e a História do Tempo Presente, esta dissertação observa premissas da pesquisa qualitativa, apresentando como metodologia principal, a História Oral, utilizando-se de seu conjunto de procedimentos, baseando-se nas contribuições de estudos e pesquisas desenvolvidas por Alberti (2004); Delgado (2009); Thompson (1992); Ferreira e Amado (1996); Marcondes, Teixeira e Oliveira (2010), visando a preparação e realização das entrevistas, assim como no tratamento das fontes orais coletadas.

Para um embasamento acerca da memória, dialogamos com Bosi (1994), Le Goff (1990); Pollak (1989); Benjamin (1987); Ricouer (2007), dialogando, simultaneamente com as contribuições expressas nas narrativas de ex-professores e ex-alunos dos anos iniciais do funcionamento da FAFIC.

A tarefa da pesquisa, orientada pelas contribuições teóricas mencionadas, consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com os personagens ex-professores e ex-alunos dos anos iniciais do funcionamento da FAFIC, sobre acontecimentos, conjunturas, movimentos, disputas de poderes, espaços, na perspectiva (re)construir e ressignificar os caminhos que marcaram a constituição da FAFIC (Machado; Nunes; Nascimento, 2021).

Pelo fato de que não podemos desconsiderar que a escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas se complementam, não pretendemos excluir outras fontes documentais, como se a história oral fosse a única fonte capaz de reconstituir a memória a partir de uma nova perspectiva, mas pelo contrário, as

memórias buscarão nos documentos escritos o embasamento dos quais necessitamos, confirmando ou contradizendo as memórias, pois acreditamos que “a diversidade das fontes enriquece a leitura do objeto de estudo” e por isso “nenhum tipo de fonte deve ser excluído desse fazer” (Rodrigues; França, 2010, p. 59). Deste modo, acreditamos que a diversidade das fontes constituirá em uma estratégia para explicar histórias ainda em construção.

Sobre essa questão, convém fazer alguns esclarecimentos e apresentar (conforme quadro 2) outros documentos que serão perscrutados. Para o levantamento documental, foram consultados os arquivos da Faculdade Católica da Paraíba⁷, do Colégio Diocesano Padre Rolim, da Cúria Diocesana de Cajazeiras, o Instituto Histórico de Cajazeiras e a Biblioteca Municipal.

Entretanto, apenas nos dois primeiros arquivos, foram encontrados documentos referentes à criação e funcionamento da faculdade no período do estudo (1965 a 1970). Ressaltamos ainda que, quando se fez necessário, recorreremos a documentos de anos posteriores ao recorte temporal da pesquisa, quando estes nos trouxerem informações essenciais à compreensão do período em questão.

**Quadro 2 – Fontes documentais da FESC e da FAFIC
(Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba e do CDPR)**

Fonte documental	Local de guarda	Nº de exemplares analisados	Ano/Período
Atas	Faculdade Católica da Paraíba e CDPR	10	1969 - 1972
Atestados	CDPR	02	1966
Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos	Faculdade Católica da Paraíba	01	1971
Convênios	Faculdade Católica da Paraíba	02	1973
Convites	Faculdade Católica da Paraíba	03	1972
Correspondências	CDPR	10	1966-1972
Correspondências e Relatórios da MISEREOR	CDPR	11	1969 - 1973
Currículos de Cursos	Faculdade Católica da Paraíba	06	1970-1973

⁷ A FAFIC passou a se chamar Faculdade Católica da Paraíba, por meio do Decreto de Renomeação, subscrito e protocolado sob o Nº 077/2021, assinado pelo Bispo Diocesano de Cajazeiras Dom Francisco de Sales Alencar Batista, O. Carm., no dia 14 de dezembro de 2021.

Currículos de Professores	Faculdade Católica da Paraíba	04	1970
Decretos	Faculdade Católica da Paraíba	02	1970-1971
Estatuto da FESC	Faculdade Católica da Paraíba	01	1966
Fotografias	Faculdade Católica da Paraíba	69	1970-1979
Legislação Municipal	Faculdade Católica da Paraíba	01	1973
Livro de Funcionários	Faculdade Católica da Paraíba	01	1969
Nomeações	Faculdade Católica da Paraíba	02	1970
Ofícios	Faculdade Católica da Paraíba e CDPR	08	1967-1972
Outros documentos (anotações, sugestões, orçamentos)	Faculdade Católica da Paraíba e CDPR	04	s/d
Pareceres	Faculdade Católica da Paraíba	04	1969-1973
Pedidos e Concessões de Bolsas de Estudo	Faculdade Católica da Paraíba	40	1970-1979
Projeto para pedido de ajuda para a implantação e expansão da Faculdade	CDPR	01	1969
Projetos	Faculdade Católica da Paraíba	01	1972
Regimento da FAFIC	Faculdade Católica da Paraíba	01	1976
Resoluções Estaduais	Faculdade Católica da Paraíba	01	1970
Revista Comemorativa de 40 anos	Faculdade Católica da Paraíba	01	2010
Telegramas	Faculdade Católica da Paraíba	08	1977
Termos de Cessão	Faculdade Católica da Paraíba	02	1969

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Como estratégia complementar também foi realizada uma busca de jornais de circulação local e regional, que trouxessem algumas notícias ou referências à criação da faculdade, no entanto, não conseguimos localizar, nos arquivos mencionados, jornais daquele período. Os jornais e revistas encontrados datam a partir da reativação da faculdade, ocorrida em 1996, assim, pelas razões apresentadas, optou-se por excluir os jornais como fontes.

É necessário destacar que nenhuma fonte documental acerca do objeto de nossa pesquisa foi encontrada em arquivos públicos, apenas em arquivos privados.

Algumas indicações pessoais apontaram a existência de outros documentos presentes em um arquivo particular, mantidos sob a posse privada de um personagem que também fez parte da constituição desta história.

Entretanto, este acervo não é disponibilizado em nenhuma circunstância para outros pesquisadores, sendo seu “proprietário” o maior responsável pela escrita memorialista da história oficial perpetuada a mais de 50 anos, e que mantém intocável a memória e a imagem da instituição e de seus heroicos personagens. Por esta razão, não tivemos acesso, limitando assim a pesquisa aos acervos disponibilizados pelas duas instituições: a Faculdade Católica da Paraíba e o C DPR. Sobre essa questão, Bacellar (2005, p. 42-43) nos lembra que

[...] não há uma prática corriqueira de preservação documental privada, e as notícias de destruição de importantes conjuntos documentais infelizmente não são raras” e que “cabe ao historiador investigar e localizar onde estão preservados, sob a guarda de quem, e buscar contatos para tentar ter acesso a esses acervos tão precioso.

Bacellar (2005, p. 49) ainda nos lembra que “aventurar-se pelos arquivos é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados e preservados, e mal organizados”.

Não raro, o pesquisador ao visitar arquivos documentais, encontra um certo descaso, com um arquivo mal sistematizado, instalações precárias, documentos mal preservados expostos à poeira, umidade, cupim. Nestas condições se encontravam os arquivos localizados. Essa falta de organização/sistematização nos arquivos explorados, trouxeram a constatação da ausência de documentos e fontes, em virtude da interrupção das atividades administrativas e pedagógicas da Faculdade em 1980⁸ e também pelas constantes mudanças estruturais, que aconteceram nos anos que se seguiram à reativação, e dificultaram a localização de algumas fontes.

Como se isso não bastasse, “[...] essa tarefa é, em geral, bastante dificultada pela rarefação de guias de fontes arquivísticas, que servem como primeira aproximação no processo de detectar a disponibilidade da documentação que se procura” (Bacellar, 2005, p. 51).

⁸ Em 1980 a FAFIC foi desativada e seus cursos foram incorporados à UFPB, com a criação do Campus V na cidade. Apenas o curso de Filosofia não foi incorporado, tendo permanecido desativado até o ano de 1996, quando a Faculdade foi novamente reativada.

Nas instituições visitadas, além dos documentos não possuírem o tratamento arquivístico necessário, que facilitasse a busca ou mesmo viabilizasse a preservação, pois em sua maioria estão desorganizados, incompletos, alocados sobre mesas e até no chão, dividindo o espaço com depósito de outros recursos, a ausência de um funcionário especializado em arquivos que pudesse de algum modo orientar nossa busca, dificultou ainda mais a localização das fontes. Uma vez mais Bacellar (2005, p. 51) observa que, “Nesses casos, encontra-se, com um bocado de sorte, um funcionário antigo, que detém informações de anos de serviço e pode auxiliar se dispor de boa vontade”.

A persistência por uma orientação/informação técnica viabilizou o contato com um funcionário antigo, cheio de boa vontade que, mesmo ocupando uma função diversa na Instituição, empenhou-se nos esforços de assegurar a guarda de parte desta documentação e evitar sua perda total, nos auxiliando na localização da documentação que considerávamos essencial para o diálogo no decorrer da pesquisa.

Esse acervo degradado, que guarda a história de uma instituição cinquentenária, que teve início durante o período militar brasileiro e tornou-se responsável por preservar a memória da interiorização do Ensino Superior na Paraíba, inspira profundos cuidados técnicos. Sobre a questão, a professora Maria Iêda Félix Gualberto lamentou:

Acho que as coisas aqui não são bem arquivadas assim, por séries, por natureza do acontecimento, porque eu acho que a história da FAFIC é muito rica, devia estar tudo assim, devidamente preservado, protegido, bem cuidado (Gualberto, 2023).

Constituído de uma ampla diversidade documental composta por atas, relatórios, correspondências, livros financeiros, convênios, currículos, regimentos, anotações, fotografias, entre tantos outros documentos que registram a história do Ensino Superior na cidade, urge a necessidade de recuperar esse arquivo histórico, por meio de ações como a realização de um diagnóstico do acervo, a fim de identificar a documentação que o compõe e o estado físico desta.

Com base neste diagnóstico, organizá-lo de uma forma sistemática, considerando os procedimentos de higienização para conservação preventiva dos documentos, procurando acondicioná-los adequadamente, de modo a tipificar, classificar, catalogar e organizar o referido arquivo, possibilitando assim a consulta

pública ao conteúdo do arquivo e o desenvolvimento de outras pesquisas sobre experiências educacionais desenvolvidas naquela cidade.

Certamente, ações em prol da valorização, organização e preservação deste vasto acervo, que guarda uma parte importante da história educacional da cidade, seriam importantes e essenciais para a preservação da memória educacional de Cajazeiras.

Nesse caminho, não demorou para que outras dificuldades significativas também fossem sentidas. Por tratar-se de uma história ainda em elaboração, que pouco ou quase nada foi academicamente produzido, nos deparamos com boa parte dos escritos relacionados a matérias comemorativas, memorialistas e ufanistas em revistas e sites regionais. Estas matérias, datadas do período pós reabertura da faculdade (1996), nos revelam o esforço presente ainda nos dias atuais de reafirmar e manter a história oficialmente contada por décadas, que preserva, sem mácula, uma imagem heroica da instituição e de seus idealizadores.

Diante dessa constatação, o primeiro desafio foi olhar como pesquisadora, mesmo estando profissionalmente envolvida com a referida instituição, como funcionária, que mantém relações pessoais e profissionais com alguns sujeitos envolvidos neste processo de investigação, que consideram a história institucional como sendo parte da sua própria história. Correndo o risco de envolver-se emocionalmente com os sujeitos e acabar por perpetuar a mesma história apenas promovendo a instituição e os personagens, o desafio foi lançar um olhar crítico sobre essa história, a partir da leitura dos documentos, dos testemunhos e até mesmo do cotidiano presente da instituição, que tantas vezes ainda traz as marcas, a cultura, as práticas e até mesmo os vícios do passado, sem, contudo, ultrapassar os limites da ética.

Em face desta realidade, expectativas e desconfianças por parte dos entrevistados, bem como de outras pessoas envolvidas com a instituição e mesmo da Igreja Diocesana, permearam a execução inicial da pesquisa, indicando inclusive alguns recuos. Se por um lado, as expectativas de que a história seja reconstituída, conhecida e perpetuada, por meio do tempo, fazendo jus a grande contribuição que a instituição e os sujeitos envolvidos proporcionaram à educação na cidade, constituindo quase um tributo a estes personagens e reafirmando a história por décadas constituída, por outro, a desconfiança a respeito do que seria produzido, de

maneira que não se desviasse do consenso das memórias que se esforçam por preservar a grandeza da história e o heroísmo dos personagens.

Não caberia a essa pesquisadora ousar negar os méritos das jornadas e lutas empreendidas para a concretização do sonho em meio a inúmeras dificuldades, objetivando iniciar um caminho de retirada da esquecida e estigmatizada região sertaneja do atraso educacional, mas vale considerar o que nos lembra Xavier (2010, p. 21), é necessário no campo da pesquisa “questionar os consensos, desconfiando sempre do óbvio e do silêncio sobre o assunto”, abrindo espaço também para o diálogo com as memórias controversas.

Na mesma direção Pollak (1989), nos lembra que tão importante quanto os “ditos”, são os “não ditos” para a construção de uma memória individual ou coletiva:

Existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombras, silêncios, ‘não ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal entendidos (Pollak, 1989, p. 8).

Os rastros significativos que uma pessoa ou um grupo vão deixando em suas experiências vividas, são pontos de referência para o conhecimento do passado, sobretudo, se estes rastros, muitas vezes esquecidos, revelam posições e pontos de vista diferentes daqueles que, consensualmente conhecemos, que acontece não somente por meio de uma seletividade da memória, mas também por meio de uma espécie de negociação que busca conciliar memória coletiva e memórias individuais afim de manter intacta uma memória oficial construída.

Os “não ditos” perpetuam memórias fazendo com que muitas sobrevivam silenciosamente e busquem um lugar de contestação, entrando em disputa com a memória oficial. O que é lembrado e o que é esquecido são determinantes na constituição da memória segundo Pollak (1989, p. 8):

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p. 8).

Apesar da visível preocupação que as associações ou instituições têm com a imagem que passam de si mesmas e da história que as consolidou no cenário social – razão de ser destas, vale salientar, como ainda afirma Pollak ao citar Halbwachs, essa memória oficial e coletiva, que já possui credibilidade e aceitação bem sedimentadas, não é imposta como uma “forma específica de dominação ou violência simbólica”, mas reforça “a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo” (POLLAK, 1989, p. 3).

Sobre o que é esquecido, silenciado ou ignorado, muitas vezes tratado como memórias irrelevantes para a história, Ricouer nos afirma que:

O esquecimento é o desafio por excelência oposto à ambição de confiabilidade da memória. Ora, a confiabilidade da lembrança procede do enigma constitutivo de toda a problemática da memória, a saber, a dialética de presença e de ausência no âmago da representação do passado, ao que se acrescenta o sentimento de distância próprio à lembrança, diferentemente da ausência simples da imagem, quer esta sirva para descrever ou simular (Ricouer, 2007, p. 425).

Considerando estas premissas, compreendemos a preocupação dos entrevistados, que possuem uma relação afetiva com a faculdade objeto da pesquisa, quanto aos possíveis “mal-entendidos” em seus depoimentos, alimentando a inquietação e, ao mesmo tempo, solicitam que se mantenha a veracidade e credibilidade da memória “oficial” construída e transmitida por mais de 50 anos, que consolidou a imagem da referida instituição na memória e na história local. Há um pacto declarado ou velado entre pesquisadora e pesquisados, todavia compreendemos, também, a necessidade de instigar, questionar, provocar as lembranças dos personagens depoentes, do porquê da permanência do silêncio em cinco anos de história da instituição.

Num primeiro momento, essa inquietação nos ajudou a questionar sobre período, como se não houvesse existido ou, pelo menos, como se nada de relevante tivesse acontecido durante este tempo. São cinco anos permeados de “não ditos”, não por terem sido esquecidos ou mesmo negados, como se as memórias tivessem sido definitivamente apagadas, mas ignoradas e desconhecidas, com memórias que por muito tempo estiveram inacessíveis e indisponíveis.

Quanto às disputas de memórias, tornou-se interessante e desafiador dialogar com as diferentes perspectivas e olhares dos entrevistados durante a pesquisa, que

por vezes divergiam em suas memórias, a depender do lugar que ocupavam: das diferenças políticas e ideológicas, do olhar religioso e do laico, de quem permanece ligado à IES e de quem já não mantém mais vínculo, dos que ainda tem laços afetivos ou familiares e daqueles que apenas passaram na instituição. Tudo isso, associado às limitações físicas de alguns entrevistados em virtude da idade avançada, que muitas vezes não tinham certeza daquilo que com esforço tentavam lembrar, consistiram em desafios que esperamos conseguir superar no decorrer da pesquisa.

O processo de implantação do Ensino Superior, que tardiamente aconteceu em Cajazeiras, como em tantas outras regiões esquecidas pelas políticas nacionais do país, encontrou as condições favoráveis nas mudanças ocorridas no cenário político, consolidadas, sobretudo, com as medidas adotadas para a expansão do ensino superior privado, por meio da Reforma Universitária de 1968 e, a partir de relações pessoais, ideológicas e políticas, que permitiram retirar o sertão e os sertanejos do lugar marginalizado da história educacional do estado e do Nordeste.

A cidade enfim passou por uma experiência inédita na região durante o período em questão: o acesso à educação superior, antes exclusividade das capitais e grandes centros urbanos, adentrando o interior e chegando à região do Alto Sertão.

Assim, nossa tarefa será alcançar e conhecer na investigação a ressignificação desta memória acerca da implantação do Ensino Superior na região do Alto Sertão paraibano, a partir de uma nova perspectiva, bem como compreender de modo objetivo a trajetória educacional na região, os sujeitos envolvidos e as relações tecidas durante os cinco anos de silêncio (1965-1970), ignorados pela história, mas fundamentais para que esse processo se efetivasse e, finalmente, a faculdade fosse retirada do papel.

Conforme afirma Levi: “o risco, não banal, é subtrair à curiosidade histórica temas que julgamos dominar plenamente, mas que ainda continuam largamente inexplorados” (Levi *apud* Ferreira; Amado, 1996, p. 182).

Não pretendemos apresentar uma história acabada, esgotada em suas discussões e interpretações, mas apenas iniciar reflexões de uma memória ainda em construção, de maneira que possa contribuir para que novos caminhos de pesquisa e descobertas sejam traçados e novas perguntas sejam elaboradas acerca de uma história que está longe de ser esgotada.

Em suma, pela pesquisa aqui intitulada “Silêncios e Memórias: a idealização e implantação do Ensino Superior na Cidade de Cajazeiras-PB”, esperamos contribuir, a partir da análise e do diálogo das fontes orais e escritas, com a constituição da memória educacional da cidade de Cajazeiras e do Alto Sertão paraibano, a partir da implantação do Ensino Superior na região, das circunstâncias que possibilitaram este processo, das relações estabelecidas entre os sujeitos, das ações políticas que marcaram sua consolidação, nos desafiando a ultrapassar o limiar do consenso das memórias e das narrativas, e da admiração e emoções suscitadas diante das lutas travadas, para a consolidação daquilo que é considerado até hoje um sonho realizado em meio a muitas dificuldades.

Não são poucos os desafios a serem vencidos. Além dos obstáculos impostos pelo pesar dos anos na vida e na memória daqueles que foram testemunhas deste processo e dos poucos registros documentais daquele período, enquanto pesquisadora, olhar a experiência e, simultaneamente, estar inserida no contexto institucional representa um grande desafio. Lidar com as estreitas relações pessoais, profissionais e as expectativas daqueles que veem sua história se entrelaçar com a história da faculdade podem consistir em uma grande barreira a ser ultrapassada, mas que não é intransponível.

1.2 Olhares sobre uma história educacional

Escrever uma história educacional é muito mais do que descrever uma instituição, narrar a sequência de fatos acontecidos, enumerar processos legais e registrados, contabilizar dados. Nos bastidores de toda Instituição existem pessoas, e entre elas, relações. Estas relações não são marcadas por verdades absolutas e inquestionáveis, mas construções representativas de diferentes posições e pontos de vista, por vezes contraditórias, conforme nos alerta Pesavento.

Por isso, é improvável que alguém consiga um dia apresentar uma história completamente verdadeira e acabada acerca de qualquer coisa, mas apenas uma de muitas possíveis versões, que coloca em dúvida o que se tem presentemente como verdade histórica e que, posteriormente, pode vir a ser novamente questionada. Não mais a posse dos documentos ou mesmo a busca de verdades definitivas. Não mais uma era de certezas normativas, de leis e modelos a regerem o social. Uma era da dúvida, talvez, da suspeita, por certo, na qual tudo é posto em interrogação, pondo em causa a coerência

do mundo. Tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas (Pesavento, 2007, p.06).

Segundo a mesma autora (2007), no campo da História Cultural, é possível que uma narrativa relate acontecimentos reais, no entanto, estes acontecimentos podem ser objetos de múltiplas versões da história, sendo a verdade como um horizonte a se alcançar, sem, no entanto, constituir uma verdade definitiva, estabelecendo “regimes de verdade, e não certezas absolutas”. Com o objetivo de se chegar a algo verídico sobre o passado, o discurso histórico, opera mais pela aproximação do que pela veracidade propriamente dita, produzindo “[...] um efeito de verdade: é uma narrativa que se propõe como verídica e mesmo se substitui ao passado, tomando o seu lugar. Nesse aspecto, o discurso histórico chega a atingir um efeito de real” (Pesavento, 2007).

Trata-se de ressignificar o passado no todo e não apenas sobre aquilo que sempre foi visto ou intencionalmente ocultado, não apenas sobre a narrativa tradicional dos fatos cuidadosamente registrados oficialmente, em concordância com a seleção do que merece ser lembrado e o que deve ser esquecido, mas propor uma nova versão partindo das memórias, da percepção de mundo dos sujeitos, do ideário em torno das ações e dos acontecimentos, das interpretações, daquilo que se esconde da narrativa consensual da história sem, contudo, excluir as diversas fontes abertas a novos enfoques, novas descobertas e novas perguntas, de maneira que não haja apenas uma história por certa, mas possíveis caminhos que busquem explicações aceitáveis acerca do passado.

Com as críticas realizadas à concepção tradicional da história, que ocorreram sobretudo no século XX, a pesquisa histórica educacional passou por modificações no que diz respeito ao aspecto teórico-metodológico “[...] relativizando uma historiografia com abordagem positivista, a qual privilegiava a descrição de fatos políticos, com análises de narrativas quase sempre sobressaindo as dimensões políticas da vida social” (Sousa, 2018, p. 16).

Desse modo, a renovação pela qual passou o campo da pesquisa histórica, impulsionou o esforço de superar a historiografia que produzia uma descrição de fatos, conforme a tradição positivista, privilegiando aspectos políticos e econômicos, em detrimento de outras dimensões da vida social.

A Nova História surgiu modificando e inovando a forma de fazer pesquisa, à medida que ampliou os objetos e as fontes de estudo, considerando os registros das ações humanas como documentos históricos e possíveis fontes. Além disso, viabilizou novas abordagens, procedimentos e sujeitos para objetos antigos. Assim, a Nova História ampliou o campo dos objetos e fontes de pesquisa, privilegiando a diversidade de documentos, fossem estes escritos ou não.

A concepção tradicional da história, que prevalecia até então, parecia não ser mais capaz de explicar satisfatoriamente os novos questionamentos que surgiam em meio às transformações. Assim, a Nova História buscou ampliar o campo de atuação, indo além dos caminhos comumente percorridos, deixando de ser apenas descrição dos fatos para se tornar, sobretudo, interpretativa. Deste modo, ao ter contato com esta multiplicidade de fontes, tornou possível ao pesquisador reler documentos já conhecidos sob uma nova ótica e reinterpretá-los, fazendo novas perguntas e chegando a novos resultados, antes improváveis, de maneira que pudesse se desprender dos limites outrora estabelecidos, constituindo novos focos de pesquisa.

Assim, com o alargamento da concepção de fonte histórica trazida no âmago da renovação historiográfica iniciada na Nova História Cultural, a visão tradicional do olhar para as fontes históricas foi gradativamente sendo modificada (Machado; Nunes; Lacet, 2023). Sobre essa questão Le Goff (1990, p. 540) reforça que: “[...] esse alargamento do conteúdo do termo documento foi apenas uma etapa para a explosão do documento que se produz a partir dos anos 1960 e que levou a uma verdadeira revolução documental”.

Nessa assertiva, implica dizer que, desde os anos de 1960, pesquisadores das ciências sociais, principalmente historiadores, têm se debruçado sobre novas fontes de investigação no universo da cultura, num movimento de valorização das múltiplas atividades escritas, possibilitando assim a reconstrução das maneiras de pensar e agir de outras épocas (Burke, 2005).

Com base nesse deslocamento, Machado (2006, p. 18) afirma que:

[...] foi possível estabelecer, a partir das experiências cotidianas, as diversas expressões e representações de vida e dos acontecimentos em torno das pessoas comuns, uma relação de inteligibilidade entre o passado e o presente, um profundo diálogo entre os seres humanos de todos os tempos e espaços (Machado, 2006, p. 18).

Essas novas possibilidades abertas pela Nova História Cultural e realizadas a partir de perspectivas não somente diferentes, mas também por vezes divergentes entre si, permitem ao pesquisador ampliar os enfoques de investigação sobre uma história e sua compreensão acerca do passado.

Assim, no campo da Nova História Cultural, a escrita histórica passou a ser encarada a partir de vários ângulos, ensejando novas perspectivas metodológicas e ao possibilitar a análise microscópica de contextos e de eventos cotidianos, priorizando as histórias singulares e corroborando com a “[...] tomada de consciência das diferenças que particularizam os grupos, as pequenas comunidades, os territórios [...]” (Machado, 2006, p. 17).

Entre este leque de possibilidades e caminhos apresentados, ao abordarmos a história das instituições educativas de ensino superior, compreende-se que uma instituição pode abranger uma variedade de histórias e de compreensões acerca de seu passado e de sua constituição. Por esta razão, almeja-se constituir um novo modelo explicativo, diferente da narrativa tradicional, descritiva e factual sobre a história da FAFIC. Ou seja, considerando a compreensão da concepção inicial da faculdade, de sua idealização e a maneira como de fato ela correspondeu a estas expectativas, valendo-se de novas perguntas, novos olhares e novas críticas às fontes, trazendo à luz o que outrora parecia estar escondido.

Em outras palavras, não se pretende, de modo algum, reproduzir acontecimentos cronológicos, como o que de fato aconteceu de uma maneira positivista, ou como uma verdade histórica inquestionável, mas elaborar um ponto de vista, passível de outras interpretações, com enfoque nos sujeitos, práticas sociais, trajetórias e relações individuais e/ou coletivas, substituindo, conforme Burke (2005), a tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema.

Aportados na Terceira Geração dos Annales que trouxe a possibilidade de um detalhamento da história, no qual tudo pode se tornar objeto da curiosidade do pesquisador, intencionamos analisar situações e ações individuais específicas, sem, contudo, desfocar da realidade global, ou seja, compreender um pouco mais do macro pelo ponto de vista do micro, captando os fenômenos que passaram despercebidos ou secundarizados em outras análises mais gerais, dando visibilidade ao que se manteve, por muito tempo invisível.

De acordo com Porpino e Machado (2020), os pensadores vinculados à Terceira Geração dos Annales tratam das abordagens comumente chamadas de Nova História ou Nova História Cultural:

[...] Esse novo pensar e fazer história amplia ainda mais os objetos e fontes históricas e desbrava novos campos de atuação. O subjetivo passa a ser investigado pela ciência histórica, que busca apreender não apenas as estruturas, mas os processos que produzem e reproduzem essas estruturas (Porpino; Machado, 2020, p. 05).

A Nova História rejeita a composição da história unicamente como narrativa dos fatos e considera as motivações e intenções individuais como elementos explicativos para os eventos, propondo a ressignificação da história e das memórias. Pela busca de uma construção histórica centrada na compreensão de como se deu a atuação e participação dos mais diversos sujeitos na sociedade, acredita-se que este caminho nos ajudará numa nova percepção sobre a constituição do processo de interiorização do Ensino Superior no Alto Sertão da Paraíba, não mais centralizada na narrativa tradicional, mas considerando as atividades, comportamentos e relações humanas. Conforme Sabino (2021, p. 33):

Ao buscar restaurar o papel dos indivíduos na constituição dos laços sociais, os historiadores desviaram o olhar para as redes, para os aspectos singulares, para as situações vividas. Nesse enfoque, o objeto da história deixa de ser as estruturas e os mecanismos reguladores. O objeto da história passa a ser as estratégias que comunidades acionam, as racionalidades, parentes, famílias, indivíduos.

Assim a história passou a focar nas práticas dos diversos sujeitos, no modo como constroem suas relações e como atuam na sociedade considerando o lugar que ocupam. Pesavento (2007, p. 19) observa que: “A proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo”.

Interessante notar como os sujeitos se enxergam dentro dos processos, depois de tanto tempo, olham o passado como quem olha do lado de fora, sem, contudo, deixar de sentir-se parte dele, em busca dos lugares mais recônditos da memória as pequenas e significativas nuances de sua própria história dentro de um contexto social ampliado.

Deste modo, por todas as possibilidades de investigação que se abrem a partir da Nova História Cultural, como os novos objetos, sujeitos e fontes, a consideramos como o caminho teórico-metodológico conveniente para esta pesquisa, possibilitando a constituição de uma versão histórica acerca da implantação do ensino superior no Alto Sertão paraibano, como um processo educacional inédito à região, que apenas se tornou possível por meio da atuação dos sujeitos e suas relações, “guardados nas memórias” que o tempo ainda não apagou.

Por esta perspectiva, nos apropriamos também da História do Tempo Presente, pelo fato de que esta surge das incertezas de um passado próximo, inconcluso, ainda em construção, com testemunhas vivas, visando compreender e problematizar o tempo presente, apontando-o como historicizável. Sendo ela essencial para a relação entre história e memória, busca a construção de um discurso verdadeiro, mais próximo possível ao que de fato aconteceu.

Assim, compreendemos que o historiador é testemunho e ator do seu tempo, pois analisa o passado como partes constitutivas do presente, sendo estes praticamente contemporâneos de seus objetos de estudo, como sugerem Ferreira (2012) e Muller (2007).

Desse modo, a História do Tempo Presente, segundo Delgado e Ferreira (2014); Machado, Nunes e Nascimento (2021), permite ao historiador valorizar os eventos e processos próximos ao tempo pesquisado da história, de uma escrita que pensa o passado não apenas por uma rígida ordem cronológica, mas pela problematização das questões vividas no presente. Portanto, uma ferramenta fundamental à construção da história da educação, ao exemplo do empreendimento investigativo sobre as lembranças e esquecimentos que marcaram a constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, a FAFIC, em Cajazeiras, no contexto dos anos de chumbo da história do Brasil.

Para tanto, não nos centramos apenas na leitura, releitura e análise crítica dos documentos institucionais, mas nos apoiamos, em primeira instância, de testemunhos orais de pessoas que vivenciaram este processo. Não se considera, entretanto, estas fontes como portadoras absolutas da verdade, mas como uma versão da história institucional que aponta caminhos e pistas essenciais para a compreensão do passado.

Na busca pela constituição da versão de uma história institucional, não se pode perder de vista as contribuições de Nosella e Buffa (2006), ao considerarem o estudo da história de uma instituição escolar como estudo de um objeto singular, que pode resultar de “uma fragmentação epistemológica e temática que dificulta a compreensão da totalidade do fenômeno educacional”. Isso se dá, segundo os autores, por este estudo privilegiar temas como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e as instituições escolares, de modo que o estudo destas instituições representa um tema significativo entre as pesquisas no campo da história da educação.

Deste modo, as instituições educativas não devem ser estudadas sem a análise do contexto histórico, político, econômico, educacional, social e cultural em que esteve inserida nos diferentes momentos de sua trajetória, bem como, as relações com estes diferentes contextos, circunstâncias específicas de sua criação ou mesmo os grupos sociais que a constituíram e frequentaram-na, como bem nos lembra Sanfelice (2008, p. 15):

As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas e, como já dito, “acomodadas” dialeticamente no seu interior.

Desta forma, as instituições educacionais não podem ser compreendidas em si mesmas, desvinculadas dos contextos que certamente auxiliarão na compreensão de sua totalidade. Além disso, é oportuno considerar as políticas educacionais, o Estado e as determinações de um mundo da produção material sobre o qual as instituições e os homens se organizam e estabelecem suas conflituosas e antagônicas relações (Sanfelice, 2008). Estas perspectivas são indispensáveis para nosso estudo.

Compreendendo que não é possível, ou mesmo prudente, desvincular a história institucional desta dimensão mais ampla, pelo risco de permanecer no reducionismo teórico e do senso comum, percebemos que são muitos os caminhos possíveis para mergulhar na história de uma instituição educacional. São múltiplas

as perspectivas e olhares que podem ser lançados, objetivando realizar este tipo de análise e trazer a mais verossímil versão possível da história.

Nosella e Buffa (2006) nos adverte sobre o envolvimento emocional do pesquisador com o objeto estudado, sobretudo quando as relações afetivas são próximas a este objeto, pode tornar-se difícil chegar a um resultado crítico e proveitoso. Essa questão nos alerta para o desafio que temos pela frente, ou seja, mesmo envolvida profissionalmente com a instituição, oferecer uma outra visão, distinta da que se tem habitualmente, a fim de compreender de maneira crítica e produtiva a história da FAFIC, inserida em um contexto de relações essenciais para sua concepção e criação, ultrapassando o idealismo, o saudosismo, as descrições cronológicas e os consensos já solidificados na história educacional da cidade:

De fato, estudos e pesquisas que retratem, de forma curiosa, aspectos singulares da instituição escolar, em tempos diversos, são fascinantes e até sedutores. [...] quem não gosta de ver enaltecidos os fundadores de uma escola significativa para sua própria cidade? Ou, finalmente, quem não gosta de ver, consagrados em livros, nomes e fotografias de seus antepassados? No entanto, por mais sedutoras que sejam essas pesquisas, não se pode admitir que a descrição pormenorizada de uma dada instituição escolar deixe de levar o leitor à compreensão da totalidade histórica. A dificuldade principal reside exatamente aí: conseguir evidenciar, de forma conveniente, o movimento real da sociedade [...] (Nosella; Buffa, 2006, p. 5).

Assim nos propomos a explorar com a mesma intensidade, o micro e o macro, para que assim possamos, pautando-se pela cientificidade, delinear a identidade desta instituição tão importante para a história educacional do Alto Sertão Paraibano, sem nos perder na exaltação da cidade ou dos personagens consagrados por esta história.

1.3 As velhas lembranças e a perspectiva da história oral

[...] mais de uma vez a estudantada que é meio irreverente, força da idade e tudo mais... eles fizeram o enterro simbólico da faculdade de Filosofia, durante um Carnaval. Me lembro bem disso, de um com toda certeza, mas foi mais de um. Saíram desfilando em pleno Carnaval com um caixão. Um caixão! (Silva, 2022).

A memória do professor Francisco das Chagas Amaro da Silva, acima citada, aponta um fato, após a criação da Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras –

FESC, em 1965, pelo bispo diocesano Dom Zacarias Rolim de Moura⁹, a faculdade de Cajazeiras foi concebida, tornou-se conhecida e aguardada pelos cajazeirenses por meio das estratégias de comunicação e difusão das instituições vinculadas a Diocese. No entanto, a instituição não foi materializada por cinco anos, período de silêncio, durante o qual relações foram tecidas, acordos firmados, oposições e descréditos se levantaram e poucos registros desse processo foram deixados, até o final de 1969, quando finalmente começaram a aparecer os primeiros sinais que efetivamente a faculdade deixaria de ser uma ideia para ser uma realidade.

Todo conhecimento acerca do passado está de um modo ou de outro, fundamentado na memória. Ao evocar as lembranças, o passado é salvo do esquecimento, evitando assim sua perda total. Por esta razão, as narrativas são importantes meios pelos quais se preserva e transmite o conhecimento do passado e se constitui o saber no presente, de maneira que as experiências narradas possam “funcionar como um dos elos entre o que passou e o que ficou, possa se transformar no olhar do tempo presente sobre as experiências do tempo ido, mas não mais perdido” (Delgado, 2009, p. 22).

Desse modo, apoiada pelas novas possibilidades de objetos, métodos e fontes que a Nova História Cultural permite nos apropriar, adotamos como metodologia principal a história oral, sem contudo secundarizar o diálogo destas fontes com outros tipos, por considerar o recurso metodológico como mais apropriado, para responder às questões que surgem diante dos silêncios documentais daquele período, em que a faculdade foi gestada, sua teia de relações pessoais e políticas se fiavam e em que poucos registros foram produzidos ou, pelo menos preservados, deixando para aqueles que quisessem se aventurar nesta história, apenas um rastro de pistas documentais e memórias guardadas pelos personagens que testemunharam os fatos que se delineavam naquele momento.

É claro que a análise dos fatos revelados por meio da oralidade não é uma tarefa simples, pois é necessário considerar a relação de entrevista, as intenções do entrevistado e o que revelam outras fontes. Desse modo, devemos apurar o ouvido e reconhecer os fatos que muitas vezes podem passar despercebidos (Alberti, 2004).

9 Dom Zacarias Rolim de Moura (1914 – 1992) foi Bispo Diocesano de Cajazeiras de 1953 à 1990, quando renunciou ao governo diocesano depois de mais de 37 anos de episcopado, devido sua idade. Durante seu episcopado, fundou o Seminário Nossa Senhora da Assunção e trabalhou pela criação da Diocese de Patos, o que aconteceu em 1959.

Walter Benjamin (1993), no texto “O narrador”, reflete sobre o desaparecimento do narrador oral e como a arte de narrar histórias parece estar em vias de extinção, devido à falta de compartilhamento de experiências e da crescente desvalorização e desconfiguração deste ato.

O homem não consegue mais partilhar histórias com o outro, como se “estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências” (Benjamin, 1993, p. 198), como se não houvesse mais disposição, tempo ou interesse em ouvir e aconselhar, como se estas ações tivessem se tornado irrelevantes para o curso da atual sociedade. Estas premissas anunciadas por Benjamin despertam algumas inquietações, sobretudo por nos encontrarmos cada vez mais voltados a nós mesmos, indiferentes à realidade e experiências de outras pessoas.

Além disso, com o acesso imediato às informações mediante acesso aos meios digitais, contidos na palma da mão, o tempo se tornou um bem que não pode ser “desperdiçado”, as pessoas parecem ter desaprendido a arte de parar e ouvir, trocando a sabedoria das experiências por informações superficiais, muitas vezes sustentadas apenas em opiniões rasas, sem reflexões ou fundamentos.

O saber que vem de longe, percorrendo o tempo, hoje encontra menos ouvintes que as muitas informações sobre acontecimentos presentes. As pessoas buscam apenas estarem informadas, deixando de lado a qualidade das informações, em forma de histórias que esperam ser contadas e ouvidas, como destaca Benjamin (1993), ao citar Paul Valéry, “o homem não cultiva aquilo que não pode ser abreviado”.

Outra questão que merece destaque é a falta de tempo, marca desta sociedade produtivista, que muitas vezes afasta e impede as pessoas de manterem diálogo, conversas e trocas de experiências, fazendo com que o passado se torne uma vaga lembrança, sem que este seja lembrado com algum significado.

Com isso, desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidade dos ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido (Benjamin, 1993, p. 205).

Nesse sentido, as histórias narradas pelas pessoas mais velhas são tão importantes quanto as histórias que encontramos nos mais diversos livros ou artigos, pois, certamente, por meio da arte de narrar construímos nossa história.

Acompanhamos uma sociedade que cada vez mais ignora as lembranças das pessoas idosas, julgando-as de pouca ou nenhuma importância, muitas vezes vistas como alguém que gradativamente perde a razão e a memória, demandando muitos cuidados e pouca atenção por parte de pessoas ocupadas e apressadas em cumprir suas agendas de produtividade e exposição midiática.

Difícil é ouvi-los em suas narrativas saudosas, por vezes longas, cheias de subjetividade e emoções, dos tempos em que eram protagonistas ativos da sociedade, desempenhando papéis importantes e mesmo mudando o futuro de tantas pessoas. Alguns não percebem que a terceira idade tornou depositária de um conhecimento único e exclusivo de quem testemunhou/acompanhou as transformações do tempo.

Deste modo, as memórias guardadas por meio dos anos na terceira idade, tornaram-se um precioso depositário histórico, que apenas pode ser conhecido a partir das narrativas dos velhos personagens, pois: “[...] embora várias pessoas tenham vivido ou presenciado um único acontecimento, não existe uma lembrança única sobre ele: cada indivíduo digere os fatos de forma singular” (Santhiago; Magalhães, 2015, p. 41).

Em sua obra intitulada *Memória & Sociedade: lembrança de velhos*, Bosi (1994) empenha-se em compreender a função da memória na terceira idade. Para a referida autora, as pessoas idosas possuem, por assim dizer, um papel fundamental na formação das pessoas, pois eternizam memórias pessoais de um tempo, de lugares, de pessoas, ensinando o passado por meio das histórias por eles vivenciadas.

Em sua compreensão, a memória é percebida como o vínculo com o passado, com a certeza de que sua história foi marcada por tantos desafios e conquistas, que traz ao idoso a satisfação de torná-la conhecida e lembrada, dando uma nova perspectiva para sua vida, à espera de ouvidos curiosos e atentos às suas narrativas e que de alguma forma, lhe tragam um reconhecimento desejado. O diálogo com a pessoa idosa é uma experiência profunda, repleta de nostalgia, de sentimentos, emoções, situações e pessoas que enriquecem aquele que ouve, oportunizando a recuperação de um tempo tão significativo para o sujeito “velho”

que lembra (Bosi, 1994). A este respeito, Pollak (1989, p. 7) também nos lembra que: “[...] no momento que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento”.

Seria possível um dia, aos historiadores, enumerarem os incontáveis aspectos da vida, as muitas facetadas e experiências vivenciadas por tantas pessoas? Acreditamos que não! No desenvolvimento dessa experiência de pesquisa nos desafiaremos a ressignificar uma história, considerando as memórias de personagens, relacionadas às próprias vivências, no período de implantação do ensino superior na cidade de Cajazeiras, por meio de seus olhares, suas percepções, a maneira como compreendiam e viviam aquele momento de lutas, conquistas e conflitos, como participaram deste processo, do que mudou em suas vidas e na vida de tantos outros sertanejos.

Apesar das críticas a respeito da confiabilidade deste tipo de fonte devido aos possíveis riscos de distorções em função da nostalgia e da subjetividade ou mesmo do desgaste físico acarretado pelos anos, a memória pode ser considerada como um meio de conhecer as significações da experiência coletiva a partir da recordação individual, afinal: “[...] a memória não é só individual; ela é compartilhada coletiva com os grupos sociais com os quais vivemos. Isso é o que podemos chamar de memória coletiva” (Santhiago; Magalhães, 2015, p. 37).

Por esta razão, a história oral não consiste apenas em uma forma de preencher as lacunas deixadas pelos documentos escritos ou imagéticos, mas uma fonte merecedora de credibilidade e de valor histórico similar às fontes escritas, cabendo a mesma o mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis e sejam sistematizados, reconhecendo neles algo concreto e capaz de incidir sobre a realidade. Por isso, “tanto os fatos quanto as percepções sobre tais acontecimentos são importantes na construção do conhecimento” (Santhiago; Magalhães, 2015, p. 23).

Com base nas premissas teóricas apresentadas podemos compreender a memória como uma construção particular de fragmentos do passado, não apenas como uma lembrança de um indivíduo isolado, mas de um indivíduo inserido em um contexto social, de tal modo que suas lembranças individuais são parte de uma memória coletiva.

Toda memória é coletiva, e por isso constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si, dos outros e dos acontecimentos ao redor, de tal

modo que se torna imprescindível a valorização da memória individual para a construção da memória coletiva, ainda que as lembranças narradas sejam selecionadas, considerando que se quer lembrar, tornar conhecido, que parece ser mais significativo ao narrador, muitas vezes, ocultando aquilo que se julga desnecessário ou contraditório.

Podemos assim dizer que por meio da oralidade é possível registrar e perpetuar as diferentes e divergentes vivências, compreensões, impressões e lembranças de indivíduos, que viveram um mesmo evento, mas o narram a partir de perspectivas distintas, possibilitando assim uma visão mais ampla do todo, a partir dos fragmentos e do que dispõem partilhar por meio das suas lembranças, permitindo um conhecimento daquilo que, de outro modo, não conheceríamos.

Segundo Lozano (1996, p. 16), “[...] a história interessou-se pela ‘oralidade’ na medida em que ela permitiu obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas”. Sendo assim, é possível centrar a análise histórica do passado nas diferentes visões e versões que surgem das experiências individuais.

Deste modo, estas lembranças nos autorizam a aproximação do nosso objeto de pesquisa, considerando os testemunhos orais como fontes identitárias, capaz de retratar realidades e experiências de uma sociedade, permitindo o posicionamento do indivíduo como sujeito no processo histórico produtor de histórias e feitos de seu tempo.

Considerando esta reconstrução da memória dos sujeitos e a análise de suas falas, que revelam as vivências de um determinado período da história local, devidamente cruzados com as fontes documentais, buscamos realizar a ressignificação do passado, por meio da escuta dos sujeitos, sobretudo ex-professores e ex-alunos da Antiga FAFIC¹⁰, analisando os diversos discursos, opiniões e pontos de vista destes que, de algum modo, tornaram-se testemunhos e, de certa forma, fontes históricas essenciais para a compreensão do processo de

¹⁰ Consensualmente, a história da FAFIC se divide em 3 períodos: a antiga FAFIC, assim denominada no período compreendido entre seu funcionamento e a desativação, nos anos de 1970 a 1980; a FAFIC, de 1996, quando foi reativada, até 2022, quando passou a se chamar de Faculdade Católica da Paraíba, sendo assim nomeada até os dias atuais. vale ainda destacar que entre os anos de 1965 e 1970, a faculdade era denominada faculdade de filosofia de cajazeiras, conforme consta em documentos da época.

interiorização do ensino superior no Alto Sertão da Paraíba, e as relações de poder que permearam a realização deste mesmo processo (Lozano, 1996, p. 16).

Contudo, não devemos considerar os testemunhos orais como a única verdade da história ou como um “resultado legítimo e final da pesquisa”, conforme nos adverte Alberti (2005), mas compreendendo que o relato oral não consiste na história em si, mas apenas em uma fonte.

Delgado (2009) nos lembra que a história oral é uma metodologia primorosa que se volta à produção de narrativas como fontes do conhecimento e do saber:

[...] fala, escuta e troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, pois não se vive em plenitude sem a possibilidade de escutar, de contar histórias e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado” (Delgado, 2009, p. 23).

Compreende-se assim que, por meio da entrevista, pode-se obter, pelos testemunhos dos entrevistados, dados objetivos e subjetivos para a pesquisa, neste caso, a entrevista se constitui um recurso que nos permite identificar as representações e os sentidos construídos pelos sujeitos em suas narrativas, além de se constituir também em um momento de elaboração do conhecimento.

A entrevista, compreendida como um procedimento metodológico dialógico e interativo, possibilita a obtenção de dados sociais e subjetivos, como imaginários, representações, sentimentos, valores e emoções, esse constitui em importante recurso para a pesquisa qualitativa na educação, considerando ter a educação uma dimensão social, histórica e cultural e ser um processo de construção de identidade. Nessa perspectiva, a dialogicidade se constitui como fator fundamental na pesquisa em educação (Oliveira; Fonseca; Santos, 2010, p. 39).

Foram realizadas entrevistas temáticas, semiestruturadas, considerando a sugestão de pontos de discussão através de um roteiro previamente apresentado e aprovado pelo orientador da pesquisa, pelo Comitê de Ética e pelo entrevistado, acrescentando-se novas perguntas conforme o teor da narrativa do entrevistado, promovendo sobretudo um diálogo livre e aberto.

Neste ponto, concordamos com Thompson (1992) ao enfatizar que uma das características essenciais para quem tem a pretensão de realizar entrevistas é calar e ouvir, e com Delgado (2009, p. 22), quando afirma que “[...] os melhores narradores são aqueles que deixam fluir as palavras na tessitura de um enredo que

inclui lembranças, registros, observações, silêncios, análises, emoções, reflexões, testemunhos”, de maneira que se possa apreender, com base nas experiências individuais, a memória coletiva e institucional.

Um equívoco recorrente que nos esforçamos em evitar, foi realizar uma espécie de polarização das memórias, primando por uma análise mais rica dos testemunhos coletados no decurso da pesquisa. Não raramente, vemos as constantes tensões existentes entre a história “vista de baixo” e a história “vista de cima”, como se a depender da perspectiva, uma história pudesse anular ou desmentir a outra. Essa questão é metodologicamente tratada por Alberti com o seguinte questionamento:

Será que o entrevistador que entrevista membros da elite, isto é, que investiga visões de mundo e experiências de vida de personagens da História “de cima”, escreve necessariamente uma História “não democrática”? Certamente que não. Polarizações do tipo História “de baixo” *versus* História “de cima” contribuem para diluir a própria especificidade e relevância da História oral – ou seja – a de permitir o registro e o estudo da experiência de um número cada vez maior de grupos, e não apenas dos que se situam em uma posição ou outra na escala social (Alberti, 2005, p. 158-159).

Deste modo, ao conhecer as experiências vivenciadas pelos entrevistados, ainda que estes ocupem esse lugar “de cima”, é possível entender como estas pessoas experimentaram o passado, tornando possível o questionamento de interpretações generalizantes de determinados acontecimentos. “A capacidade da entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica – e nesse sentido permite a ‘mudança de perspectiva’” (Alberti, 2005, p. 166).

Isso porque o olhar lançado sobre o passado pelo sujeito que lembra, não é o mesmo olhar que ele lançava sobre o presente, anos antes; a perspectiva e compreensão que tem hoje sobre o passado é diferente da que tinha formulado quando estava inserido no contexto da experiência. Assim, mesmo olhando a história “de cima”, pretendemos encontrar outra perspectiva da que consensualmente se conhece e se tem por certa.

Alberti (2005) ainda nos lembra que a História Oral só pode ser utilizada após constatada a existência de fontes vivas, e aplicada a temas “ocorridos num espaço de tempo de aproximadamente 50 anos” (Delgado, 2005, p. 21). Considerando que esta pesquisa aborda um tema considerado recente, na perspectiva da História do

Tempo Presente, por ter ocorrido na segunda metade do século XX e, verificada a existência destas fontes vivas, confirmamos a utilização do método, de maneira que foram realizadas 05 entrevistas, com pessoas que tinham mais de 70 anos.

Após a gravação, foi realizada a transcrição das entrevistas mantendo a fidelidade das falas. Alguns dos entrevistados solicitaram, em momentos específicos, pausas na gravação de seus testemunhos e que trechos ditos e gravados não fossem transcritos. Tal solicitação demonstra a preocupação presente nos entrevistados de evitar, ao máximo, pontos contraditórios que possam colocar em questão de algum modo, a lisura da imagem e da história da instituição e de seus idealizadores. Estas solicitações foram atendidas de modo que estes trechos foram retirados da transcrição e não serão em hipótese alguma utilizados nesta pesquisa, permanecendo, por ora, nos silêncios desta história.

Em seguida, cumprimos o protocolo de pesquisa autorizado pelo Comitê de Ética que orienta a realização da devolutiva aos entrevistados a fim de se apropriarem das próprias falas, realizarem alterações e correções que julgassem necessárias, ou ainda acrescimos de novas lembranças julgadas importantes que foram secundarizadas ou esquecidas. Vale ressaltar que, alguns dos depoimentos, ao retornarem aos entrevistados foram completamente reescritos por eles, inclusive ocultando informações que haviam sido ditas, mas que os entrevistados julgaram “desnecessárias” ou muito pessoais. Ressalto ainda que, apenas as entrevistas autorizadas serão utilizadas nesta pesquisa, ainda que memórias que julgasse valiosas precisem continuar nos subterrâneos da história.

Em seguida, foi realizada a análise e comparação das entrevistas entre si, bem como, o cruzamento com as outras fontes documentais, de maneira que, pudéssemos registrar e analisar a trajetória de implantação do Ensino Superior em Cajazeiras considerando as narrativas feitas sob diferentes perspectivas e olhares, compreendendo a concepção inicial da faculdade e as relações nela contidas.

Diante das possibilidades de pessoas a serem ouvidas, dividimos os entrevistados em dois grupos: o primeiro formado por 3 ex-professores que lecionaram nos primeiros anos da faculdade, destacando-se o Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga, nascido no ano de 1934 na cidade de Uiraúna-PB, ex-professor da Antiga FAFIC; o Padre Antônio Luiz do Nascimento, nascido no ano de 1938 na cidade do Barro-CE, e o prof. Antônio Quirino de Moura, nascido no ano de 1934, no Distrito de Melancias, atual município de Santa Helena-PB.

O segundo grupo, formado por 02 ex-alunos das primeiras turmas que mantiveram estreitas relações com o Monsenhor Gualberto e com a faculdade, que passaram a também compor o corpo docente após a conclusão de seus cursos superiores. 1) o professor Francisco das Chagas Amaro da Silva, nascido no ano de 1948, no sítio Riacho do Bode, município de São José da Lagoa Tapada-PB, aluno da primeira turma do Curso de História e, posteriormente professor do mesmo curso; 2) a professora Maria Iêda Félix Gualberto, nascida no ano de 1945 na cidade de Triunfo-PB, aluna da primeira turma do Curso de Letras, posteriormente professora do mesmo curso. No quadro a seguir, destacamos as informações referentes aos entrevistados e entrevistadas.

Quadro 3 – Fontes orais contatadas e/ou entrevistadas sobre FAFIC

Fontes orais	Relação com a instituição	Data da entrevista	Duração
Padre Antônio Luiz do Nascimento	Professor da Antiga FAFIC e diretor após a reabertura (1996 a 2006).	14/11/2022	2h23min
Antônio Quirino de Moura	Ex-professor da Antiga FAFIC, secretário de educação (1969-1972) e prefeito de Cajazeiras (1972-1975).	27/02/2023	18min
Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga	Ex-professor da Antiga FAFIC	19/07/2023	1h52min
Francisco das Chagas Amaro da Silva	Ex-aluno da primeira turma do Curso de História e ex-professor da Antiga FAFIC, UFPB e UFCG.	31/10/2022	1h08min
Maria Iêda Félix Gualberto	Ex-aluna da primeira turma do Curso de Letras, ex-professora da Antiga FAFIC e da UFPB, e vice-diretora após a reabertura (2006-2013)	14/02/2023	1h25min

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quatro das cinco entrevistas foram realizadas na própria faculdade, a pedido dos entrevistados, demonstrando a identificação que eles ainda possuem com o lugar, ao mesmo tempo que afirmam seu lugar nesta história. Apenas uma entrevista foi realizada na residência do entrevistado dada sua dificuldade de locomoção.

Ressaltamos por fim, que todas as informações e relatos coletados por meio das entrevistas e apresentados nesta composição foram revisados, o seu uso foi autorizado por todos os entrevistados ao assinarem o Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido – TCLE, conforme anexos. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos, conforme parecer anexo.

1.2 Educação, disciplina e civilidade: um instrumento ideológico de poder

Nas últimas décadas, muitas são as discussões, reivindicações, projetos e métodos que intencionam a promoção de uma educação que permita o desenvolvimento do senso crítico dos alunos, que possibilite questionamentos e interpretações de mundo, e não apenas a assimilação, como meros receptores, de conteúdos cristalizados. No entanto, esta preocupação por uma educação que permita a emancipação intelectual das pessoas nem sempre esteve em pauta. Pelo contrário, especificamente por ter esta característica emancipadora, a educação já foi em muitos momentos utilizada como um instrumento ideológico legitimador de poder.

Ao longo dos anos, o saber se transformou em instrumento capaz de construir e solidificar o poder. Uma vez exercido sobre os sujeitos, o poder possibilitou a instrumentalização do saber para a produção de individualidades, construindo um indivíduo por meio do poder disciplinar. Assim, seus movimentos eram articulados, seus corpos adestrados, seus pensamentos influenciados e induzidos; seu comportamento normalizado dentro de parâmetros estabelecidos e suas ações controladas, imprimindo um modo de ser e pensar.

Há de se considerar que, com o passar dos anos, o exercício do poder passou por muitas modificações. De um poder basicamente fundado na exclusão, repressão e censura, como nos aponta Foucault (1987), passou-se a desenvolver uma multiplicidade de práticas, pelas quais se exercia um controle sobre o corpo, mente, desenvolvimento de habilidades, comportamentos, ações, decisões.

Esse poder sobre a vida implicava em uma série de condutas que passaram a ser vistas sob a perspectiva de um saber epistemológico, de maneira que, incidia sobre a vida e se manifestava nas ações do indivíduo, percebia o corpo como um meio pelo qual se poderia governar para as mais diversas finalidades.

Considerando a perspectiva de Foucault e os mecanismos pelos quais o poder é exercido e incide sobre a vida do sujeito, este pode ser definido enquanto uma ação que objetiva outra ação, sendo possível compreendê-lo como uma

execução: não se tem o poder, mas se o exerce sobre alguém, como uma relação entre indivíduos que atuam uns sobre outros (Foucault, 1995).

As relações de poder perpassam as relações humanas. Para Foucault, um indivíduo não está submetido ao poder a não ser que ele seja induzido a agir de determinada maneira, de modo que o poder não é caracterizado apenas pela dominação ou violência de um indivíduo sobre o outro, numa perspectiva puramente repressiva, no entanto, pode servir de um eventual instrumento numa relação de poder específica, exprimindo força, persuasão, controle, regulação.

É um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (Foucault, 1995), essas relações produzem um efeito de verdade:

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência (Foucault, 2005b, p. 179-180).

O poder como verdade se institui pelos discursos produzidos e aceitos por vezes, sem a devida consciência e reflexão. Assim, os discursos não só assumem um efeito de verdade, como também disfarçam o fato da dominação. Pela formação ideológica, é possível modelar corpos e mentes e produzir os indivíduos desejados e necessários para a sociedade. Assim, compreendemos que:

[...] o poder pode ser analisado como um domínio de relações estratégicas entre indivíduos, que tem como ponto central a conduta do outro. As formas como esse poder é exercido são ampliadas e afirmadas por diversas instituições, que visam sobretudo, o modelamento do indivíduo baseado nas concepções de bom comportamento. A partir das relações estabelecidas, surge a ideia de um poder disciplinar, que atua por meio de uma rede de mecanismos de controle dos corpos, bem como das ideologias, objetivando sempre tornar as condutas cada vez mais conforme às regras (Sousa, 2011, p. 11).

Desta forma, os instrumentos de poder eram legalizados e institucionalizados, aplicando-se a todos os setores da sociedade, fazendo com que, entre outras coisas, as instituições educacionais se tornassem espaços de exercício do poder e as práticas educacionais fossem vistas como civilizatórias, pois englobavam as diversas dimensões da vida política, econômica, social, religiosa e moral do indivíduo.

A educação era percebida como um eficiente instrumento de poder, à medida em que, por meio das diversas instituições educacionais, o pensamento era formado e o modelo de sociedade estabelecido era aceito por vias ideológicas. O ambiente escolar consistia, assim, em um espaço onde o poder disciplinar produzia saber. Conforme Sousa (2011):

Os ambientes de formação educacional consistem em espaços privilegiados em que o poder é exercido, em todos os seus ambientes e relações. Deste modo, institui-se uma disciplina que visa, sobretudo, a produção de corpos submissos, exercitados e dóceis, por meio de métodos que permitam um controle minucioso sobre o corpo do indivíduo, a fim de impor uma relação de docilidade e utilidade (Sousa, 2011, p. 26).

Nos diferentes períodos da história do Brasil, era recorrente um modelo educacional pautado em interesses políticos. No intuito de construir um Estado Nacional forte, imprimir um sentimento de identidade nacionalista e legitimar o poder das classes dominantes, a educação sofreu muitas interferências dos ideais e objetivos presentes nos diferentes governos vigentes.

A utilização da educação com base em interesses políticos sempre foi recorrente na história do Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. Com referência nesse histórico de interferências e intervenções, nos deteremos, em linhas gerais, no modo pelo qual o Governo Militar brasileiro, iniciado em 1964, utilizou a educação como instrumento de controle e legitimação de poder.

Durante os primeiros anos da década de 1960, o Brasil passou por uma reviravolta na educação. Inspirados no método do educador pernambucano Paulo Freire, movimentos que visavam promover uma educação popular, que promovesse a consciência social e política das massas, surgiram no Brasil. Esses movimentos atribuíam à educação um caráter de luta, no intuito não somente de superar os altos índices de analfabetismo, mas desenvolver o senso crítico das camadas populares

em condições de alta vulnerabilidade socioeconômica e mobilizá-las para a participação política, de modo a promover as transformações sociais tão necessárias naquele momento.

Do ponto de vista político, a implantação das Reformas de Base do governo de João Goulart, incluindo àquelas relacionadas à educação, foram utilizadas como pretexto de indicação de uma ameaça comunista, que comprometeria a segurança nacional, fato que desagradou os setores conservadores, os quais temiam que o Brasil passasse por uma revolução social. Tais temores levaram estes segmentos a apoiarem uma intervenção militar, baseado na construção ideológica de que o comunismo era uma ameaça à ordem e a todos os setores da sociedade e precisava urgentemente ser combatida.

O golpe de 1964 abortou todas as iniciativas de promover uma educação revolucionária, emancipatória e libertadora. Os movimentos de educação popular foram considerados perigosos e subversivos, sendo necessário pôr um fim a esta ameaça para o capitalismo e para o governo que acendia, à força, ao poder. Era necessário reverter esta situação e utilizar a educação como um instrumento de controle das massas e a favor da promoção dos ideais do novo regime.

Para efetivar um projeto educacional que apenas instrísse a população para o trabalho, sem lhe dar condições para pensar ou questionar, o governo valeu-se da promulgação de leis e decretos que davam uma aparência de legitimidade às suas imposições. Três leis foram fundamentais nesse processo: a Lei nº 5379/67, que criou o Movimento Brasileiro pela Alfabetização – Mobral; o Decreto-lei nº 869/69, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de disciplinas da área de Educação Moral e Cívica nas escolas; e por fim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 5.692/1971, que normatizou a reforma do ensino de 1º e 2º graus. A educação havia sido mais uma vez, redescoberta como um instrumento ideológico de poder.

Estas leis adequavam a educação ao modelo econômico assumido pelos militares, de maneira a promover a qualificação técnica da mão de obra necessária ao desenvolvimento capitalista, fazendo dos espaços educacionais meios privilegiados de difundir os valores conservadores do regime, desde a educação infantil até o ensino superior, formando cidadãos dóceis e úteis, facilmente manipulados pelo Estado.

Assim, os espaços educacionais e os métodos de ensino passaram a sofrer diversas interferências, por parte do governo, que reorganizou a educação no país

como um instrumento ideológico do Estado, por meio do qual se difundia os projetos militares, como forma de controle sobre a sociedade. Todas as ações realizadas na educação do país neste período objetivavam a inclusão do ideário político militar no currículo educacional e no dia a dia das instituições, com bases na Doutrina de Segurança Nacional – DSN, compreendendo do ensino primário ao ensino superior, institucionalizando a vigilância e o controle sobre corpos e mentes.

Nesse contexto, na estrutura curricular da prática escolar se destacou a implantação em caráter obrigatório, de três componentes curriculares que anunciavam o caráter autoritário e civilizador que permeava a educação: Organização Social e Política do Brasil¹¹ (OSPB), Educação Moral e Cívica (EMC) e Estudos Sociais, disciplina que sintetizou os conteúdos de humanidades, incluindo história e geografia, vetando oficialmente os ensinamentos de Filosofia e Sociologia na estrutura curricular para a prática escolar.

Quanto ao Ensino Superior, ainda durante o período denominado “populista”, a insatisfação diante do sistema universitário sob o controle dos catedráticos, levou vários pesquisadores, professores e estudantes a um intenso movimento em favor de uma reforma universitária, no intuito de transformá-la em espaço para a produção de conhecimento científico e de acesso mais amplo diante do problema dos excedentes. Ao assumir o poder, o Governo Militar retoma a necessidade de reforma do ensino superior como forma de justificar e legitimar suas ações neste campo.

Pelo caráter centralizador e coercitivo, o Regime Militar caracterizou-se pela forte repressão a toda e qualquer forma de oposição ao governo, buscando eliminar as resistências que pudessem ameaçar a perda desse poder e o retorno da política anterior, inclusive no meio acadêmico, a exemplo da Lei Suplicy de Lacerda que criou o Diretório Nacional dos Estudantes em substituição à União Nacional dos Estudantes – UNE, e proibiu greves, reivindicações e propagandas partidárias nas entidades estudantis, classificando qualquer reivindicação como mera agitação política.

Desta forma, a reforma deveria estabelecer limites aos subversivos e ao movimento estudantil, o que aconteceu por meio de decretos promulgados que

¹¹ A disciplina OSPB já pertencia ao currículo educacional do país desde 1962. Durante o governo dos militares, a partir do controle exercido na educação com a finalidade de educar as pessoas dentro dos interesses do regime. A OSPB foi mantida no currículo e se tornou disciplina obrigatória no ensino médio junto com o ensino profissionalizante.

regulamentavam a vida acadêmica, como foi o caso do Decreto-Lei nº 477, aplicado aos professores, alunos e funcionários do ensino superior, proibindo manifestações de caráter político, além de prever o jubramento dos alunos “indesejáveis”, como forma de inibir os protestos estudantis e obter um controle político social mais amplo (Sousa, 2011, p. 26-27).

Mais uma vez, a educação, e de modo particular a educação superior, na qual se encontravam “focos de resistência”, passou a ser vista como meio de subversão e perigo constante para o novo governo, tendo sido reorganizada como instrumento ideológico do Estado, na tentativa de transformar o espaço acadêmico num meio eficaz de difusão dos ideais militares, de vigilância e repressão, como uma forma de controle do Estado sobre a sociedade.

Neste aspecto, a universidade, sob o controle militar, se tornou efetivamente o meio no qual se exercia o poder do Estado sobre a formação intelectual da sociedade, bem como instrumento de repressão a quem insistisse em pensar ou agir fora dos parâmetros estabelecidos (Sousa, 2011, p. 20).

A Reforma Universitária de 1968¹² foi realizada à luz da DSN, num contexto em que o ensino superior assumiu um papel essencial no desenvolvimento econômico e na modernização do país, pelo fato de consistir num espaço de transmissão e produção de conhecimento. Assim, as mudanças provocadas pela Reforma Universitária impactaram a estrutura das instituições do ensino superior no Brasil (Machado; Nunes; Machado, 2022).

Além disso, amparada pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), a Reforma teve como importantes marcos, os acordos MEC-USAID, os Relatórios Aton e Meira Mattos e, por fim, o relatório final do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária – GTRU, que subsidiaram a Lei da Reforma Universitária.

Devido à grande influência política e econômica que os Estados Unidos exercia no país, entre os anos de 1964 e 1968, foram firmados acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Os acordos MEC-USAID objetivaram o “aperfeiçoamento” do modelo educacional brasileiro, englobando a educação em todas as suas áreas e

¹² Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, foi encarregada de regular o ensino superior no Brasil. Conhecida como a lei da Reforma Universitária, propunha investimentos para modernizar e expandir as universidades brasileiras, sobretudo a pós-graduação, com o propósito de impulsionar a economia e o desenvolvimento do país.

níveis, desde o ensino primário até o superior, a fim de estabelecer uma nova ordem para o país, como destacam Cunha; Góes (2002, p. 32).

Os acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores, e a produção e veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha.

Os acordos intencionavam também reunir uma equipe técnica de trabalho, para sistematizar informações sobre as universidades brasileiras, reconhecendo-as como um fator de desenvolvimento econômico do país, de modo que, para se alcançar a modernização e desenvolvimento, seria necessário também investimentos no setor educacional, a fim de qualificar mão de obra profissional, para atender às novas demandas e exigências do mercado de trabalho o mais rápido possível.

O Relatório Atcon foi o resultado de um estudo sobre a universidade do Brasil intitulado “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira”, desenvolvido a partir de visitas realizadas à doze instituições do país, pelo professor americano e membro da AID (*Agency International Development*) Rudolph Atcon, designado consultor do MEC. Disponibilizado ao GTRU, sob o título de “Recomendações”, o relatório fazia uma série de recomendações referentes a implantação de uma nova estrutura universitária baseada no modelo empresarial, com o objetivo de construir um “suporte institucional para a execução de decisões militares em direção ao propalado do Brasil Grande, injetada pelos interesses estrangeiros nos discursos governamentais” (Boschetti, 2007, p. 224).

Em outras palavras, era necessário investir na educação de maneira que fosse capaz de atender aos anseios imediatos da construção do progresso e do desenvolvimento. Para tanto, era urgente a formação de uma mão de obra qualificada que trouxesse à Nação um retorno da aprendizagem em curto prazo, dando às universidades um caráter utilitarista e empresarial, que cumprisse a dupla função de formação acadêmica e ainda suprisse as urgentes necessidades do mercado de trabalho.

Entre junho e setembro de 1965, Atcon elaborou os princípios da Reforma, incorporados pela maioria das universidades em seus Estatutos e Regimentos, de maneira que as universidades foram reorganizadas segundo o modelo de uma

empresa capitalista, “distinguindo os que ‘pensam’ dos que ‘fazem’, ou seja, os que formulam sua política essencial e financeira e os que a executam” (Boschetti, 2007, p. 225).

A este tempo, acirrava-se o conflito entre estudantes e o regime autoritário, sobretudo quanto às insatisfações e críticas relacionadas às propostas reformistas sugeridas pelos acordos MEC-USAID e o Plano *Atcon*.

Nestas circunstâncias, o Presidente General Artur da Costa e Silva juntamente com Ministro da Educação Tarso Dutra, por meio do Decreto nº 62.024, instituiu em dezembro de 1967, uma comissão especial presidida pelo general Carlos Meira Mattos. Esta Comissão tinha por objetivo

[...] emitir pareceres sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis. Observa-se, através da leitura do relatório, que há uma nítida ligação entre a educação brasileira e os interesses governamentais, de projeção econômica e social da política de desenvolvimento (Costa, 2009, p. 38).

A Comissão deveria intervir na universidade, encarregando-se de estudar e propor soluções para o bloqueio das atividades do movimento estudantil, outra ação da respectiva Comissão foi realizar análises sobre a situação da Universidade no Brasil considerando a necessidade de ampliar o sistema de ensino superior, racionalizando investimentos e, ao mesmo tempo, gerando o máximo de rendimentos.

Deste modo, o relatório Meira Mattos buscava organizar meios de intervenção nas universidades e de contenção ao movimento estudantil estabelecendo formas de disciplinamento dentro destas instituições.

Ao passo que estas intervenções significavam benefícios relevantes do ponto de vista empresarial, para a universidade implicou na despolitização e desarticulação estudantil.

Além disso, submetida a novos modelos curriculares e estruturais, foi perdendo seu comportamento crítico e as oportunidades de aprofundamento em conteúdos indispensáveis à compreensão da vida social, das relações do trabalho e do exercício pleno da cidadania (Boschetti, 2007, p. 226).

Controlando e reprimindo o pensamento crítico e político dentro das universidades, e implantando um modelo de formação tecnicista e disciplinador, o

ensino superior passou a ser utilizado como um instrumento ideológico de poder, que moldava o pensamento e o comportamento, fosse pela formação ou pela repressão, formando “cidadãos de bem”, civilizados, integrados ao movimento nacionalista de projetar o Brasil, que não representavam ameaça ao poder e ainda atendiam as necessidades do sistema capitalista, além de exercer a vigilância e o controle sobre um espaço potencialmente subversivo.

As ideias apresentadas pelos relatórios resultaram nas novas diretrizes que definiriam e regulariam o ensino superior no Brasil. Em 1968, o presidente Costa e Silva criou o GTRU, disponibilizando a este grupo um conjunto de ideias para as universidades já presentes nos planos governamentais.

Logo, ao dar início à preparação do documento que nortearia a lei da reforma universitária, o GTRU já dispunha dos conteúdos de seminários e fóruns realizados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES¹³, aos quais foram anexadas as conclusões dos seus mais importantes signatários: Rudolf Atcon e Meira Mattos (Boschetti, 2007, p. 223).

Esta Comissão deveria estudar a Reforma, com o objetivo de promover uma formação eficiente, moderna, com flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país. No entanto, a Lei da Reforma Universitária, “segundo recomendação dessa comissão, foi imposta sem discussão e votada em 60 dias” (Boschetti, 2007, p. 222).

Entre tantas ações reestruturais executadas pela RU, como a abolição do sistema de cátedras e a criação de departamentos, acarretou muitas outras implicações, a exemplo, a perda da autonomia e a despolitização das universidades, sendo estas regidas por duras regras; a repressão dos movimentos estudantis e a qualquer tipo de oposição ou reivindicação e a criação de universidades particulares, com auxílio do governo, para uma maior oferta de vagas em cursos superiores, como caminho para solucionar o problema dos excedentes.

E, é neste âmbito, regido e moldado por estas relações de poder, que a RU dá marcha à criação e abertura de diversas faculdades por todo o país, ao mesmo

¹³ Fundado em 1962 por empresários e militares de alta patente, o IPES foi um dos principais articuladores do movimento que culminou no golpe de 1964. Supostamente criado para fins educacionais, o instituto desenvolveu nos bastidores uma ampla campanha político-ideológica para desestabilizar o governo João Goulart. Dentre as ações estavam o financiamento de parlamentares e grupos oposicionistas, a infiltração em movimentos populares e a disseminação de propagandas anticomunistas através de publicações, filmes, programas de tv, etc.

tempo em que, em outras universidades, professores eram perseguidos e demitidos, alunos jubilados e cursos, sobretudo da área de humanas, eram fechados.

A criação de novas faculdades privadas e isoladas levou a uma rápida expansão do ensino superior, chegando às regiões mais distantes e que ainda não dispunham de Instituição de Ensino Superior – IES. Com as portas abertas pela Reforma, foram geradas as condições favoráveis para a expansão das faculdades no Brasil e, conseqüentemente, ampliavam-se também os espaços de controle e correção dos indivíduos, em especial acadêmicos e profissionais da educação superior, que representavam a massa intelectualizada da população, no qual se encontrava o maior risco de subversão, efetivados pelo poder institucionalizado. (Sousa, 2011).

Assim, o poder era exercido amplamente através da formação superior, a partir do controle e formação de corpos e mentes dóceis e úteis, por meio da formação profissionalizante, da restrição do pensamento crítico e intelectual, da repressão, e da construção de uma identidade nacionalista, embasado num novo conceito de civilidade e Nação forte e desenvolvida.

Compreendendo este contexto essencial para a idealização, concepção e implantação do Ensino Superior em Cajazeiras, avançamos nos passos da pesquisa, cujo 2º Capítulo intitulado “Do papel à prática: a idealização de uma faculdade para Cajazeiras”, abordaremos a maneira pela qual a faculdade foi idealizada e pensada através de três pontos centrais: 1) a formação de professores diante da realidade de carência profissional da cidade naquele momento; 2) a ideia de que uma faculdade no Alto Sertão paraibano ampliaria o acesso ao ensino superior, sobretudo à população mais carente; e 3) os cinco anos de silêncio em que esteve mergulhado o processo de criação enquanto se delineavam as relações.

No 3º e último capítulo, intitulado “Relações de Poder e Memórias” trataremos sobre os posicionamentos ideológicos que permeavam a Instituição frente às políticas educacionais estabelecidas pela Reforma Universitária, a partir de três análises: 1) da criação da Faculdade face à RU que favoreceu a expansão do ensino superior privado; 2) das relações pessoais, políticas e ideológicas estabelecidas entre os sujeitos que foram determinantes dentro deste processo e a maneira como estas relações se teciam entre Igreja, educação e política; e finalmente, 3) as principais posições políticas e as oposições enfrentadas pela recém criada faculdade, com ênfase nas memórias.

CAPÍTULO 2

DO PAPEL À PRÁTICA: A IDEALIZAÇÃO DE UMA FACULDADE PARA CAJAZEIRAS

2.1 Uma faculdade para a formação de professores(as)

A história da cidade de Cajazeiras está intrinsecamente ligada à educação, a política e a religião desde sua fundação no século XIX, de modo que não se pode conhecer sua história sem estabelecer essa relação, que inclui as disputas pelo poder, a religiosidade e as tradicionais famílias Rolim e Albuquerque, pioneiras as quais o poder político, econômico e cultural permaneceu ligado por longos anos.

A cidade de Cajazeiras está localizada na região do Alto Sertão Paraibano, a 475 km da capital João Pessoa. Ocupando uma área de aproximadamente 563 km², sua população, conforme dados do IBGE em 2022, era de 62.576 habitantes, sendo o oitavo município mais populoso da Paraíba. Mesmo estando situada na região conhecida como Polígono das Secas e possuindo um clima semiárido, sua localização fronteiriça com o estado do Ceará e sua proximidade com os limites dos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, é um dos fatores favoráveis para o desenvolvimento e ocupação ainda no século XIX.

A cidade se desenvolveu à sombra da Igreja Católica, dos interesses políticos e econômicos das oligarquias locais ligadas às tradicionais famílias e da educação. Abordaremos a relação entre política e religião posteriormente. Neste momento, nos centraremos no desenvolvimento da cidade a partir da perspectiva educacional.

Ao retornar do Seminário de Olinda, em 1829, o padre Rolim fundou, na fazenda de seus pais, a “Escolinha da Serraria”, que funcionava numa casa de madeira construída próximo ao local onde se extraía a madeira utilizada na construção das casas que gradativamente povoaram a região, no intuito de suprir a carência educacional daquela localidade. Na Serraria, padre Rolim teria iniciado sua missão de Educador dos Sertões, modo pelo qual ficou conhecido pela historiografia de Cajazeiras.

Na ausência de outro estabelecimento de ensino em toda a região, o número de alunos que procuravam a Escola da Serraria, vindos inclusive dos estados vizinhos, começou a crescer significativamente, de modo que no ano de 1836, Pe.

Rolim ergueu uma “Casa-Escola” que funcionava num casarão de alvenaria localizado próximo à Capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade¹⁴, atraindo estudantes de várias localidades, como foi o caso de Cícero Romão Batista, o Padre Cícero de Juazeiro do Norte-CE, Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, natural de Pernambuco, e que viria a se tornar o primeiro cardeal da América Latina e Irineu Joffily, pioneiro da imprensa na Paraíba.¹⁵

No ano de 1843, com a autorização do Presidente da Província da Paraíba, o estabelecimento de ensino foi transformado em Colégio de Instrução Secundária, recebendo a denominação de Colégio Padre Rolim.

Deste modo, Cajazeiras foi adquirindo significativa importância para a região sertaneja nordestina, pois a Paraíba, no século XIX, possuía apenas dois colégios: o Liceu Paraibano, fundado no ano de 1837, em João Pessoa, e o Colégio do Padre Rolim, em Cajazeiras, no sertão paraibano (Sousa, 2011, p. 15).

Já no ano de 1862, o Colégio atingiu seu auge contando com 85 alunos matriculados, número significativo se levarmos em consideração a realidade social e econômica da região do semiárido nordestino, e o fato de que o Liceu Paraibano naquele mesmo ano, contava com 104 alunos (Araújo, 2020).

Assim, através da experiência educacional, Cajazeiras vivenciou um significativo desenvolvimento de modo que “em menos de cinquenta anos, passou de simples povoado à condição de paróquia, vila, sede de comarca e cidade, constituindo-se nos anos setenta, o maior e mais desenvolvido centro urbano do sertão paraibano” (Leitão, 1991, p. 53).

Até então, o Colégio oferecia apenas formação para meninos, quando em 1858, com a anuência do Presidente da Província da Paraíba Beaurepaire Rohan, o Padre Rolim fundou uma escola particular para a educação feminina, que funcionava como anexo do seu Colégio, a futura Escola Normal de Cajazeiras, onde lecionaram duas de suas sobrinhas: Vitória dos Santos Rolim de Albuquerque e Antonia dos

¹⁴ A primeira capela de Cajazeiras, hoje Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, localizada no centro da cidade, foi erguida ao mesmo tempo que a casa escola, em 1836, utilizando-se do trabalho dos escravos pertencentes à família, de maneira que cajazeiras se desenvolveu ao redor da igreja e do colégio, constituindo assim seu núcleo social, econômico, político, religioso e cultural.

¹⁵ Padre Cícero ingressou no Colégio de Cajazeiras no ano de 1860, aos 16 anos, permanecendo por apenas dois anos, pois seu pai faleceu em 1862. O Cardeal Arcoverde começou seus estudos em Cajazeiras aos 13 anos, em 1863. Irineu Joffily iniciou seus estudos, aos 12 anos, no ano de 1855, no Colégio do Padre Rolim.

Santos Rolim de Albuquerque, que haviam sido enviadas para Fortaleza com a finalidade de se formarem para o magistério e assim, instalar uma aula particular do ensino primário para meninas em Cajazeiras.

Vale ainda ressaltar a reivindicação da historiografia cajazeirense quanto ao pioneirismo educacional da cidade dentro do estado, ainda que sob frágeis argumentos e sem bases sólidas, consagrada pela célebre frase de Alcides Carneiro que afirma ser Cajazeiras a “cidade que ensinou a Paraíba a ler”, fundamentado no fato de que o trabalho do Padre Rolim, com sua Escolinha da Serraria, em 1829, antecedeu ao Liceu Paraibano, em 1836, e que o Colégio Nossa Senhora das Neves¹⁶, criado pela Lei Nº 13, de 4 de novembro de 1858 na capital João Pessoa, surgiu quase três meses depois da escola feminina de Cajazeiras.

No entanto, em 1877 o Colégio Padre Rolim fechou pela primeira vez devido à grande seca que assolou a região, retornando suas atividades em 1882, após o período de estiagem, porém, com o número reduzido de alunos. Estima-se que neste período, o Colégio possuía apenas 12 alunos. O número reduzido de alunos, aliado ao peso dos 82 anos do Padre Rolim, contribuiu para o novo fechamento do Colégio.

Em 1903, o bispo da Diocese da Paraíba Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques, determinou a reabertura do Colégio, agora sob a denominação de Colégio Diocesano Padre Rolim, tendo sido a direção assumida pelo Cônego Sabino de Sousa Coelho, sobrinho do Padre Rolim. Um ano depois, mais uma vez, suas atividades foram interrompidas por falta de alunos.

Com o encerramento das atividades do Colégio, Cajazeiras e região passaram a padecer novamente com a carência educacional e com o analfabetismo. Neste período, cerca de 75% da população de Cajazeiras era analfabeta (Sousa, 2011).

Apenas no ano de 1915, com a posse do primeiro bispo diocesano de Cajazeiras¹⁷, Dom Moisés Sizenando Coelho, o Colégio foi reaberto sob a direção do Padre José Viana. Em 1918, foi feita a implantação do Curso Normal, após este

¹⁶ O antigo Colégio Nossa Senhora das Neves, situado em João Pessoa-PB foi fundado em 4 de novembro de 1858, por Beaurepaire Rohan, presidente da Província da Parahyba do Norte como uma escola para a educação feminina e a profissionalização para o magistério

¹⁷ A Diocese de Cajazeiras foi criada em 6 de fevereiro de 1914 pela bula *Maius Catholicae Religionis Incrementum* do Papa Pio X e desmembrada da diocese da paraíba. Teve como primeiro bispo Dom Moisés Sizenando Coelho (1915-1932), sobrinho neto de Padre Rolim.

estabelecimento de ensino ser equiparado à Escola Normal do Estado da Paraíba pela Assembleia Legislativa, passando a ser denominado Escola Normal Padre Rolim, sob a direção do Monsenhor Constantino Vieira da Costa, e, em 1931, sob a direção do Padre Gervásio Coelho, foi equiparado ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, ocasião em que passou a funcionar como Ginásio.

A respeito do CDPR, o professor Francisco das Chagas Amaro da Silva comenta:

[...] a implantação da Diocese continuou impulsionando a educação em Cajazeiras e no âmbito de toda Diocese. O primeiro bispo, Dom Moisés Coelho, encontrou o Colégio Diocesano fechado. O colégio fechou algumas vezes. Não foi só no século XX ou XXI que o colégio fechou não. O Colégio fechou no século XIX ainda com o pe. Rolim em duas oportunidades: na época da seca de 77 e na época do *Colera Morbus*; o Colégio fechou também no final da vida do Padre Rolim, quando ele já estava depois dos 80 anos, cansado e sem aquela força, sem aquele dinamismo. Fechava muitas vezes por falta de alunos. Fechou no início do século XX, em 1903 ele estava fechado e tudo mais. Dom Moisés como sucessor de Dom Adauto na Arquidiocese tentou de novo abrir o Colégio. Na verdade, a coisa só vai funcionar mesmo a partir de Dom Moisés, a partir da faculdade, e sobretudo com Dom João da Mata Amaral, que trouxe para cá, depois de investir no Colégio fisicamente, trouxe pra cá os padres Salesianos¹⁸ que tomaram de conta a partir de 38, 39 até 1959 (Silva, 2022).

A partir de então, iniciou-se em Cajazeiras um período de expansão do ensino, quando finalmente outras Escolas começam a ser fundadas, deixando o Colégio Diocesano Padre Rolim e a Escola Normal de serem os únicos estabelecimentos de ensino na cidade, que até então, mantinha a hegemonia quase absoluta da Diocese na área educacional.

Como exemplos, entre outras instituições, foram criados em 1930 o Grupo Escolar Monsenhor João Milanês de Ensino Primário; a Escola Técnica de Comércio de Cajazeiras Monsenhor Constantino Vieira, fundada em 1951, com o objetivo

¹⁸ A Congregação Salesiana foi fundada em 1858 por São João Bosco e aprovada em 1874 pelo Papa Pio IX, responsável por criar o sistema preventivo salesiano, método educativo desenvolvido a partir da experiência pedagógica de São João Bosco com os jovens pobres da Turim do século XIX. Baseia-se em três pilares: razão, religião e bondade. Também se opõe ao que Dom Bosco chama na educação de sistema repressivo de educação. Em 1934, Dom João da Mata, Segundo Bispo de Cajazeiras, deu início à construção do Colégio Diocesano Padre Rolim no local onde permanece erguido e onde havia funcionado uma das casas de caridade do Padre Ibiapina, e em 1939, entregou a direção do colégio aos padres salesianos que, em 1940, construíram a capela Nossa Senhora Auxiliadora ao lado do então Ginásio Salesiano Padre Rolim. Os padres salesianos permaneceram na administração até o ano de 1959, ocasião em que o colégio voltou a ser administrado pela Diocese.

preparar jovens para atuarem no mercado de trabalho, e Colégio Estadual de Cajazeiras, fundado em 1961, assim denominado por ter sido o primeiro Colégio Público da cidade a oferecer o Ensino de 1º e 2º graus, tornando acessível este grau de instrução para aqueles que não tinham condições financeiras para custear os estudos nas renomadas escolas privadas da cidade.

Embora possuísse uma forte tradição educacional, Cajazeiras iniciou seu processo de expansão do setor educacional tardiamente, visto que por muito tempo a educação esteve nas mãos da Igreja Católica e o acesso restrito a um grupo social que detinha os recursos financeiros necessários para subsidiar este tipo de educação. Apenas entre as décadas de 1950 e 1960, começaram a surgir em Cajazeiras um número cada vez maior de escolas de ensino secundário públicas, assim também como privadas.

No entanto, ainda havia um problema a ser resolvido: encontrar professores habilitados para lecionar nestes estabelecimentos de ensino, nos então denominados Cursos Ginásial, Científico, Pedagógico e Técnico das escolas e cursos existentes na cidade. Por muito tempo, na cidade e na Diocese, foram principalmente os padres e freiras, alguns pertencentes a congregações do exterior, que exerceram a função de alfabetizar e formar as crianças durante sua trajetória escolar. No entanto, estes já não eram suficientes para atender a demanda.

Assim recordou o Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga em 2010, em uma primeira entrevista concedida:

Imagine, não havia escola para preparar professores. E quem era professor? Ainda peguei muito por aí de palmatória. Era alguém um pouco mais inteligente que tinha feito o primário, às vezes nem todo, e que ensinava as primeiras letras, a tabuada e a cartilha do ABC, o bê-á-bá. [...] Os colégios da cidade eram pra formar professores primários, Escola Normal, e essas professoras eram importantíssimas. Poucas meninas pobres tinham a honra de se formar [...]. Era uma grande festa se formar na Escola Normal, era o grau máximo que tinha de escola, e era só aquilo que hoje seria chamado de ensino fundamental: cinco anos de curso primário, fazia-se uma espécie de vestibularzinho, chamado de exame de admissão pra entrar no Ginásio ou na Escola Normal. Quatro anos depois recebia o diploma de professor e eram boas professoras, eram modelos de comportamento social. As Escolas Normais eram nossas faculdades hoje. Com o progresso, lá vem o 2º grau. Só na capital que tinha, e talvez em Campina Grande [...] (QUEIROGA, 2010, *apud* Sousa, 2011).

Já em 2022, ao ser novamente consultado, complementou:

Dom Zacarias foi o grande idealizador do que parecia impossível de se realizar, a saber, uma Faculdade de Ensino Superior, a que ele chamava Faculdade de Educação, para formar professores para estes sertões nordestinos. [...] Em Cajazeiras, as Irmãs Dorotéias no seu colégio davam formação muito boa, intelectual, religiosa e social. Em Catolé do Rocha, havia a Escola Normal Francisca Mendes, dirigida pelas Irmãs Franciscanas alemãs e brasileiras, com uma formação ótima, educacional, artística e social. Mas, nas outras cidades do nosso interior, nas décadas de 1950 e 1960? Quem ensinava? Nas escolas municipais muitas professoras tinham só o curso primário (Queiroga, 2023).

Estas memórias já nos chamam a atenção para duas características essenciais para a compreensão do início da formação superior na cidade: o fato de que o acesso à educação na cidade ainda era restrito a uma classe específica da sociedade, consistindo em um privilégio, e a feminização do magistério.

Embora a atividade docente no Brasil tenha sido iniciada por homens, ainda nos tempos coloniais, principalmente pelos jesuítas, permanecendo assim ao longo de séculos, com o passar do tempo, sobretudo no século XIX, as mulheres foram consideradas “necessárias” para a educação das classes de meninas. Nesse intuito, é que foram criadas as Escolas Normais, para formar professoras diante do aumento da demanda escolar.

Nestas circunstâncias, aconteceu o que se costuma chamar de feminização do magistério. Com o processo de urbanização e industrialização que acontecia no país e que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens, se tornar professora era uma das poucas opções de trabalho possíveis e decentes para as mulheres. Associado a isso, a função social da mulher de ser mãe e esposa tornava o magistério uma atividade em que as mulheres poderiam exercer suas qualidades “naturais” de cuidar e educar. Assim, essa condição da mulher contribuiu para a construção de uma identidade profissional para a docência.

O exercício da docência por parte das mulheres reproduzia o papel que ela desempenhava na sociedade, tanto pelas características femininas quanto pela possibilidade de integração dos papéis domésticos e profissionais. Ferreira (1998, p. 51) ainda nos aponta que:

Esta reprodução traduz traços da personalidade feminina que favorecem ao tipo de trabalho que ela vai desenvolver. Em outras

palavras, a "paciência", o "carinho" e a "meiguice" serão os instrumentos mais importantes que ela, e só ela, irá utilizar nesta atividade.

Nesta perspectiva em que se associava magistério e maternidade, na cidade de Cajazeiras na década de 1960, era grande o número de meninas que se formavam como normalistas no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e exerciam a profissão nas escolas de ensino primário.

Estas meninas, porém, mesmo pertencendo às classes média e alta, em sua maioria, não prosseguiram com sua formação, em razão da distância que se precisava percorrer até às cidades que possuíam universidades, e do papel que desempenhavam na sociedade cajazeirense. Embora neste período, a mulher gozasse de uma relativa autonomia e emancipação, pelo menos se comparado a períodos anteriores da história, não podemos desconsiderar a realidade econômica, social e cultural ainda enraizadas no interior do estado, e mais fortemente no Sertão, que apresentava certo “atraso” com relação a outras regiões do país. Ainda eram poucas as mulheres que possuíam o privilégio de conseguir o acesso ao Ensino Superior nesta região.

E foram estas meninas, professoras por formação, que primordialmente, buscaram a continuação de sua formação através das Licenciaturas da FAFIC, ultrapassando a sala de aula dos cursos primários para enfim, também chegar às salas de aula do ensino secundário e superior, ocupadas por homens, principalmente membros do clero.

O Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga recorda que:

No segundo semestre de 1969, a partir de 06 de agosto, começamos o curso pré-vestibular. Os candidatos eram na sua maioria gente com boa base de instrução, contando com professoras formadas no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Basta lembrar aqui Carmelita Gonçalves¹⁹ e outras, que não tinham títulos acadêmicos, mas tinham base sólida. Precisavam, no entanto, de adaptação às exigências do ingresso no nível acadêmico, ou de terceiro grau (Queiroga, 2023).

¹⁹ De uma família abastada, Carmelita Gonçalves da Silva (1924-2022) nasceu no sítio Barra do Catolé, Município de Cajazeiras (PB). Ao concluir o Curso Normal, em 1943, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, iniciou suas atividades lecionando de casa em casa e em seguida na residência da sua família. Fundou, nesse mesmo ano, a Escola Nossa Senhora do Carmo, que passou a colégio no ano de 1986. cursou letras na FAFIC em 1970, sendo aluna da primeira turma. O Colégio de Nossa Senhora do Carmo, instituição tradicional da cidade, foi tombado por sua importância cultural para o Estado da Paraíba e até hoje é uma referência na educação da cidade e região, ao lado do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e do Colégio Diocesano Padre Rolim.

A professora Maria Iêda Félix Gualberto também recorda:

[...] eu sempre gostei de estudar, e estava só com pedagógico, depois fiz curso de formação de professores em Sapé, Paraíba, porque eu atuava com a diretora de uma escola municipal em Triunfo, e tinha sede de estudar. Agora, como o próprio Dom Zacarias informava, era muito difícil para a juventude do Alto Sertão se deslocar para João Pessoa, para fazer um curso superior. Então a notícia de que Cajazeiras ia ter uma faculdade foi por demais alvissareira para todo mundo. É tanto que as primeiras turmas foram constituídas mais de professoras, pessoas que já atuava no ensino e pessoas que desejavam também ingressar no ensino (Gualberto, 2023).

Desse modo, houve um aumento do público feminino que ingressava no Ensino Superior, visto que, mulheres que já atuavam no ensino primário e possuíam uma formação para o magistério, buscavam a qualificação e a continuidade de sua formação, para poderem atuar no ensino secundário e superior, espaços ainda ocupados majoritariamente por homens.

Assim, os fatos de que os cursos superiores existentes ainda eram tradicionalmente frequentados, em sua maioria, pelo público masculino, e o fato de que por razões sociais e culturais, este público masculino tivesse maiores possibilidades de frequentar um curso superior nas capitais do que o público feminino, contribuíram para que a demanda reprimida de mulheres que almejavam formação em nível superior visse na Faculdade de Cajazeiras uma opção viável para sua formação.

Nota-se que as primeiras turmas da FAFIC eram em sua maioria compostas por mulheres. Nos quatro cursos que funcionavam no primeiro ano da Faculdade, em 1970, 59,44% dos alunos correspondia ao público feminino. A exceção do curso de Filosofia, que havia sido criado na perspectiva de atender os seminaristas residentes do Seminário Nossa Senhora da Assunção, para a formação de sacerdotes e, por isso, era composto em sua maioria por homens, os demais cursos que visavam a formação docente para as escolas de ensino secundário da cidade e região, eram compostos por mulheres, conforme podemos observar no quadro a seguir:

QUADRO 4: Quantitativo de alunos matriculados nos cursos da FAFIC no ano de 1970

Curso	Nº de alunos matriculados	Homens	Percentual de homens	Mulheres	Percentual de mulheres
Filosofia	45	35	77,7%	10	22,2%
Letras	59	11	18,64%	48	81,35%
História	17	08	47,05%	09	52,94
Geografia	22	04	18,18%	18	81,81%
TOTAL	143	58	40,55%	85	59,44%

Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba.

Também observamos no registro fotográfico da Colação de Grau (Fotografia 1), realizada no ano de 1976, essa forte presença feminina na FAFIC, de modo que podemos constatar que a Faculdade de Cajazeiras, em seus primeiros anos de funcionamento, possibilitou o acesso ao Ensino Superior sobretudo ao público feminino, ampliando o campo de atuação docente destas “moças” e descentralizando aquilo que até então consistia em um privilégio do público masculino, ainda que este “privilégio” continuasse centrado em uma mesma classe social.

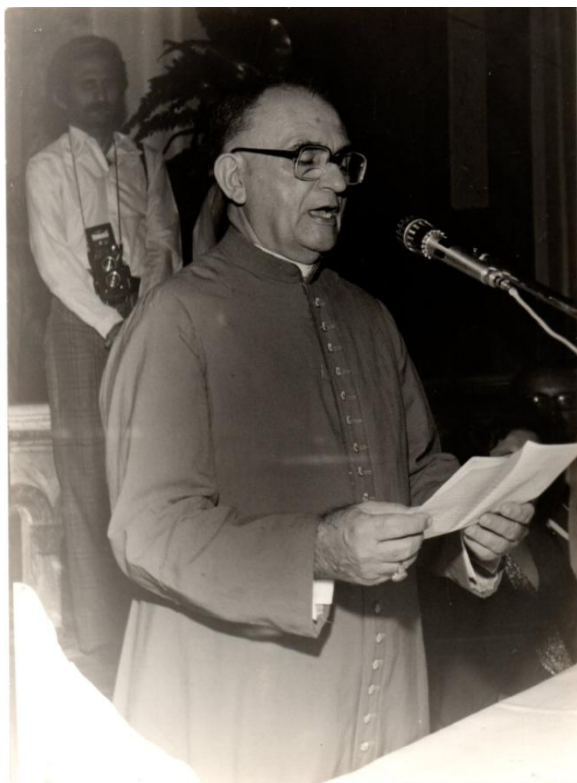
Fotografia 1 - Colação de Grau da FAFIC realizada no dia 11/12/1976



Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

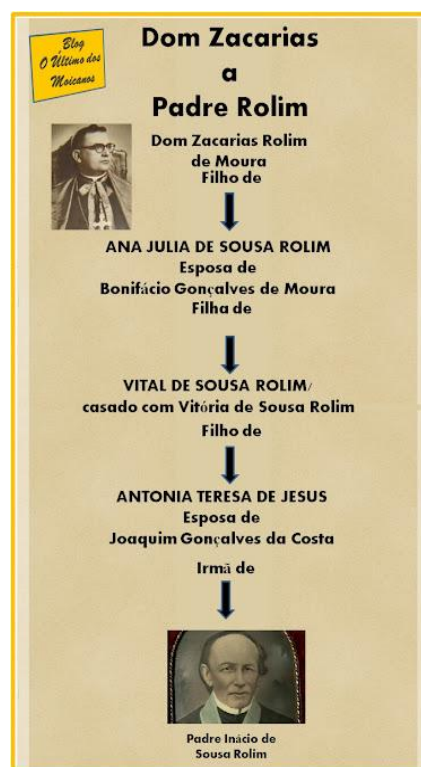
Em julho de 1953, tomou posse o quinto bispo diocesano de Cajazeiras, Dom Zacarias Rolim de Moura (Fotografia 2). Dom Zacarias era sobrinho neto do padre Rolim (Figura 1) e por isso, teria ele assumido o compromisso com a educação na cidade de Cajazeiras a fim de manter o legado histórico iniciado por sua família, a tradicional família Rolim.

Fotografia 2 - Dom Zacarias Rolim de Moura, bispo de Cajazeiras de 1953 a 1990



Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

Figura 1 - Esboço da Relação familiar entre Dom Zacarias e Padre Rolim.



Fonte: <http://oultimodosmoicanos-.com>

Ao assumir a Diocese, Dom Zacarias teria dois projetos educacionais para a cidade que desejava executar: uma escola radiofônica²⁰ e uma faculdade.

Este sonho de D. Zacarias data de 1953, quando de sua posse como bispo de Cajazeiras, em 25 de julho de 1953 e sucessiva sagração no dia seguinte, 26 de julho. Tenho carta sua de 1954, em que me comunicava dois de seus projetos no âmbito social para a diocese: uma emissora de rádio para as escolas radiofônicas de alfabetização de adultos no interior [daí surgiu a Rádio Alto Piranhas] e a supradita Faculdade de Educação. Dom Zacarias, portanto, dotou Cajazeiras e a região com a Rádio Alto Piranhas, que, através de D. Hélder Câmara, ele conseguiu do governo João Goulart, para instalar aqui o Movimento de Educação de Base [MEB], promovido pela CNBB. O MEB era um programa de alfabetização de adultos, em grupos coligados com a emissora de Rádio que transmitia as aulas. Mas, não era uma mera alfabetização, e sim, verdadeira educação de

²⁰ A ideia da Escola Radiofônica foi inspirada na experiência colombiana, a partir de um projeto desenvolvido pelo Monsenhor Salcedo, na perspectiva de ensinar as pessoas residentes da zona rural. No Brasil, a Igreja Católica introduziu esta iniciativa em Natal - RN, por meio de Dom Eugênio de Araújo Sales.

base, social e conscientizadora, segundo o método de Paulo Freire. Infelizmente, o golpe militar de 1964 quase sufocou o MEB, de modo que a Rádio Ato Piranhas, quando começou a funcionar, em 1966, teve que ter o caráter comercial que ainda tem, embora tenha sido de excelente meio de formação (Queiroga, 2023).

Implantado no Brasil pelo Arcebispo de Natal Dom Eugênio de Araújo Sales, o Movimento de Educação de Base (MEB) surgiu ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e financiado pelo governo federal em 1961. Implantado inicialmente nas regiões Norte, Centro-Oeste e, principalmente Nordeste do Brasil, regiões estigmatizadas pela pobreza, subdesenvolvimento e altos índices de analfabetismo, o MEB propunha “oferecer à população rural a oportunidade da alfabetização num contexto de educação de base, buscando ajudar o homem do campo em sua preparação para as reformas básicas indispensáveis, tais como a reforma agrária” (Ribeiro; Machado, 2022, p. 123).

A proposta inicial do MEB era alfabetizar, sobretudo as regiões rurais, através da educação de base e do método de Paulo Freire, por meio do rádio. No entanto, o movimento foi além da alfabetização atuando também no campo da conscientização dos camponeses, sobre a possibilidade de transformar a realidade, de mudança da mentalidade e das estruturas. Começou então a englobar assuntos referentes à reforma agrária, sindicalismo e cooperativismo, assumindo em muitos momentos um caráter de luta à medida que aceitava a existência do conflito de classes, e, diante deste conflito, optava por “estar do lado dos pobres” (Ribeiro; Machado, 2022).

Por esta razão, com a deflagração do golpe de 1964, o movimento também sofreu a repressão. Por ser ligado à Igreja Católica e “favorecido” pelos acordos existentes entre Igreja e Estado, o MEB não foi completamente encerrado, passando, contudo, por um profundo remodelamento com anuência dos militares, cumprindo sua função de apenas alfabetizar sem conscientizar.

Em 1959, Dom Zacarias adquiriu a Rádio Alto Piranhas, que além de servir para a transmissão de seu programa diário e de outros membros do clero, também seria utilizada para a transmissão das aulas do MEB:

Dom Helder Câmara, Secretário Geral da CNBB, por meio do seu prestígio pessoal com o presidente João Belchior Goulart se empenhou para concretizar o funcionamento da emissora visando proporcionar uma mudança na Educação de Base, projeto educacional que também era sonho de Dom Zacarias, para o qual já

disponibilizava trezentos aparelhos (rádios receptores) para a criação de igual número de escolas radiofônicas (Moura, 2021, p. 84-85).

Entretanto, não foi possível levar o projeto adiante devido ao golpe. Com o objetivo firmado em contrato social de “educar cívica e patrioticamente, a população sertaneja” (Moura, 2021), a Rádio Cativa passou a ser utilizada como meio de transmitir aulas de alfabetização e conscientização moral e cívica.

Quando estava terminando de aprontar o professorado todo especializado, estoura a Revolução, 31 de abril de 1964. Dom Zacarias ficou com a pilha de trezentos rádios guardados no Palácio Episcopal, radiozinhos de pilha, sem ter o que fazer. Suspenderam logo a verba [...], mas a Diocese ficou com a emissora (MONS. Gervásio *apud* Sousa, 2011).

Curiosamente, embora o MEB não tenha sido completamente desarticulado no Brasil pelo Governo Militar, mas remodelado segundo os objetivos dos militares, pelo que pudemos coletar dos depoimentos, em Cajazeiras o MEB não chegou a ser sequer implantado, tendo Dom Zacarias “desistido” do projeto antes mesmo dele começar demonstrando, talvez, a ambiguidade de seu posicionamento político que o levou, em muitos momentos a não contrariar e, ao mesmo tempo, não ceder aos objetivos do governo. Mas discutiremos isto mais adiante.

Mas ainda havia o segundo projeto, uma faculdade para a formação de professores. E foi na ausência de professores habilitados para lecionar nas novas instituições educacionais que surgiam na cidade, bem como, nas dificuldades enfrentadas por aqueles que desejavam uma formação em nível superior e a ausência de uma faculdade em toda a região do Alto Sertão, que levaram Dom Zacarias a encampar o projeto de criação de uma faculdade voltada à formação de professores na cidade de Cajazeiras:

[...] certamente Dom Zacarias [pensou]: “olha, mas vai ficar nisso? O ensino superior precisa chegar à Cajazeiras.” Então aí, certamente, ficou piscando a luzinha verde na mente dele. Ora, porque não? Cajazeiras precisa e não há uma escola superior aqui nestes sertões. Eu creio que não existia ainda ali no Cariri cearense não. Se existia não era coisa assim de destaque não, como nos dias de hoje. Olha, pelo menos aqui nesses sertões, aqui no Alto Sertão da Paraíba não existia escola de nível superior (Nascimento, 2022).

Cabe ainda ressaltar que durante o período da Ditadura Militar, a formação de professores sofreu as consequências das políticas educacionais implantadas pelo

poder vigente que, conforme já elucidado, visava preparar cidadãos aptos para o mercado de trabalho, deixando de lado a formação crítica dos alunos e, conseqüentemente, o esvaziamento teórico da formação.

As mudanças educacionais realizadas durante este período fizeram surgir uma nova configuração de professores que atuavam na rede pública de ensino. Com a difusão de uma educação tecnicista vinculada à percepção da educação como meio de aceleração do desenvolvimento econômico e do progresso social, os alunos matriculados nas escolas recebiam apenas instrução básica de modo que, no ensino superior, um professor pudesse formá-los na perspectiva mais técnica possível dentro da área de atuação escolhida, tornando a educação mais funcional ao sistema capitalista.

Como estas mudanças visavam a utilização do sistema educacional pelo Regime Militar como forma de transmitir ideologias e legitimar o golpe, a formação dos professores ficou comprometida, tornando-se fragmentada em seu caráter teórico e ganhando também um aspecto tecnicista. Ou seja, de mão de obra formada para atender funcionalmente o aumento das demandas escolares.

Através das “reformas”, a educação passou por um processo de rápida expansão quantitativa, com o aumento no número de matrículas nas escolas, sobretudo quando o ensino obrigatório dobrou de quatro para oito anos, através da Lei nº 5.692 de 1971. Essa expansão associada às mudanças realizadas na estrutura curricular e à necessidade de se encontrar professores que atendessem ao aumento da demanda de matrículas levou a um currículo fragmentado e aligeirado, fazendo surgir uma nova configuração de professores. Para tanto, era necessária uma formação rápida de profissionais que pudessem atuar no ensino, que fosse realizada em curto prazo e em massa.

Segundo os artigos 29 e 30 da referida Lei, a formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus seria feita em níveis progressivos (art.29), exigindo-se como formação mínima para o exercício do magistério: a habilitação específica de 2º grau para atuar no ensino de 1º grau, de 1ª a 4ª série; a habilitação específica de grau superior em nível de graduação (licenciatura de 1º grau em curso de curta duração) para o ensino de 1º grau, de 1ª a 8ª série; e a habilitação específica e curso superior de graduação (licenciatura plena) para o ensino de 1º e 2º grau (art. 30).

A mesma Lei ainda estabelecia que na falta de professores habilitados fosse permitido que lecionassem em caráter supletivo e precário, conforme o art. 77:

Art. 77. Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário:

- a) no ensino de 1º grau, até a 8ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4ª série de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3ª série de 2º grau;
- c) no ensino de 2º grau, até a série final, os portadores de diploma relativo à licenciatura de 1º grau.

Assim, ao passo que se estabelecia certa preocupação quanto à formação de professores que deveria se elevar em níveis progressivo e superior, também se precarizava esta mesma formação ao respaldar legalmente que professores minimamente formados pudessem lecionar, além de reduzir a formação destes a uma simples habilitação dispersa, incapaz de preparar efetivamente os professores para atuarem nas escolas. No fim, as reformas geraram tantas contradições que nem mesmo a legislação educacional foi capaz de solucionar.

No caso de Cajazeiras, com a ausência do Ensino Superior e com as dificuldades de acesso a este nível de formação nos grandes centros urbanos, o quadro de professores que assumiam as muitas salas de aulas nas várias escolas já existentes na cidade, em sua maioria, possuía este “mínimo” de formação, buscando na medida do possível, algum tipo de habilitação que os auxiliassem no exercício do magistério.

Quanto a este fato, a professora Maria Lêda Gualberto de Andrade recordou:

Naquele tempo não tinha esse negócio de especialização, não tinha esse negócio de dizer mestre, isso era uma coisa muito complicada a formação docente. [...] Os órgãos que naquela época prestavam esse atendimento aos docentes no sentido de dar um melhor conhecimento da área docente e da formação mesmo de professor, era... eu não lembro agora o nome do órgão [...] quem tinha esse curso em Cajazeiras, acho que era Carmelita Gonçalves, eu não sei se Miriam Cavalcante, Nazaré, nem todo mundo tinha. Era um curso que preparava docentes, mas não sei em que nível [...] ah, lembrei! CADES. Era o único órgão que oferecia formação para professores: CADES. E o exame parece que era difícil para entrar lá, viu? A seleção era bem difícil (Gualberto, 2023).

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), recordado pela professora Maria Ieda, foi criada ainda no governo do presidente Getúlio Vargas com a finalidade de suprir a defasagem quanto à formação acadêmica dos professores, em 1953. Esta Campanha objetivava difundir e elevar o nível do ensino secundário através da promoção de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, proporcionando assim que estes tivessem acesso a uma formação para atuarem no ensino secundário (Baraldi, 2016).

Durante as décadas de 1950 e 1960, o acesso ao Ensino Superior e à pós-graduação ainda era muito restrito, principalmente em se tratando da região sertaneja, e a formação dos professores encontrava-se restrita e orientada às ações da Campanha, ainda que esta também não tivesse amplo acesso.

A necessidade cada vez maior de professores habilitados para lecionar nas escolas, ocasionou a profissionalização do magistério brasileiro, levando as camadas mais populares a “ascender” a uma profissão que era, até então, exclusiva da classe média e alta. Com um maior número de professores formados e assumindo as muitas salas de aula, a profissão docente entrou em uma espécie de crise que resultaria no arrocho salarial e na desvalorização da profissão.

O arrocho salarial foi uma das marcas registradas da política econômica do regime militar. No conjunto dos assalariados oriundos das classes médias, o professorado do ensino básico foi um dos mais atingidos pelas medidas econômicas que reduziram drasticamente a massa salarial dos trabalhadores brasileiros. O processo da sua proletarianização teve impulso acelerado no final da década de 1970 e a perda do poder aquisitivo dos salários assumiu papel relevante na sua ampla mobilização (Ferreira, A.; Bittar, M., 2006, p. 1.166).

Estes professores, caracterizados como mão de obra, também deveriam formar na mesma perspectiva: cidadãos de bem, dóceis e úteis, que atendessem aos anseios e necessidades do desenvolvimento capitalista. Ou seja, mão de obra que formava mais mão de obra.

Esta realidade trouxe significativas mudanças para o ensino nas universidades, que deveriam atender esta necessidade de formação rápida de mão de obra qualificada diante do crescimento econômico do mercado, e também para dar suporte acadêmico ao novo currículo da escola básica com a criação das Licenciaturas Curtas.

Esta foi a solução encontrada para garantir uma formação rápida e generalista, que acontecia em aproximadamente dois anos, para atender a nova demanda de professores em caráter emergencial. Assim, esse modelo educacional visava a formação do maior número possível de professores em curto prazo, com o mínimo de qualificação necessária ao exercício da docência e com baixo custo. Sendo assim, “os professores formados nos cursos de licenciaturas curtas das faculdades privadas substituíram a pequena elite intelectualizada das poucas escolas públicas antes existentes” (Ferreira, A.; Bittar, M., 2006, p. 1.166).

Seguindo estas diretrizes, a FAFIC também implementou as Licenciaturas de Curta Duração, como foi o caso da Licenciatura Curta em Estudos Sociais, criada no ano de 1972 e reconhecida pelo Decreto Federal nº 77.418 de 12/04/76. Como podemos observar no Currículo da Figura 2, consistia em uma formação generalista, de cunho tecnicista e teórico, que priorizava as disciplinas referentes a acontecimentos históricos e de geografia física, e suprimia disciplinas de caráter político e social.

Figura 2 - Currículo do Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais

Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAJAZEIRAS
 Rua Pe. Rolim, 156 - Tel. 531-1513
 58.900 - Cajazeiras-PB.

CURRÍCULO ESCOLAR
CURSO DE ESTUDOS SOCIAIS
 Currículo Pleno 1.575 h/aula - Currículo Mínimo 1.200 h/aula

DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
1º PERÍODO		
Geografia do Brasil I	05	75
História do Brasil I	05	75
Geografia Física I	05	75
História Antiga	04	60
História Medieval	04	60
Est. Prob. Brasileiros I	02	30
2º PERÍODO		
História do Brasil II	05	75
Geografia do Brasil II	05	75
Filosofia Geral	03	45
Geografia Física II	05	75
Fund. das Ciências Sociais	04	60
Est. Probl. Brasileiros II	02	30
3º PERÍODO		
História Contemporânea	04	60
História Moderna	04	60
Teoria Geral do Estado	03	45
Antropologia Cultural	04	60
Geografia Humana	04	60
Psicologia Educacional	06	90
4º PERÍODO		
Didática	06	90
Org. Social e Pol. Brasileira	03	45
Est. Func. Ens. 1º e 2º Grau	06	90
Estágio Supervisionado	08*	240

Obs.: No Estágio Supervisionado, cada crédito vale 30 horas-aula.
 A disciplina Educação Física foi ministrada, durante o curso, em forma de Prática Esportiva.

Cajazeiras, 27 de agosto de 1982

Antonio Gonçalves Neto
 Secretário

VISTO:
 Côn. Luiz Gualberto de Andrade
 Diretor

Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba.

Além de consistir em uma Licenciatura Curta, vale a pena destacar o fato de que a disciplina de Estudos Sociais também havia sido criada pela Lei nº 5.692 de 1971, para condensar as disciplinas de história e geografia na educação básica, tendo como característica um forte cunho ideológico de identidade patriótica, embasado apenas na memorização e construção do ideal e de mitos nacionalistas, e como consequência, o baixo desenvolvimento do senso crítico dos cidadãos. O programa curricular trazia as diretrizes do que ensinar e de como ensinar.

Em um esforço de recordação, a professora Maria Iêda Félix Gualberto relata:

Nós tínhamos naquela época outros tipos de formação, uma formação que englobava história... eu não lembro o nome da disciplina agora, mas era assim: era português, era linguística, era literatura brasileira, no (curso) de Letras, literatura portuguesa, era... essa outra que eu não lembro na área de história... Era geografia, era umas coisas lá bem [...] estou esquecida mesmo. Línguas, Inglês, Literatura Inglesa, Literatura Portuguesa, Brasileira, era minha área. Aí tinha uma formação, eu não sei como era, era uma disciplina bem interessante, mas depois eu vou me lembrar (Gualberto, 2023).

Neste momento, ainda que a memória tenha falhado quanto a nomenclatura da disciplina ou mesmo que se constituísse em uma memória subterrânea em que se houvesse ainda algum receio inconsciente em mencionar, a professora Maria Iêda Félix Gualberto refere-se às disciplinas de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) I e II, presentes nos currículos de todos os cursos da FAFIC, inclusive nas licenciaturas curtas, (figura 2).

A disciplina EPB, assim como a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB), também presente no Currículo e estabelecida pela legislação, foi elaborada a partir do Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, alicerçada dentro da ideologia proposta pela Escola Superior de Guerra (ESG) usando como elemento central a DSN e a tríade Deus-Pátria-Família, e que apresentava o projeto de nação pensado pelo Governo Militar para a juventude universitária (Alves, 2020).

A referida Lei, no §2º do Art. 3º, estabelece que “no sistema de ensino superior, inclusive pós-graduado, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros”. (Brasil, 1969)

Assim, a formação dos professores deveria obedecer e englobar, entre outras coisas, a defesa do princípio do fortalecimento da unidade nacional, o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da

organização sócio-político-econômica do país; o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva; o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (Brasil, 1969).

Objetivos presentes em ambas as disciplinas e em todo o currículo acadêmico, não só da Licenciatura em Estudos Sociais, mas no currículo de todos os cursos da FAFIC, demonstrando como a faculdade se alinhava e adequava perfeitamente à legislação vigente e aos objetivos do Governo, fator essencial para o seu funcionamento no período em questão. Tratava-se de uma faculdade segura e da confiança do Governo Militar.

Aos cuidados de professores assim formados, os estudantes das escolas públicas e privadas da cidade de Cajazeiras, como em todo país, também recebiam uma formação que primasse pelos ideais nacionalistas, através de uma educação bancária e tecnicista, em detrimento do pensamento crítico-reflexivo. Era uma maneira de garantir a aceitação e submissão ao poder.

E assim, alinhado aos projetos educacionais do Governo Militar, foi concebida uma Faculdade para a formação de professores, que atendia, ao mesmo tempo, os ideais militares, às necessidades da região e às orientações da Igreja Católica.

A influência da Igreja Católica na construção de um modelo educacional para o Brasil foi intensa, desde a presença dos jesuítas da Companhia de Jesus no período colonial, da fundação de diversas ordens religiosas que tinham como missão a educação, até sua atuação e presença marcante no Ensino Superior.

No entanto, a Igreja sofreu um duro golpe com a laicização que se instaurou no Brasil através do movimento liberal, incluindo o setor educacional, com o movimento em defesa e implantação do ensino laico, iniciado ainda no período da expulsão dos jesuítas e das Reformas Pombalinas. Embora a separação entre Igreja e Estado não tenha extinguido por completo as relações e acordos estabelecidos entre ambos, a Igreja passou então a buscar formas de recuperar sua força enquanto instituição:

O laicismo gerou a necessidade de se criar um projeto de recristianização da sociedade, principalmente em face ao fortalecimento de outros movimentos religiosos contrários ao cristianismo, e que difundiam campanhas anticlericais. A resposta da Igreja foi, mais uma vez, agir através da educação e formação

intelectual do indivíduo, campo no qual ainda detinha forte influência (Sousa, 2011, p. 18).

Embora nunca tenha deixado de atuar na educação do país, a presença da Igreja neste campo foi reforçada e tomou novo fôlego após o Concílio Vaticano II²¹ e a publicação da Declaração *Gravissimum Educationis*, sobre a Educação Cristã, que já no início de seu texto considera “a gravíssima importância da educação na vida do homem e a sua influência cada vez maior no progresso social do nosso tempo” e por isso a Igreja “deve cuidar de toda a vida do homem, mesmo da terrena enquanto está relacionada com a vocação celeste, tendo a sua parte no progresso e ampliação da educação” (Paulo VI, 1965, p. 01).

A referida Declaração, além de ressaltar o dever da Igreja de participar no progresso e ampliação da educação em todos os níveis de formação, fomentando os ideais e valores da moral cristã, recomenda também a fundação de Universidades e Faculdades Católicas “convenientemente distribuídas pelas diversas partes da terra, de tal maneira, porém, que brilhem não pelo número, mas pela dedicação à ciência, e facilite-se a entrada aos alunos de maior esperança” (Paulo VI, 1965, p. 07).

Deste modo, o Concílio Vaticano II e, de modo particular, a Declaração *Gravissimum Educationis*, teriam impulsionado Dom Zacarias no intento de uma maior atuação da Diocese no campo educacional da cidade e da fundação de uma Faculdade Católica, a primeira faculdade da cidade.

Tido como um bispo conservador, sobretudo no que diz respeito à Tradição da Igreja, sobre sua posição em relação ao Vaticano II, o Padre Antônio Luiz do Nascimento afirmou:

[tem] uma frase que no meu tempo se dizia muito em latim: “*Roma locuta, causa finita*”. “Roma falou, o problema desaparece”. Quer dizer, Dom Zacarias era, assim como dizem que ele se identificava um tanto com o regime militar, ele era um romano radical. O papa! O papa disse, está no documento oficial da Igreja, o Concílio de Trento... Bem, ele não era contra o Concílio de Vaticano II, não. Mas

²¹ O Concílio Vaticano II foi o 21º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado no dia 25 de dezembro de 1961, através da Bula Papal “*Humanae Salutis*”, pelo Papa João XXIII. O Concílio, realizado em 4 sessões, só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI. As suas decisões estão expressas em 4 Constituições, 9 Decretos e 3 Declarações elaboradas e aprovadas pelo Concílio, entre as declarações, a *Gravissimum Educationis*. Com o objetivo de ser um momento de reflexão global da Igreja sobre si mesma e sobre as suas relações com o mundo, buscava atualizar a Igreja trazendo como mudanças, por exemplo, a descentralização do poder papal e o fim das missas rezadas em latim.

ele era um amante, eu diria inveterado, do Concílio de Trento²². Como ainda há muita gente hoje no Brasil que se opõe ao Vaticano II: “Olha, isso. Olha, Trento! Não sei o quê... A liturgia de São Pio V, a missa de São Pio V...”. Essa coisa. Então, Dom Zacarias era um conservador. Sim! (Nascimento, 2022).

Nas palavras do Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga

Dom Zacarias era inteligente e culto, mas do ponto de vista filosófico e teológico, só tinha os estudos de seminário e sob o ponto de vista pastoral era daquela pastoral tradicional preocupada quase só com a “salvação das almas”. Evidentemente sua participação no Vaticano II não podia ser muito aberta e visível. Contudo, homem de fé sem fissuras, na fé aceitava o Concílio e as decisões que este ia tomando (Assunção, *et al*, 2019, p.166-167).

E ainda:

A relação de Dom Zacarias com o Vaticano sempre foi muito boa, porque, sob este aspecto, ele era conservador. Não dava trabalho. Era obedientíssimo. Porém embora não acreditasse muito nessa pastoral nova, permaneceu, por obediência, fiel aos seus princípios. Dom Zacarias começou então a “querer fazer”, ainda em 1961 (Queiroga *apud* Moura, 2021, p. 114).

Reacionário, Dom Zacarias não era. Reacionário briga, é contra e esmaga. Ele era conservador, mas obedientíssimo nos assuntos que envolviam a fé. Um homem de fé extraordinária. Passasse o que fosse por cima de sua cabeça e de seus pensamentos ideológicos, e ele ficava com a Santa Igreja (Queiroga *apud* Moura, 2021, p. 116).

Vale ainda destacar que Dom Zacarias teve uma importante participação no Concílio Vaticano II, tendo sido aprovada uma emenda de sua autoria na qual estabelecia um momento de silêncio na constituição da Liturgia, para realização de oração e meditação, passando este a constar em todos os rituais da Igreja pós-conciliar (Moura, 2021).

Deste modo, ainda que mantivesse uma posição conservadora com relação a assuntos de fé conforme afirmado nos depoimentos acima, Dom Zacarias, por obediência, sempre acatava as orientações da Igreja buscando pô-las em prática. Esta teria sido uma das razões pela qual o Concílio e a Declaração já mencionados foram decisivos para que se iniciasse o processo de criação de uma Faculdade na cidade de Cajazeiras, como iniciativa da Diocese, na perspectiva de formar

²² O Concílio de Trento foi realizado de 13 de dezembro de 1545 a 4 de dezembro de 1563. Foi o 19.º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado pelo papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesial, no contexto da reforma da Igreja Católica e da reação à divisão então vivida na Europa devido à reforma protestante, razão pela qual é denominado também de Concílio da Contrarreforma.

professores para, também sob os princípios dos valores cristãos, atuarem na educação da cidade.

A professora Maria Iêda Félix Gualberto, no esforço de enfatizar e reforçar o heroísmo e a grandiosidade dos feitos e batalhas empreendidos durante este processo, uma marca sempre muito presente nas falas dos entrevistados, recorda que:

Foi nesse processo, porque Dom Zacarias, num Concílio em que ele participou em Roma, lá houve uma temática, uma abordagem assim, que responsabilizava as dioceses pelo ensino da juventude, e aquilo caiu de cheio na cabecinha dele. Quando ele chegou já foi querendo implantar o Ensino Superior em Cajazeiras. Aí começou a batalha. E vendo como seriam os encaminhamentos, ele já criou a Fundação, que através da Fundação ele ia pleitear a criação da Faculdade, e assim aconteceu. Agora foi uma batalha, uma batalha muito séria, no sentido de que naquela época era tudo muito difícil. Hoje você manda um e-mail, aquela comunicação é rápida, mas naquele tempo era... eram telefonemas, eu acho que com dificuldade, e não sei nem se tinha esse livre acesso, eu não lembro, mas era mais correspondência mesmo. Ou então o corpo a corpo (Gualberto, 2023).

Quanto a formação neste período, a professora Maria Iêda Félix Gualberto relembra que muitos professores da região buscavam na FAFIC a formação superior docente através de suas Licenciaturas, como, também, de cursos de pós-graduação *latu sensu* que eram ofertados para a qualificação dos professores:

Nós tínhamos alunos do Rio Grande do Norte, alunos do estado de Pernambuco, do Ceará, essa redondeza todinha mandava professores pra cá. Sem contar com os cursos de especialização que padre Gualberto conseguiu formar, oferecer, que também era integralmente para professores. Eles vinham e ficavam em sistema de internato no Seminário Diocesano. Aí vinha gente de toda região do Nordeste [...] O corpo discente se tratava realmente do jeito que lhe disse, de pessoas já com uma certa formação. Por exemplo, eu já era do magistério, porque tinha feito pedagógico. Muitos colegas também tinham feito pedagógico [...] (Gualberto, 2023).

Também nessa perspectiva, o professor Francisco das Chagas Amaro da Silva reforça:

Eu me lembro que quando eu estava na FAFIC, eu já era professor, nos anos 70, o Pe. Gualberto conseguiu ao PICD (*Programa Institucional de Capacitação Docente*) e à CAPES, um curso de especialização para os professores das faculdades isoladas do Nordeste. Então, esse curso foi dado em regime de internato aqui em Cajazeiras, no Seminário Nossa Senhora da Assunção. Inclusive nós

de Cajazeiras ficamos também como internos lá, e aí o padre conseguiu recursos para os professores. Vieram professores de São Paulo e de João Pessoa para ministrar esse curso. E para cá, eu me lembro bem, de alunos, veja bem, alunos de Cajazeiras, a sede, alunos de Patos, tinha pelo menos 1 de Patos, alunos de Mossoró, alunos do Crato, alunos de Petrolina, e alunos de duas cidades da Bahia, inclusive uma delas Alagoinhas, na Bahia, e a outra, acho que... não estou bem certo, acho que Vitória da Conquista. Então, um curso de aperfeiçoamento para faculdades isoladas do Nordeste (Silva, 2022).

No decorrer dos anos de funcionamento da FAFIC, foi uma prática comum que ex-alunos recém-formados iniciassem a carreira docente na própria faculdade como forma de suprir a carência de professores, baratear os altos custos empreendidos para mobilizar professores de outras localidades, e mesmo oferecer a oportunidade da experiência docente aos egressos, tendo a Instituição em diversos momentos, promovido cursos de especialização e capacitação para estes professores, bem como para docentes de outras regiões e instituições:

A FAFIC ministrou ainda Cursos de Especialização com 360 horas, mediante Convênio com o MEC/DAU (Ministério da Educação/Departamento de Assuntos Universitários), em regime de internato, nos meses de janeiro e julho, em dois expedientes, para 50 professores de Estabelecimentos de Ensino Superior Isolados, sediados no interior dos Estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Contou ainda com a colaboração da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), do Departamento de Ciências Humanas e Arte da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e da Universidade Regional do Nordeste de Campina Grande, hoje UEPB. Os Cursos de Especialização ministrados foram de Língua Portuguesa e Inglesa, Linguística, História do Brasil, História Contemporânea, História Medieval, História Antiga e Sociologia (Sousa, 2011, p.32).

No entanto, no momento de sua criação e nos anos iniciais, uma dificuldade a ser enfrentada pela faculdade era a composição de seu quadro docente, em virtude da ausência de professores que tivessem a formação básica para assumir o ensino em nível superior na cidade:

Como trazer professores para ministrar aulas do ensino superior se faltava professores até para o ensino fundamental? Em 1970, existiam apenas três professores licenciados e sem Curso de Especialização. O vizinho estado do Ceará foi a salvação: importaram-se vários docentes. Mas o desafio continuava a cada semestre, e de forma inteligente foram requisitados engenheiros,

advogados, irmãs religiosas, médicos e sacerdotes para ministrar aulas. O tempo ia passando e as dificuldades iam aumentando porque já se aproximava o período de encaminhamento do processo para Brasília para o difícil reconhecimento dos cursos (Albuquerque, 2008, apud Sousa, 2011, p.31).

A este respeito também, o professor Antônio Quirino de Moura orgulhou-se a afirmar que era “um dos únicos” professores, natural de Cajazeiras, que possuía habilitação necessária naquele momento, para exercer a docência na faculdade:

Eu gostaria de relatar por último um caso curioso: formado em João Pessoa na Universidade Católica, recebi a consagração escrita do Conselho Federal de Educação para que eu fosse liberado para lecionar português. E de Cajazeiras mesmo, o único registro de Cajazeiras, foi o meu. Vieram registros de fora. Veio professor de Fortaleza, veio professor do Recife, veio professores de outros lugares, mas juntaram os títulos e ao lado desses títulos estava o meu, o único saído da cidade de Cajazeiras. Não havia ninguém em Cajazeiras formado ainda com credencial para ensinar no ensino superior. Eu me sinto feliz em ter sido eu um dos únicos professores de Cajazeiras a completar o relatório geral que foi para o Ministério da Educação donde veio a autorização (Moura, 2023).

Monsenhor Gervásio também elencou que devido a carência de professores habilitados para lecionar em nível superior, foi necessário em muitos momentos, que um professor assumisse disciplinas fora de sua área de formação e atuação, como foi seu caso:

Naquela época, na reforma de Ensino feita pelo regime militar, havia no início um currículo-base não me lembro mais se de um ou dois anos, igual para todos os cursos universitários. Por carência de professores tive de assumir diversas disciplinas, tais como Metodologia Científica, uma espécie de Lógica e Epistemologia (não método prático de elaborar trabalhos acadêmicos) Sociologia, Inglês etc (Queiroga, 2023).

Um ponto importante ainda a se destacar é o fato de que o corpo docente da FAFIC foi composto maciçamente por professores vindos “de fora”, de outras instituições, cidades, estados e mesmo países, dada a ação e influência da Igreja Católica e da Diocese de Cajazeiras que firmava acordos e convênios com outras instituições afim de conseguir professores para a Faculdade. Nos arquivos, foram

encontrados registros de professores vindos de João Pessoa-PB, Recife-PE, Crato e Fortaleza - CE, São Paulo - SP, entre outras localidades do Brasil. A este respeito, a professora Maria Ieda Félix Gualberto recordou:

Agora os professores eram preparados. Padre Gualberto mantinha contato com a Universidade de São Paulo, vinha professor da Universidade de São Paulo, vinha do Recife, vinha até professores da Alemanha pra atender a demanda aqui. Professores de física, de química, já nessas áreas mais complicadas. E na área de Língua Portuguesa, nós tínhamos daqui da Paraíba o professor Alzir que era de Linguística, tínhamos do Ceará o professor Holanda que era de Literatura, padre Gualberto era de Língua Portuguesa, e era uma sumidade em Língua Portuguesa, e outros que eu nem lembro tanto assim, mas tinha muita gente preparada. Ah! Padre Gualberto era exigente demais, não era qualquer um que ia assinar a carteira de professor não, e tinha que ser né, porque ele queria zelar pela qualidade do ensino. Padre Gualberto contatava as Universidades, por exemplo, [...] em Campina Grande tinha uma instituição lá que ele visitou e procurou docentes para virem, em João Pessoa foi à UFPB. E a de São Paulo eu acho que ele foi visitar mesmo. Fortaleza também ele ia visitar. Pernambuco também ia visitar, e lá conseguia. Eu acho que ele contava a história todinha, o sonho a ser realizado, e todo mundo tinha o interesse. Só sei que o quadro docente não deixava a desejar não. Era professor de francês, professor de inglês, tudo. O professor de inglês era aquele padre Boyes, norte americano. Mas era muito interessante as aulas dele, era todo mundo assim muito preparado (Gualberto, 2023).

O padre Antônio Luiz do Nascimento também reforça:

Madre Dourado ensinava psicologia. Eu comecei ensinando psicologia educacional. Antes de mim. Madre Dourado já ensinava psicologia, acho que psicologia geral, não sei se psicologia da aprendizagem. Essa Madre Dourado era Dorotéia do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, mas ela era portuguesa. Existiam duas freiras argentinas, não sei por conta de que vieram parar aqui, mas que essas mulheres deram uma ajuda, olha, fantástica nessa área de pedagogia [...] Sim! Mister Boyes! Mr. Boyes foi professor daqui, morou aqui, era americano. Acho que ele não era naturalizado brasileiro não. Era americano. Na diocese de Cajazeiras, ordenado por Dom Zacarias. Então, Mr. Boyes foi professor de Inglês e de latim. Era estrangeiro, mas padre da Diocese. [...] Frances Boyes, americano de Massachusetts. Ele bateu em Cajazeiras não sei por conta de quê. Acho que padre Dagmar e padre Sólon estudavam em Olinda. E conheceram, não sei por conta de quê, eles conheceram Francis Boyes, que estava em Recife. Ele gostou da diocese, dos seminários da diocese de Cajazeiras, e terminou caindo aqui. E Dom Zacarias o ordenou. Ele era muito conservador, quer dizer, usava batina, celebrava, gostava de celebrar em latim. Então, ensinou

inglês e latim na FAFIC, mas ele queria ensinar grego também (Nascimento, 2022).

Quanto às memórias acima mencionadas, destacamos ainda a presença de docentes estrangeiros na faculdade, como foi o caso do professor Andrea Zorn, italiano que veio como voluntário por intermédio da Diocese de Cajazeiras.

Além dele, padres italianos e ordens religiosas também foram trazidos para a Diocese em diferentes momentos, como por exemplo, as irmãs Dorotéia e as irmãs da Sagrada Face, ambas vindas da Itália para a cidade de Cajazeiras, as irmãs da Ordem Franciscana de Dillingen, vindas da Alemanha para a cidade de Catolé do Rocha, e as irmãs Franciscanas da Sagrada Família vindas da Rússia para as cidades de Jericó e Lagoa.

Estas religiosas destacaram-se ao assumir um protagonismo na educação da região, dirigindo e lecionando em escolas e creches normalmente ligadas à Igreja, como foi o caso da Madre Dourado²³, citada pelo padre Antônio Luiz.

A presença destes professores se deu também em face a convênios realizados com instituições estrangeiras, como por exemplo, a Instituição Alemã Voluntários da Paz, “que pôs à disposição dois professores alemães, Stefan Kock e Willihelm Bernard Hensen, qualificados em Ciências Exatas para ministrarem aulas no Curso de Ciências”. (Sousa, 2011, p.32)

Outro professor estrangeiro que merece destaque e que foi recordado tanto pela professora Maria Ieda quanto pelo padre Antônio Luiz, foi o padre norte-americano, natural de Massachusetts, Frances Boyes, conhecido como Mr. Boyes. Professor de Língua Inglesa e Latim, e conhecido por sua posição conservadora, ele foi ordenado por Dom Zacarias como padre Diocesano, refletindo a presença e influência norte-americana na educação brasileira naquele período.

Por fim, vale ainda considerar toda identificação e afeição que estes professores entrevistados nutrem pela faculdade, enfatizando o orgulho que sentiram e ainda sentem por terem feito parte desta história, percebidos nas falas de todos os entrevistados, conforme nos evidenciou a professora Mara Ieda Félix Gualberto:

²³ Madre Maria da Glória Pinto Dourado, nasceu em Portugal em 1916. Irmã Dorotéia, em Cajazeiras foi diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1973-1983), fundou a Creche Nossa Senhora dos Remédios (1981) e a associação das antigas alunas dorotéias (1953 – 2021). Foi também professora da FAFIC nos primeiros anos de funcionamento.

Naquele tempo, o orgulho de ser professor de uma faculdade, ser professor de um ensino superior, era muito maior que o de hoje. Orgulho quando eu digo não era de posição, era assim, de se sentir lisonjeado por aquele convite que recebeu do padre, para vir lecionar aqui e se sentir responsável também pela formação daquele pessoal que estava matriculado em cada curso (Gualberto, 2023).

Desse modo, a FAFIC foi pensada e criada com a finalidade de formar e qualificar professores da cidade e região, reafirmando Cajazeiras no campo educacional, ao dar continuidade à sua tradição histórica, política e cultural, em um processo que desvelaria a íntima relação entre educação, política, religião e poder.

2.2 Das elites ao povo: a descentralização de um privilégio?

Por muito tempo, e mesmo nos dias atuais, a educação foi percebida como um instrumento político para se chegar ao poder, servir aos interesses das elites, exercer o controle e mesmo a manipulação das camadas populares. Assim, a educação no Brasil foi formada, ao longo dos séculos, com a finalidade de servir aos interesses das elites, enquanto a maioria da população deveria ser educada para compor a mão de obra necessária às transformações que ocorriam na sociedade e na economia, através do controle que restringisse o pensamento e formasse corpos dóceis e úteis.

No Brasil, por muitos séculos, a educação foi pensada a partir da perspectiva das elites e para as elites. Os debates sobre a educação presentes ainda no início da República eram intencionalmente dirigidos a um grupo restrito, branco, letrado, que possuía posição social e econômica privilegiada. Por mais que no discurso se pensasse em uma educação para todos, grande parte da população permanecia excluída deste “todos”. Em muitos momentos, ao povo foi destinada apenas a instrução básica (ler, escrever e contar); às elites, cabia a educação, passando esta a compor não apenas a elite econômica do Brasil, mas também a intelectual.

Segundo Branco (2004, p. 58) “a instrução era um forte componente de acesso a níveis superiores da escala social, juntamente com o sangue enobrecido e a propriedade da terra”, e por muito tempo, em diferentes contextos, permaneceu assim. Os títulos adquiridos eram sinal de classe e tornavam-se elementos de

diferenciação que permitiam a ocupação de importantes cargos e a preservação de privilégios.

Assim, a educação no Brasil sempre foi tema de debates político, econômico e social. Entretanto, experimentou de um desenvolvimento tardio, que apenas lenta e precariamente alcançaria as camadas mais pobres da população. Se essa realidade esteve presente por décadas no ensino básico, o que dizer do ensino superior, historicamente pensado para as elites?

A implantação do Ensino Superior no Brasil aconteceu tardiamente, vindo a atingir estrutura de ensino universitário apenas na década de 1920. Durante o período colonial, apesar da marcante presença dos jesuítas na formulação da política educacional da colônia e de sua atuação na educação, o ensino superior foi praticamente inexistente, visto que a metrópole proibiu a criação de universidades no Brasil com o intuito de garantir a dependência da colônia em relação à metrópole.

Isso limitou a atuação dos jesuítas aos cursos de preparação para a elite colonial, de maneira que pudessem frequentar universidades em Portugal, mantendo assim o caráter elitista e privilegiado do acesso ao ensino superior, além de assegurar que os habitantes da colônia não alcançassem a emancipação intelectual.

Já no período imperial, apenas com a vinda da Família Real para o Brasil, o sistema educacional passou por uma reestruturação tendo em vista os interesses da Corte, sendo que neste período se constituiu o primeiro núcleo de ensino superior, cujo desenvolvimento teve como principais características a formação profissional e o controle do Estado sobre este setor. Diante das necessidades administrativas do governo imperial, foram criados vários cursos superiores voltados para as elites. Estes cursos consistiam em escolas superiores isoladas, especializadas, destinadas a formar profissionais de nível superior.

A organização que, em tese, deveria trazer avanços para a educação, efetivamente manteve os mesmos objetivos do período colonial: uma estrutura educacional voltada para atender aos interesses daqueles que formavam a camada econômica e política dominante e aos objetivos centralizadores do governo. E mesmo com inúmeras propostas apresentadas, o ensino superior manteve-se inalterado durante todo o período imperial e não foi criada a universidade no Brasil.

Apenas no período republicano esse cenário passou por significativas mudanças. A discussão em torno da criação de uma universidade no Brasil foi marcada por controvérsias: de um lado, liberais que defendiam a criação da

universidade ainda mantendo o caráter elitista do acesso, e de outro, positivistas que se posicionavam contra, sob a argumentação de que os recursos fossem destinados à instrução popular e não a um pequeno grupo privilegiado. Mesmo diante destas controvérsias, os primeiros anos da República foram marcados pela expansão do ensino superior ocasionado pela multiplicação de faculdades isoladas.

Somente em 1920 a primeira universidade do Brasil foi criada no Rio de Janeiro, e ainda assim, esta não passava da aglomeração de faculdades. A ausência de políticas educacionais voltadas para a expansão das universidades e das vagas oferecidas por elas se estendeu por décadas, mantendo a restrição quanto ao acesso à universidade, e mais uma vez, o caráter elitista e excludente do ensino superior, visto que apenas uma parcela da população que possuía condições socioeconômicas conseguia o ingresso, de modo que, o ensino superior no Brasil, por muitos anos, significou um privilégio de poucos e, por isso, símbolo de posse e de poder.

Quanto ao estado da Paraíba, a implantação efetiva do Ensino Superior ocorreu na década de 1930, embora as primeiras tentativas de se implantá-lo no estado tenham acontecido ainda no período compreendido entre o Império e a Primeira República, com os debates acerca da criação de uma Universidade Popular, liderado por João Pereira de Castro Pinto, presidente da Parahyba do Norte, entre os anos de 1912 e 1915. Tal iniciativa preparou um ambiente político e intelectual para se pensar uma faculdade através da realização de diversas conferências. De acordo com Machado, Nunes e Vasconcelos, visava:

[...] impulsionar a educação e a cultura do estado [...] movimento que aglutinava políticos, intelectuais e educadores em uma entidade representativa, na perspectiva de criar uma Universidade Popular capaz de preparar a Parahyba do Norte para a modernidade (Machado; Nunes; Vasconcelos, 2015, p. 187).

Ainda assim, tratava-se de uma luta movida por interesses, especialmente das elites, haja vista que ter um curso superior era sinônimo de prestígio político e poder local, como já dito anteriormente, sendo que o objetivo maior não era oferecer à população o acesso à educação e ao ensino superior, mas atender aos interesses políticos daqueles que se aventurassem em tal processo, configurando-se muito

mais a uma conquista política das elites e do poder local, do que as efetivas necessidades surgidas da demanda por instrução em nível superior.

Mesmo com as mudanças que ocorriam no país na década de 1930, no estado da Paraíba ainda prevaleciam as políticas coronelistas e de favores que ignoravam as necessidades e desejos da maioria da população, mantendo uma posição de atraso frente a outros estados do país. Neste contexto é que foi criada a primeira Instituição de Ensino Superior da Paraíba, em 1934, a Escola de Agronomia do Nordeste, no município de Areia, reduto de forte oligarquia política local, fundamental para a formação dos filhos dos fazendeiros e seus aliados, como forma de ascensão social.

No final da década de 1940, como resultado da política educacional do Estado Populista, aconteceu o crescimento de Instituições de Ensino Superior em todo o país, visto que as exigências para a implantação deste ensino se tornaram mais flexíveis após o fim do Estado Novo. Na Paraíba, apenas na década de 1950 a expansão do Ensino Superior efetivamente aconteceu, deixando o campo das discussões e ações isoladas.

Desta forma, a implantação e expansão do Ensino Superior ocorreram em grande parte pelos interesses da iniciativa privada, a partir da criação de faculdades e escolas isoladas, de maneira que a contribuição do setor público deu-se basicamente através da doação de prédios e reconhecimento, por lei, dos cursos, escolas e faculdades.

Além disso, ainda havia a forte resistência do Centro-Sul do país, de estados vizinhos, de órgãos do governo federal e, até mesmo, da falta de confiança dentro do próprio estado, sendo considerado desnecessário um ensino tão elevado em um estado de pouca expressão econômica para o país, e que ainda estava localizado próximo a Recife- PE, centro de formação intelectual da elite nacional através da tradicional Faculdade de Direito, e que não queria perder recursos para a Paraíba. (Bezerra, 2006).

Se o Ensino Superior na Paraíba foi considerado desnecessário pela realidade econômica e social do estado, o que dizer deste ensino na região sertaneja, estigmatizada pela seca e pela pobreza? Uma figura importante da elite paraibana, quando consultada já na década de 1960 sobre a possibilidade de se criar uma faculdade em Cajazeiras, afirmou que era o mesmo que “colocar um chapéu de massa na cabeça de um burro”, expressando o pouco caso que alguns

dispensavam a esta empreitada que visava tirar o atraso educacional e cultural da região. (Sousa, 2011).

Ainda assim, o Ensino Superior, antes restrito às capitais e grandes centros urbanos, contra todas as expectativas, adentrou não somente o interior da Paraíba, mas chegou ao Alto Sertão, onde a grande maioria da população não tinha acesso à educação superior. Isto despertou a oposição de parte da elite local que via a criação de uma faculdade em Cajazeiras como a perda de um privilégio, visto que apenas um grupo muito restrito, que possuía condições financeiras poderia enviar seus filhos para estudar nos grandes centros urbanos.

Parte das elites regionais olhavam com descrédito e descaso para a faculdade de Cajazeiras, pois esta representava a possível perda de um privilégio: a formação em nível superior. Sobre essa questão, o professor Francisco das Chagas Amaro Silva comentou:

A elite tinha condições financeiras pra enviar os filhos para João Pessoa, para Campina Grande, para outros centros... Havia inclusive uma certa discriminação nos primeiros anos de funcionamento da FAFIC. Eu como aluno da FAFIC sentia isso. A gente era um pouco discriminado, por exemplo, pela Associação Universitária de Cajazeiras²⁴, ou seja, os cursos de Cajazeiras... Primeiro é porque eram cursos da área humanística. A área humanística sempre foi discriminada. É claro que a prioridade era a área de saúde, depois a área tecnológica, depois Direito, mas os cursos de formação de professores... Quer dizer, a gente sabe que o professor sempre foi pouco valorizado, você conhece essa história também. Então isso tudo contribuía para que as elites fossem... alguns fossem meio que indiferentes à FAFIC. Primeiro porque encaminhavam os filhos, como eu disse, para estudar fora, para fazer cursos importantes, os chamados cursos nobres. Os cursos nobres eram os cursos da área de saúde: Medicina primeiro, Odontologia segundo, aí num patamar mais inferior Enfermagem, etc... os cursos de Engenharia, das áreas de engenharias, o curso de Direito, eram chamados de cursos nobres. A concorrência era muito grande e para você conseguir uma vaga através de vestibular era preciso você frequentar cursinhos, ter estudado em escola privada onde você recebia um preparo maior para passar em um vestibular. [...] Havia certa indiferença, uma espécie de menosprezo pela FAFIC pelas razões que expus, por ser um curso de formação de professores, um curso da área humanística, por ser uma faculdade... as faculdades particulares daquela época eram também discriminadas pelo seguinte: porque era faculdade particular, isso acontece até hoje, é aquela que pagou passou (Silva, 2022).

²⁴ A Associação Universitária de Cajazeiras - AUC foi fundada no dia 1º de outubro de 1967, em João Pessoa, por universitários de Cajazeiras, que estavam concluindo seus cursos superiores na capital, juntamente com outros universitários da cidade. A Associação foi registrada em cartório no dia 22 de julho de 1969 e promovia a Semana Universitária, que durante vários anos movimentou a cidade, com a realização de diversas atividades culturais, esportivas, sociais e educacionais.

Vale ainda destacar um detalhe importante lembrado pelo professor Francisco das Chagas Amaro Silva: os chamados cursos nobres. Por muito tempo cursos como Medicina e Direito foram (e ainda são) considerados, histórica e culturalmente, como uma apropriação das elites. Por serem cursos que demandavam alto investimento financeiro e a grande procura pelos mesmos, apenas as elites conseguiam acesso para frequentá-los, garantindo assim sua posição privilegiada dentro do ensino superior, adquirindo não somente uma formação, mas um título e uma posição social. Não obstante, importantes cargos administrativos e governamentais serem ocupados por médicos e juristas.

Segundo depoimento do professor Antônio Quirino de Moura, em Cajazeiras, antes da criação da FESC e da FAFIC, entre os anos de 1963 e 1965, houve uma tentativa de se criar um curso superior de Medicina, pensado pela e para a elite cajazeirense:

Houve anteriormente umas tentativas de curso superior aqui, como o curso de Medicina, tendo à frente Doutor Iemirton Braga, que era médico. Começou esse processo com outros colegas e pessoas entusiastas. Inclusive eu participei, mas não foi à frente por conta de uma série de dificuldades que havia naquele tempo. (Foi) em 63, 64, 65... Eu era estudante de Direito no Recife e vinha para cá, entusiasta nas férias. Iemirton me chamou, perguntou se eu sabia alguma coisa, passei alguns elementos pra ele de um professor lá do Recife que me ajudou, e esses dados vieram para cá. Porém houve uma dificuldade de um currículo comum dos médicos da região, e os médicos também não acreditavam, e feneceu esse projeto (Moura, 2023).

Embora não tenhamos encontrado registros documentais relacionados a este intento, as memórias registram uma tentativa anterior à FAFIC de implantação do Ensino Superior na cidade, com um projeto ambicioso e ousado, ainda que não tenha passado da idealização, das discussões e nem tenha se efetivado. É o indicativo de que tal projeto não foi bem aceito dentro da própria classe médica da cidade, que não assumiu a causa. No entanto, certamente, estas discussões abriram espaço para se pensar, sob outras perspectivas, o ensino superior na cidade.

As condições geradas pela Reforma Universitária de 1968 que possibilitaram a expansão do ensino superior privado no país foram fundamentais para o processo de criação e funcionamento da Faculdade de Cajazeiras.

Com a implantação do Regime Militar no Brasil, as medidas repressivas adotadas no meio educacional que visavam o controle e a vigilância sobre docentes e o movimento estudantil, se alinharam às propostas de modernização e expansão do Ensino Superior, diante do clima de insatisfação com relação à estrutura universitária existente.

Além disso, os excedentes gerados pela ampliação do número de alunos matriculados no ensino médio tornaram-se um “problema” e um tema de reivindicação e pressão pela reformulação do Ensino Superior, diante do grande número de alunos aprovados no vestibular, mas que não conseguiam uma vaga nas instituições para as quais haviam sido aprovados.

Pretendia-se na Reforma a expansão do Ensino Superior, porém com o menor custo financeiro possível, a partir do princípio da “expansão com contenção”, de modo que a reformulação deste nível de ensino deveria ser pautada pela racionalização dos recursos e evitasse a duplicação de meios para as mesmas finalidades acadêmicas. (Martins, 2009).

A Reforma propunha diversas mudanças estruturais neste nível de ensino, a exemplo a eliminação do sistema de cátedra, a introdução do ciclo básico e do regime de créditos, e o caráter classificatório do vestibular. Mas aqui destacamos a participação da iniciativa privada neste processo de expansão, através do estímulo dado pelo governo para a criação de faculdades particulares, auxiliando-as e viabilizando aos alunos com baixos recursos financeiros o acesso as vagas.

Justificada pelo discurso da falta de recursos financeiros, a iniciativa privada atuaria pela premissa de complementariedade, possibilitando a ampliação da oferta de vagas para o Ensino Superior, absorvendo os famigerados excedentes. Para este fim, o governo disponibilizava recursos financeiros e ajuda técnica ao ensino privado, de modo que, entre os anos de 1965 e 1980, as matrículas em faculdades privadas passaram de 142 mil para 885 mil alunos. (Martins, 2009).

A abertura à iniciativa privada implicava menores investimentos no setor público, muitas vezes sucateado e perseguido, e substituíam a gratuidade do ensino pela concessão de bolsas. Assim favorecidas, foram criadas inúmeras faculdades isoladas e privadas, em localidades onde houvesse um grande número de alunos que desejassem ingressar no Ensino Superior.

Este era o caso de Cajazeiras:

Em dezembro de 1969, pela análise do Processo nº 125/69, em tramitação no Conselho Estadual de Educação, que tratava do funcionamento da FAFIC, o relator Antônio Normando Diniz, em seu parecer, se posiciona favorável ao deferimento do pedido de funcionamento da FAFIC, devido a real necessidade da região em possuir cursos de graduação, mediante o crescimento do número de estabelecimentos de ensino médio na cidade de Cajazeiras e em outros municípios das proximidades, da ausência de mestres formados em nível universitário para atender a grande demanda existente de alunos, visto que a necessidade de formação não podia ser atendida pelas faculdades já existentes que ficavam distantes de Cajazeiras, localizadas em Campina Grande, João Pessoa, Fortaleza e Recife, 'devido ao alto custo para uma região sem os recursos necessários' (Sousa, 2011, p.25).

Diante deste quadro nacional, criou-se e sustentou-se a ideia de que a Faculdade de Cajazeiras possibilitaria o acesso ao Ensino Superior para as classes mais pobres da população, que não possuíam os recursos financeiros necessários para frequentar uma universidade nas capitais e grandes centros, descentralizando assim, um privilégio até então monopolizado pelas elites locais.

A Metrópole não podia prolongar o mais possível a dominação cultural. Chegava a hora dos filhos dos trabalhadores pobres terem a possibilidade de acesso ao ensino do 3º grau. A massa de estudantes, que não tinham condições econômicas de migrar, foi a grande beneficiada. Foi um ato revolucionário (Albuquerque, 1989, apud Sousa, 2011, p.22).

Há de se considerar que, diante da realidade econômica e social do Sertão entre as décadas de 1960 e 1970, incluindo a estrutura de transportes e estradas, e o custo de vida das grandes cidades, o investimento empregado para o curso de uma faculdade privada local era inferior às despesas decorrentes de uma formação em nível superior na capital, ainda que esta formação fosse pública e gratuita. Além disso, a alta concorrência dos vestibulares que também restringia o acesso de acordo com o nível de preparação adquirido para tal, assim como a comodidade de não está distante de casa, eram barreiras que a Faculdade de Cajazeiras parecia buscar transpor.

Entretanto, apesar de ampliar o acesso ao Ensino Superior, ainda assim consistia em uma faculdade de iniciativa privada, o que não permitia, pelo menos em ampla escala, este acesso aos mais pobres. A FAFIC possibilitou que mais pessoas alcançassem uma formação em nível superior, entretanto, em sua maioria, estas pessoas ainda pertenciam ao círculo que compunha a elite local (da cidade e de

regiões circunvizinhas), ou mesmo a classe média alta. Comumente, encontramos pessoas que carregavam sobrenomes de famílias tradicionais ou que ocupavam altos cargos entre os alunos matriculados durante este período.

A este respeito, as memórias nos revelam que as primeiras turmas da FAFIC não eram formadas majoritariamente por pessoas jovens recém-saídas do ensino secundário e nem por pessoas “de baixa instrução” das camadas mais populares da sociedade. Em sua maioria, eram compostas por pessoas que ocupavam diferentes e importantes cargos ou profissões, membros da elite regional, além das professoras já mencionadas, mas que também compunham a classe média alta da sociedade e, por esta razão, considerada “gente séria”, conforme nos aponta o Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga e a professora Maria Iêda Félix Gualberto:

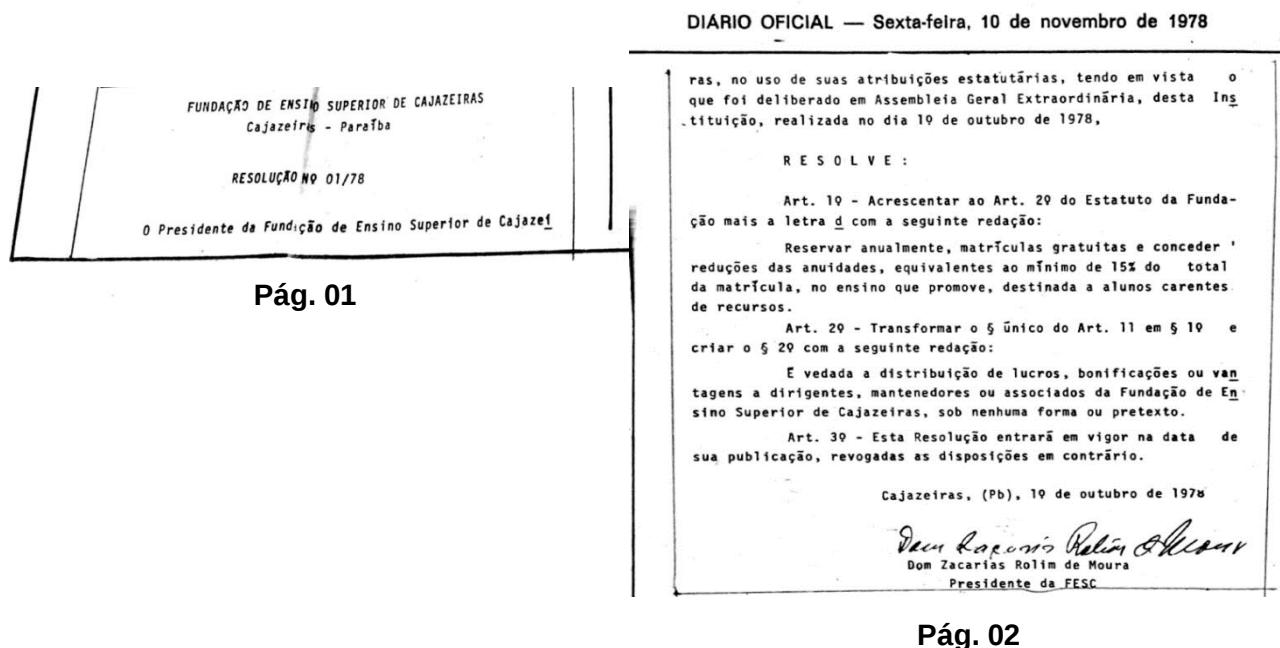
Os alunos eram os mais diversificados, mas na maioria já adulta e até com funções sociais importantes, como pároco, juiz de direito, prefeito etc. Gente séria, que tinha muita capacidade, mas, procurava a titulação de professor. Por exemplo, o prefeito e o juiz de direito de São José de Piranhas, o juiz de direito de Cajazeiras, o Monsenhor Francisco Sitônio, pároco da matriz de Fátima. Eram classes, vamos dizer assim, muito ‘sui generis’ (Queiroga, 2023).

As primeiras turmas tinha dentista, tinha médico, tinha advogado... Era todo mundo ali fazendo os cursos. E assim também, porque Cajazeiras com uma faculdade era uma coisa assim, de impressionar [...] O corpo discente se tratava realmente do jeito que lhe disse, de pessoa já com uma certa formação. Por exemplo, eu já era do magistério, porque tinha feito pedagógico. Muitos colegas também tinham feito pedagógico. Nós tínhamos colegas dentistas, advogados, médicos, gente de todas as classes, bancários. Pessoas da alta sociedade. Todo mundo se envolveu com a FAFIC, queria estudar, queria fazer um curso, nem que não quisesse depois exercer o magistério, mas queria ter um curso superior, porque, justamente, era um ensino que ele ia ter na sua própria cidade, quem era de Cajazeiras. E quem não era, vinha porque era uma grande oportunidade que estava tendo. (Gualberto, 2023).

Apesar do discurso de que os mais pobres seriam os maiores beneficiados pela faculdade, em seus primeiros anos de funcionamento, as classes mais abastadas continuaram a ocupar este lugar. É certo também que a concessão de bolsas favoreceu a ampliação deste acesso, entretanto, não havia uma política institucional que regulamentasse esta concessão, tendo sido incluída no Regimento da FESC apenas no ano de 1978, através da Resolução Nº 01/78, de 19/10/1978, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 10/11/1978 (figura 3), que incluía a

reserva anual de matrículas gratuitas e a concessão de redução de anuidades, de modo que, nos anos iniciais, as bolsas eram concedidas por critérios pessoais, de amizades e influências políticas:

Figura 3 - Resolução Nº 01/78, de 19/10/1978, publicada no DOU em 10/11/1978



Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba.

Curiosamente, a concessão de bolsas apenas foi instituída a pouco menos de um ano antes da federalização, ocorrida em 1979, talvez como estratégia de garantir que estes alunos beneficiados, passassem a compor o quadro discente da UFPB, assegurando a estes o acesso ao Ensino Superior gratuito.

Ainda a respeito da concessão de bolsas, o professor Francisco das Chagas Amaro da Silva, tendo sido aluno bolsista, nos testemunha como lhe foi concedida sua bolsa de estudos na faculdade:

Quando eu terminei o Colegial, o propósito era ir embora pra São Paulo porque eu pensava em fazer Agronomia. Mas Agronomia só tinha na cidade de Areia, aqui na Paraíba, na UFPB. E eu não tinha recursos nenhum, nem para fazer vestibular, nem pra... Então, eu já tinha alguns colegas que haviam estudado comigo em anos anteriores, já estavam morando em São Paulo, e aí eu ia pra São Paulo. Acontece que neste interregno de final de ano e tudo mais, apareceu um anjo na minha vida, não só na minha vida, mas na vida da família, chamado Luiz Gualberto de Andrade, que tinha um

programa semanal na Rádio Alto Piranhas da qual eu era funcionário. Lembrando que a Rádio Alto Piranhas era da Diocese de Cajazeiras. E aí a gente se conhecia de algumas palavras e pouco mais. E aí ele soube o que eu estava pensando em ir embora, quando terminasse o Segundo Grau, o Ensino Médio, Colegial na época. Então ele me chamou e disse: 'Olhe, você é o filho mais velho da casa. É uma família numerosa, você precisa estar próximo dos seus pais para ajudar também na educação dos seus irmãos, no encaminhamento dos seus irmãos. No próximo ano...' Isso foi mais ou menos novembro ou dezembro. 'próximo ano vai ter uma faculdade aqui em Cajazeiras, a Faculdade de Filosofia, você deve cursar essa faculdade. E você vai ter oportunidade permanecendo em Cajazeiras'. E aí eu resolvi ficar. Ele me deu a inscrição do vestibular, eu não paguei, ele me isentou. Eu ganhava menos do que um salário mínimo na rádio Piranhas...Bom, não podia pagar a faculdade, o padre sabia que eu ganhava muito pouco, então ele me deu uma bolsa, eu pagava só uma parte. Não me lembro mais o percentual, mas não era a mensalidade completa, pagava só uma parte, quando em 70, o Governo Médici criou o MOBRAL. Ele me incentivou a ser monitor do MOBRAL, tinha uma remuneração. Ele disse: 'Olhe, a faculdade não tem condições de continuar bancando o seu curso, entre no MOBRAL como monitor...' Tinha que fazer uma seleçãozinha, fiz a seleção, passei. "Aí com o que você receber lá vai dar pra pagar a faculdade". E assim agente fez. Foi o padre Gualberto que me incentivou a fazer o vestibular e me ofereceu a bolsa (Silva, 2022).

A professora Maria Iêda Félix Gualberto ainda complementou:

Só sei que as mensalidades, isso aí eu posso dizer de uma forma bem segura, não eram assim, um valor muito alto porque todo mundo tinha condição de pagar, não é? É claro que alguns colegas tinham dificuldades, porque a família era muito grande. Eu tinha uma colega que tinha muitos filhos e ela já trabalhava no estado, até no município também, e quando começou a faculdade, mesmo juntando essas rendas todas era para tirar uma porçãozinha para pagar, custear os estudos. Mas o padre Gualberto não deixava ninguém na mão, ele tirava do próprio bolso, pagava. Se não desse pra conceder bolsas ou descontos significativos, ele mesmo tirava do próprio bolso e doava. Sempre ele foi assim (Gualberto, 2023)

Muitos eram os pedidos de bolsas que chegavam as mãos do diretor o Cônego Luiz Gualberto, e por ele eram deferidos, não sendo possível mensurar com precisão quais critérios eram adotados para um parecer favorável. Entre os quarenta pedidos e concessões de Bolsas de Estudo que foram selecionados para análise, pudemos identificar que, além de bolsas possivelmente concedidas a pessoas de baixa condição econômica, era comum conceder bolsas por critérios de familiaridade, amizade e influência.

Como exemplo, encontramos o registro de bolsas integrais (100%) concedidas a dois irmãos do prefeito em vigência, que carregavam o sobrenome de uma família tradicional da cidade. A partir disto, pode-se sugerir que tais bolsas não eram concedidas somente na perspectiva de descentralizar um privilégio até então restrito às classes mais altas, e tornar possível a formação superior a pessoas de classes social e econômica mais baixa, mas “burlando” o principal objetivo de uma bolsa, a mesma camada social se apropriava de um benefício que, teoricamente, não deveria usufruir.

Figura 4 e 5 - Pedidos de Bolsas integrais deferidos, feitos por irmãos do prefeito.

Exmo. Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras

DEFERIDO
EM 30/05/1978
Assinatura

O abaixo assinado, JOÃO DE DEUS QUEIROZ, aluno desta Faculdade, matriculado no 1º semestre do Curso de FILOSOFIA, sendo reconhecidamente pobre, vem aqui respeitosamente requerer ao V. Exa. se digno conceder-lhe uma Bolsa de Estudo com isenção de 100% sobre a anuidade cobrada por esta Escola Superior, no corrente exercício, pelo que anexa ao presente exposição de motivos justificando seu requerimento.

Respeitosos Termos
Fica deferido.

Cajazeiras, 26 de março de 1978

João de Deus Queiroz
- Requerente -

END: Rua Presidente Getúlio Vargas, Lote 02 - Jardim Oséia nº _____
Cidade: Cajazeiras Estado: Paraíba
Bairro: Centro Fone: 511-1798

Exmo. Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras

DEFERIDO
EM 30/05/1978
Assinatura

O abaixo assinado, Alvaro de Souza Costa, aluno desta Faculdade, matriculado no 1º semestre do Curso de CIÊNCIAS, sendo reconhecidamente pobre, vem aqui respeitosamente requerer ao V. Exa. se digno conceder-lhe uma Bolsa de Estudo com isenção de 100% sobre a anuidade cobrada por esta Escola Superior, no corrente exercício, pelo que anexa ao presente exposição de motivos justificando seu requerimento.

Respeitosos Termos
Fica deferido.

Cajazeiras, 26 de março de 1978

Alvaro de Souza Costa
- Requerente -

END: Rua 550 Martin Rabin 371 nº _____
Cidade: Cajazeiras Estado: Paraíba
Bairro: S. Domingos Fone: 591-1012

0623

Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

Isso não quer dizer que pessoas menos afortunadas não alcançassem este benefício. É comum também encontrar pedidos feitos por pessoas próximas ao Cônego Luiz Gualberto, que utilizavam de sua amizade e influência para conseguir a concessão de bolsas destinadas a terceiros, que segundo consta, seriam pessoas “desprovidas de recursos financeiros”, como nos registros abaixo, que trazem um

pedido de bolsa feito pelo bispo diocesano do Crato e de Floripes Pinto Bastos, amigo pessoal do Cônego Luiz Gualberto:

Figura 6 - Pedido de bolsa feito pelo Bispo Diocesano do Crato/CE Dom Vicente de Paulo Araújo Matos (1961-1992) para a professora Maria Celia Holanda

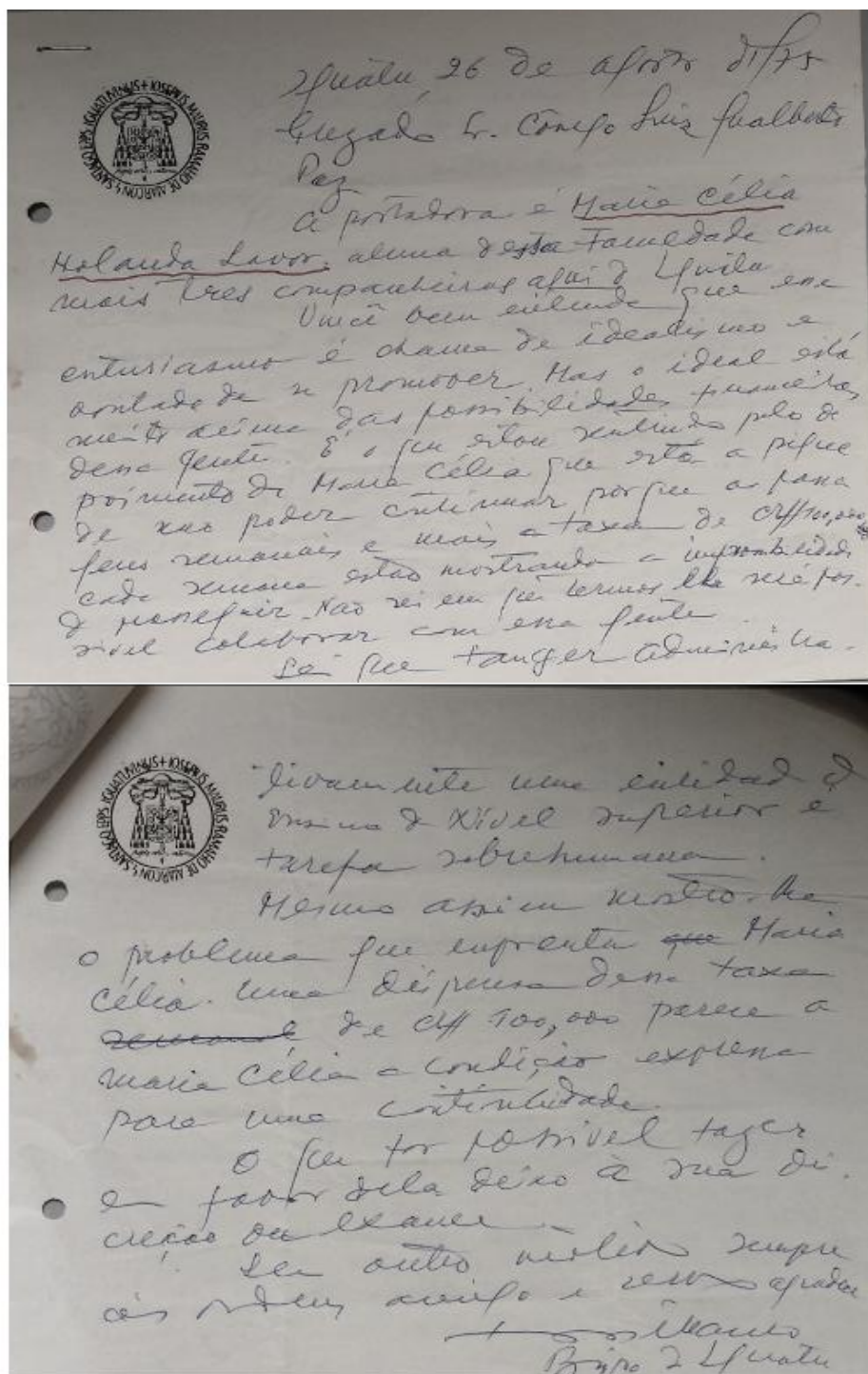


Figura 7 - Pedido de bolsa feito por Floripes Pinto Bastos, amigo do Pe. Gualberto, para Rita Artur.

Uirapuru, 20 de agosto de 1975

Distinto Amigo Côn. Luiz Gualberto
Bom sorte

Não me julgo com direito, e sim com a coragem de me dirigir ao Sr. pedindo uma bolsa para Rita Artur, vive em / meu poder há vinte e um anos, orfã de pai e mãe. Revelar a minha vida ao Sr. não é necessário pois já conhece de perto os meus / sacrifícios. Como quer que seja, ainda penso que são privilegiados os dias de nossa existência, tenho por certo até onde se pode dizer que a confiança inspira certeza que o Sr. solucionará esse / problema ajudando-me.

Com os melhores votos de felicidades despede-se a amiga agradecida.

Floripes Pinto Bastos
Floripes Pinto Bastos

Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

Além disso, com o auxílio prestado pelo próprio governo na finalidade de expansão do Ensino Superior, era comum que algumas bolsas fossem assumidas por políticos com recursos financeiros destinados a este fim, sobretudo daqueles que possuíam uma relação de amizade com o Cônego Luiz Gualberto, conforme nos aponta o registro abaixo, no qual o então Deputado Estadual Edme Tavares assume a responsabilidade pelo pagamento da mensalidade de uma aluna:

Figura 8 - Pedido de bolsa feito por Edme Tavares para Sônia Maria Gonçalves

Antônio Tavares, 10/8/75

Meu caro Cônego Gualberto:

Autorizo a Bolsa de Estudo da Srta. Sônia Maria Gonçalves.

Trata-se de uma das candidatas que lhe falei, logo sua aprovação especial ficando o pagamento sob minha responsabilidade, dentro dos critérios estabelecidos por essa Faculdade.

Um abraço,
Edme Tavares

Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

Nesta perspectiva, também encontramos uma relação de alunos bolsistas do ano de 1974, que registra diferentes entidades e pessoas como responsáveis pelo pagamento destas bolsas, como por exemplo, Edme Tavares, o Deputado Federal Wilson Braga, e a Prefeitura Municipal de Cajazeiras.

Figura 9 - Relação de Alunos Bolsistas em 1974

Relação dos Alunos Bolsistas em 1974.

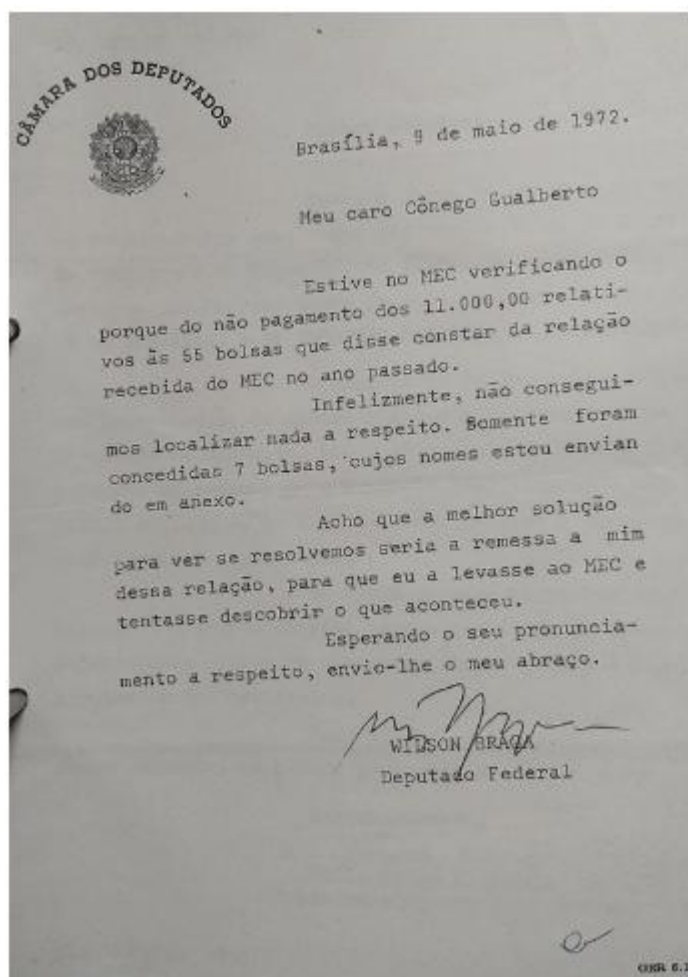
<u>Família Maria Tereza de Castro</u>		
01 - Maria José Fernandes	matrícula nº	_____
02 - Antonio Valério Neto	"	_____
<u>Prefeitura de Cajazeiras:</u>		
01 - Maria do Socorro Ribeiro	"	_____
02 - Elacour de Sousa	"	_____
03 - Maria Vilani de Sousa	"	_____
04 - Luciana Maria Dias de Sousa	"	_____
05 - Jurella Fernandes Barbosa (1ª vez)	"	_____
06 - Maria José Vilaga (04 meses)	"	_____
07 - Maria Aluísio Carneiro (04 meses)	"	_____
08 - Francisco de Assis Félix	"	_____
<u>Edme Tavares:</u>		
01 - Sônia Maria Gualberto	"	_____
02 - Francisco Fernandes Santos	"	_____
03 - Manoel Santos Rolim	"	_____
04 - José Orlando Fernandes	"	_____
<u>Wilson Braga:</u>		
01 - Edla Francisco Marques Teixeira	"	_____
02 - Maria Patrícia Monteiro de Almeida	"	_____
<u>Messa, Adão Pereira:</u>		
01 - Rita de Cássia Vieira	"	_____

Cajazeiras, 21 de maio de 1974.

Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

Entretanto, na perspectiva do incentivo do Governo Federal à concessão de bolsas em faculdades privadas conforme previsto pela RU, curiosamente, encontramos um registro de 1972 que indica que o repasse referente a 55 destas bolsas não aconteceu. Isso demonstra que, em muitos momentos, as bolsas fornecidas eram aquém das políticas educacionais federais, sendo assumidas em caráter pessoal e particular por políticos, em virtude da amizade que estes possuíam com o Padre Gualberto, além de que, em alguns momentos, as políticas educacionais e de incentivo do Governo não ocorreram como esperado.

Figura 10 - Correspondência do Deputado Federal Wilson Braga ao Padre Gualberto sobre Bolsas concedidas através do MEC.



Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

Também a Prefeitura Municipal de Cajazeiras assumia o pagamento de mensalidades de vários alunos, não sendo ainda possível identificar quais critérios ou acordos eram utilizados para isto, além de alguns estudantes que atuavam como docentes ministrando aulas no MOBREAL e funcionários da prefeitura.

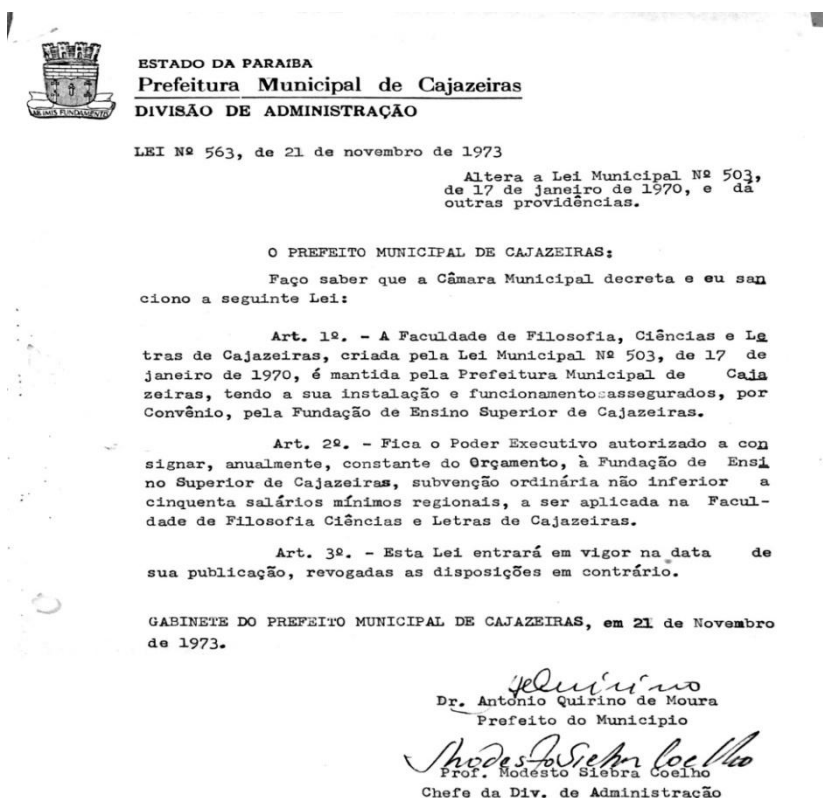
A respeito destas bolsas, o professor Antônio Quirino de Moura assim recordou:

Da prefeitura de Cajazeiras eu falo bem porque eu era o prefeito. Eu botei no orçamento da prefeitura com salários mínimos todos os anos. Então se estava no orçamento com salários mínimos era só requerer, a faculdade requeria através do padre Gualberto e seria liberado o dinheiro. Não havia dificuldade. De outras prefeituras sei que colaboraram também, agora não sei como era o sistema, eu sei bem da nossa de Cajazeiras. Curioso, numa reunião preparatória da

instalação em Cajazeiras, eu não era prefeito, eu era apenas o diretor e professor do Colégio Estadual de Cajazeiras, e participava também do cursinho preparatório. E numa reunião que foi feita com todos os professores, aqueles que estavam lutando, eu disse: “olhe, se eu fosse prefeito eu daria cem salários mínimos.” Aí quando o tempo rodou e eu saí prefeito numa campanha agitadíssima, [...] eu cumpri o que eu disse. Promessa cumprida (Moura, 2023).

Com relação ao depoimento acima, localizamos a Lei 563 de 21 de novembro de 1973 (figura 11), que prevê a autorização de “consignar, anualmente, constante do Orçamento, à Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras, subvenção ordinária não inferior a cinquenta salários mínimos regionais, a ser aplicada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras”.

Figura 11 - Lei Municipal Nº 563, de 21 de novembro de 1973



Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

Respaldados nesta Lei Municipal, foi celebrado um Convênio entre a FESC e a Prefeitura de Cajazeiras (figura 12) com o objetivo de assegurar a manutenção da Faculdade que, em troca de recursos concedidos para subsidiar suas despesas,

segundo a Cláusula Décima Primeira, deveria anualmente “destinar bolsas de estudo ao Poder Público Municipal, na proporção de até 2% (dois por cento) do número de alunos matriculados em cada curso”. Assim, estas bolsas eram destinadas a funcionários públicos, da esfera municipal.

Figura 12 - Convênio Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cajazeiras e a FESC, no ano de 1973

Decreto *Decreto do governo*

Página 3 DIÁRIO OFICIAL - Sábado, 8 de Dezembro de 1973

Delegada Regional de Campina Grande em 12 de outubro de 1973.

CONFERI:

Francisco de Assis Oliveira
Assistente Administrativo

VISTO:

Maria Emília de Sá Leitão
Sub-Secretário

CONVENIO celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cajazeiras e a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras, para a implantação, funcionamento e manutenção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, consoante dispõem a Lei 563, de 17.11.1970, e a Lei n. 563, de 21 de novembro de 1973.

Aos vinte e dois (22) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e três (1973), a Prefeitura Municipal de Cajazeiras, Estado da Paraíba, daqui por diante chamada PREFEITURA e a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras aqui denominada FUNDAÇÃO, representadas, respectivamente, pelo doutor Antônio Quirino de Moura, Prefeito Municipal de Cajazeiras e pelo bispo diocesano, Dom Zacarias Rolim de Moura, Presidente da Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras, na conformidade do que dispõem a Lei Municipal n. 563, de 21 de novembro de 1973, em seu artigo 20., firmaram o presente Convênio com o objetivo de implantar, instalar, fazer funcionar e assegurar a manutenção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA — A FUNDAÇÃO aceita o encargo da implantação, instalação e funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, criada pela Lei Municipal n. 563, de 17 de janeiro de 1970, alterada pela Lei Municipal n. 563, de 21 de novembro de 1973, e mantida pela PREFEITURA, devendo para tanto utilizar recursos provenientes de subvenções e de auxílios públicos ou privados, bem como oriundos de acordos e convênios, taxas e anuidades escolares e de outras fontes. CLÁUSULA SEGUNDA — A PREFEITURA, na medida de suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, poderá, nos termos da Lei Municipal n. 563, de 21 de novembro de 1973, conceder recursos para subsidiar as despesas com a implantação, instalação e funcionamento de outros cursos instituídos pela FUNDAÇÃO na Faculdade, consignados, atualmente, da forma global, no Orçamento do Município (Art. 20, da Lei Municipal n. 563, de 21 de novembro de 1973). CLÁUSULA TERCEIRA — A PREFEITURA poderá ainda colaborar por outros meios no sentido de possibilitar à FUNDAÇÃO e à Faculdade o desempenho de suas tarefas que lhe são atribuídas por força deste convênio, cedendo funcionários ou materiais e instalações a serviços que venham a ser considerados imprescindíveis, quando dos mesmos

posse dispor. Parágrafo único — A FUNDAÇÃO apresentará, cada ano, à PREFEITURA um plano de ação administrativa, acompanhado de relatório e de orçamentos, em que se especificará a distribuição das dotações municipais pelo curso ou cursos instituídos ou a serem instituídos pela Fundação. CLÁUSULA QUARTA — A nomeação do Diretor da Faculdade, ou dos diretores de cursos se for o caso, bem como a admissão de empregados e a contratação de professores será da alçada exclusiva do Presidente da FUNDAÇÃO ouvido seu Conselho Superior, havendo em relação ao Diretor, homologação pelo Prefeito Municipal. Parágrafo único — O mandato do Diretor da Faculdade e dos diretores de cursos se for o caso, estará definido no Regimento da Faculdade. CLÁUSULA QUINTA — A extinção, a suspensão ou a transformação da Faculdade ou seus cursos, inclusive a mudança de suas denominações, serão de iniciativa da FUNDAÇÃO. CLÁUSULA SEXTA — As dotações orçamentárias consignadas pela PREFEITURA à FUNDAÇÃO ou à Faculdade terão aplicação específica, dentro do seu Plano de Ação administrativa, a prestação de contas devendo ser procedida de acordo com as exigências legais. CLÁUSULA SETIMA — A PREFEITURA credenciará um representante seu, junto ao Conselho Superior da FUNDAÇÃO, com direito a voz e voto. CLÁUSULA OITAVA — A FUNDAÇÃO poderá sem anuência da PREFEITURA, fazer integrar a Faculdade ou cursos a mesma pertencentes a uma Federação, ou com outras de modo a compor uma futura Universidade. CLÁUSULA NONA — A PREFEITURA respeitará a autonomia didático-administrativa, disciplinar e financeira imposta pela FUNDAÇÃO à Faculdade e seus cursos já instituídos ou que vierem a ser instituídos. CLÁUSULA DÉCIMA — A FUNDAÇÃO e a Faculdade comprometem-se a emprestar toda a ajuda à PREFEITURA com vistas ao treinamento e aperfeiçoamento de seus servidores, principalmente de seu magisterio de 1o. e 2o. Graus. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Anualmente, a FUNDAÇÃO destinará bolsas de estudo ao Poder Público Municipal, na proporção de até 2% (dois por cento) do número de alunos matriculados em cada curso. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Os casos omissos ou obscuros no presente Convênio serão resolvidos de comum acordo entre os seus signatários. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Este Convênio entrará em vigor, a partir da data de sua assinatura, por termo indeterminado e com a cláusula “ad perpetuum”, podendo ser modificado, mediante termo aditivo.

E por estarem assim acordos, foi lavrado o presente termo que, lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes e testemunhas abaixo.

Cajazeiras, 22 de novembro de 1973

Antonio Quirino de Moura
Prefeito Municipal

Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

Após feitas estas análises, constatamos que a interiorização do Ensino Superior até o Sertão paraibano e a ampliação do acesso de pessoas a este ensino, inicialmente não descentralizou um privilégio, não aboliu o caráter elitista da formação superior na região e nem chegou às camadas mais pobres da população

que permanecia sem acesso a este nível de formação, ainda que, consensualmente, se afirme o contrário pela construção histórica que se perpetua por anos na cidade como “história oficial”.

Contudo, lembramos que não se pode tirar os méritos deste processo nem dos envolvidos, que trouxeram o Ensino Superior ao Sertão paraibano e que, sem dúvida nenhuma, abriu caminho para a democratização deste nível de formação, tendo sido determinante para que, anos depois, Cajazeiras finalmente tivesse o Ensino Superior público e gratuito, o que veio acontecer com a federalização voluntária e a incorporação dos cursos, dos docentes, funcionários, discentes e patrimônio da FAFIC pela UFPB. Foi a partir desse empreendimento institucional que se possibilitou posteriormente a criação do campus V e do Centro de Formação de Professores – CFP, viabilizado pela longa amizade existente entre o Cônego Luiz Gualberto e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, então reitor da UFPB. Mas essa é outra história.

2.3 Um projeto desacreditado: cinco anos de silêncio

Na “história oficial” da cidade de Cajazeiras, se perpetua a memória de que no ano de 1965 foi criada a FESC e apenas no ano de 1970 foi criada a FAFIC, informação respaldada na Legislação Oficial, o Decreto Federal nº 66.472, de 22 de abril de 1970, que autorizou o funcionamento da Faculdade, já com o Cônego Luiz Gualberto de Andrade como diretor.

No entanto, nesta história existe uma lacuna, uma espécie de “cinco anos de silêncio”, período esquecido ou ignorado por razões desconhecidas, tratado como se a faculdade não existisse no período em questão. Curiosamente, todos os entrevistados afirmaram não ter conhecimento sobre este período, trazendo apenas algumas informações vagas e suposições, mas que nos apontaram pistas e possíveis caminhos a serem desbravados.

No dia 19 de março de 1965 foi criada a FESC, como mantenedora da faculdade, com o objetivo de assegurar a infraestrutura básica para a criação e funcionamento da referida instituição.

No dia 08 de fevereiro de 1966, quase um ano depois, o professor Afonso Pereira da Silva²⁵, enviou o Ofício Nº 34/66 a Dom Zacarias (documento completo em anexo). Nesta correspondência, o professor Afonso afirma ter recebido os padres Gervásio Fernandes de Queiroga e José Loureiro Lopes²⁶, que representaram o bispo em uma reunião com o reitor da UFPB Guilardo Martins²⁷. Nesta ocasião os padres teriam impressionado o reitor Guilardo ao tratarem a respeito da faculdade.

Nesta mesma correspondência, o professor Afonso menciona que “a velha ideia somente repousada no solo, 4 anos atrás, brotou no discurso do Dr. José Guimarães Rolim²⁸, quanto a instalação de uma Faculdade de Filosofia na cidade de Dom Moisés”. Esta afirmativa nos leva a supor que a ideia de criação de uma faculdade em Cajazeiras surgiu ainda no ano de 1961, ano em que, segundo o mesmo documento, havia sido registrado em Cartório o “Termo de Propriedade” da Faculdade, a fim de “carrear legalmente recursos para a instituição já bem antes de seu funcionamento”.

O documento ainda afirma que apenas a Diocese teria as condições necessárias para conduzir a faculdade e garantia o apoio que seria dado pela UFPB através da “promessa” feita pelo reitor Guilardo Martins de preparar o corpo docente, e da disponibilidade do professor Afonso em redigir o estatuto da Fundação. Além disso, no documento ainda sugerem o padre Loureiro para coordenar o trabalho de organização da Faculdade, o que justificaria a posterior escolha feita por Dom Zacarias para que ele assumisse a direção da Faculdade.

Em resposta a este ofício que ainda apresentava várias outras sugestões, no dia 18 de fevereiro de 1966, Dom Zacarias enviou ao professor Afonso Pereira da

²⁵ Afonso Pereira da Silva foi professor, jornalista, escritor, parlamentar, administrador, dentre outras funções que exerceu na vida pública e contribuiu para a expansão da educação na Paraíba. (SABINO, 2021).

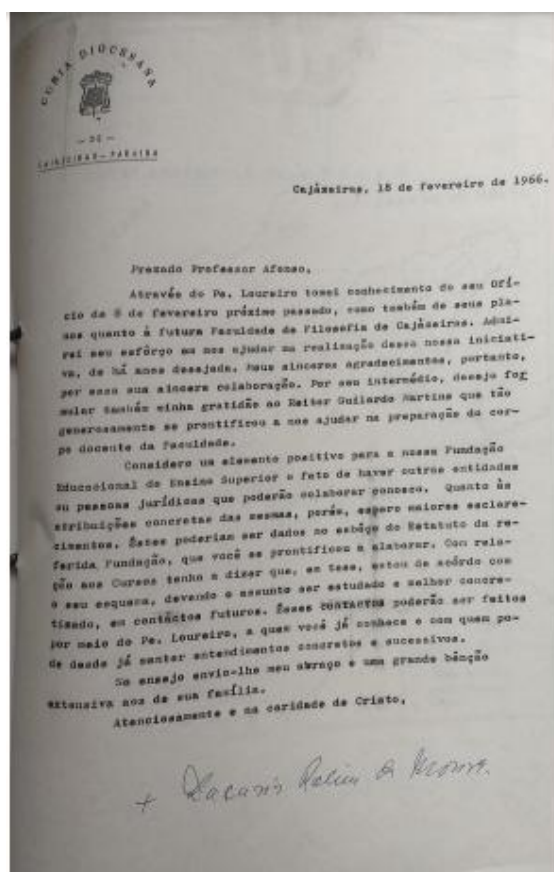
²⁶ José Loureiro Lopes foi padre diocesano de Cajazeiras e diretor da FAFIC. Também foi secretário de educação do Estado da Paraíba e presidente do Conselho Estadual de Educação (1984-1987); pró-reitor da Universidade Federal da Paraíba (1988-1992) e reitor do Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ (2006-2011).

²⁷ Guilardo Martins Alves foi professor fundador da Faculdade de Medicina e de Enfermagem da Paraíba e Reitor da UFPB de 1964 a 1971.

²⁸ José Guimarães Rolim foi um advogado e político de Cajazeiras.

Silva, um pedido para que ele formalizasse o primeiro estatuto da FESC, conforme vemos na Figura 13.

Figura 13 - Correspondência de Dom Zacarias ao professor Afonso Pereira



Fonte: Arquivo do CDPR

Segundo o documento, Dom Zacarias tomou conhecimento do “ofício” do professor Afonso através do Padre José Loureiro Lopes, no início do ano de 1966 e expressou sua gratidão a ele e ao reitor da UFPB Guilardo Martins pelo esforço em ajudar na criação da Faculdade e na formação do corpo docente.

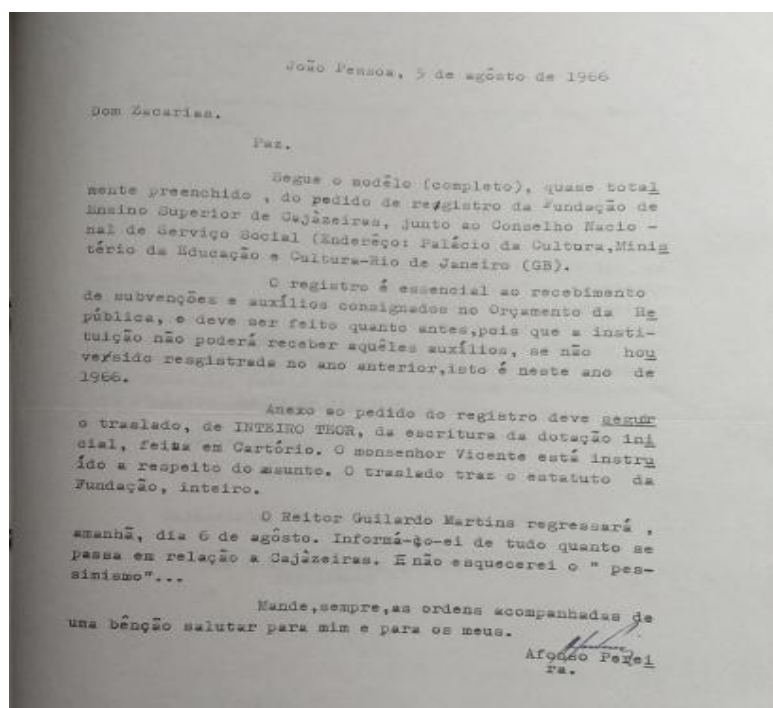
Na análise documental já constatamos a presença marcante da UFPB no processo de implantação do Ensino Superior em Cajazeiras, dado em virtude de amizades e relações estabelecidas entre as pessoas e as duas instituições, relações que prevaleceram durante anos, até a consolidação da federalização da FAFIC e a criação do Campus V da UFPB em Cajazeiras.

No citado documento (figura 13) Dom Zacarias escreveu: “Êstes poderiam ser dados no esboço do Estatuto da referida Fundação, que você se prontificou a elaborar”.

Após a troca de uma série de correspondências entre o professor Afonso e Dom Zacarias, de cunho burocrático, o Estatuto Social da FESC foi formalizado e publicado no DOU, do dia 05 de julho de 1966, constituindo como função da Fundação: “criar, instalar e manter, na cidade de Cajazeiras ou em cidade de jurisdição da Diocese, institutos de pesquisa, ensino, educação e cultura de grau superior” (FESC, 1966). Assim estabelecido, começariam os esforços para a efetivação da Faculdade.

Entre estas correspondências, merece destaque uma carta redigida pelo professor Afonso à Dom Zacarias, em 05 de agosto de 1966 (Figura 14), que tratava sobre o registro da Fundação no Conselho Nacional de Serviço Social, a fim de que pudesse receber “subvenções e auxílios no Orçamento da República”.

Figura 14 – Correspondência do Professor Afonso Pereira para Dom Zacarias



Fonte: Arquivo do CDPR

O que nos chama atenção, porém, é o final da carta, em que o professor Afonso assim escreveu:

O Reitor Guilarde Martins regressará, amanhã, dia 06 de agosto. Informá-lo-ei de tudo quanto se passa em relação a Cajazeiras. E não esquecerei o “pessimismo”... Mande, sempre, as ordens acompanhadas de uma bênção para mim e para os meus (Silva, 1966).

Embora não se tenha claro a que se referia ao mencionar o “pessimismo” que não seria esquecido, recordamos aqui as dificuldades encontradas neste processo que incluía uma série de oposições e descasos identificados, os quais melhor abordaremos no capítulo três.

Podemos supor que isso tenha se constituído em barreiras que dificultaram o processo durante estes cinco anos, contribuindo para que, como mencionado unanimemente pelos entrevistados, a faculdade “não saísse do papel”, o que fez também com que a FAFIC caísse no descrédito da sociedade cajazeirense, passando a duvidar da possibilidade que ela viesse efetivamente existir.

Durante este período, conforme recordou o Professor Francisco da Chagas Amaro Silva, “antes do padre Gualberto ser convidado para ser diretor, outras pessoas da cidade receberam convite idêntico, mas não conseguiram fazer com que a faculdade funcionasse” (Silva, 2022).

Antes da nomeação do Cônego Gualberto como diretor da Faculdade em 1969, outros diretores teriam sido nomeados segundo os depoimentos, não sendo possível afirmar ao certo quantos teriam sido ou em que período teriam atuado. A este respeito, o Professor Francisco da Chagas Amaro Silva relatou:

Eu me lembro de um dos diretores, embora não sei com 100% de certeza. Eu tenho impressão que Francisco Lemirton Braga foi um dos convidados, mas eu não me lembro. Talvez o dr. Quirino possa lhe dar essa dica, mas a verdade é que tivemos uns 2 diretores, ou talvez mais, antes de Gualberto, que não fizeram a faculdade sair do papel (Silva, 2022).

Como relatado pelo professor Antônio Quirino e já dito anteriormente, Lemirton Braga teria iniciado uma tentativa de implantação de uma Faculdade de Medicina na cidade, projeto que não se concretizou a época. Contudo, não encontramos quaisquer registros de que ele tenha sido um dos diretores da FAFIC, mesmo fazendo parte do Conselho Diretor da FESC, sendo professor da Instituição e participando ativamente também no processo de implantação do Ensino Superior em Cajazeiras.

Ainda sobre a presença destes diretores na FAFIC, o Padre Antônio Luíz do Nascimento relatou:

Alguns deles deve ter sido Antônio de Sousa²⁹, um outro eu não sei. Mas eu creio que quando você falou, pintou no meu cérebro: é isso mesmo, Antônio de Sousa deve ter sido um dos indicados por Dom Zacarias, certamente depois de José Loureiro. Porque José Loureiro ficou um tempinho na Catedral. Eu creio que ele não chegou a ficar dois anos. Então, Antônio de Sousa se ordenou depois de José Loureiro, estudou em Roma também. Deve ter feito Filosofia e Teologia. [...] Então, Antônio de Sousa deve ter sido esse outro indicado. Se foram três, ele deve ter sido o segundo. Porque Loureiro, ao sair, ele talvez chegou (Nascimento, 2022).

Também não encontramos nenhum registro documental que confirme a passagem do Padre Antônio de Sousa Sobrinho pela direção da FAFIC. Encontramos apenas um parecer, sem datação, emitido por ele a respeito de uma reunião realizada com o Arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires e com o Centro Cajazeirense de João Pessoa, pretendendo tratar sobre a criação da Faculdade, não tendo recebido o apoio esperado e nem mesmo a devida importância.

Sobre este documento trataremos no capítulo seguinte, no entanto, através dele, não é possível afirmar se o Padre Antônio de Sousa tenha comparecido a esta reunião na condição de diretor da Faculdade ou apenas como professor e membro do clero da confiança de Dom Zacarias.

De qualquer modo, ainda resta-nos um possível terceiro diretor: o Padre José Loureiro Lopes:

O que tinha sido fundado em 65 eu não sei se teria sido a FAFIC, mas a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras, a Mantenedora. Eu creio que a essa altura, naquela altura, padre José Loureiro, que tinha chegado de Roma, meu colega de Seminário, depois diretor do UNIPÊ, que foi vigário da Catedral, creio que por pouco tempo, [...] então eu creio que ele foi nomeado por Dom Zacarias diretor, ou Dom Zacarias o encarregou de tocar a coisa, fazer acontecer a FAFIC. Mas ele não fez. Eu acho que a coisa não era tão simples assim como a gente pode pensar que fosse. Ele tinha chegado de Roma. Claro ele é muito capaz, tanto que foi um grande diretor do UNIPÊ. Ele era capaz, mas ele tinha a função de vigário, estava começando. Aí não dá pra saber se ele estava, é uma coisa que não cabe a mim falar, não sei se ele estava afim de ficar aqui em Cajazeiras ou se já tinha a intenção de ir para a Arquidiocese, e de fato foi. Não ficou muito tempo em Cajazeiras, não sei se chegou a ficar por dois anos, não sei. Ficou por muito pouco tempo na

²⁹ Antônio de Sousa Sobrinho foi padre diocesano de Cajazeiras e professor da FAFIC. Também foi reitor da UFPB nos anos de 1988 a 1992.

Catedral, depois foi para João Pessoa e lá resolveu deixar o ministério (Nascimento, 2022).

Quanto ao padre José Loureiro, encontramos vários registros, datados a partir do ano de 1967, de que efetivamente foi diretor da Faculdade de Filosofia de Cajazeiras, tendo empreendido vários esforços para regulamentar e fazer funcionar a faculdade, ainda que não tenha atingido seu fim último.

O que nos causou estranheza foi o fato de que estes atos ficaram esquecidos e permaneceram desconhecidos pela história, sendo possível constatar isto nos depoimentos. A exceção do padre Antônio Luiz do Nascimento, todos os outros entrevistados afirmaram não saber que padre Loureiro tivesse sido diretor da Faculdade e nada falaram a respeito dele, embora questionados.

Através da documentação analisada, pudemos confirmar que a faculdade esteve sob a direção do padre Loureiro, do ano de 1966 até 1969, e mapear várias ações no intuito de efetivar a criação e o funcionamento da Faculdade em uma trajetória que por vezes aparentava ser exaustiva.

Por muito tempo acreditou-se que os citados diretores pouco ou nada fizeram para levar a cabo o funcionamento da faculdade, permanecendo seus nomes no anonimato. Enfatiza-se que não teriam conseguido “ir além das portarias de nomeação” (Sousa, 2011, p.21). Sendo assim, todo mérito da consolidação da FAFIC foi atribuído exclusivamente a Dom Zacarias e ao Cônego Luiz Gualberto de Andrade ao longo dos anos.

No entanto, outras pessoas que permanecem nos silêncios da história, atuaram significativamente dentro deste processo. Por esta razão, aqui iremos elencar algumas das ações do padre Loureiro, juntamente com o auxílio do professor Afonso, respaldados nos documentos encontrados.

Localizamos uma série de ofícios e telegramas “trocados” entre o padre Loureiro e o professor Afonso e, também encaminhados ao Magnífico Reitor da UFPB, Guilardo Martins, com os objetivos de viabilizar a confecção da planta do edifício da Faculdade pelo Serviço de Engenharia e Patrimônio da UFPB e de promover um aperfeiçoamento do corpo docente, de coordenadores e da direção, para realizar o registro da Faculdade no Conselho Nacional de Serviço Social.

Também localizamos telegramas trocados entre o padre Loureiro e o deputado federal Wilson Braga, a respeito da finalização do processo de registro da

Faculdade no Conselho Nacional de Serviço Social, com intuito de consignar a instituição no Orçamento Federal no ano de 1968, tendo sido liberado à época uma verba no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos). Em outro telegrama encaminhado pelo deputado federal Wilson Braga ao padre Loureiro, o parlamentar afirmava ter um “interesse especial em acompanhar o andamento do processo da faculdade”.

A partir disso, podemos sugerir que, ao contrário do que sempre se pensou, a relação constituída entre o deputado federal Wilson Braga e a Faculdade não se deu única e exclusivamente pela amizade pessoal e de longa data que existia entre ele e o Cônego Luiz Gualberto, razão pela qual a FAFIC teria contado com o apoio irrestrito do citado deputado. Certamente isto ampliou alguns favorecimentos, mas essa relação já estava estabelecida alguns anos antes.

Além da comprovação da compra e pagamento de livros feito no ano de 1967 para a biblioteca da faculdade, também localizamos o planejamento pedagógico e financeiro para a promoção de um curso pré-vestibular, com previsão para acontecer naquele mesmo ano.

Quanto a este curso, encontramos cartas trocadas nos meses de março a maio de 1967, entre uma possível candidata da cidade de Catolé do Rocha-PB e a secretária da Faculdade, a Ir. Maria das Neves. Nestas cartas a candidata demonstrava interesse em cursar a Faculdade e pedia maiores informações sobre o curso pré-vestibular.

Estas informações extraídas dos citados documentos (anexos) nos levam a supor que, embora nesse momento a faculdade ainda estivesse no campo de idealização e ações burocráticas, ela caminhava na perspectiva de um funcionamento próximo e a notícia já havia se espalhado, tornando-a concreta nas expectativas da região.

No entanto, o curso pré-vestibular previsto para o ano de 1967 não aconteceu e o processo de funcionamento da faculdade demorou mais do que o esperado. A sociedade sertaneja teve, portanto, que esperar um bom tempo para finalmente presenciar esse histórico acontecimento.

A demora com a efetivação da FAFIC despertou a incredulidade e até o protesto da comunidade cajazeirense, algo refletido, por exemplo, no carnaval de 1969, quando estudantes desfilaram pelas ruas da cidade carregando um caixão

onde se lia “aqui jaz a Faculdade de Cajazeiras”. O enterro simbólico da Faculdade refletia a descrença, o escárnio e o protesto de uma região inteira.

A partir da análise realizada das muitas correspondências, ofícios e telegramas trocados entre o Padre Loureiro, Dom Zacarias, Professor Afonso Pereira e o deputado federal Wilson Braga, pudemos verificar que o processo foi longo e mesmo cansativo, marcado por muitas insistências e pedidos de urgência. Afinal, desde o ano de 1966 foi deflagrada a batalha pela criação e funcionamento da Faculdade de Cajazeiras, de modo que, ao assumir a direção no segundo semestre de 1969, o Cônego Luiz Gualberto já encontrou muita coisa encaminhada e realizada como registros, verbas, parte do patrimônio, apoio de políticos entre outros atos.

Como indicado pela análise documental, a Faculdade já estava criada mas ainda não havia começado a funcionar e, talvez, os últimos passos tenham sido viabilizados pelas influências e amizades do Cônego Luiz Gualberto, que mais do que uma vasta experiência educacional e administrativa, possuía sólidas relações pessoais e políticas, algo que certamente, fazia grande diferença.

Não sabemos ao certo o motivo pelo qual o padre Loureiro não concluiu este processo. O padre Antônio Luiz do Nascimento assim sugeriu:

Então, eu creio que ele (Loureiro) deve ter encontrado dificuldades, porque padre Gualberto encontrou aquilo que agente diria, não tenho outra palavra para dizer, um Cicerone, encontrou Lynaldo Cavalcanti como reitor da UFPB. Não sei se padre Loureiro tinha conhecimento de Lynaldo, e aí podia talvez já estar pensando em mudar pra João Pessoa, então não enfrentou a coisa. Quanto aos outros diretores, eu não tenho conhecimento de outros, porque eram coisas assim, acho que Dom Zacarias nomeava e deixava ver o que ia acontecer. Dom Zacarias não era de nomear e ficar no pé. Nomeava e soltava, está entendendo? Então padre Gualberto se encaixa nesse modelo, ele recebia uma tarefa e procurava levar adiante, vamos dizer, um projeto. Não dá para saber por que ele ou esses outros, esse outro ou outros, não levaram a frente a instalação da FAFIC, a mantida [...] eu creio que quanto a padre Loureiro, ele não tinha as ligações que padre Gualberto tinha com gente da alta na educação (Nascimento, 2022).

Seja por ter ficado pouco tempo na Diocese, tendo em seguida ido embora para João Pessoa, por ter renunciado ao ministério sacerdotal ou por não possuir a mesma influência e ligações que o Cônego Luiz Gualberto possuía, Loureiro não concluiu este processo, mas contribuiu efetiva e significativamente, deixando o

“terreno” preparado e favorável para que em pouco tempo, o Cônego Gualberto concluísse o que ele havia começado.

Por fim, ainda ficam algumas indagações: por que estes cinco anos de um longo processo para a efetivação da FAFIC permanecem esquecidos? Como seus personagens ficaram escondidos no silêncio dessa história inicial? Por que estas memórias permanecem enterradas no subterrâneo de suas testemunhas? O que ainda não foi desvelado? Há algo doloroso ou constrangedor que se esforça para ser esquecido, escondido ou negado? Ou apenas há um esforço para manter a história sem mácula e contradições?

São indagações que por ora não temos respostas certas, mas que esperamos na continuidade deste estudo apontar possíveis respostas, sem esquecer que, mesmo os seres humanos mais brilhantes são feitos de contradições.

CAPÍTULO 3

RELAÇÕES DE PODER E MEMÓRIAS

3.1 A criação da Faculdade de Filosofia de Cajazeiras em face à Reforma Universitária

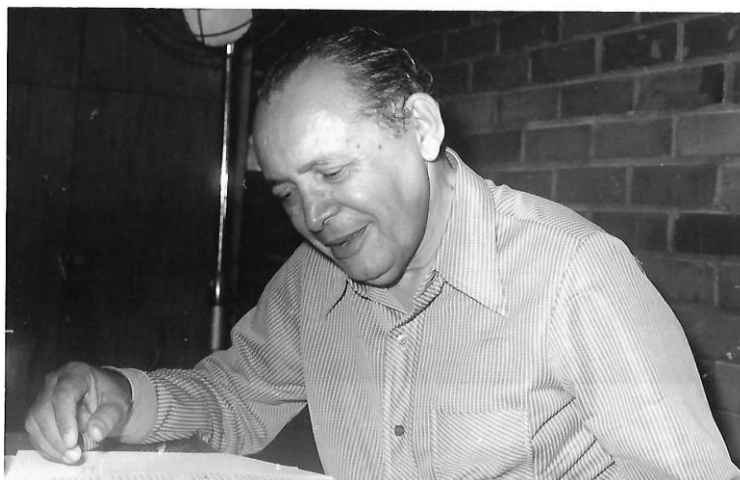
A RU de 1968, ao proporcionar a expansão do Ensino Superior Privado, favoreceu a criação e o funcionamento da Faculdade de Filosofia de Cajazeiras. Criada à sombra das políticas educacionais do Regime Militar, a consonância entre os ideais militares com a posição política ideológica da Igreja Diocesana de Cajazeiras e as amizades estabelecidas entre a direção da Faculdade e membros do Governo, regeram o processo e os primeiros anos de funcionamento.

Para que a Faculdade pudesse enfim funcionar, era necessário que ela estivesse bem alinhada às políticas educacionais estabelecidas pela RU de 1968 e que houvesse uma adesão ao sistema militar de modo que a criação da faculdade acontecesse sem muitas tensões, disputas e mesmo oposições. Sem o apoio político daqueles que estavam no poder, era possível que a Faculdade não tivesse se efetivado naquele momento.

Esta coerência entre a faculdade e o Governo Militar foi essencial para a efetivação e o sucesso desta empreitada. No entanto, também deixaria marcas de contradições como manchas e feridas abertas ao longo deste processo, as quais em muitos momentos há um esforço constante por encobrir.

Como dito anteriormente, durante os cinco anos que sucederam a criação da FESC, um longo caminho foi percorrido pelo padre Loureiro, juntamente com Dom Zacarias, no intuito de efetivar a criação e o funcionamento da faculdade. Mesmo com muitas providencias realizadas, o padre Loureiro deixou a direção da Faculdade sem concluir o projeto e um novo gestor foi nomeado no segundo semestre do ano de 1969, o Cônego Luiz Gualberto de Andrade. (Fotografia 3).

Fotografia 3 - Cônego Luiz Gualberto de Andrade em 1970.



Fonte: Acervo Fotográfico do Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga

Diferente do(s) diretor(es) anterior(es), o Cônego Gualberto em pouco tempo conseguiu concretizar o funcionamento da Faculdade, recebendo todos os méritos por esta conquista e se tornando o grande protagonista desta história.

O Cônego Luiz Gualberto de Andrade (Uiraúna/PB, 1921 – 2007) ingressou no Seminário Arquidiocesano de João Pessoa-PB no ano de 1937, onde cursou Filosofia e Teologia. Foi ordenado sacerdote em 04 de dezembro de 1949, na Paróquia Nossa Senhora da Guia na cidade de Patos-PB, por imposição das mãos do bispo diocesano de Cajazeiras Dom Luiz do Amaral Mousinho.

Com uma vasta experiência educacional, além de professor foi também Diretor do Colégio Diocesano (1959-1967), do Colégio Comercial (1960 e 1961) e do Instituto Profissional Monsenhor Valeriano (1962-1967), todos na cidade de Pombal – PB. Em João Pessoa, foi Diretor do referenciado Colégio Liceu Paraibano, em 1969, permanecendo no cargo até o momento em que Dom Zacarias o teria convocado para retornar a Cajazeiras a fim de assumir a direção da Faculdade.

O professor Francisco das Chagas Amaro Silva, em seu depoimento, assim relatou:

Foi graças a Gualberto. Gualberto era uma pessoa que já tinha uma experiência em educação muito grande, ele havia dirigido dois Colégios em Pombal, inclusive um que estava lá em uma crise muito grande. Ele dirigiu o Colégio Diocesano de Pombal, e outro Colégio do Estado. Então ele tinha uma experiência muito boa. Tinha sido reitor, foi o 1º reitor do Seminário Nossa Senhora da Assunção.

Então era uma pessoa que gostava de educação, voltado para a educação, e ele encarou o desafio. Agora pediu a Dom Zacarias carta branca e todo o apoio possível, que foi dado inclusive com a Diocese cedendo o prédio da Ação Católica, lá na (rua) Padre Rolim. [...] Não fora a persistência e o dinamismo de Dom Zacarias, o seu propósito de implantar o Ensino Superior em Cajazeiras e não fosse a garra, a disposição e a coragem do padre Gualberto, a FAFIC teria continuado criada de direito, mas não de fato, teria continuado no papel, e, certamente, alguns outros estudantes iriam continuar cobrando, à sua maneira, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (Silva, 2022).

Como podemos perceber nos depoimentos, o Cônego Gualberto tornou-se, para a memória de Cajazeiras, o protagonista e a figura decisiva dentro deste processo que se prolongava há cinco anos, e a história da faculdade passou a ser contada a partir do momento em que ele assumiu a direção.

O Cônego Gualberto, conforme o depoimento acima, teria recebido “carta branca” de Dom Zacarias para atuar da maneira que considerasse melhor, a fim de alcançar o objetivo de funcionamento da Faculdade, sem interferências decisórias por parte da Diocese.

Este ato nos revela toda a confiança que o Bispo Diocesano depositava nele, em tempos de tensões e inseguranças devido ao sensível contexto político. O Cônego Gualberto seria, assim, uma figura conciliatória e confiável por parte da Igreja e do Governo.

Além da confiança que inspirava e de sua experiência educacional como professor e gestor de colégios, o Cônego Luiz Gualberto também dispunha de uma “facilidade” em estabelecer relações com políticos da época, criando para si uma rede de apoio essencial para os objetivos da Faculdade. Quanto a isso, o professor Francisco das Chagas Amaro Silva elencou:

Gualberto tinha uma facilidade muito grande de se relacionar com os políticos. O sucesso dele lá em Pombal [...] inclusive ele implantou lá em Pombal vários cursos profissionalizantes já naquela época, nos anos 60, e ele fez isso com ajuda dos políticos pombalenses, mais precisamente do senador Rui Carneiro, que foi Senador por quatro mandatos na Paraíba e foi interventor na Paraíba durante o período do Estado Novo por cinco anos, e do irmão dele o deputado Janduí Carneiro, que foi Deputado Federal da Paraíba por seis mandatos. Eles foram fundamentais também na implantação desses cursos superiores. Então Gualberto tinha essa facilidade. E na FAFIC ele ligou-se muito também a Wilson Braga e Edme Tavares. Wilson, um político mais veterano, já era Deputado Federal. Edme estava começando a carreira política, como deputado estadual. E teve um relacionamento muito bom com João Agripino (Silva, 2022).

Associada a esta “facilidade” de estabelecer diálogo e conseguir apoio político para a Faculdade, o Cônego Gualberto ainda possuía uma certa vantagem: a amizade que conseguiu construir ao longo de sua vida, com muitos destes políticos. Este era o caso Deputado Estadual Edme Tavares e do Deputado Federal Wilson Braga.

Edme foi importantíssimo, porque a nível de estado ele era a ponte entre Gualberto, Zacarias e a FAFIC com governo do Estado. Edme Tavares, num primeiro momento, porque ele foi Secretário de Estado, a partir de João Agripino e depois foi eleito Deputado Estadual no governo de Ernani Satyro, de Ivan Bichara Sobreira. Depois foi Deputado Federal por dois mandatos também em Brasília. Ele era a ponte a nível de Estado entre a FAFIC e o governo do Estado e Wilson Braga era a ponte de Gualberto a nível federal. Tiveram realmente uma atuação muito importante. Importantíssima essa ligação desses políticos com a faculdade. Não dava para você vencer toda a burocracia de implantação de um curso superior com as dificuldades da época. Diferente dos anos mais recentes, diferente, por exemplo, do período Lula que implantou universidades e cursos superiores em todo Brasil. Na época era muito problemático. [...] Wilson e Edme tinham amizade com padre Gualberto e Dom Zacarias e compromisso político com Cajazeiras e a região. Eles sabiam perfeitamente da importância daqueles cursos superiores, os primeiros em todo Alto Sertão paraibano e um dos poucos, talvez, no interior de todo Nordeste (Silva, 2022).

A respeito destas relações pessoais retomaremos mais adiante. No entanto, vale aqui destacar que esta facilidade de associação e diálogo, juntamente com amizades pessoais construídas ao longo dos anos com membros do Governo, proporcionou para o Cônego Luiz Gualberto uma “rede de apoio”, dentro do contexto político vivenciado no período.

Este fato acarretaria contradições e críticas à sua pessoa e às suas ações, sendo que estas relações não foram vistas com bons olhos por todos, nem compreendidas em um primeiro momento, conforme destacado no trecho a seguir:

Na minha visão, padre Gualberto foi um homem sábio, porque se ele fosse oposição, ele não era nem diretor de escola pública. Ele não tinha outra saída, era outra época. [...] Padre Gualberto era extremamente discreto. Ele nunca apoiou nenhum ato da Ditadura. Ele tirou o que pôde e deixou na cidade. Eu acho que aí foi a sabedoria dele e nós não entendíamos, nós achávamos que ele era pelego. Se ele não tivesse se juntado com Wilson Braga, se ele não tivesse apoiado a política de Wilson Braga, se ele não tivesse apoiado a política de Lynaldo Cavalcante, Cajazeiras hoje [...] não tinha nada, não ia ter nunca nada. Padre Gualberto foi um homem de visão, de futuro. Ele acreditava que a coisa ia mudar e ele trabalhava

nessa perspectiva. Ele não apoiava nenhum ato ditatorial. Ele era um homem enérgico, como um administrador enérgico [...], mas na minha visão e na visão de alguns da época, nós achávamos que ele era pelego (Sousa, 2010, apud Sousa, 2011, p.35-36).

Com uma posição política considerada por vezes contraditória, é certo que, se não houvesse um perfeito alinhamento entre a Faculdade, seus gestores, estatutos e o Governo vigente, ela não teria se concretizado naquele momento. Quando questionado sobre a declaração acima citada, o professor Francisco das Chagas Amaro Silva afirmou:

Nada de peleguismo. Pelo contrário, essas pessoas foram importantes no apoio moral e outros apoios ao padre Gualberto. Agora é claro que o padre Gualberto, ele e a Igreja, sempre primaram por ter um bom relacionamento com os políticos (Silva, 2022).

Ainda sobre esta perspectiva, o professor Antônio Quirino de Moura relembra que não houve nenhum tipo de oposição dentro do processo, envolvendo a Igreja, a classe política e a sociedade, de maneira que todos caminhavam alinhados em seus interesse e objetivos:

Não havia oposição nenhuma em Cajazeiras, nenhuma oposição, não se identificou qualquer oposição. Digo isso porque eu estava aqui, à frente como colaborador do Padre Gualberto e de Dom Zacarias e via que não houve nenhuma reação (Moura, 2023).

Apesar de hoje considerar que não havia outra forma de conseguir algum benefício para a cidade naquele momento, e apesar de compreender a posição do Cônego Luiz Gualberto e de Dom Zacarias como uma posição discreta que não apoiava, e ao mesmo tempo não se opunha nem questionava em vistas de um objetivo maior, esse ainda parece ser um tema sensível ao ser abordado e que causa certo desconforto nas memórias, como se este fato pudesse de alguma forma, contradizer ou macular uma história grandiosa construída e propagada a mais de cinquenta anos.

Em todos os depoimentos é unânime a afirmação do Cônego Luiz Gualberto como um grande educador e administrador, sem o qual não teria sido possível a

concretização do Ensino Superior em Cajazeiras, imortalizando-o como um dos grandes heróis da história educacional da cidade e região.

De qualquer modo, por estes meios justificados pelos fins, a Faculdade daria os primeiros sinais de que começaria a funcionar e as primeiras providências do Cônego Luiz Gualberto foi em busca da estrutura física, como lembram os depoimentos a seguir:

Tudo foi muito simples. O prédio, sede inicial da FAFIC é o da antiga Ação Católica, construído por Dom João da Mata, segundo bispo de Cajazeiras, na Rua Padre Rolim. Padre Gualberto ajeitou como pôde, com muito sacrifício, pois a diocese não tinha recurso para isso. Aliás, o único bem da FESC, instituidora da FAFIC, era aquele prédio doado pela Diocese. Para ampliar o prédio foram compradas as duas casas que o separavam do córrego. Derrubadas, o prédio foi ampliado, ficando com a dimensão que tem atualmente (Queiroga, 2023).

Foi cedido o prédio da Ação Católica e mais uma casa da Diocese que foi derrubada e tudo foi colocado à disposição do padre Gualberto para a faculdade. Foi só depois disso aí pronto que a faculdade realizou o vestibular em 1970. Janeiro de 1970. Eu concluí o Colegial, naquele mesmo ano, 69 e fiz o vestibular em janeiro para a Faculdade de Filosofia (Silva, 2022).

Fotografia 4 – Antigo prédio da Ação Católica sendo reformado para a FAFIC (1969)



Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

Ao assumir a Direção, o Cônego Luiz Gualberto recebeu da Diocese o prédio onde funcionava a Ação Católica para servir de instalação física para a Faculdade. Vale ressaltar que a Ação Católica Brasileira – ACB foi criada no ano de 1935 como

um movimento leigo que visava reintroduzir valores cristãos na sociedade e tornou-se um espaço de militância cristã que se estendia aos campos social, político e cultural.

Com o fim da Ditadura de Vargas, em 1945, a ACB ganhou mais abrangência levando a Doutrina Social da Igreja - DSI a diversos espaços diferentes como universidades, fábricas e sindicatos, incentivando a criação de vários movimentos sociais cristãos.

Durante este período, a ACB proporcionou a atuação da Igreja Católica através da mobilização da juventude pela criação de vários movimentos, como por exemplo, a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), refletindo, portanto, um novo modelo de pastoral com os jovens, que incentivava a descoberta e a vivência de uma dimensão política da fé e do protagonismo dos jovens nas lutas do povo.

Deste modo, através de uma prática de militância e testemunho cristão, muitos integrantes da ACB também se associavam a movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos, assumindo uma maior participação política e social, através da Igreja.

Em Cajazeiras, o Padre Gervásio Fernandes de Queiroga foi nomeado o assistente eclesialístico da Ação Católica:

Neste encontro orientado por Monsenhor Expedito,³⁰ fiz publicamente crítica à pastoral diocesana, porque a Ação Católica, mesmo sendo obrigatória nas dioceses, quase não existia, por falta de assistente eclesialístico. Dom Zacarias não gostou da crítica, nomeou-me de surpresa, ali mesmo, assistente diocesano da Ação Católica. Caí sentado (não é metáfora), porque era algo impensável, diante de minha situação pessoal, mas tive que aceitar. Comecei pelo lado mais fácil, a Juventude Estudantil Católica (JEC) masculina e feminina (Assunção, *et al*, 2019, p.59).

Quanto ao período de atuação da ACB em Cajazeiras, o Monsenhor Gervásio, na obra que narra suas memórias, assim relatou:

³⁰ O encontro mencionado foi um encontro diocesano, realizado em 1961, em que se comemorava o jubileu sacerdotal de três membros do clero. Este encontro foi liderado pelo Monsenhor Expedito Medeiros, da Arquidiocese de Natal, conhecido pelo seu trabalho junto a JAC, o sindicato rural, o MEB e os inícios das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Em virtude da sua luta em diversas causas sociais, em especial, pelo acesso a água, o Mons. Expedito ficou nacionalmente conhecido como "profeta das águas".

Vivia-se uma época bonita, de muito esforço de renovação eclesial e grande entusiasmo na linha social, fervilhante de iniciativas socioculturais, na juventude estudantil, colegial e universitária, bem como no mundo rural; tempo de conscientização e de organização desses setores, tempo maravilhoso, do início das Comunidades Eclesiais de Base, do trabalho de educação e conscientização popular, com Paulo Freire, da sindicalização rural por obra da Igreja; tempo de reivindicação das reformas de base, para a Nação, infelizmente bloqueadas e frustradas com o regime militar. [...] Com a revolução de 1964, a ACB foi enterrada, a começar da JUC, da qual certos grupos se radicalizaram no ponto de vista ideológico; então a comissão episcopal da CNBB encarregada da ACB, de maioria conservadora, encerrou a JUC. A Ação Católica, mal vista por muitos dentro da Igreja e perseguida pela revolução, teve que se esconder. Nosso trabalho ficou como que subterrâneo e, então, até mudamos os nomes dos grupos. Quando cheguei da segunda etapa romana, em 1967, fundei o Grupo Juvenil Cajazeirense (GRUJUCA), grupo misto, rapazes e moças, do qual a figura mais destacada foi Edival Nunes, o Cajá, que atuou em Recife, colaborando com Dom Helder, e foi condenado por subversão. Liberado pela anistia do Presidente João Figueiredo, ainda hoje está atuando em Recife, no campo sócio-político. Ele mesmo declarava que o início de sua inserção no sócio-político começou no GRUJUCA (Assunção, *et al*, 2019, p.60).

Como a década de 1960 foi marcada pelo autoritarismo e pela perseguição aos movimentos sociais, esta perseguição também chegou à ACB, fazendo com que muitos movimentos fossem encerrados ou completamente modificados. Em Cajazeiras, como mencionou o Monsenhor Gervásio, esta atuação, em alguns casos, continuou de modo “subterrâneo”, timidamente e com nomes modificados afim de esconder sua origem e atuação.

Ainda que houvesse uma atuação social isolada por parte de membros do clero, esta não era a posição explícita da Diocese. Deste modo, não é difícil supor que por esta razão, o prédio onde funcionava a sede da Ação Católica e das pastorais sociais, tenha sido o escolhido para ser desativado e cedido para outros fins, mostrando mais uma vez o modo como a Igreja Diocesana agia em busca de não afrontar direta ou indiretamente o Regime.

Esta coerência entre a Diocese, a Faculdade e o Governo, já se expressava no Regimento da FAFIC, elaborado em concordância com a Lei Reformista, incluindo no Capítulo III, do artigo 73 ao 79, o regime disciplinar, determinando as infrações e punições para professores, alunos e empregados. Entre as infrações estabelecidas no art. 73, inclui-se nos incisos III e V:

III Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou deles participe;

V – Conduza e realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza.

Assim se constituía uma faculdade segura ao Regime, alinhada às políticas e ações militares, que controlava e punia qualquer ação considerada subversiva de alunos, professores e funcionários, dentro e fora de suas dependências físicas.

Além disso, a doação do prédio da Ação Católica para a FESC parece ter sido a última ação e providência efetiva de Dom Zacarias com relação ao funcionamento da Faculdade.

Gualberto é o escolhido para a grande iniciativa de fazer surgir neste sertão uma escola de ensino superior, sem contar ele com quase nada, nem no plano econômico, nem com professorado. A única coisa que recebeu foi o prédio, e ainda assim teve que ampliar e preparar em tudo (Queiroga, 2023).

Vale ressaltar no depoimento acima como mais uma vez o Cônego Luiz Gualberto é considerado o grande merecedor de reconhecimentos, que teria começado a Faculdade “com quase nada”, mesmo que, como dito anteriormente, muitas providências burocráticas e estruturais já estivessem encaminhadas no momento em que ele assumiu a direção.

De qualquer modo, depois disto, não encontramos mais registros documentais significativos, nem mesmo na memória dos entrevistados, de que a Diocese tenha interferido de algum modo na Faculdade, fosse através de auxílio material e financeiro, fosse através de ações ou intervenções de Dom Zacarias, como se a partir deste momento ele tivesse saído de cena e ficado mais “nos bastidores”, conforme menciona a professora Maria Iêda Félix Gualberto:

O bispo era mais reservado, ficava mais assim, nos bastidores. E padre Gualberto, mão na massa o tempo todo e conseguia tudo, tudo, tudo. Agora era um batalhador, ele não tropeçava no primeiro empecilho. Ele vencía cada um que ia surgindo, cada desafio ele vencía com muita habilidade, com muita maestria mesmo (Gualberto, 2023).

A partir daí, o Conego Luiz Gualberto assumiu o protagonismo da criação da Faculdade, iniciando uma longa jornada que incluiria vários pedidos de ajuda à Misereor³¹, que se estenderam por vários anos após o funcionamento da Faculdade.

O primeiro pedido foi encaminhado à Misereor no dia 28 de novembro de 1969 (documento completo em anexo), no qual Cônego Gualberto afirmava que, com a ajuda dos governos federal e estadual foi possível o início das adaptações mais urgentes do imóvel, que incluía a demolição das casas vizinhas, de modo que pudesse começar a funcionar o curso pré-vestibular.

Além disso, a Biblioteca estava sendo adquirida “graças ao trabalho da comunidade local, através de campanhas e de doações de particulares”. No entanto, era necessária a ajuda financeira para o término do prédio, para aquisição de outros equipamentos e para a manutenção da faculdade e pagamento de professores, passando a Faculdade a contar, já nos seus primeiros anos de funcionamento, com o auxílio financeiro da Misereor.

Com as instalações físicas encaminhadas, o segundo passo foi a realização de um curso pré-vestibular, tendo entre seus professores o próprio Cônego Luiz Gualberto, o Padre Gervásio e o professor Antônio Quirino, a fim de preparar os candidatos para a realização das provas seletivas, que foram realizadas no início do ano de 1970.

Inclusive participei da elaboração da prova de português do primeiro vestibular em 1970 e, também da correção, é claro, quando saiu o resultado. Para esse alunado fizemos um curso pré-vestibular que funcionava na Ação Católica antiga e nesse curso nós preparamos os alunos, a maioria professores que já ensinavam, para fazer o vestibular. Eu lecionei português nessa turma preparatória do vestibular (Moura, 2023).

No dia 12 de dezembro de 1969, em resposta ao Processo 125/69 que tramitava no Conselho Estadual de Educação, foi emitido pelo relator Antônio Normando Diniz o parecer favorável, com a autorização para os exames vestibulares e funcionamento da faculdade para o ano de 1970, após comprovada a real

³¹ Misereor é a obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento, destinando ajuda financeira para projetos sociais no combate à pobreza na África, Ásia e América Latina.

necessidade da faculdade para a região. Com esta autorização, o exame vestibular enfim poderia acontecer.

O vestibular, no primeiro trimestre de 1970 foi um ‘Deus nos acuda’ para o pessoal. Era um grande exame escrito, visando medir os conhecimentos gerais, com duzentos pontos a responder, de História geral e do Brasil, de cultura antiga e realidade atual (Queiroga, 2023).

O professor Francisco das Chagas Amaro Silva assim recordou sobre seu desempenho no vestibular:

Bom, passei no vestibular. Me lembro das notas até hoje: 6,0 em português, 9,0 em sociologia e 9,0 em inglês. [...] Ah, a outra prova foi a prova de história, que foi a mais difícil de todas e foi elaborada pelo padre Gervásio Fernandes de Queiroga. Agora, deixa eu explicar um pouquinho da de inglês. Na prova de inglês, eu fiquei na mesma classe que ficou uma professora que era esposa de um bancário aqui em Cajazeiras, a professora Erlanda Siqueira. Ela tinha muito conhecimento de inglês. Ela deu um cursinho preparatório para gente fazer o vestibular e ela também fez o vestibular porque ela não tinha o curso superior de Letras, então, coincidentemente, eu fiquei na classe dela e, cá para nós, rolou uma colazinha durante as provas do vestibular. Eu não vou explicar quem era o fiscal, é uma pessoa já falecida, mas era muito amiga que fez vista grossa. Aí eu tirei um 9,0 em inglês, tá explicado em inglês, né? A prova de história [...] no término da prova lá numa rodinha na faculdade, o professor Sobrinho disse: ‘Chaguinha, a prova de história foi boa?’. Eu disse: ‘gostei’. Eu gostava de história, realmente. Ele disse: ‘quanto é que dá para tirar?’ Eu disse: eu acho que dá para tirar um 7,0’. E foi aí que eu fiquei sabendo que quem tinha elaborado a prova foi o Gervásio, porque aí ele disse: ‘Gervásio, Chaguinha disse que vai tirar 7,0 em história’. E Gervasio meio irônico, sempre foi irônico: ‘Ah, eu duvido’. Bom, tirei exatamente o 7,0 (Silva, 2022).

No ano de 1970 foi realizado o primeiro vestibular e a FAFIC enfim começou a funcionar. Segundo as memórias, a cidade celebrava eufórica a notícia, como recorda o Professoro Francisco das Chagas Amaro Silva:

Eu me lembro que quando saiu a autorização para a FAFIC funcionar foi feita uma festa na cidade, a alegria maior do mundo, um espolcamento de fogos e tudo mais, quando saiu o parecer dando autorização para a faculdade funcionar. E outra festa também foi no reconhecimento dos cursos. Uma coisa era o curso autorizado, outra coisa era o reconhecimento do curso, que possibilitasse a partir da primeira turma o registro dos diplomas no MEC (Silva, 2022).

A FAFIC foi fundada pela Lei Municipal nº 503/70, de 17 de janeiro de 1970. Autorizada a funcionar pela Resolução nº 04/70, do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, de 19 de janeiro de 1970 e tornou-se efetiva pelo Decreto do Poder Executivo Federal nº 66.472, de 22 de abril de 1970, tornando-se um grande marco para a história educacional da cidade, mas, também, um grande marco das ações e contradições políticas da Igreja junto ao Governo.

3.2 Igreja, educação e política: as memórias através do tempo

Não é possível desvincular a história educacional da cidade de Cajazeiras de sua história religiosa e política, desde sua origem, até os dias atuais, e, principalmente, no período abordado. Em muitos momentos, educação, religião e política se apresentam interligados, numa estreita relação entre tradição e poder. Particularmente durante o Governo Militar, a Igreja Católica assumiu posições por vezes consideradas contraditórias ante o regime, expressando ora apoio, ora resistência.

Inicialmente, a Igreja Católica contribuiu para a desestabilização política que antecedeu o Golpe e apoiou os militares no combate ao comunismo, considerando as Forças Armadas como um instrumento necessário para evitar um mal maior:

[...] setores da Igreja Católica conservadora preconizavam a conspiração e a quebra da ordem constitucional, reconquistada em 1946, como antídoto necessário ao combate do comunismo e passaram a preconizar a necessidade de um governo militar, capaz de corrigir os considerados equívocos constitucionais (Machado, 2009, p. 37).

A participação da Igreja na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em 19 de março de 1964, expressava o forte sentimento anticomunista presente nas autoridades eclesiásticas e, em algumas organizações civis de base católica e tradicional. Estes viam no comunismo não somente uma ameaça política e social, mas também uma ameaça à fé, à religião e à tradição. (MACHADO, 2009).

Por outro lado, ao passo que as medidas autoritárias e a repressão aumentavam e que as violações dos direitos humanos se tornavam mais evidentes, incluindo a prisão e tortura de padres, esse apoio foi diminuindo, sobretudo com a

promulgação do AI-5, que marcou o rompimento entre Igreja e militares, embora alguns setores e pessoas mantivessem seu apoio como uma posição pessoal.

Desse modo, a Igreja acabou contribuindo para o fortalecimento da resistência ao Governo Militar e, também, para as denúncias de abusos cometidos, em alguns momentos abertamente, outros de maneira velada.

Além disso, o Concílio Vaticano II propôs a aproximação da Igreja das classes populares, promovendo a liberdade, a justiça social e atuando na defesa dos direitos humanos. Esta Declaração³² foi essencial para uma mudança na posição assumida pela Igreja no contexto político e social do Brasil.

Em Cajazeiras, a Diocese, em comunhão com a Igreja, se opunha à ideia de revolução e lutava contra a ameaça comunista em seu território. Deste modo, de início também manifestou apoio ao Regime então instaurado na perspectiva de manter a ordem por meio da retenção do comunismo. Esta posição, associada às estreitas relações pessoais mantidas com políticos apoiadores do Regime, lhe proporcionou o benefício de obter apoio do Governo em muitos de seus objetivos, sobretudo educacionais.

É certo que retornamos ao mesmo dilema outrora apresentado: ainda que não houvesse uma total concordância e apoio à Ditadura em si e, principalmente aos atos autoritários, como a repressão e a tortura, opor-se abertamente ao Regime Militar traria consequências diretas para a Igreja Católica. Assim, a melhor forma encontrada de agir neste caso foi através da “política da boa vizinhança”.

Talvez, muito se esperasse por uma posição e mobilização mais revolucionária, no entanto a ação da Igreja de Cajazeiras se moldou conforme as tendências ideológicas da DSI e conforme a personalidade do bispo. Sobre essa questão o Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga assim recordou:

No início Dom Zacarias demonstrava certa simpatia e expectativa no Governo Militar, mas com as decepções pessoais e posicionamentos de seus colegas bispos na CNBB ele foi perdendo admiração e esperança na chamada ‘revolução’ de 1964. Um ponto que marcou muito este seu distanciamento foi a viagem sem sucesso a Brasília, para conseguir do Marechal Juarez Távora e ministro dos Transportes, a continuidade do funcionamento da ferrovia para

³² Declaração *Dignitatis Humanae* sobre a Liberdade Religiosa, do Papa Paulo VI, 7 de dezembro de 1965.

Cajazeiras. Marcou-o mais ainda o péssimo tratamento que o Governo Militar e o exército na região davam aos ‘flagelados’, na grande seca de 1970. Nomeado por ele, fui encarregado de acompanhar a situação e providenciar alimentação através da Cáritas da CNBB. Ditou-me um telegrama para o presidente Médici tão forte que pedi para moderar, mas não aceitou. Nele dizia que o salário dado ao pessoal que trabalhava na chamada ‘emergência’ era uma vergonha nacional. De fato, era só a metade do salário mínimo e não em dinheiro, mas em mercadorias, às vezes inúteis e de baixa qualidade e com preço calculado acima do preço de mercado. Além disso, fez uma carta sobre a dramática situação ao mesmo presidente Médici, carta que foi entregue em mãos pela direção da CNBB. Claro que até hoje o presidente não respondeu ao telegrama nem a carta. Por isso tudo Dom Zacarias dizia que ‘farda de militar, quanto mais longe, melhor’. Não ia também ao palácio da Redenção [Governador da Paraíba], ligado é claro ao Regime Militar, mesmo sendo um Ivan Bichara, seu colega de infância e amigo. Quando havia necessidade, mandava um seu representante. Como, às vezes a chamada ‘História’ é omissa, ignorante e até injusta! (Queiroga, 2023).

Frustradas as expectativas salvadoras dos militares que prometiam realizar as reformas que o país necessitava e fechado o cerco da repressão, parte da Igreja Católica passou a constituir oposição ao regime, sobretudo através de grupos mais progressistas, segundo a DSI.

Além disso, era urgente garantir o apoio das classes populares antes que o comunismo o fizesse, o que levou a ala mais progressista da Igreja de Cajazeiras a se unir a estas classes através das ações sociais, de modo que a Igreja se tornou um instrumento de luta social privilegiado durante este período, através da premissa do combate ao comunismo e dos ensinamentos da DSI.

Assim, a ação social antecipada da Diocese de Cajazeiras possibilitou conter a ação comunista junto às classes populares, evitando que tomassem a dianteira, sobretudo no movimento sindical e agrário, e lhes conferisse um caráter materialista, extremista e anticlerical.

A respeito da participação da Igreja de Cajazeiras na formação dos sindicatos rurais, transcrevo o trecho do livro das memórias do Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga, que assim relatou:

No dia 15 de novembro de 1961, numa reunião improvisada para a fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Construção Civil, um esquerdista, depois de atacar a Igreja, informou que estavam trazendo a Cajazeiras o advogado Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, para aqui as iniciar também.

O doutor Francisco Julião era filho do senhor de engenho pernambucano. Mas como bom advogado, tomou a posição dos escravizados que moravam nas terras dos senhores de engenho, defendia-os na Justiça, organizava-os em grupos, reivindicava seus direitos, promovendo mobilizações que deixaram a Igreja assustada. Isso “cheirava” a comunismo! [...]

Os jovens da JEC, elas mais que eles, por iniciativa própria, se preparam para receber no “cacete” a Francisco Julião e aos elementos das Ligas, caso colocassem os pés em Cajazeiras (Assunção, *et al*, 2019, p.62-63).

Este posicionamento revela o clima de insegurança política e religiosa que se vivia já antes do golpe e de como o conflito entre Igreja Católica e aquilo que se considerava comunismo se estabelecia também no campo social. O comunismo era uma feroz ameaça à ordem, à religião, à fé e, portanto, à Igreja, sua tradição e à sua “imagem”, sobretudo à medida que questionava as estruturas e poder constituído. Aqui vale a reflexão feita pelo Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga:

Certo anticomunismo não tem feito menos mal à Igreja do que o próprio comunismo; pois além da insensibilidade social, peca contra a verdade, chamando de comunismo tudo quanto é a favor do povo. Não admira que as Ligas Camponesas logo começaram a ser mal vistas pela Igreja por parecerem comunistas e perseguidas pelos proprietários de terra como subversivas. Infeliz aliança prática da Igreja com a “Casa Grande”, contra a senzala... (Assunção, *et al*, 2019, p.62).

Quanto à reunião mencionada, realizada em 1961, portanto anterior ao golpe, tratava-se de uma reunião organizada e realizada pela esquerda de Cajazeiras, através de Edimilson Feitosa e Sabino Coelho, considerados comunistas e anticlericais e, por isso, grandes opositores da Igreja e do Governo. Para esta reunião, convocou os operários com o objetivo de fundar a Associação dos Trabalhadores na Construção Civil e as Ligas Camponesas.

Ao tomar conhecimento, Dom Zacarias “enviou” o padre Gervásio e o Monsenhor Sitônio para também participar desta reunião, de modo que, poucos dias depois, antes que o projeto da “esquerda comunista” fosse realizado, Dom Zacarias se antecipou e iniciou o processo de sindicalização rural em várias cidades da Diocese, como Cajazeiras, Pombal, Catolé do Rocha, Sousa e São José da Lagoa Tapada, encarregando o padre Gervásio para este serviço pastoral social:

Dom Zacarias, sendo proprietário e conservador, conseguiu em dois ou três dias depois daquele 15 de novembro, encher de agricultores

o salão do Círculo Operário e fundar a Frente Agrária, em preparação da fundação do Sindicato Rural, que na época ainda não era reconhecido por lei. [...]

Mais de vinte anos depois, em maio de 1982, houve um encontro formidável em Fortaleza sobre “O homem do Nordeste, em convivência com a seca”. Lá estavam o cardeal Aloisio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, Dom Helder Câmara, Dom José Maria Pires e outros bispos nordestinos, o próprio Secretário Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, muitos leigos engajados na pastoral social.

Lá me encontro, surpresa minha, com Francisco Julião. Rindo, recordamos juntos os episódios de vinte anos antes. Eu já tinha perdido os preconceitos contra ele e até o admirava, porque, sendo filho de senhor de engenho, portanto de opressores, tomou o lado dos camponeses oprimidos (Assunção, *et al*, 2019, p.62-63).

Independente das motivações que levaram às ações sociais da Diocese e do fato de que em muitos momentos as lutas no campo social fossem polarizadas entre Igreja e “comunismo”, o trabalho realizado através da Ação Social da Igreja de Cajazeiras atraiu os olhares do Serviço Nacional de Informação - SNI, dado o caráter de mobilização, conscientização e até militância que estes foram assumindo junto a padres da linha mais progressista.

Em Cajazeiras, o Sargento do Exército José Barbosa Sobrinho, ou Sargento Barbosa, era o informante, ao mesmo tempo que era também amigo de Dom Zacarias e de membros do clero da Diocese como o próprio padre Gervásio, que em suas memórias, assim relatou:

Éramos amigos de verdade. Eu sabia que em tudo podia contar com ele. [...] Ele sempre foi meu apoio em todos os sentidos. Eu não tinha maior acesso aos prefeitos da época, porque era “queimado”, como de esquerda, e Sargento Barbosa dialogava em meu lugar. Durante a Ditadura Militar, todo mundo que tivesse algum destaque no social era fichado no SNI. Um gesto muito bonito dele foi quando, certamente o SNI, pediu a ficha de Dom Zacarias e a minha. O Sargento Barbosa foi até a casa paroquial e me entregou as fichas sigilosamente, pedindo que eu mesmo preenchesse as tais fichas. Isso é que é ser amigo. Vê-se assim que toda ditadura é “furada”, todo regime forte é “furado”. (Assunção, *et al*, 2019, p.65)

Apesar da atuação da ala progressista da Igreja de Cajazeiras no campo social, que por vezes assumia um lugar à esquerda política, atrair os olhares do SNI, isso não enfraqueceu nem desestabilizou a relação entre a Igreja Diocesana e o

Governo, representado por Dom Zacarias e pelos políticos da Aliança Renovadora Nacional - ARENA.

Esta relação ultrapassaria o campo político e social, alcançando também o campo educacional, estando sempre o Governo de algum modo presente na história da Faculdade e nos eventos por ela promovidos.

Vale destacar a presença do Sargento Barbosa em todas as reuniões realizadas pela FESC, conforme identificado nas atas e nas memórias, de modo que em tudo o que se fazia “colocava o Sargento Barbosa, ele não era formado, mas era muito doado e era fardado” (Queiroga, 2010), demonstrando a necessidade da vigilância e da aprovação militar em cada passo e ação da Igreja e da Faculdade, fazendo com que estes caminhassem juntos em vista de seus objetivos educacionais sem grandes conflitos:

Nesse tempo do regime militar, em que surgiu a FAFIC, havia em Cajazeiras um batalhão do exército. O relacionamento deste com a FAFIC era positivo. Não me consta nenhuma dificuldade ou impasse. Pessoas do batalhão foram alunos nossos sem problemas, enquanto sei. Tive sempre em minhas classes de Faculdade em Cajazeiras e em Sousa, alunos militares do exército ou da polícia. Parecia que fosse uma forma de espionar o nosso ensino. Mas nunca houve indício disto (Queiroga, 2023).

Prova dessa boa relação e do apoio recíproco, era a presença marcante da Faculdade nos eventos civis-militares, sendo sempre “convidada de honra”. Quanto a esta presença, destacamos as memórias do Monsenhor Gervásio de Queiroga que narra um evento, em particular do Sesquicentenário da Independência, na Semana da Pátria, em que a FAFIC foi convidada a proferir um discurso, tendo sido o padre Gervásio escolhido por Dom Zacarias para fazê-lo. O evento aconteceu após ter corrido pela cidade e nos jornais a falsa notícia de que ele havia sido preso:

Não sei quem, mas algum adversário de minha atuação sócio pastoral aproveitou dos meus dias ausentes e “plantou” na coluna de João Madrugá, muito lida, do Correio da Paraíba, a notícia de que eu passara quinze dias preso pela Polícia Federal, por causa de atividades subversivas. [...] Eu procurei desmentir, mas o Correio da Paraíba sempre se recusou a fazer, mesmo havendo intervenções dos maiores políticos da ARENA paraibana. Havia forças muito fortes por trás, com a intenção de me “queimar”, certamente não tinham coragem de me prender, porque Dom Zacarias era uma sombra

protetora. Então eu fiz também o meu “jogo”: nas comemorações do sesquicentenário, na Semana da Pátria, não só fiz o discurso comemorativo pela FAFIC, no grande auditório do Cine Apolo XI, mas fiz questão de postar-me sempre no meio das autoridades e “colado” no pessoal do Exército. Não havia modo melhor de dizer que aquela notícia era falsa e que eu não estava com medo” (Assunção, *et al*, 2019, p.64).

Em contrapartida, também era marcante a presença de importantes personalidades políticas nos eventos da Faculdade, sobretudo nos eventos de Colação de Grau, conforme nos apontam as memórias:

As Colações de Grau naquela época não tinham nada a ver com as de hoje. Sabe quem participava? Governador do Estado, Deputado Federal, Deputado Estadual, juízes... Olhe, as mais altas personagens do mundo político e social participavam dessa colação de grau. A mesa era composta só por esse pessoal de fora e alguns docentes dos cursos, só representando. Era de alto nível (Gualberto, 2023).

Bom, a gente observava isso nos eventos, nas Colações de Grau. Nos eventos da FAFIC todos os políticos importantes da cidade e da região eram convidados, todos. De Governador do Estado, a Wilson Braga, a Mariz, a Edme Tavares, a Marcondes Gadelha, os políticos de Sousa, os de Cajazeiras, os de Pombal, até porque a gente tinha alunos de todas essas cidades. Inclusive políticos do Ceará, deputados do Ceará, prefeitos das cidades vizinhas. Aqui do Ceará, os alunos convidavam o prefeito, o deputado e tal, para ser patrono, muitas vezes para ajudar um pouco na Colação de Grau. Então essa gente toda. Todo o oficialismo. Mas o padre também não deixava de lado a oposição. Você vai verificar que nas Colações de Grau, em muitas delas está lá Bosco Barreto que era a principal figura de oposição ao regime político, ele era contra a Ditadura Militar durante boa parte da vida dele. Ele terminou, na verdade, amigo de Wilson Braga, terminou se encontrando com Wilson Braga, mas começou fazendo oposição radical e era convidado também para os eventos. Os políticos de oposição na Paraíba também... Rui Carneiro, por exemplo, nunca foi da ARENA, mas era convidado por padre Gualberto para os eventos e tudo mais (Silva, 2022).

Independente das motivações, fossem para de algum modo se beneficiar politicamente através da Faculdade, fosse para estabelecer a vigilância, fosse por amizade, o fato é que os eventos promovidos pela Faculdade, sobretudo os de Colação de Grau, tornavam-se eventos políticos recheados de homenagens, agradecimentos e discursos, mostrando assim a força política que a Igreja Diocesana, através de Dom Zacarias e do Cônego Luiz Gualberto, possuía.

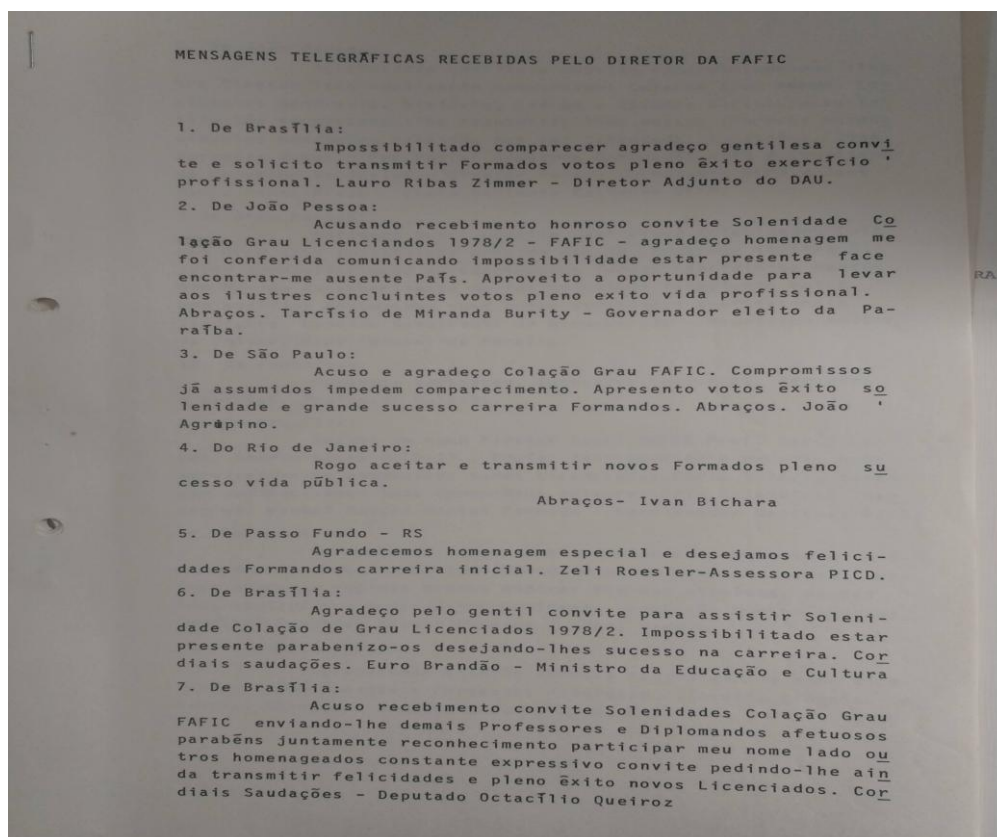
A fotografia abaixo registra o momento da Colação de Grau realizada pela Faculdade em 1975. Na composição da mesa estão presentes o Deputado Federal Wilson Braga, o Deputado Estadual Edme Tavares de Albuquerque, o prefeito e o vice prefeito de Cajazeiras, Antônio Quirino de Moura e João Rodrigues Alves, o Juiz da Comarca Dr. Ruy Formiga Barros, o Reitor da UFPB Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e sua esposa, entre outros.

Fotografia 5 – Composição da Mesa da Colação de Grau de 1975



Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

E mesmo quando não podiam se fazer presentes nestes momentos de cerimônias de formação, muitas autoridades não deixavam de enviar telegramas com suas mensagens reafirmando o apoio e a amizade entre as partes. É o que se constata no documento abaixo.

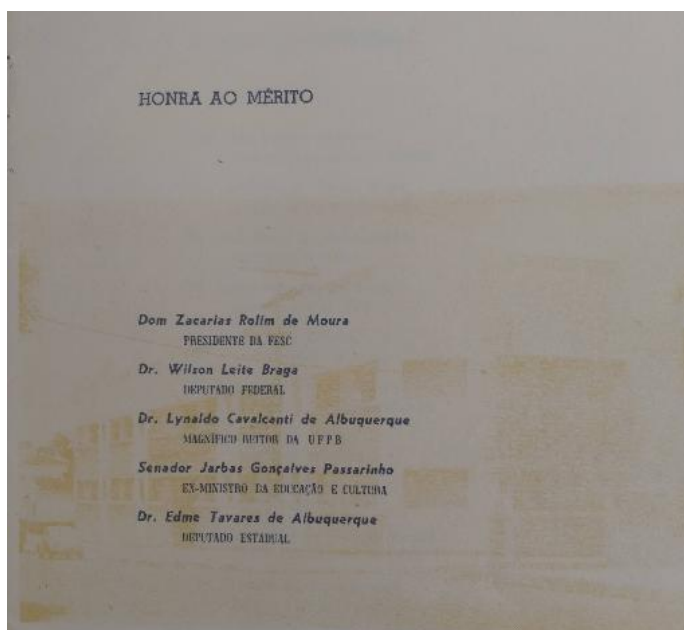
Figura 15 – Telegramas remetidos à FAFIC

Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

No entanto, sobre esta presença política mencionada nos eventos de Colações de Grau da Faculdade de Cajazeiras, queremos destacar uma, em particular, que teria seu desfecho em um dos eventos mais emblemáticos para a história da cidade.

No ano de 1975 o Ministro de Educação Jarbas Passarinho, amigo de Dom Zacarias e do Cônego Gualberto, teria sido convidado a ser patrono das turmas concluintes da Faculdade, ocasião em que lhe seriam prestadas homenagens devido à grande contribuição que havia dado à Faculdade para seu funcionamento.

Figura 16 – Convite da Turma Concluinte de 1975 indicando seus patronos



Fonte: Arquivo da faculdade Católica da Paraíba

Segundo as memórias, ele teria aceitado o convite e estaria presente se, dias antes da data prevista, não tivesse acontecido um atentado-bomba no Cineteatro Apolo 11, evento que o fez cancelar o seu comparecimento à Colação de Grau da referida turma concluinte.

Na noite do dia 02 de julho de 1975, Cajazeiras foi surpreendida pela explosão de uma bomba relógio no Cineteatro Apolo 11, fundado por Dom Zacarias, no qual se supunha que o alvo era o próprio bispo.

Dom Zacarias possuía uma cadeira cativa onde assistia às sessões de cinema todos os sábados e embaixo desta cadeira foi deixada uma pasta modelo 007. Mas, justo neste dia, o bispo não estava presente no cinema, pois havia viajado na mesma tarde à Recife.

Além disso, coincidência ou não, a sessão que exibia o filme Sublime Renúncia, que ironicamente possuía uma cena de assalto a banco, na qual a personagem provoca uma explosão de bomba-relógio ao abrir o caixa forte, teve que terminar mais cedo devido a uma sequência de falhas que fez com que a fita do filme se partisse várias vezes, encurtando a sessão em 15 minutos e fazendo com que a sala esvaziasse antes do previsto. (Moura, 2021)

Na varredura final do auditório, antes do fechamento do cinema, a pasta foi encontrada por funcionários do cinema provocando a explosão da bomba:

Eu estava aqui na cantina e fui guardar o carro, cheguei e pedi a merenda que eu sempre pedia. Às vezes encontrava padre Gualberto. Nesse dia eu acho que padre Gualberto estava. Aí quando eu estava tomando a merenda, houve aquela explosão, eu sei que estremeceram as janelas lá do primeiro andar. E eu brinquei com seu Raimundo: 'Seu Raimundo, acho que as almas estão aí, pegando carreira lá em cima'. Qualquer coisa assim. Eu ouvi e teve o reflexo aqui no Colégio Diocesano. Não quebrou janela, não. Mas eu ouvi (Nascimento, 2022).

A explosão sentida nas mediações destruiu quase totalmente o cinema e atingiu os quatro funcionários que ainda estavam presentes no local: o soldado Altino Soares, conhecido por Didi, de 43 anos, teve suas pernas amputadas; o ex-recruta do Tiro de Guerra, Manuel Conrado (Manoelzinho), de 19 anos, foi atingido por uma lasca de madeira na cabeça; o seu irmão e operador de projetor Geraldo Conrado, de 31 anos, teve a perna direita partida e o corpo perfurados por fragmentos e o adolescente Geraldo Galvão, de 16 anos, teve do abdômen para baixo perfurado e as pernas queimadas, tendo estes dois últimos sobrevivido. (Moura, 2021).

Espalhou-se a versão de que se tratava de um atentado terrorista da esquerda contra Dom Zacarias. No entanto, a oposição, por meio do Movimento Democrático Brasileiro - MDB, acusava a direita como autora do fato, tendo assim procedido com a intenção de incriminar a esquerda, a fim de conseguir desestabilizar a abertura política no País.

Sobre este caso, apresento aqui trechos do depoimento do Padre Antônio Luiz do Nascimento que assim relatou:

Eu acho que Dom Zacarias morreu sem saber quem está na origem da bomba. Teria sido grupos de esquerda? [...] Inácio Assis fez essa bomba? Quer dizer, uma pessoa de esquerda com intenção de matar Dom Zacarias, que botou debaixo da cadeira onde ele ia se sentar? E essa bomba matou logo um na hora e depois um outro morreu em consequência da bomba. Quer dizer, alguém de esquerda, pra se vingar de Dom Zacarias que era de direita, planejou uma coisa ou alguém de direita teria feito a coisa pra botar a direita contra a esquerda? Então, Dom Zacarias era considerado como de direita, conservador. Talvez nem queria matar, queria fazer um susto. Quem sabe, será que quando botou essa bomba achava que ia matar mesmo ou fazer um estrago e coisa e tal? Não sei... Fica a gente sem saber. Eu li a reportagem, já ouvi muita coisa. Veio uma pessoa do exército aí. Padre Gualberto era muito amigo, não me lembro do... Houve um Ministro da Educação, estou com o nome dele na... Jarbas Passarinho! Um católico, acho que não sei se praticante. Jarbas Passarinho deu a mão a FAFIC. Não sei se já na fundação ou depois

que a FAFIC já ia correndo, ele vinha uma vez ser aqui patrono de uma turma. Vinha. Ele foi convidado e aceitou. Aí a mãe morreu ou a mãe estava doente, um negócio assim. Um amigão de Dom Zacarias. É verdade que ele vinha ser patrono de uma turma e não veio. Era até nesse tempo pós-bomba. Quer dizer, olhe bem, se uma pessoa do Exército, lá do coração do Exército vinha à Cajazeiras para poder ser patrono de uma turma, essa pessoa via padre Gualberto com bons olhos. Padre Gualberto era visto com bons olhos aí afora, Dom Zacarias era visto com bons olhos aí afora (Nascimento, 2022).

Quando o General Ernesto Geisel assumiu a presidência, afirmou que iniciaria a abertura política de forma lenta, gradual e segura. Em 1974 os militares permitiram a propaganda eleitoral gratuita na televisão e no rádio. O MDB, partido de oposição, acabou ganhando as eleições e a “linha dura”, composta de militares e civis contrários à redemocratização, iniciou um processo de aperto violento contra a oposição ao regime militar, que culminaria em diversos atentados com explosões de bombas.

O evento de Cajazeiras foi considerado por muitos, como o primeiro de uma série de episódios ocorridos ao longo dos governos dos generais Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, sendo afirmada com “da mesma safra da OAB e do Riocentro” (Moura, 2022, p.165).

Embora tenha sido aberto um inquérito pela Polícia Federal, com a presença de oficiais do Exército e da Secretaria de Segurança Pública da Paraíba em Cajazeiras, até hoje o autor não foi descoberto.

Três foram os suspeitos levados diversas vezes a prestar depoimentos: o deputado estadual pelo MDB, considerado pelo Governo Militar como um agitador, o advogado João Bosco Braga Barreto; o técnico em eletrônica Antônio Inácio Assis, admirado pela inteligência e habilidades eletrônicas; e o padre norte-americano e professor da FAFIC Francis Xavier Boyes, o Mr. Boyes, que se afirmava como “anticomunista tanto quanto o Exército o era” (Moura, 2021) e que havia naquela mesma tarde deixado a cidade rumo à Recife. No entanto, tais suspeitas foram derrubadas nos depoimentos.

Então, a história dessa bomba foi alguém de esquerda que colocou pra dar fim a Dom Zacarias de direita? Alguém de direita, pra bagunçar a coisa? Bosco Barreto, que era tido como de esquerda? Já esse outro Inácio Assis não era tido como de direita ou de esquerda, era como um homem assim, afastado de Igreja. Ele era

esquisito, mas muito capaz assim de eletricidade. Mas era conhecido como um agnóstico. Se não era ateu, um agnóstico. Disseram que teria sido ele. Alguém que para se vingar de Dom Zacarias, alguém de esquerda pra se vingar. Ou alguém que não era nem de esquerda nem de direita, mas tinha alguma queixa de Dom Zacarias, botaram pra fazer um susto a ele. Acharam até que era Manoelzinho, que era irmão do que passava o filme. Esse Manoelzinho era meio peralta. Assim, um jovem nos seus vinte anos, não sei, dezoito anos. [...] Aí alguém achou que teria sido ele que botou. Alguém o encarregou de colocar a bomba. Ele morreu. Ele foi o que morreu na hora. [...] Então alguém disse que Manoelzinho teria feito isso porque era meio peralta, podia ter feito pra fazer um susto a Dom Zacarias. Talvez preparado uma bomba que nem sabia que tinha aquela força. Porque a bomba, não sei como, acho que não derrubou o prédio porque o prédio era muito aberto ao tempo, acho que o próprio ar saiu. [...] Olha, veio uma pessoa do exército aí e parece que não descobriu nada. Sabe o que que disseram? Que tinha sido padre Boyes. Padre Boyes americano, muito amigo. Padre Boyes nunca foi esquerdista. [...] Então, um padre americano, não tinha nada de comunista. Se se interessava por política ele seria de direita, muito amigo de Dom Zacarias. Chegaram até dizer que no dia que a bomba explodiu, ele ia viajando pra Recife. Estava dentro do ônibus viajando, alguém até achou que teria sido ele: 'Num foi Mister Boyes, não?'. Que alguém gostava de Boyes e alguém não gostava. Então, ficaram dizendo que tinha sido Boyes. E depois disso veio militar aí, olhou, e não consta que, não deu a entender o que foi (Nascimento, 2022).

Apesar de muitos suspeitos, nenhum culpado foi encontrado. A divulgação do ocorrido e das investigações sofreram censura por parte do Regime Militar, que passou a controlar o noticiário e as únicas notícias divulgadas pela imprensa eram as oficiais, visto que o acesso ao inquérito foi negado e estabeleceu-se por longo tempo o silêncio acerca do fato, permanecendo até hoje um dos maiores mistérios da história da cidade.

Após o ocorrido, sob a justificativa da saúde de sua mãe, Jarbas Passarinho cancelou sua vinda à FAFIC.

Eu soube que Jarbas vinha, foi convidado e aceitou o convite. Olha, vinha ser patrono das turmas. E mandou dizer que não podia vir, parece que a mãe dele estava pra morrer. Já estava doente ou as portas da morte (Nascimento, 2022).

Também acerca deste fato, o professor Antônio Quirino de Moura relembrou:

Ah, fundamental Jarbas Passarinho. Jarbas Passarinho foi tudo. Era o Ministro da Educação, foi ele que deu o passo final para funcionar, e ia trazer pessoalmente pra cá o reconhecimento. Não trouxe, por conta, não sei como é que ele descobriu, se o serviço de pesquisa

interna descobriu, foi o tempo que houve aquela bomba no Apolo 11, na cadeira de Dom Zacarias, que até hoje não se esclareceu quem botou nem a finalidade. Nesse tempo eu já era prefeito e o ministro vinha pra cá... a comunidade acadêmica e o município queriam prestar homenagem a Jarbas Passarinho por conta desse trabalho dele lá, para a faculdade (Moura, 2023).

Certamente, independente das motivações pessoais, após este incidente, não seria prudente a presença do ministro na cidade, sendo que ele poderia facilmente virar um alvo, visto que este ocorrido foi também considerado uma espécie de protesto à sua vinda à cidade.

E, embora não tenhamos como afirmar mais acerca deste ocorrido, até hoje sem solução e recheado de “coincidências”, ele serviu para intensificar ainda mais o clima de instabilidade política e social na cidade, despertando a insegurança e desconfiança em todos e colocando mais uma vez, a Faculdade no campo das disputas políticas, sociais e ideológicas.

3.3 As relações pessoais e ideológicas: posições e oposições

Dom Zacarias foi um entre os bispos mais pobres e de maior humildade que eu conheci na minha vida. E a minha grande admiração é essa. Ele era tido como rico, mas vivia mais pobremente do que os párocos da nossa diocese. O chamado ‘Palácio Episcopal’, bonito, era despojado de qualquer mobiliário moderno, não tinha grades que protegesse a residência, com separação fatal e dificuldade de acesso do povo, não tinha portaria, nem porteiro, não tinha empregado. Simplesmente a gente entrava e falava com o bispo, fosse um senador, um padre, um mendigo ou um bêbado. Morava sozinho. O (quarto) do bispo era um quarto velho e mal conservado, com uma simples cama de solteiro. Não tinha empregada doméstica, nem a cozinha funcionava. Suas refeições eram no Seminário com os padres e seminaristas. Seu automóvel era uma simples kombi, de que ele mesmo era o motorista. A Cúria Diocesana tinha uma funcionária e ninguém mais. Mesmo assim, era tido como rico e orgulhoso. Dom Zacarias era de fato tanto eclesasticamente como social e politicamente bastante conservador. Mas, não reacionário. Não impunha ao clero suas opções, nem reagia com condenação e agressividade contra os que tinham opções diferentes. A gente gozava de total liberdade, dentro dos limites da doutrina e normas da Igreja. Foi Dom Zacarias que com sua autoridade iniciou o sindicalismo rural na região. Os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais no sertão foram criados pela Igreja diocesana (Queiroga, 2023).

Sendo considerado uma figura controversa, Dom Zacarias era tido por todos como um bispo de direita, extremamente conservador e de um catolicismo tradicional. Entretanto, ao passo que exprimia seu conservadorismo, não impunha sua mentalidade e seu modo aos demais sacerdotes da Diocese, conferindo-lhes liberdade para atuarem do modo como quisessem.

Já o Cônego Luiz Gualberto era considerado mais discreto em seus posicionamentos e, por isso, difícil de definir uma posição política, caminhando sempre segundo a Doutrina da Igreja e em obediência ao bispo. Segundo o Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga:

Padre Gualberto era discreto e prudente, em matéria política e social. Mas inteligente, líder e educador que era. Tinha suas opções político-sociais em consonância com a doutrina e posições do Magistério Eclesiástico, da CNBB, também no Nordeste de Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires e outros bispos famosos da época no Brasil. Por isso, evidentemente, nunca apoiou a ditadura. Mas nunca tomou posição pública contra o regime militar. [...] Cônego Gualberto, com a formação e convicções seguindo a Doutrina Social da Igreja, seria classificado hoje como sendo de 'esquerda'. Mas se comportava com serenidade e dignidade. Sabia distinguir suas opções e o bem comum, o bem do povo, para o qual existia a FAFIC (Queiroga, 2023).

De qualquer modo, independente das posições políticas, talvez distintas, que assumiam, tanto Dom Zacarias quanto o Cônego Luiz Gualberto dispunham de uma boa relação de amizade com políticos adeptos ao Governo Militar, fortalecendo a aliança entre Igreja e Governo. Sobre as relações estabelecidas entre a Diocese e estes políticos, em sua maioria, católicos ligados à Igreja, o Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga assim comentou:

A relação da Igreja com a sociedade cajazeirense e os políticos da região, a meu ver, era bem diferente de hoje. A Igreja tinha uma aproximação muito grande dos políticos, e os políticos tinham uma aproximação muito grande da Igreja, aproximação e respeito. Independente de que partido eram. Não sei agora aí nos Colégios e na Faculdade qual o relacionamento com eles. Mas a gente tem a sensação de que Cajazeiras se 'independentizou' socialmente da Igreja. Se ganhou com isso eu não sei, mas se 'independentizou'. E, também, por parte do clero, não parece haver aquela presença maciça na sociedade de Cajazeiras. Num passado menos remoto,

não falemos aqui de Mons. Gervásio Coelho ou do Cônego Américo Sérgio Maia, basta lembrar Monsenhor Abdon Pereira e Monsenhor Vicente Freitas. Eles tinham muito grande presença e influência social e cultural em Cajazeiras, já antes de Cônego Gualberto e sua FAFIC. As festas cívicas e sociais eram com a presença da Igreja. Dom Zacarias não ia muito, mas o clero sim. Deve-se isso também ao funcionamento dos Colégios Nossa Senhora de Lourdes e do Padre Rolim, com quase exclusividade nos níveis ginásial e segundo grau. Valeria a pena pesquisar essa presença e atuação da diocese no campo religioso, social, cultural e até político, através de alguns sacerdotes do passado e de suas instituições educacionais. Nesse ambiente, a presença e atuação de Cônego Gualberto foi bem aceita e apoiada. Essa influência social e cultural da Igreja cresceu com Dom Zacarias, por causa da Rádio Alto Piranhas e da FAFIC. Tanto mais que na mesma época esses dois Colégios passavam por situação de crise (Queiroga, 2023).

Esta relação estabelecida entre Igreja e Política, favoreceu o funcionamento da Faculdade através do apoio recebido por parte destes políticos, que auxiliaram nos processos junto ao Governo e no vencimento das burocracias. Segundo o Professor Francisco das Chagas Amaro, o apoio dado à Faculdade se deu de muitos modos:

O apoio dado pelos políticos, recepcionando o padre, acompanhando o padre junto ao MEC, na questão burocrática, junto ao Conselho Federal de Educação, era possível também, até com algum recurso, imagino eu. Doaram muitos livros para a Biblioteca, os livros editados pela gráfica do Senado, pela Câmara dos Deputados. Wilson Braga sempre fazia muitas doações de livros para a faculdade, assim como Edme Tavares (Silva, 2022).

O Padre Antônio Luiz do Nascimento também destacou a necessidade de se estabelecer acordos com políticos para se conseguir o que fosse necessário a fim de fazer a Faculdade funcionar, e como as amizades entre as partes consistiram em condições determinantes para tal. Ao que é evidenciado, apenas a força política era capaz de conseguir este feito, em uma via de mão dupla:

Olhe, então com essas pessoas ele ia conseguindo as coisas. Agora não é que ele estava nadando em amenidades ou dinheiro fácil. A gente sabe que não era assim. Quer dizer, ele tinha de fazer conchavos, conchavos no sentido bom, com o Governo [...] Então é claro que essas amizades de padre Gualberto facilitaram muito, quer dizer, sem essas amizades eu não sei se ele teria sido capaz. Mas agora, depois de a coisa começar a funcionar, que tipo de ajuda deram? Em dinheiro? Parece que não. Acho que a Diocese assumiu

e fez acontecer, mas não consta que havia verbas destinadas à FAFIC, acho que nem podia muito, acho que a coisa foi a nível da facilitação e da criação do campus no interior (Nascimento, 2022).

Sobre esta força política, muitos políticos da época são mencionados pelas memórias como pessoas que ajudaram no processo de criação e funcionamento da Faculdade. Contudo, nem sempre está claro de que modo auxiliaram ou mesmo se a participação neste processo visavam apenas crescer politicamente, através de um “apoio moral” a um projeto grandioso, que traria inúmeros benefícios e ganharia destaque em toda a região. Tal projeto proporcionaria proveito eleitoral e, com sorte, escreveria seus nomes na história.

O Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga também comentou:

Não saberia informar concretamente, mas é fácil supor que outras figuras políticas do nosso Estado terão ajudado à FAFIC nos primeiros tempos. A criação e manutenção de uma Faculdade pioneira neste sertão é um fato também político importante (Queiroga, 2023).

Em seu depoimento, o Professor Antônio Quirino de Moura, à época prefeito da cidade, assim relatou, destacando inclusive a participação de políticos da oposição que se uniram ao reconhecer o bem que a faculdade proporcionaria para a região:

Teve nesse período um bom relacionamento com aqueles políticos que estavam aqui na região visando por curiosidade e louvável, não somente o seu proveito eleitoral que viria por natureza depois, mas visando realmente assistir a Faculdade, como Wilson Braga, Rui Carneiro, Edme Tavares, João Agripino, Dr. José Carlos Dias que era o secretário de educação do estado da Paraíba no governo de João Agripino e, principalmente Lynaldo Cavalcante, que deu depois as asas pra essa faculdade crescer. Foi ele que posteriormente encampou, com padre Gualberto, em trabalho junto e também, com a classe política em cima. Não vamos deixar de lado a classe política, porque por curiosidade, todos se irmanaram unicamente querendo ver a Faculdade funcionar, querendo ver os cursos funcionando e também ajudando no que pudesse, atuando no ministério, atuando em Brasília, como o caso de Rui Carneiro, de Wilson Braga, de Edme Tavares que era deputado federal posteriormente, e Lynaldo Cavalcante que era o reitor da Universidade aqui, depois de Berilo Borba, e assim foi. Eu destacaria entre os políticos que trabalharam aqui Antônio Mariz, ele era secretário de educação do estado, mas era incansável. Antônio Mariz foi um lutador, mesmo sendo da cidade de Sousa que havia uma divergência entre Sousa e Cajazeiras, mas nesse ponto a divergência acabou e Antônio Mariz botou banca em Cajazeiras para ver a Faculdade funcionar, e em Brasília

principalmente, ele ao lado de Wilson Braga, que eram opositores, mas se uniram nesse período para fazer esse trabalho todo e o tipo principal era o que se chama hoje modernamente, a logística, junto a essas repartições (Moura, 2023).

Embora nem sempre seja possível mensurar todos os políticos que auxiliaram de algum modo nesse processo, o tipo de apoio prestado por eles, ou suas motivações, percebemos que em todos os depoimentos é destacada a importante atuação do Deputado Federal Wilson Braga, com quem o Cônego Gualberto possuía uma amizade desde a juventude; do Deputado Estadual Edme Tavares; do Ministro da Educação Jarbas Passarinho e do professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque.

Sobre a participação destes, as memórias não divergem e se confirmam. Todas mencionam em algum momento o nome destes quatro personagens como essenciais para a Faculdade.

Sobre eles, além dos trechos das entrevistas já citados em tópicos anteriores, destacamos outros trechos que ressaltam o papel desempenhado, mas, sobretudo, o tributo e a gratidão que a Faculdade, assim como os entrevistados, parecem ainda carregar com relação a estes. Isso demonstra mais um esforço de manter seus nomes vivos na história e de afirma-los como “heróis” que não podem ser esquecidos, sem os quais o Cônego Luiz Gualberto não teria alcançado seus objetivos:

Edme Tavares sempre foi muito ligado à Igreja, de família bem católica, ele mesmo e seu irmão foram seminaristas. Edme também, mesmo sem o nível de prestígio político de Wilson Braga para a captação de recursos e reconhecimento institucional da FAFIC junto ao MEC, sempre dava todo apoio ao Cônego Gualberto, na difícil missão de organizar e manter em funcionamento a FAFIC (Queiroga, 2023).

As pessoas mais envolvidas e que mais ajudaram foram Lynaldo Cavalcanti, na época o reitor da UFPB e Jarbas Passarinho, que era o Ministro da Educação. Padre Gualberto tinha livre acesso ao Ministério da Educação. Criou esse vínculo. Inclusive Jarbas Passarinho já o tratava como uma pessoa de casa, uma pessoa amiga, de tanto contato que fazia. [...] a batalha foi grande, grande! É aquilo que estou lhe dizendo: era via UFPB e Jarbas Passarinho direto, aí Wilson Braga, Edme Tavares como os interlocutores, os intermediadores (Gualberto, 2022).

Jarbas Passarinho foi uma figura proeminente durante o Regime Militar e ocupou vários Ministérios: o Ministério de Educação, o Ministério, acho que do Trabalho, da Previdência Social. Mas ele na hora de assinar o Ato Institucional nº 5, que foi o golpe dentro do

golpe, ele assinou também. Deve ter conhecido Gualberto nas idas dele à Brasília. Wilson Braga deve tê-lo levado para conversar com ele. Imagino que ele tenha tido audiência com o Ministro Jarbas Passarinho. Deve ter tido algum contato para a construção dessa relação de respeito, até porque o Conselho Federal de Educação era um órgão do Ministério da Educação e era importante, porque um parecer negativo dado pelo CFE (Conselho Federal de Educação) inviabilizaria o funcionamento da Faculdade. Então você teria de fazer o trabalho político para quebrar alguma resistência que havia e sempre houve, pelas ações que eu já expus. Faculdade do interior era complicada, vai ter corpo docente à altura? Como é que vão sair os profissionais com esses professores improvisados? O padre naturalmente deveria argumentar que Cajazeira era a sede da Diocese, que a maior parte dos padres, que todos os padres tinham curso superior, muitos deles em Roma e todos eles foram professores, ou muitos deles foram professores, fizeram parte do quadro docente da Faculdade. Então era importante quebrar qualquer resistência (Silva, 2022).

Estas relações construídas, embora em muitos momentos sejam mencionadas como “amizades”, transparecem muito mais uma aliança política e pessoal estabelecida para um único fim, indispensável para “quebrar as resistências”, como referido pelo professor Francisco das Chagas Amaro Silva.

As barreiras que dificultavam o processo eram vencidas através destas alianças ou amizades, as quais, anteriormente, o Padre Loureiro parece não ter conseguido transpor, talvez por falta desta força política.

Não estamos aqui questionando a veracidade destas relações construídas nem mesmo a validade destes objetivos que trouxeram tantos benefícios para a região. Apenas chamamos a atenção para as motivações, interesses, trocas e retribuições que estas permitiram a ambas as partes.

Quanto à Wilson Braga, segundo as memórias, este se constituía uma relação de amizade pessoal e de longa data:

Wilson Braga era um caso particular de aproximação especial com Cônego Gualberto. Este, no início de seu ministério sacerdotal, ajudou, em Patos, ao Mons. Manuel Vieira no Colégio Diocesano, onde o adolescente Wilson Braga, de Conceição do Piancó foi interno. Daí surgiu esta amizade que perdurou toda a vida de Cônego Gualberto. Uma amizade para sempre, de admiração e gratidão para com Cônego Gualberto. Entende-se por que Wilson Braga, tornando-se um político de grande importância em nível estadual e nacional, deu todo apoio à FAFIC nesta primeira fase de sua existência com Cônego Gualberto (Queiroga, 2023).

Pe. Gualberto tinha umas amizades com os políticos. Ele não era político partidário, mas um político da educação. E ele tinha muita

vontade de que essa região crescesse. A gente poderia dizer que era um novo padre Rolim. Pe. Gualberto tinha amizades com deputados federais, como Wilson Braga, lá do Vale do Piancó, que era amicíssimo dele. Tudo o que o padre Gualberto pedia a Wilson Braga para a FAFIC, ele atendia. Wilson Braga foi deputado federal, foi senador e o que padre Gualberto pedisse, ele colocava o gabinete dele em Brasília à disposição (Sousa, 2010, Apud. Sousa, 2011, p.34).

Como já mencionado, o Deputado Wilson Braga, já no ano de 1967, afirmou possuir um “interesse especial em acompanhar o andamento do processo da faculdade” antes mesmo do Cônego Luiz Gualberto assumir a Direção. Porém sua atuação em benefício da Faculdade se mostrou mais intensa com a presença do amigo como diretor.

Nos chama a atenção, porém, o fato de que a maioria dos políticos mencionados parece ter dado apoio apenas no início da Faculdade, com a finalidade de “fazê-la acontecer”. Depois de criada, estes políticos aparentam ter saído de cena dando pouco apoio efetivo, inclusive financeiro, à Faculdade. E neste momento ganha destaque a presença do Reitor da UFPB, Lynaldo Cavalcante de Albuquerque:

Quem também dava bom apoio a Cônego Gualberto na FAFIC era o Professor Lynaldo Cavalcanti, não como político, mas como grande reitor da UFPB, em pleno regime militar, nada confiante na Igreja Católica e no mundo universitário. Foi plano de seu reitorado interiorizar a Universidade Federal da Paraíba, com a fundação dos Campi, aproveitando o pioneirismo das Faculdades já existentes no interior do Estado. Foi o caso de Cajazeiras com a FAFIC e o Cônego Gualberto (Queiroga, 2023).

É claro que se ele não tivesse contado sobretudo com Lynaldo Cavalcanti, eu acho que se a gente pode chamar de benfeitor, é Lynaldo Cavalcanti. Edme Tavares, Quirino, Wilson Braga, eram amigos. Eu creio que procuravam ajudar da melhor maneira possível, mas não tinham um peso grande. Acho que o peso grande foi Lynaldo. [...] Olhe, Lynaldo Cavalcante, reitor da UFPB, aquela altura não existia UFCG, só existia o campus de João Pessoa, a UFPB. Então Lynaldo era um homem forte ao tempo, estamos na Revolução, não é verdade? Estamos na revolução. Lynaldo era um homem da confiança do Governo Militar. Não sei se ele era tão aficionado, mas ele era tido como uma pessoa capaz, muito capaz, confiável, então certamente quem tinha amizade com uma pessoa assim do governo conseguia tudo, podia ser bispo, podia ser... não só bispo. Olha, o bispo era amigo de um ‘grande’ ligado, vamos dizer, ao Governo Central [...] A ligação dele, digamos, não ligação propriamente com o Governo Militar, mas a concepção política dele quanto ao Governo Militar, creio que facilitou bastante. Como eu

disse pra você no começo, Lynaldo Cavalcanti era uma pessoa que tinha, vamos dizer, que era bem visto pelo Governo Militar. Tudo indica que sim, porque é um homem que conseguiu muito e pra conseguir o que conseguiu, ele não podia deixar de contar com os patronos dele lá em cima. Então, através de Lynaldo a FAFIC deslanchou (Nascimento, 2022).

Já em funcionamento, o apoio de Lynaldo Cavalcante foi essencial para a manutenção da Faculdade durante os dez anos que permaneceu ativa, sobretudo quando esta começava a dar sinais de seu desgaste financeiro e, portanto, a apresentar dificuldades para continuar em funcionamento.

Neste período, no ano de 1978, foi realizado Convênio com a UFPB, através de Lynaldo Cavalcanti, no qual ocorreu a contratação de professores, com salários pagos pela própria Universidade, para atuar nas Licenciaturas da FAFIC (Sousa, 2011).

Este seria o primeiro passo para o processo de federalização da FAFIC, como se evidenciava nas páginas da imprensa da época, segundo Aleixo (2017). E mais, era parte do ousado projeto de Lynaldo Cavalcante de interiorização da UFPB, com criação de novos campi a partir das faculdades isoladas já existentes:

Aliás é bom lembrar que D. Zacarias tinha colocado no estatuto da FESC que passaria a Faculdade ao Governo quando este decidisse abrir em Cajazeiras a Faculdade Estatal. Podemos dizer que com isto e com os esforços de Cônego Gualberto e o projeto de Dr. Lynaldo Cavalcanti de interiorizar a UFPB, que devemos também a Dom Zacarias a abertura do Campus da UFPB em Cajazeiras. De fato, a FESC passou ao Campus seu laboratório, móveis e pessoal preparado, professores e funcionários. A diocese cessou o funcionamento da FAFIC, deixou de fazer vestibulares, mas, não extinguiu a instituição, de modo que, bem depois, com Dom Matias, a FAFIC pôde retomar sua vida acadêmica (Queiroga, 2023).

Associado a estas relações oportunas, a posição política e ideológica de Dom Zacarias o tornaria um bispo da confiança do Governo, facilitando não só seu acesso, mas também a própria relação da Igreja de Cajazeiras com o Regime Militar e o favorecimento de seus projetos:

Dom Zacarias tinha uma posição centro-direita? Não ouvi, nunca ninguém disse isso! Sou eu que digo, com todo respeito. Mas que ele era do centro, era. Que ele era, vamos dizer, não é que apoiava, mas ele não se opunha ao Governo Militar. Olha, o Brasil estava quase caindo no comunismo. Então, Dom Zacarias era um pró-governo militar, não um pró, vamos dizer, violência no governo militar, tortura,

isso aí não! Mas, pró um governo forte. Tá entendendo? Que espantou o comunismo, que defendeu a propriedade privada. Ele era a favor da propriedade privada. [...] Agora, se ele era tido como conservador, como eu disse antes, isso terá ajudado e não dificultado (Nascimento, 2022).

Os militares acreditavam que a posição política e ideológica do clero acompanharia os posicionamentos do bispo. Entretanto, apesar de seu conservadorismo, Dom Zacarias conferia liberdade aos padres da Diocese para atuarem do modo que lhes aprouvesse, mas dentro dos limites institucionais da Doutrina Católica.

Apesar de ser tido como um bispo de direita e conservador, Dom Zacarias também era conhecido por seu tom conciliador, inclusive quando se tratava de questões de cunho ideológico. Essa liberdade que conferia ao clero diocesano, dava certa vantagem à atuação de padres da linha mais progressista, de modo que, o clero diocesano abrigava sacerdotes das mais diversas tendências ideológicas sem que houvesse grandes ou significativos embates entre o clero e o bispo, exceto o ocorrido com os padres italianos.

Dom Zacarias era de direita. Vamos dizer, centro-direita, com o peso mais no centro, porque Dom Zacarias tinha muito discernimento e ele aceitou gente de todo tipo, de toda linha. Quer dizer, ele foi capaz de aceitar o padre Gervásio e os italianos (Nascimento, 2022).

Quanto ao Padre Gervásio, apesar de manter uma relação de respeito e amizade com Dom Zacarias, para evitar entrar em conflito direto com o bispo por questões ideológicas, afastou-se da Diocese de Cajazeiras e da FAFIC, onde lecionava, e mudou-se para a Diocese de Patos, tendo retornado a Cajazeiras apenas com a posse de Dom Matias Patrício de Macêdo. (Souza, 1999).

Quanto aos padres italianos, popularmente chamados de “padres vermelhos”, estes permanecem sendo um assunto pouco explicado e muito evitado de ser discutido ou mesmo mencionado. E, apesar de não ser o foco desta pesquisa, vale apenas ressaltar que os referidos religiosos, vindos de Verona, na Itália, fizeram trabalhos de cunho social em diversas paróquias nas décadas de 1960 e 1970. Nas periferias da cidade de Cajazeiras abriram CEBs, trabalharam na organização de

camponeses e sindicatos, no qual se destaca, entre suas ações sociais, a fundação do Abrigo de Idosos Lucas Zorn pelo padre Giuliano Pelegrino.

O fato é que estes padres foram considerados como representantes de um projeto político-social, de cunho ideológico, que parecia ameaçar parte da sociedade cajazeirense, sobretudo da elite e dos grandes proprietários, e a própria autoridade eclesiástica, que preferia não se envolver nessa ordem de conflito.

Considerados por muitos como comunistas, agitadores e ultraprogressistas, o confronto direto com as posições do bispo, as críticas públicas à sua pessoa, autoridade, ação pastoral e a desobediência de suas orientações, culminou na “expulsão” destes da Diocese, quando Dom Zacarias conseguiu que a Diocese de Verona os chamasse de volta.

Após deixarem a Diocese, Dom Zacarias assim relatou:

O trabalho dos padres aqui foi muito bom. Eu os chamei para cá por um determinado tempo. Mas eles tinham um posicionamento diferente da orientação do governo da diocese. De maneira que eles não se sentiram à vontade e o arcebispo deles, lá em Trento/Itália, os chamou para um diálogo: que eles procurassem um bispo de uma mentalidade, digamos, mais avançada do que a minha para trabalharem aqui no Nordeste. Mas somos muito gratos aqui pelo trabalho deles. Agora não pode acontecer é que um sacerdote não sintonize com o bispo da diocese. Cada um tem a sua maneira de pensar. Todos já vestem calça comprida a muito tempo, mas há um limite. Então eles não se sentiam à vontade, talvez, e já tinham, mais ou menos, completado o tempo que deviam ficar aqui, e o arcebispo, então, aconselhou que eles procurassem outra Diocese (Moura, 2021, p. 100 – 101).

O que nos parece contraditório é o fato de que, um bispo considerado aberto aos padres progressistas que tinham posições ideológicas diferentes da sua, e que até então teriam convivido em relativa paz, afirmasse que “não pode acontecer é que um sacerdote não sintonize com o bispo da diocese”, sendo este um limite que não poderia ser ultrapassado.

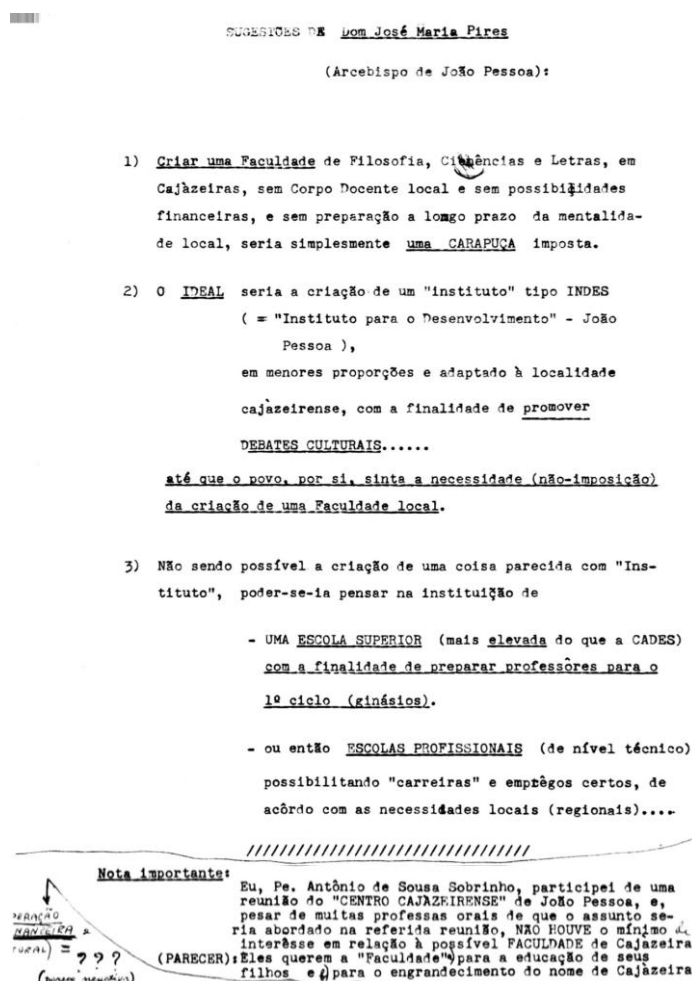
Ousamos aqui levantar a hipótese de que, a liberdade política e ideológica conferida aos padres para atuarem, sobretudo no campo social, consistiu em uma estratégia da Diocese para conter o avanço do comunismo, evitando que ele chegasse primeiro às camadas mais populares, através da antecipação da presença da Igreja junto a estas nos campos de luta social.

Alcançado este objetivo e com, digamos, “as coisas saindo do controle”, era necessário reestabelecer os limites, de modo que não houvesse grandes conflitos internos no seio da Igreja, no que dizia respeito a assuntos religiosos e doutrinários considerados essenciais por Dom Zacarias, e muito menos externos, junto ao Governo Militar no que dizia respeito a assuntos políticos.

Feitas estas considerações, um último caso descoberto nos caminhos desta pesquisa e nunca antes explorado merece destaque.

Nas visitas aos arquivos da Faculdade Católica da Paraíba, encontramos um documento emitido pelo Padre Antônio de Sousa Sobrinho, indicado pelas memórias como um dos possíveis diretores da Faculdade, em que ele aponta sua participação em uma reunião do Centro Cajazeirense de João Pessoa, onde trataria a respeito da criação da Faculdade.

Figura 17 – Sugestões de Dom José Maria Pires a respeito da criação da Faculdade



Fonte: Arquivo da Faculdade Católica da Paraíba

Apesar do documento não possuir data, o fato de se referir a “possível Faculdade de Cajazeiras”, nos leva a supor ser um documento anterior à sua criação, quando esta esteve sob a direção do Padre Loureiro, provavelmente entre os anos de 1965 e 1967.

Pelo menos duas coisas nos chamam a atenção. Em primeiro lugar, como o assunto foi tratado nesta reunião. Conforme a nota final do Padre Antônio de Sousa Sobrinho, ele afirma que “NÃO HOUVE o mínimo de interesse em relação à possível FACULDADE de Cajazeiras”, sendo atribuído ao projeto da Faculdade apenas motivações e interesses pessoais, “para a educação de seus filhos e para o engrandecimento do nome de Cajazeiras”, dando a entender a pouca relevância social que o projeto teria para a região, sendo por isso considerado desnecessário.

Apesar de não estar claro o motivo deste posicionamento inicial com relação à Faculdade, essa afirmação reflete as oposições que se levantaram contra o projeto, ora refletidas pelo fato de representar uma ameaça a um privilégio conferido às elites, como já elucidado anteriormente, ora por questões ideológicas e políticas.

E chegamos ao segundo ponto. O referido documento também apresenta “sugestões” dadas pelo então Arcebispo de João Pessoa Dom José Maria Pires. Em suas sugestões, o Arcebispo se posiciona contra a criação da Faculdade, justificando que criar uma faculdade “sem Corpo Docente local e sem possibilidades financeiras, e sem preparação a longo prazo, da mentalidade local, seria simplesmente uma CARAPUÇA imposta”.

Ainda consta no referido documento como sugestões do Arcebispo:

IDEAL seria a criação de um “instituto” tipo INDES (Instituto para o Desenvolvimento – João Pessoa), em menores proporções e adaptado à localidade cajazeirense, com a finalidade de promover DEBATES CULTURAIS... até que o povo, por si, sinta a necessidade (não imposição) da criação de uma Faculdade local.

Não sendo possível a criação de uma coisa parecida com “Instituto”, poder-se-ia pensar na instituição de UMA ESCOLA SUPERIOR (mais elevada do que a CADES) com a finalidade de preparar professores para o 1º ciclo (ginásios), ou então ESCOLAS PROFISSIONAIS (de nível técnico) possibilitando “carreiras” e empregos certos, de acordo com as necessidades locais (regionais)... (PIRES, S/D).

Quando questionados sobre o teor deste documento, todos os entrevistados afirmaram não ter conhecimento sobre o caso e até demonstraram perplexidade

com o fato. Entretanto, algumas indicações nos foram dadas em seus depoimentos, para melhor compreender o ocorrido.

As memórias dos entrevistados associam esta oposição à Faculdade, a questões políticas e ideológicas, pois, sendo Dom Zacarias um bispo conservador, certamente contrapunha-se à Igreja progressista liderada pelo Arcebispo Metropolitano Dom José Maria Pires, conhecido por Dom Pelé e pelo bispo de Guarabira, Dom Marcelo Carvalheira.

Sobre este assunto, o Professor Francisco das Chagas Amaro assim recordou:

Eu desconhecia esse documento, agora o que eu posso dizer é o seguinte, aqui eu vou fazer uma interpretação minha. Dom José Maria Pires, naquela época, ele integrava a chamada Igreja Progressista, a Igreja que se posicionou inclusive politicamente contra a Ditadura Militar da época, mais ou menos ligada à Teologia da Libertação. Dom Zacarias era tido como um bispo de direita, conservador, contrário à Revolução, dessa Teologia, por exemplo, de Libertação. Ele era de direita. Conheci Dom Zacarias... andou inclusive presenteando com livros da TFP Sociedade Brasileira, da Tradição, Família e Propriedade, que era um movimento de extrema direita, contra reforma agrária. Inclusive, ela era até contrária a retirada do latim da Liturgia da Igreja. Bom, não estou dizendo que Dom Zacarias era contra não, mais a TFP era. E estou dando o depoimento que ele me presenteou com livros da TFP, alguma influenciadinha... Bom, agora a proposito de Dom José Maria Pires, o que eu vou dizer pra você, vou dizer pra você algo que não está em documento nenhum, mas um grupo de alunos, um grupo pequeno evidentemente, pensou em trazer, em tornar Dom José Marias Pires o patrono ou paraninfo da primeira turma concluinte e nós fomos desestimulados pelo próprio padre Gualberto. Aliás, durante os quatro primeiros anos do funcionamento da FAFIC, eu não me recordo da vinda de Dom José Marias Pires à Cajazeiras a nenhum evento da FAFIC [...] Mas a propósito do que você coloca aqui, eu desconhecia isso. Eu estou só reforçando talvez um pouquinho isso aí, porque nós fomos desestimulados a levar em frente a ideia de trazer Dom José Maria Pires, que era uma figura admirada pelos estudantes, que naturalmente se posicionavam mais à esquerda da Direção da Faculdade e tal, que é próprio dos jovens abraçarem as ideias novas e tudo mais. Mas fomos desestimulados (Silva, 2022).

É válido destacar o fato mencionado que, a turma pioneira da FAFIC foi desencorajada de convidar Dom José Maria Pires para ser seu patrono, enquanto, o Ministro Jarbas Passarinho foi convidado e viria à Cajazeiras com todas as honras receber esta homenagem institucional, não fosse o ocorrido com a bomba.

Isso evidencia como a Faculdade caminhava em consonância ao Governo Militar, evitando qualquer sinal de oposição ou reação ao Regime, e talvez, demonstrando também o desalinhamento com os setores progressistas da Igreja, ainda que mantivessem relações pessoais de respeito entre si. Esse talvez tenha sido mais um limite estabelecido pela dita Diocese aberta e conciliadora, a fim de evitar mais conflitos e inconvenientes que pudesse prejudicar a Faculdade e a própria Igreja.

Ainda sobre Dom José Maria Pires, trago o depoimento do Padre Antônio Luiz do Nascimento que colocou suas memórias e impressões sobre o fato:

Dom José Maria Pires é tido como o bispo do social, um grande arcebispo. Conduziu a Arquidiocese com, diria eu, maestria. Um grande pastor, um homem de Igreja. Mas eu creio que ele é muito ligado a esse tipo de Leonardo Boff. [...] Não é que Dom José fosse assim, furado na beca, como diz o povo, como Leonardo Boff. Ele era um homem, ele sabia onde estava pisando. Se ele era da Teologia da Libertação, ele não era assim de se afogar e ficar até o pescoço, não! Às vezes eu acho que ele sabia discernir bem, mas ele era bem da linha de Dom Hélder Câmara, na linha de Dom Frágoso. Dom Frágoso era tido nacionalmente como o bispo da linha de frente no social, engajado com esse envolvimento de coisa assim. Mas Dom José de Maria Pires e Dom Zacarias, quanto a concepções de Igreja, de estilos de Igreja, não se batiam tão bem não. Muito amigos, Dom Zacarias tratava muito bem Dom José. Participava de reunião com os bispos do Nordeste ou da Paraíba. Nunca bateu boca com Dom Zacarias, era um nobre, Dom José Maria Pires. Mas é claro que se Dom Zacarias era de direita, puxando a radical [...] vamos dizer, centro-direita e Dom José Maria Pires, centro-esquerda. Não sei nem se dava pra dizer que ele era do centro, mais ou menos. Um centro de esquerda, mas o peso pra esquerda. Dom Zacarias, centro-direita, o peso mais no centro, porque Dom Zacarias tinha muito discernimento e ele aceitou gente de todo tipo, de toda linha. Quer dizer, ele foi capaz de aceitar o padre Gervásio e os italianos. Mas eles, os italianos, não bateram bem com ele por conta de coisa assim, do social, né? Coisa de concepção de Igreja Social. Então, Dom José Maria Pires e Dom Zacarias se estendiam muitíssimo bem como bispos, como pessoas, como pastores. Mas é claro que Dom José, com a licença da palavra, digamos fosse centro-esquerda e Dom Zacarias centro-direita (Nascimento, 2022).

A primeira suposição para essa suposta “oposição” de Dom José Maria Pires seria a divergência política e ideológica existente entre ele e Dom Zacarias, mesmo que ambos possuíssem, conforme o padre Antônio Luiz afirmou, uma boa relação pessoal e religiosa. A posição política do bispo de Cajazeiras certamente

transpareceria na Faculdade, que existiria e funcionaria aos moldes das gestões militares da época, como um instrumento de controle e poder da extrema direita.

Prosseguindo em seu depoimento, o Padre Antônio Luiz do Nascimento continuou:

Então, chega um padre que vai consultar Dom José Maria Pires sobre a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Cajazeiras, com a licença da palavra de novo, é aquilo que Zé Antônio fala de um grande aí que disse: “Olha, faculdade de Filosofia em Cajazeiras é como um chapéu na cabeça de um jumento”. É possível que Dom José Marias Pires tenha falado: “Olha, em vez de Cajazeiras estar se preocupando com a fundação de uma faculdade no Sertão, não deveria se preocupar com outra coisa?” Olha, era o tempo em que os sindicatos estavam... Padre Gervásio, por exemplo, é o fundador do primeiro sindicato rural de Cajazeiras. Tempo que não havia sindicato, era coisa de patrono, ninguém sabia como era a justiça. E aí, um sindicato! Dom Zacarias não era tão a favor de sindicato. Era precisando de confissão, criança morrendo sem se batizar e Dom Zacarias sempre direito. Dom Zacarias não era tão entusiasta de sindicato, mas como ele era um homem inteligente, lúdico e um pastor, um grande pastor, claro que Padre Gervásio fundou e ele não ficou de mal com Padre Gervásio, não. Não é ser contra, mas é que, olha... em vez de se preocupar com sindicato, vamos nos preocupar com a catequese. Olha, as crianças aí, o pessoal não sabe rezar, o pessoal está precisando da Palavra de Deus. Então eu creio que a coisa vai por aí, Dom José Marias Pires não era entusiasta da Faculdade em Cajazeiras porque ele estava mais focado no social. [...] Digamos que, dois grandes pastores, mas um mais focado no social e outro mais focado no religioso. Um focado em justiça social e outro em catequese. Mas dois amigos, se tratavam com muito respeito (Nascimento, 2022).

Ainda sobre estas citadas divergências, o Padre Antônio Luiz do Nascimento ressalta que enquanto Dom José Maria Pires preocupava-se com questões sociais, Dom Zacarias preocupava-se e priorizava as questões religiosas, como a catequese e os Sacramentos, sugerindo que a oposição de Dom José Maria Pires tenha se dado por considerar mais necessária uma ação social que beneficiasse as camadas populares e pobres do Sertão e não apenas uma camada restrita da sociedade.

A este respeito também, o padre Antônio Luiz do Nascimento assim prosseguiu:

Então, note que é possível que aí houvesse, digamos, entre aspas, um ranço de Dom José Maria Pires: ‘Olha, acho que uma faculdade, nós estamos precisando de um trabalho nas bases para, vamos dizer, libertar o povo da opressão’. Vamos dizer: insistir para arredar a mão no social. Porque a injustiça não é só injustiça, assim, de

pessoa a pessoa, patrão a operário. Mas é uma injustiça social, estrutural. Então, no caso de Antônio de Sousa, certamente, aí há um temperozinho, assim, um anti-tempero. Quer dizer, no caso aí, é possível que a posição, o conservadorismo de Dom Zacarias, tenha dissuadido Dom José Maria Pires a incentivar Antônio de Sousa. Se Dom Zacarias fosse um tipo de Dom Fragoso, da linha dele, ou outro bispo com tendência para a esquerda, se Dom Zacarias fosse um bispo tipo Dom Fragoso, será se ele ia ser contra? Porque ele ia saber: 'Olha, essa é uma faculdade que vai ser um foco de ilustração. Vai é abrir a cabeça do povo pra que o povo se torne consciente, exija os seus direitos'. Se Dom Zacarias fosse da linha dele, é possível que não teria botado uma pedra, digamos, uma dificuldade. Não tivesse aprovado, mas tivesse pelo menos dito: 'É, você tá querendo... Olha, vamos ver em que dá'. Mas digamos que ele não estava de bem politicamente com Dom Zacarias. Então, é possível que no caso de Dom José, entre aí essa coisa, não é? 'Olha, não recomendo tanto, não vale a pena'. Quer dizer, o que seria uma faculdade em Cajazeiras, o foco não iria para o povo, da questão da base lá, que precisa lutar (Nascimento, 2022).

A partir deste ponto de vista, poderíamos ainda sugerir que Dom José Maria Pires compreendesse que, pela posição política e ideológica de Dom Zacarias, a Faculdade não beneficiaria a população mais pobre da região, como em muitos momentos foi e é sugerido, mas beneficiaria apenas uma parcela restrita da população pertencente às elites, garantindo assim a manutenção de mais um privilégio.

Isso justificaria a sugestão da criação de institutos técnicos com formação para o trabalho e a afirmativa do parecer de que a Faculdade serviria apenas para a educação de "seus filhos". Ou seja, dos filhos das elites e de ilustres personalidades da sociedade e para o engrandecimento da cidade e dos nomes das famílias tradicionais que se mantem hegemonicamente no centro da história e nos patamares da sociedade.

Talvez, como sugere o padre Antônio Luiz do Nascimento, se o posicionamento político de Dom Zacarias fosse diferente, seria possível acreditar no bem social que a Faculdade traria para a população mais pobre e, deste modo, tivesse obtido o apoio de Dom José Maria Pires. Mas isto é apenas uma suposição.

Enfim, podemos aqui aferir que as relações pessoais e ideológicas constituíram uma rede de posições e oposições que marcaram a origem da primeira Faculdade de Cajazeiras. A força política da Igreja Diocesana, juntamente com o Governo delineou este processo que, mesmo marcado por tantas contradições,

silêncios e perguntas ainda sem respostas, permitiram um dos maiores feitos para a história da cidade e região: a implantação do Ensino Superior.

4. ÚLTIMAS PALAVRAS

Como mencionado no início desta pesquisa, não temos a pretensão de trazer uma história acabada, constituída de verdades absolutas, mas, partindo da provocação dos silêncios presentes nesta história, buscamos chegar a uma versão mais próxima possível de uma “verdade” histórica. Assim colocamos em questionamento o que se firmou como inquestionável por muitos anos e no intuito de abrir outros caminhos para novas perguntas e novas pesquisas, certos de que os silêncios possuem mais histórias do que a palavra dita.

Na cidade de Cajazeiras, no Alto Sertão da Paraíba, a implantação do Ensino Superior aconteceu tardiamente, no ano de 1970, com o início das atividades de sua primeira Faculdade: a FAFIC.

Entretanto, os primeiros esforços para este propósito nos fazem retroceder cinco anos, até 1965, quando a FESC, fundação mantenedora, e logo em seguida a então denominada Faculdade de Filosofia de Cajazeiras, foram criadas.

A referida Faculdade possuía dois objetivos fundamentais: a formação de professores, algo necessário diante do crescimento do número de escolas na cidade e da escassez destes profissionais com formação em nível superior na região; e atender a parcela da população que não possuía condições financeiras para ter acesso ao Ensino Superior nas capitais e grandes centros urbanos.

Durante estes cinco anos (1965 a 1970) a Faculdade permaneceu no papel, entre vários trabalhos e entraves burocráticos que tardaram o seu efetivo funcionamento. Diretores foram nomeados, a elite se opôs à ameaça a seu privilégio, uma rede de apoio foi criada, dificuldades burocráticas e estruturais foram enfrentadas, a sociedade desacreditou do projeto...

Muitas ações e acontecimentos sucederam, entretanto, este período permaneceu por mais de meio século escondido no silêncio das memórias e dos documentos esquecidos e mal arquivados, sendo por vezes tratado como um período de pouca importância histórica, em que nada de relevante teria acontecido.

Contudo, consideramos este período fundamental para compreender como a Faculdade foi idealizada, as relações que se teceram no silêncio destes anos entre apoios e oposições, a força política que moveu todo o processo desde o início e como a Faculdade efetivamente se concretizou diante dos objetivos propostos e do contexto político durante o Governo Militar.

Neste percurso cheio de silêncios e contradições, nos deparamos em tantos momentos com assuntos delicados que causavam desconforto e resistências, sempre marcados pelos esforços de manter imaculada a imagem da Faculdade e de seus “heróis”, evitando-se contradizer uma história construída com muita cautela, perpetuada a mais de meio século e que afirmou a grandeza dessa história.

Percebemos isso em muitos momentos no decorrer da pesquisa, sobretudo através das entrevistas. Quantos aos sacerdotes entrevistados, pertencentes a uma linha mais social da Igreja, pudemos perceber em suas falas o cuidado diante de contradições em suas narrativas, ora afirmando, ora desafirmando o que outrora havia sido dito, sobretudo no que diz respeito aos temas e posições políticas que envolviam o bispo, o clero e a instituição.

Em muitos momentos, a fidelidade, o respeito e a obediência que possuem à Igreja, mesmo quando não concordam com algo, transparecia o esforço de justificar a todo tempo suas falas, bem como as ações do bispo por eles narradas, demonstrando preocupação com aquilo que poderia ser interpretado e escrito. Mesmo quando havia um tom de crítica ou uma aparente discordância com os posicionamentos e ações narradas, mesmo quando traziam valiosas informações que nos ajudavam a compreender o período em questão, logo voltavam atrás, escolhendo com cuidado as palavras, apresentando justificativas e se posicionando ao lado dos protagonistas da história.

Notório nos momentos em que se trata sobre a posição política de Dom Zacarias, mencionado como um bispo de direita, centro-direita, neutro, discreto, aberto, conservador, conciliador, rígido, que aceitou padres progressistas e “expulsou” padres “comunistas”, que apoiou os militares, mas afirmava que “farda de militar quanto mais longe melhor”... descrições contraditórias para uma mesma pessoa e que demonstram a preocupação com sua imagem, como esse tipo de afirmação pudesse anular ou diminuir seus feitos mais significativos.

Quanto aos outros três entrevistados, percebemos uma coerência entre suas narrativas. Transparecendo dívidas de gratidão ou o orgulho por pertencerem a família e carregarem os sobrenomes dos protagonistas, afirmavam a mesma história “oficial” de exaltação aos personagens e à instituição. Quando questionados sobre temas mais sensíveis, as memórias permaneciam na subterraneidade ou lhes atribuíam pouca importância, como forma de não trazer a tona o que por muito

tempo permaneceu no silêncio e que de algum modo, poderia macular a história construída com tanto zelo ao longo dos anos.

O silêncio em torno das contradições revela de um lado o receio da incompreensão, do julgamento e da crítica, sobretudo durante um período considerado por muitos como uma grande mancha na história do país, e de outro, o orgulho e o esforço da perpetuação da grandeza de uma história e de tantos nomes, incluindo os seus próprios nomes.

Sem duvidar da importância do pioneirismo da FAFIC e sem diminuir os esforços empreendidos neste processo por todos os envolvidos, reconhecendo inclusive seus méritos para a implantação e expansão do Ensino Superior na cidade e região, ousamos apresentar algumas conclusões deste processo, sem, entretanto, esquecer que um dos papéis do pesquisador é descristalizar o passado e lhe atribuir uma nova interpretação.

Quanto aos objetivos da Faculdade, as memórias e os registros documentais confirmam que, um grande número de pessoas que concluíam o ensino secundário e desejavam dar prosseguimento aos estudos, não o podiam devido à distância a ser percorrida e às altas despesas, considerando a baixa condição sócio econômica do Sertão e a precariedade de estradas e transportes.

Esta realidade acarretou uma demanda reprimida de estudantes, principalmente mulheres que já exerciam o magistério no ensino primário, que almejavam ingressar no Ensino Superior, mas não possuíam os meios para tal. Esta realidade, associada a escassez de professores, justificaria a necessidade de criação de uma Faculdade em Cajazeiras e, ao que parece, apenas a Igreja Diocesana e seu bispo possuíam a força política e social para tal feito.

Embora a Faculdade tenha ampliado o acesso ao Ensino Superior, efetivamente não descentralizou um privilégio pertencente às elites, como prometido, sendo que as primeiras turmas da faculdade eram, em sua maioria, formadas por membros da elite como juizes, médicos e advogados, conforme foi rememorado pelos nossos entrevistados.

Por se tratar de um ensino privado, não chegava às camadas mais baixas da população, que permaneciam às margens do avanço educacional, nem mesmo através da concessão de bolsas que, na maioria das vezes, beneficiava pessoas pertencentes ao mesmo círculo social, através de amizades e arranjos políticos e pessoais.

Favorecida pela Reforma Universitária de 1968, que possibilitou a expansão do Ensino Superior Privado, e pela posição política e ideológica do bispo diocesano, a Faculdade pôde finamente funcionar sem grandes conflitos, constituindo-se como uma Faculdade segura e confiável aos olhos do regime autoritário.

A Igreja buscou moldar-se aos planos militares e antecipar-se às possíveis ações da esquerda, ocupando lugares onde a população poderia ficar exposta às ideologias subversivas. Assim, a estratégia de conquistar o espaço da educação superior, principalmente no âmbito da formação docente, garantiu a permanência quase hegemônica da igreja no setor educacional, a disseminação dos ideais católicos, como também garantiu o apoio do Governo.

Por esta razão, todo o processo de criação e desenvolvimento da FAFIC foi intensamente marcado por relações de poder, ainda que em alguns momentos, a Diocese de Cajazeiras não expressasse abertamente apoio ao Regime Militar, mas também não se posicionasse contra suas arbitrariedades.

Desse modo, a Faculdade foi pensada e executada de uma maneira que viesse a se enquadrar na proposta de ensino superior criada nos famigerados anos de chumbo, não havendo, portanto, divergências entre os planos dos militares e as propostas de ensino voltadas à forma da Faculdade. Agindo desta forma, a Faculdade conseguiu a autorização para seu funcionamento, visto que não representava uma ameaça institucional ao governo da época, além de garantir uma formação docente dentro das medidas educacionais dos militares, como preconizava a Reforma Universitária de 1968.

Além disso, estas relações de poder também se expressaram por meio de relações pessoais e acordos estabelecidos entre representantes da FAFIC e de pessoas ligadas ao Governo, fato que “abriu muitas portas” para o sucesso da interiorização do ensino superior nesta região.

Foi devido a influência da Igreja Católica e das amizades e relações mantidas entre Dom Zacarias, o Cônego Luiz Gualberto e ilustres personagens da época, vinculados ao poder local e nacional, como, por exemplo, Jarbas Passarinho, Wilson Braga e Lynaldo Cavalcante, que se viabilizou a instauração da educação superior na cidade de Cajazeiras e, posteriormente, seu desenvolvimento.

Concluimos então que a implantação do Ensino Superior em Cajazeiras se deu pela força política da Diocese, em um percurso permeado de acordos,

interesses, oposições, contradições, internas e externas, muitas vezes disfarçados de esquecimentos e mantidos nos subterrâneos das memórias e dos silêncios.

4.1 Um breve desfecho

A FAFIC permaneceu em funcionamento por nove anos. Diante de inúmeras dificuldades financeiras enfrentadas e com o número reduzido de alunos, foram federalizados os cursos da Faculdade como solução de continuidade. Além de enfim, possibilitar o acesso ao ensino superior, agora gratuito, às camadas populares, como pensado inicialmente.

No dia 22 de janeiro de 1979, em Assembleia Extraordinária da FESC, foi discutido e decidido, por meio de votação unânime a transferência dos cursos da FAFIC para a UFPB. Dos cursos mantidos pela faculdade, apenas a Licenciatura em Filosofia não foi incorporado pela Universidade, permanecendo apenas desativado, junto com a FAFIC.

Com a política de expansão da UFPB, encampada pelo então reitor Lynaldo Cavalcanti e favorecido pela amizade existente entre ele e o Cônego Luiz Gualberto, o Campus V da UFPB foi finalmente criado em Cajazeiras. No dia 1º de agosto do mesmo ano, todo o acervo da FAFIC, assim como seus alunos, professores e funcionários foram transferidos para a estrutura institucional da UFPB. Enquanto a construção do prédio que serviria como sede da Universidade não era concluída, o recém criado Campus V continuava funcionando no antigo prédio da FAFIC.

No entanto, também este processo de federalização encontrou resistências e críticas. Uma das condições impostas pelo Cônego Luiz Gualberto para a federalização, foi a contratação e efetivação do corpo docente e dos funcionários da FAFIC por parte da UFPB, condição aceita por Lynaldo Cavalcanti.

Como estes se tornaram efetivos federais sem submissão a concurso público, isso teria gerado um certo “preconceito” e desconforto, levantando muitas críticas àqueles que entraram “pulando as janelas da UFPB” por parte dos que tiveram que “entrar pela porta”.

Além disso, houve também resistências por parte de membros do clero da Diocese que não concordavam com a perda de patrimônio da Igreja para a UFPB. Com a federalização, aconteceu a transferência de toda a estrutura material e

imaterial da FAFIC para a Universidade, exceto o prédio que permaneceu como o único bem da FESC. O professor Francisco das Chagas Amaro Silva comentou:

Durante a federalização houve alguma resistência porque a UFPB queria levar, ao encampar, queria levar recursos materiais e recursos, por exemplo, livros e mobiliário, houve até em que falasse em recursos físicos, estrutura física. Aí a Diocese teria perda de patrimônio, coisa que a Igreja cuida disso muito bem, diga-se de passagem. Bom, e houve quem insinuasse que, aquelas picuinhas todas que não aparecem, não é? Quiseram acusar Gualberto de que iria se beneficiar, iria ser professor da Universidade, e blá, blá, blá. Por conta disso, todos os professores da FAFIC passaram a integrar o quadro da UFPB, apenas com a análise do currículo de cada professor e Gualberto não permitiu, não aceitou de maneira nenhuma o nome dele. A insistência de Lynaldo foi muito grande, o sucessor de Lynaldo Cavalcanti na reitoria da UFPB foi o professor Berilo Ramos Borba, também ex-padre, que insistiu no convite e ele não aceitou. Professor Jacson Carneiro de Carvalho, que sucedeu a Berilo, insistiu, e até na época de Sobrinho ainda havia essa insistência. Gualberto não aceitou integrar os quadros da UFPB e ao se aposentar, aposentou-se simplesmente como professor do estado, com um saláriozinho (Silva, 2022).

Também a este respeito, o Monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga confirmou:

O Cônego Luís Gualberto era uma figura humana fabulosa, de diálogo, de compreensão, de ajudar, simples, humilde, organizado e muito desapegado de dinheiro para si. Quando se abriu o Campus V da UFPB, todos da FAFIC, professores e funcionários passaram a ser professores ou funcionários da Universidade Federal, com uma grande progressão funcional e econômica. O único que não aceitou ser incorporado foi ele, embora pressionado para ser o primeiro Diretor do Campus V da UFPB de Cajazeiras. Viveu e morreu com seu salário de professor do 2º grau do governo estadual (Queiroga, 2023).

Assim, após nove anos de funcionamento, a FAFIC foi desativada e o ensino superior em Cajazeiras, enfim, se tornava gratuito e acessível, de certo modo, às classes mais populares. Sendo assim, a criação do Campus V da UFPB, em Cajazeiras, foi atribuída, mais uma vez, a forte atuação e influência política da Igreja no setor educacional da cidade, por meio do empenho e trabalho do Cônego Luiz Gualberto de Andrade e de sua rede de amizades.

4.2 Um fato retirado do silêncio

No ano de 1997, a FAFIC foi reativada, apenas com o curso de Filosofia destinado à formação dos seminaristas da Diocese, por Dom Matias Patrício de Macêdo, bispo que assumiu após a morte de Dom Zacarias.

Mas o que permanece no silêncio da história é a participação do Monsenhor Gervásio também neste processo de reabertura da FAFIC. Quando Dom Matias assumiu a Diocese, o Monsenhor Gervásio retornou a Cajazeiras.

O caso é que, em alguns momentos específicos de algumas entrevistas (ressalto que não foram todos os entrevistados), a menção ao nome e a atuação do Monsenhor Gervásio durante o período perscrutado pela pesquisa, era acompanhado de críticas, nos levando a crer que dissabores foram guardados quanto a sua ação desde as décadas de 1960 e 1970.

Talvez, por seu posicionamento político e atuação social, nem sempre bem vistos por todos e que resultou em seu afastamento voluntário da Diocese por alguns anos com o objetivo de não entrar em conflito com o bispo a quem, conforme ele mesmo afirmara, possuía grande respeito, ainda que desagradando ou incomodando algumas pessoas.

De qualquer modo, independente dos motivos, transcrevo aqui o final do seu depoimento, afim de também fazer jus a sua atuação na história da FAFIC e retirar este fato do silêncio, do esquecimento e do descaso da história, que em muitos momentos, nega a importância ou a legitimidade deste fato:

Dom Matias, chegando da arquidiocese de Natal, em 11 de novembro de 1990 e tomando posse como sucessor de Dom Zacarias, já encontrou, havia anos, desativada a FAFIC, com a abertura do Campus V.

Em coincidência com a vinda de Dom Matias, resolvi também transferir para Cajazeiras a única casa de formação do Instituto Jesus Missionário dos Pobres [IJMP], aberta em Natal-RN em 31 de maio de 1987. Dom Matias com o clero nos destinou para residência o chamado Abrigo Dom Bosco, anexo ao Colégio Diocesano, abrigo que jazia abandonado. Logo em janeiro de 1991, aqui nos instalamos com alguns candidatos.

Para 1992, precisávamos do curso de Filosofia para nossos alunos, candidatos ao sacerdócio. Mas o Seminário da Assunção tinha só o segundo grau, estudando os seus alunos no Colégio Diocesano. Para os cursos filosófico e teológico os seminaristas eram enviados

para o Seminário de João Pessoa. Pensamos, então, abrir o curso de Filosofia em nossa casa de formação. Dom Matias, recém-chegado e sem conhecer as possibilidades acadêmicas de Cajazeiras, fez dificuldade em nos conceder a necessária licença, dizendo que não havia condições para isso. Levei-lhe, então, uma lista de doze professores de muito bom quilate e com titulação acadêmica, dispostos a formar nosso corpo docente. Basta lembrar aqui, com gratidão, alguns nomes: Padre Antônio Luís do Nascimento, Padre Raymundo Honório Rolim, Luísa Moisés, Socorro Moura, Ieda Félix, além de mim mesmo. Doze professores, para começar o primeiro ano do curso filosófico.

Dom Matias, então, não só concedeu a licença pedida, mas decidiu que os seminaristas da diocese que iriam estudar Filosofia em João Pessoa o fariam aqui conosco. Assim, por decretos dele, não só aprovou o Estatuto e instituiu canonicamente nosso Instituto de Filosofia “Verdade e Vida” [nome que assumia o lema episcopal de D. Zacarias], mas também, erigiu o seminário apenas iniciado do IJMP, como Seminário Menor e Maior. Por sugestão minha, pois não convinha que nosso humilde seminário fosse de maior grau que o seminário diocesano, erigiu também o Seminário da Assunção como Seminário Maior, pois, até então, era só seminário menor.

Em 05 de fevereiro de 1992, na concelebração eucarística em nossa capelinha, o então diácono Agripino Ferreira de Assis leu esses referidos decretos. Ficava assim instituído e inaugurado na diocese de Cajazeiras o curso de Filosofia trienal, apesar de que as normas da Igreja exigem apenas um biênio. Desde o início, nosso Instituto foi aberto para religiosas e para leigos. Suponho que na cúria diocesana esses atos oficiais de Dom Matias estejam devidamente registrados e conservados. Conservo, com cuidado e carinho, algumas fotos daquele dia histórico.

Com a abertura de nosso Instituto de Filosofia aconteceu algo inesperado muito positivo. Diversas dioceses nordestinas mandaram seminaristas filósofos como alunos do Seminário da Assunção, estudando em nosso Instituto. Assim, nos apenas nove semestres de funcionamento do Instituto por ele passaram como alunos uns quarenta que se ordenaram sacerdotes, de Cajazeiras, Guarabira, Patos, Caicó, Mossoró, Petrolina, Juazeiro da Bahia, enquanto me lembro.

Em 1996, quinto ano de funcionamento de nosso Instituto de Filosofia, fui então a Dom Matias e disse: A experiência mostrou que Cajazeiras pode ter um curso de filosofia institucionalizado, mesmo havendo o Campus da UFPB. Então, por que o senhor não reabre a FAFIC? O Instituto de Filosofia “Verdade e Vida” suspenderia o funcionamento e seus alunos poderiam ir para a FAFIC.

Não acompanhei as decisões e encaminhamentos, por parte da FESC e da Diocese, para a reabertura da FAFIC. Por isto, não tenho informações a dar. Fui sempre colocado entre os professores contratados, mas nunca exerci o magistério nessa segunda fase (Queiroga, 2023).

A FAFIC, hoje denominada Faculdade Católica da Paraíba, continua em funcionamento e no esforço de se manter viva na memória e no coração da cidade.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Ramon de Alcântara. Edvaldo do Ó e o ensino superior em Campina Grande-PB: apontamentos para uma pesquisa biográfica. In: NUNES, M. L. da S.; TEIXEIRA, M. M.; MACHADO, C. J. dos S.; ROCHA, S. R. (Orgs.). **Eu conto, vocês contam: leituras e pesquisas (auto)biográficas**. Fortaleza: EDUECE, 2017. pp. 320-338.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005a.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005b. p. 155 – 202.

ALVES, Davison Hugo Rocha. Disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros: o papel estratégico dos Governos Militares para a Juventude Universitária Brasileira (1969-1974). In: **XVII Encontro Regional de História (Anpuh-PR) – “O Futuro do Futuro do Ensino de História”, II Encontro do ProfHistória – UEM e XXIV Semana de História – DHI/UEM**, 2020, Maringá- PR. Anais. Disponível em https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611965236_ARQUIVO_4e1f8874b1dfa8a204313d06ccf318df.pdf. Acesso em: 12/12/2022

ARAUJO, Edinaura Almeida de. **Trajetória Histórica do Colégio Nossa Senhora de Lourdes-Cajazeiras-PB (1928-1961)**. 2020. 238f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18187>. Acesso em: 24/02/2023

ASSUNÇÃO, Rudy Albino de; et al. Livro-entrevista. **A tristeza de não ser santo: memórias do Pe. Gervásio Fernandes de Queiroga**. Rudy Albino de Assunção, Renato Moreira de Abrantes, Bruno Dias de Lima, Leandro Sabino da Rocha, Yago Filgueiras Lima (orgs). Fortaleza: IMPRECE, 2019, 267p.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23- 79.

BARALDI, I. M. A CADES E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO SECUNDÁRIO: uma campanha nos anos de 1950-1960. **Anais Do ENAPHEM - Encontro Nacional De Pesquisa Em História Da Educação Matemática**, 2016. (p. 34-43). Disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/view/6133>. Acesso em 24/08/2023.

BENJAMIN, Walter. O NARRADOR: considerações sobre a obra de Nicolai Lescov. In: **Obras Escolhidas Vol. I Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.

_____. **O anjo da história**. 1. ed. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 264 p.

BEZERRA, Francisco Chaves. História, Cultura e Ensino Superior na Paraíba: Implantação, Estadualização e Federalização. **SAECULUM – Revista de História**; João Pessoa, jul./dez., 2006. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11355>. Acesso em: 02/05/2023

BOSCHETTI, Vania Regina. Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, set.2007, n.27, p.221 –229.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 17ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.

BRANCO, Uyguaciara Veloso Castelo. **A construção do mito do “meu filho doutor”: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil-Paraíba**. – Recife, 2004. 475f. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7452/1/arquivo7774_1.pdf. Acesso em 02/05/2023

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. Vestígios de uma memória: o Instituto Histórico de Cajazeiras como lugar de produção de memórias e da história da cidade. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300060248ARQUIVOVestigiosdeumamemoria.pdf>. Acesso em 24/02/2023.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Garlhado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

COSTA, Bianca Silva. **O Ensino Superior na Ditadura Militar brasileira: um olhar através da “Revista MEC”**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2297>. Acesso em: 12/12/2022

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, 99p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. Introdução. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.).

História do tempo presente. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2014. p. 07-12

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 95-131).

DUARTE, Sebastião Moreira. **Do miolo do Sertão:** a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte. 2ª ed. João Pessoa: GRAFSET – Gráfica e Editora Ltda. 1988, 261p.

FERREIRA, A.; BITTAR, M. A Ditadura Militar e a proletarização dos professores. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>. Acesso em: 12/12/2023.

FERREIRA, Andréa Tereza Brito. A Mulher e o Magistério: razões da supremacia feminina (A Profissão Docente em uma Perspectiva Histórica). **Tóp. Educação.** Recife. 1998. v.6. n.1-3. p.61.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história Oral. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral.** 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 03-14.

FERREIRA, A.; BITTAR, M. A DITADURA MILITAR E A PROLETARIZAÇÃO DOS PROFESSORES **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>. Acesso em 24/08/2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 24ª. ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Como se exerce o poder?** In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Tradução de Vera Porto Carrero.

GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008.

LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990.

LEITÃO, Deusdedit. **O educador dos sertões: vida e obra do Padre Inácio de Sousa Rolim.** Teresina: Gráfica do Estado do Piauí Impressora e Editora Ltda, 1991. 163 p.

LIBÂNEO, J. C. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação e Sociedade**. vol.20 n.68 Campinas Dec. 1999 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301999000300013&script=sci_arttext. Acesso em: 25/04/2023

LOZANO. Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.15-26.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **Mulher e educação**: histórias, práticas e representações. João Pessoa: Editora UFPB, 2006.

MACHADO, C. J dos S; NUNES, M. L. da S.; MACHADO, A. M. B. “Ciclo de Debates sobre Educação Brasileira Contemporânea”: posições conflitantes acerca da educação na Universidade Federal da Paraíba (1979). **Cadernos de História da Educação**, v.21, p.1-18, e064, 2022 ISSN: 1982-7806. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-64>. Acesso em: 14/04/2023

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; NASCIMENTO, Gabriel Alves do. Rompendo o silêncio: Neuza bezerra santos e as eleições municipais de 1968. In: **Revista de história e estudos culturais**, 2021, Vol.18 Ano XVIII nº 1. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 14/04/2023

MACHADO, Charliton José dos Santos, NUNES, Maria Lúcia da Silva. VASCONCELOS, Larissa Meira de. O presidente Castro Pinto e a Universidade Popular: ideais da educação na Parahyba do Norte publicados no jornal A União (1912-1915). **Educação Unisinos**. v. 19, n. 2. maio/agosto 2015. p. 184-195. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2015.192.3198>. Acesso em 02/05/2023

MACHADO, Charliton José dos Santos; LACET, Juliana Aparecida Lemos. Feminismo e republicanismo na imprensa de Portugal: incursão investigativa no jornal A Capital (1910). In: **Ex æquo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres**, 2022, n.º 46, pp. 155-169. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2022.46.10>. Acesso em: 14/04/2023

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. O uso do jornal como fonte documental na pesquisa em história da educação. In: VIEIRA, Cristina C. (Coordenadora). **Temas, contextos e desafios da investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Editora Imprensa da Universidade de Coimbra, 2023. pp. 407- 430. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2235-4>. Acesso em: 02/05/2023

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade** 30, abril, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002>. Acesso em 10/05/2023

MOURA, Helder Ferreira de. **Dom Zacarias Rolim de Moura**: fé e espiritualidade, educação e cultura. Cajazeiras: Arribaça, 2021, 216p.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. In: **Navegando na história da educação brasileira**. São Carlos: UNICAMP, 2006, 15p. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Paolo_Nosella_artigo.pdf. Acesso em 30 jan. 2023.

OLIVEIRA, I. A. de.; FONSECA, M.J.C.F.; SANTOS, T.R.L. A entrevista na pesquisa educacional. In: MARCONDES, M. I.; TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. de. (Org.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010. p. 37-54.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORPINO, Piêtra Germana Carvalho de Andrade; MACHADO, Charliton José dos Santos (2020). In: *Gênero e educação na imprensa paraibana. (1964-1966). Research, Society and Development*, 9(9),1-20. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7208>. Acesso em: 20 maio 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

RIBEIRO, M. A. P.; MACHADO, C. J. dos S. Paulo Freire e a história da luta pela Alfabetização de Adultos no Brasil (1960 - 1980). In: RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura. (Org.). **Perspectivas sobre formação docente: experiências contemporâneas e contextos curriculares**. Fortaleza: Editora da UECE, 2022, v. 1, p. 108-130.

RODRIGUES, D.S.; FRANÇA, M.P.S.G.S.A. A pesquisa documental sócio-histórica. In: MARCONDES, M. I.; TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. de. (Org.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010. p. 55-74.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial**. 2010. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Ago/2010. 145f. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6038?locale=pt_BR. Acesso em: 24 fev. 2023.

SABINO, Raquel do Nascimento. **O Professor Afonso Pereira da Silva e a Expansão da Educação na Paraíba (1954-1974)**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 30/09/2021. Disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22369/1/RaquelDoNascimentoSabino_Tese.pdf. Acesso em 30 set. 2022.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], n. 25, 2013. DOI: 10.20435/serie-estudos.v0i25.212. Disponível em:

<https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/212>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SILVEIRA, Josiane Alves da. **Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: os primeiros anos da formação docente no ensino superior da cidade (1960-1969)**. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SOUSA, Débia Suênia da Silva. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes: culturas escolares em Cajazeiras-PB (1949- 1983)**. 2018. 196f. Tese (Doutorado em Educação) - UFRN.

SOUSA, Kássia Rejane Pereira de. **As relações de poder no processo de criação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras – PB, nos anos de 1970**. Monografia. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Cajazeiras. 2011. 50p.

SOUSA, Kássia Rejane Pereira de. A criação da primeira faculdade do alto sertão paraibano. **Ensino em Perspectiva**, v. 3, p. 1-12, 2022. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/9121>. Acesso em: 22/03/2023

SOUSA, K. R. P.; PORPINO, P. G. C. A.; BEZERRIL, F. D. F. A federalização da FAFIC e a expansão do Ensino Superior em Cajazeiras - PB. In: **XIV Colóquio Nacional/VII Colóquio Internacional do Museu Pedagógico e XII Seminário Nacional/II Internacional do HISTEDBR**. 2022, Vitória da Conquista-BA. Ciência, Educação e Luta de Classes: desafios e perspectivas de resistências, 2022. v. 01. p. 248-253. Disponível em <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/10387/10200>. Acesso em: 22/03/2023

SOUZA, Pe. Ney de. Ação Católica, Militância Leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**. Paulinas. v. 14. nº 55 - a b r / j u n 2006. p. 39 – 59. Doi: <https://doi.org/10.19176/Rct.V0i55.15033>. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15033>. Acesso em 15/09/2023.

SOUSA, Ronaldo José. **Doutrina Social e Marxismo na Igreja**. Monografia. Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Cajazeiras – PB. 1999. 50p.

TAMBARA, E. A. C. (2012). Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. In: **Revista História Da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, ab. 1998, p. 35–57. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30720>. Acesso em: 25/04/2023

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1992.

XAVIER, Wilson José Félix. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964)**. 2010. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 30/07/2010. Disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4912?locale=pt_BR. Acesso em: 19 out. 2022.

THOMSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 65-92.

VEYNE, PAUL. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1987.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180. Disponível em <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>. Acesso em: 25/04/2023

VOLDMAN. Danièle. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. A invenção do depoimento oral. p. 247-266.

FONTES

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14/03/2023.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14/03/2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14/03/2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14/03/2023.

BRASIL. Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14/03/2023.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14/03/2023.

PIRES, Dom José Maria. **Documento enviado a Diocese de Cajazeiras**, S/D.

PAULO VI. **Carta Encíclica *Gravissimum Educationis***. Declaração do Concílio Vaticano II sobre a Educação da Juventude. Roma, 28 de outubro de 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html. Acesso em: 18/04/2023

ENTREVISTAS

GUALBERTO, Maria Iêda Félix. Entrevista concedida a Kássia Rejane Pereira Sousa. Cajazeiras. 14 fev. 2023.

MOURA, Antônio Quirino de. Entrevista concedida a Kássia Rejane Pereira Sousa. Cajazeiras. 27 fev. 2023

NASCIMENTO, Antônio Luiz do. Entrevista concedida a Kássia Rejane Pereira Sousa. Cajazeiras. 14 nov. 2022

QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. Entrevista concedida a Kássia Rejane Pereira Sousa. Cajazeiras. 19 jul.2023

SILVA, Francisco das Chagas Amaro da. Entrevista concedida a Kássia Rejane Pereira Sousa. Cajazeiras. 31 out. 2022

APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro de entrevista

Procedimentos durante e depois da entrevista:

- Trata-se de uma pesquisa com fontes orais, através de entrevista temática, semiestruturada;
- A entrevista será feita partindo da proposição de alguns tópicos elencados, mas visando sobretudo uma conversa livre e espontânea a partir das memórias do entrevistado relacionadas a este período;
- A realização da gravação em áudio da entrevista só será feita mediante a autorização do entrevistado, através da assinatura do termo de autorização de gravação e de uso do áudio, para a produção da pesquisa;
- O entrevistado pode a qualquer momento solicitar a pausa da gravação ou o não uso de fala específica;
- Os áudios não serão divulgados nem publicados. Posteriormente será feita a transcrição da entrevista com a finalidade unicamente acadêmica de uso como fonte oral para a pesquisa, sendo possível a citação na íntegra de trechos, sem que estes sejam retirados do contexto da fala do entrevistado;
- Após feita a transcrição da entrevista, caso o entrevistado assim solicite, o texto transcrito será enviado ao entrevistado para a aprovação ou modificações que ele deseje fazer, antes de ser apresentado ao orientador da pesquisa;
- A pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil e submetida ao Comitê de Ética.

Sugestão de roteiro para entrevista

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Local e ano de nascimento:

2. SOBRE A FORMAÇÃO ENQUANTO DISCENTE DA FAFIC

- Curso Superior:
- Início e término:

- Como ficou sabendo a respeito da Faculdade?
- Quais motivações na escolha da faculdade e do curso?
- Como eram as condições financeiras no período? (lembra o valor da mensalidade, se tinha algum tipo de bolsa ou benefício, como descontos ou outros tipos de acordo)
- Características da educação (ensino e formação) na faculdade?
- Características do corpo docente e discente?
- Como avalia a própria formação?
- Encontrou algum problemas e/ou dificuldades para formação? Em caso positivo, quais e como superou?
- Como avalia as disciplinas ministradas e/ou cursadas (conteúdos, métodos, avaliação e recursos...)?
- Sobre a educação no contexto político da época, há alguma memória a cerca de alguma influência ou interferência no sentido da formação?

3. SOBRE O TRABALHO DOCENTE

- Disciplinas que lecionou;
- Avaliação do reconhecimento da profissão no período;
- Problemas e/ou dificuldades que encontrou no trabalho;
- Satisfação profissional.

4. QUANTO À FACULDADE

- Qual sua relação com D. Zacarias e padre Luiz Gualberto?
- Como se deu sua participação no processo de fundação e funcionamento da FAFIC?
- Quais suas principais lembranças em relação:
 - Ao processo de fundação e funcionamento da FAFIC
 - Ao Pe. Luiz Gualberto e a Dom Zacarias
 - As relações que ambos tinham com políticos e personalidade da época e a participação destes no processo de funcionamento da faculdade
- Quais políticos efetivamente apoiaram e investiram na formação da faculdade?
- É possível identificar o tipo apoio dado pelos políticos?

- O sr. acha que eles tinham algum tipo de interesses e acordos?
- O que significou a criação da Faculdade de Filosofia para a cidade?
- O sr. ainda lembra qual foi a reação/recepção da sociedade cajazeirense?
- Houve oposições políticas em relação a fundação da FAFIC em Cajazeiras? Consegue identificar os opositores e o motivos dessa oposição?
- Alguma memória do período anterior ao funcionamento da faculdade? (Divulgação, comentários, notícias, sobre diretores anteriores, professores...)
- Tem conhecimento da motivação para padre Gualberto assumir essa causa?
- Por que somente com o Pe Luiz Gualberto a faculdade “deu certo” e saiu do papel?
- Quais os principais atos administrativos que foram determinantes para que a faculdade começasse a funcionar?
- O senhor tem algum objeto, documento, carta, fotografia que retrata o período de fundação da FAFIC que possa disponibilizar a nossa pesquisa?
- O senhor gostaria de destacar mais alguma coisa que não falamos?
- O senhor autoriza o uso dessa entrevista em nosso trabalho?

Apêndice 2 – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada/o Francisco das Chagas Amaro da Silva,

Esta pesquisa é intitulada **SILÊNCIO E MEMÓRIAS: A IDEALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora **KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. **CHARLITON JOSE DOS SANTOS MACHADO**.

Seu objetivo principal é contribuir com a construção da memória educacional da cidade de Cajazeiras – PB, desvelando os anos de silêncio, de 1965 a 1970, período em que a faculdade recém-criada na cidade de Cajazeiras, no Alto Sertão da Paraíba, permaneceu no campo da idealização despertando a incredulidade de muitos sobre a real possibilidade de que ela viesse a existir, até seu efetivo funcionamento. Como objetivos específicos, pretendemos conhecer mais a fundo as memórias dos sujeitos e das relações presentes no processo de criação e implantação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras; analisar a forma como a faculdade foi idealizada e compreender como as principais relações pessoais e de poder foram tecidas no silêncio destes anos, entre. A finalidade deste trabalho é resgatar a memória histórica da Educação Superior da cidade, bem como de seus protagonistas. Como benefício, esta pesquisa poderá contribuir, não somente com a preservação desta memória a fim de que não seja esquecida com o tempo, mas também de corroborar com a continuação de um processo que consolidou a cidade como pólo educacional para a região até os dias atuais.

Solicitamos a sua colaboração para a aplicação do questionário com algumas perguntas direcionadas, podendo ser ainda acrescentadas considerações que julgar relevantes e necessárias, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados seu nome será mantido em sigilo.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis, para a sua saúde. No momento da entrevista poderá ocorrer um desconforto emocional advindo de lembranças e, para que isso seja evitado, deverá ser escolhido um local privado livre da presença de pessoas

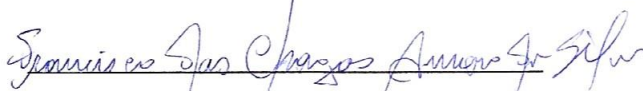
alheias ao estudo, podendo o entrevistado solicitar a pausa da gravação no momento que desejar.

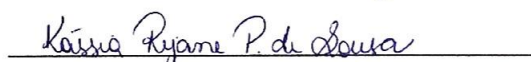
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela mestrandia. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

João Pessoa/ Cajazeiras, 31 / 10 / 2022


Assinatura do Participante da Pesquisa


Assinatura da Pesquisadora Responsável

Contato do/a pesquisador/a responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar:

Kássia Rejane Pereira de Sousa

Rua São José, n. 04, Belo Horizonte – Cajazeiras/PB

Telefone: (83)99893-4299

E-mail: kassia.siloe@gmail.com

Ou Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB ↑
(83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada/o Padre Gervásio Fernandes de Queiroga

Esta pesquisa é intitulada **SILÊNCIO E MEMÓRIAS: A IDEALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora **KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. **CHARLITON JOSE DOS SANTOS MACHADO**.

Seu objetivo principal é contribuir com a construção da memória educacional da cidade de Cajazeiras – PB, desvelando os anos de silêncio, de 1965 a 1970, período em que a faculdade recém-criada na cidade de Cajazeiras, no Alto Sertão da Paraíba, permaneceu no campo da idealização despertando a incredulidade de muitos sobre a real possibilidade de que ela viesse a existir, até seu efetivo funcionamento. Como objetivos específicos, pretendemos conhecer mais a fundo as memórias dos sujeitos e das relações presentes no processo de criação e implantação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras; analisar a forma como a faculdade foi idealizada e compreender como as principais relações pessoais e de poder foram tecidas no silêncio destes anos, entre. A finalidade deste trabalho é resgatar a memória histórica da Educação Superior da cidade, bem como de seus protagonistas. Como benefício, esta pesquisa poderá contribuir, não somente com a preservação desta memória a fim de que não seja esquecida com o tempo, mas também de corroborar com a continuação de um processo que consolidou a cidade como pólo educacional para a região até os dias atuais.

Solicitamos a sua colaboração para a aplicação do questionário com algumas perguntas direcionadas, podendo ser ainda acrescidas considerações que julgar relevantes e necessárias, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados seu nome será mantido em sigilo.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis, para a sua saúde. No momento da entrevista poderá ocorrer um desconforto emocional advindo de lembranças e, para que isso seja evitado, deverá ser escolhido um local privado livre da presença de pessoas

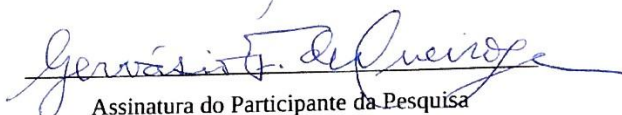
alheias ao estudo, podendo o entrevistado solicitar a pausa da gravação no momento que desejar.

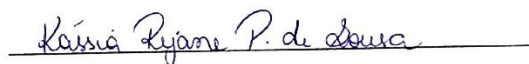
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela mestranda. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

João Pessoa/ Cajazeiras, 19, 07, 2023


Assinatura do Participante da Pesquisa


Assinatura da Pesquisadora Responsável

Contato do/a pesquisador/a responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar:

Kássia Rejane Pereira de Sousa

Rua São José, n. 04, Belo Horizonte – Cajazeiras/PB

Telefone: (83)99893-4299

E-mail: kassia.siloe@gmail.com

Ou Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB |
(83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada/o Antônio Luiz do Nascimento,

Esta pesquisa é sobre **AS RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB, NOS ANOS DE 1970** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora **KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. **CHARLITON JOSE DOS SANTOS MACHADO**.

Seu objetivo principal é contribuir com a construção da memória educacional da cidade de Cajazeiras – PB, a partir da análise sobre a implantação do Ensino Superior, das circunstâncias que possibilitaram a fundação da primeira faculdade, das relações e memórias daqueles que contribuíram e/ou testemunharam este processo. Os objetivos específicos são analisar os processos históricos e as relações pessoais que possibilitaram a implantação do Ensino Superior na região do Alto Sertão Paraibano; compreender o processo de interiorização do Ensino Superior na Paraíba; averiguar os impactos sociais que esse processo histórico teve e tem na educação da região até os dias atuais; resgatar a memória dos personagens envolvidos neste processo. A finalidade deste trabalho é resgatar a memória histórica da Educação Superior da cidade, bem como de seus protagonistas. Como benefício, esta pesquisa poderá contribuir, não somente com a preservação desta memória a fim de que não seja esquecida com o tempo, mas também de corroborar com a continuação de um processo que consolidou a cidade como pólo educacional para a região até os dias atuais.

Solicitamos a sua colaboração para a aplicação do questionário com algumas perguntas direcionadas, podendo ser ainda acrescentadas considerações que julgar relevantes e necessárias, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados seu nome será mantido em sigilo.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis, para a sua saúde. No momento da entrevista poderá ocorrer um desconforto emocional advindo de lembranças e, para que isso seja evitado, deverá ser escolhido um local privado livre da presença de pessoas alheias ao estudo, podendo o entrevistado solicitar a pausa da gravação no momento que desejar.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela mestranda. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

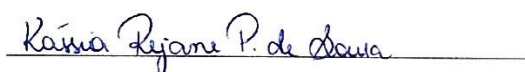
A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

João Pessoa/ Cajazeiras, 14 / 11 / 2022



Assinatura do Participante da Pesquisa



Assinatura da Pesquisadora Responsável

Contato do/a pesquisador/a responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar:

Kássia Rejane Pereira de Sousa

Rua São José, n. 04, Belo Horizonte – Cajazeiras/PB

Telefone: (83)99893-4299

E-mail: kassia.siloe@gmail.com

Ou Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB ☐ (83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada/o Antônia Quirino de Moura

Esta pesquisa é intitulada **SILÊNCIO E MEMÓRIAS: A IDEALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora **KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. **CHARLITON JOSE DOS SANTOS MACHADO**.

Seu objetivo principal é contribuir com a construção da memória educacional da cidade de Cajazeiras – PB, desvelando os anos de silêncio, de 1965 a 1970, período em que a faculdade recém-criada na cidade de Cajazeiras, no Alto Sertão da Paraíba, permaneceu no campo da idealização despertando a incredulidade de muitos sobre a real possibilidade de que ela viesse a existir, até seu efetivo funcionamento. Como objetivos específicos, pretendemos conhecer mais a fundo as memórias dos sujeitos e das relações presentes no processo de criação e implantação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras; analisar a forma como a faculdade foi idealizada e compreender como as principais relações pessoais e de poder foram tecidas no silêncio destes anos, entre. A finalidade deste trabalho é resgatar a memória histórica da Educação Superior da cidade, bem como de seus protagonistas. Como benefício, esta pesquisa poderá contribuir, não somente com a preservação desta memória a fim de que não seja esquecida com o tempo, mas também de corroborar com a continuação de um processo que consolidou a cidade como pólo educacional para a região até os dias atuais.

Solicitamos a sua colaboração para a aplicação do questionário com algumas perguntas direcionadas, podendo ser ainda acrescentadas considerações que julgar relevantes e necessárias, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados seu nome será mantido em sigilo.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis, para a sua saúde. No momento da entrevista poderá ocorrer um desconforto emocional advindo de lembranças e, para que isso seja evitado, deverá ser escolhido um local privado livre da presença de pessoas

alheias ao estudo, podendo o entrevistado solicitar a pausa da gravação no momento que desejar.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela mestranda. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

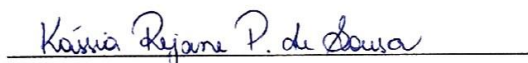
A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

João Pessoa/ Cajazeiras, 27/ 02 / 2023



Assinatura do Participante da Pesquisa



Assinatura da Pesquisadora Responsável

Contato do/a pesquisador/a responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar:

Kássia Rejane Pereira de Sousa

Rua São José, n. 04, Belo Horizonte – Cajazeiras/PB

Telefone: (83)99893-4299

E-mail: kassia.siloe@gmail.com

Ou Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB |
(83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada/o Marina Lida Silve Gualberto

Esta pesquisa é intitulada **SILÊNCIO E MEMÓRIAS: A IDEALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora **KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. **CHARLITON JOSE DOS SANTOS MACHADO**.

Seu objetivo principal é contribuir com a construção da memória educacional da cidade de Cajazeiras – PB, desvelando os anos de silêncio, de 1965 a 1970, período em que a faculdade recém-criada na cidade de Cajazeiras, no Alto Sertão da Paraíba, permaneceu no campo da idealização despertando a incredulidade de muitos sobre a real possibilidade de que ela viesse a existir, até seu efetivo funcionamento. Como objetivos específicos, pretendemos conhecer mais a fundo as memórias dos sujeitos e das relações presentes no processo de criação e implantação do Ensino Superior na cidade de Cajazeiras; analisar a forma como a faculdade foi idealizada e compreender como as principais relações pessoais e de poder foram tecidas no silêncio destes anos, entre. A finalidade deste trabalho é resgatar a memória histórica da Educação Superior da cidade, bem como de seus protagonistas. Como benefício, esta pesquisa poderá contribuir, não somente com a preservação desta memória a fim de que não seja esquecida com o tempo, mas também de corroborar com a continuação de um processo que consolidou a cidade como pólo educacional para a região até os dias atuais.

Solicitamos a sua colaboração para a aplicação do questionário com algumas perguntas direcionadas, podendo ser ainda acrescentadas considerações que julgar relevantes e necessárias, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados seu nome será mantido em sigilo.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis, para a sua saúde. No momento da entrevista poderá ocorrer um desconforto emocional advindo de lembranças e, para que isso seja evitado, deverá ser escolhido um local privado livre da presença de pessoas

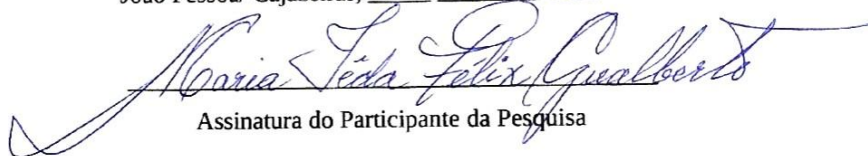
alheias ao estudo, podendo o entrevistado solicitar a pausa da gravação no momento que desejar.

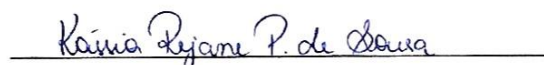
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela mestrand. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

João Pessoa/ Cajazeiras, 14 / 02 / 2023


Assinatura do Participante da Pesquisa


Assinatura da Pesquisadora Responsável

Contato do/a pesquisador/a responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar:

Kássia Rejane Pereira de Sousa

Rua São José, n. 04, Belo Horizonte – Cajazeiras/PB

Telefone: (83)99893-4299

E-mail: kassia.siloe@gmail.com

Ou Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB |
(83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXOS

**Anexo 1 – Certidão de Aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética em
Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/
CCS/ UFPB**

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: SILÊNCIOS E MEMÓRIAS: A IDEALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB (1965-1970)

Pesquisador: KASSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 63195722.4.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.526.435

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da aluna KÁSSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA, sob orientação do Prof. Dr. CHARLITON JOSE DOS SANTOS MACHADO. Desde o momento em que surgiu a cidade de Cajazeiras, sua história está estreitamente ligada à educação e à religiosidade, o que nos leva a compreender a íntima relação da Diocese de Cajazeiras com a questão educacional na região sertaneja. Quando o então Bispo Diocesano Dom Zacarias Rolim de Moura decide por instituir a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras (FESC), e, posteriormente, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC), diante das diretrizes expostas pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II, e ainda da realidade vivida nas mediações da cidade naquele momento, a partir do incentivo e das medidas adotadas pela Reforma Universitária de 1968, realizada no Governo Militar, a cidade passou por uma experiência inédita na região durante o período em questão: o acesso à educação superior, antes, praticamente exclusivo nas capitais e grandes centros urbanos, adentra o interior chegando à região do Alto-Piranhas. Baseado nos registros documentais desta época, como atas, correspondências, publicações, legislações, convênios, dentre outros, e nas entrevistas daqueles que se tornaram testemunhas oculares dessa história, e até participaram desta trajetória,

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.526.435

analisamos como se deu o referido processo de criação da FAFIC e sua influência na cidade de Cajazeiras, tornando-a referência e pólo educacional para a região. Através de análises realizadas, é possível observar que as relações de poder não se extinguíram com o fim da ditadura militar, mas se aperfeiçoaram a partir das transformações que foram ocorrendo, graças ao processo de democratização da sociedade brasileira. Assim, a presente pesquisa pretende reconstruir a memória acerca da implantação do Ensino Superior na região do Alto Sertão paraibano, a partir de uma nova perspectiva, bem como compreender de modo mais objetivo a trajetória educacional na região, as relações que a tornaram possível e as implicações deste processo no ensino superior da cidade de Cajazeiras até os dias atuais, compreendendo o Ensino Superior como instrumento de dominação sobre o pensamento intelectual, ao passo que também se tornava espaço de lutas e resistências.

METODOLOGIA

A cidade de Cajazeiras, na Paraíba, tornou-se conhecida por sua marca educacional, sempre presente em sua história, o que fez dela o berço da primeira faculdade do interior paraibano. Diante disto, buscamos compreender o processo de criação do Ensino Superior na cidade, a partir das relações de poder, como influências, amizades e alianças políticas que permearam toda a sua trajetória, e que tornaram possível o projeto de interiorização da educação superior no Estado paraibano, partindo da análise dos personagens envolvidos, das relações existentes entre eles e as autoridades governamentais, tanto a nível local como a nível nacional, das condições favoráveis ao processo, geradas pelo próprio Regime Governamental em vigor no período de 1964 a 1984, e como os acontecimentos refletiam o quadro nacional, nas medidas adotadas durante da Ditadura Militar, em especial, no setor educacional e na Reforma Universitária que acontecia em todo o território nacional.

Na perspectiva de reconstruir uma história local, que poucos, até então, ousaram aprofundar-se e ir além da história oficial contada, apenas como forma de preservar uma memória, dentro do contexto político, social e intelectual do período em questão, é que se propõe o desenvolvimento desta pesquisa, realizada a partir de documentos e registros: atas, publicações, jornais da época, de trabalhos desenvolvidos nesta perspectiva, leitura bibliográfica relacionada ao tema e, principalmente, de entrevistas daqueles que foram testemunhas oculares do processo de implantação do Ensino Superior na região e que contribuíram com a consolidação desse projeto no ano de 1970, quando foi fundada a primeira Faculdade da cidade de Cajazeiras, até o ano de 1980, quando a mesma foi desativada.

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.526.435

Tomando como metodologia principal a história oral, buscamos valorizar as memórias e recordações dos sujeitos, recolhendo informações através de entrevistas com pessoas que vivenciaram de algum modo os fatos ocorridos. Esta se apresenta como solução moderna disposta a interferir no comportamento da cultura e na compreensão de comportamentos e sensibilidade humana (ALBERTI, 2004).

No aspecto metodológico, a pesquisa será descritiva e terá um caráter de investigação e reconstrução da história da educação superior no Alto Sertão Paraibano, com levantamento documental junto a FAFIC e de testemunhos de personalidades que acompanharam este processo em sua origem através da história oral.

APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS

A entrevista será feita partindo da proposição de algumas perguntas e tópicos elencados, mas visando sobretudo uma conversa livre e espontânea a partir das memórias do entrevistado relacionadas a este período; A realização da gravação em áudio da entrevista só será feita mediante a autorização do entrevistado, através da assinatura do termo de autorização de gravação e de uso do áudio, para a produção da pesquisa; O entrevistado pode solicitar pausas na gravação sempre que quiser; Os áudios não serão divulgados nem publicados. Será feita a transcrição da entrevista com a finalidade unicamente acadêmica de uso como fonte oral para a pesquisa, sendo possível a citação na íntegra de trechos; Após transcrita, a entrevista voltará para o entrevistado, podendo ele fazer alterações, complementações ou retirar informações dadas na entrevista se assim desejar, de modo que será utilizado na pesquisa apenas o que ele autorizar.

Após estes procedimentos, as entrevistas, bem como os demais documentos, serão analisados para a escrita da dissertação.

RISCOS E BENEFÍCIOS DA PESQUISA

Durante as entrevistas, é possível que se gere desconfortos advindos de lembranças ou outra alteração ao estado de espírito do sujeito abordado, visto que os entrevistados são pessoas idosas.

Como benefícios para a sociedade sertaneja, tornaremos conhecida a história educacional da cidade de Cajazeiras-PB a partir da criação do Ensino Superior, uma história ainda desconhecida para muitos, bem como buscaremos também resgatar as memórias pessoais de sujeitos que testemunharam esse processo, trazendo outros protagonistas desta história, como, por exemplo, os próprios sujeitos entrevistados, abrindo caminhos para novas pesquisas na área educacional.

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar		
Bairro: Cidade Universitária	CEP: 58.051-900	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA	
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791	E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.526.435

Objetivo da Pesquisa:

Na avaliação dos objetivos apresentados os mesmos estão coerentes com o propósito do estudo:

Objetivo Primário:

Contribuir com a construção da memória educacional da cidade de Cajazeiras – PB, a partir da análise sobre a implantação do Ensino Superior, desde as circunstâncias que possibilitaram este processo, das relações de poder, dos interesses em jogo, até as lutas políticas que marcaram sua consolidação.

Objetivos Secundários:

Analisar a maneira pela qual o Regime Militar no Brasil utilizou da educação como instrumento de dominação e disseminação de suas ideologias;

Refletir sobre o Ensino Superior como espaço de dominação e de resistência;

Contribuir com a reflexão sobre a educação como meio de libertação de pensamento e de ação, em vistas da transformação da sociedade;

Analisar os processos históricos que possibilitaram a implantação do Ensino Superior na região do Alto Sertão Paraibano durante o regime Militar Brasileiro;

Averiguar os impactos sociais que esse processo histórico tem na educação da região até os dias atuais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Na avaliação dos riscos e benefícios apresentados estão coerentes com a Resolução 466/2012 CNS, item V "Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variadas. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes.

No item II.4 - Benefícios da pesquisa - proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa.

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.526.435

Riscos:

Durante as entrevistas, é possível que se gere desconfortos advindos de lembranças ou outra alteração ao estado de espírito do sujeito abordado, visto que os entrevistados são pessoas idosas.

Benefícios:

Como benefícios para a sociedade sertaneja, tornaremos conhecida a história educacional da cidade de Cajazeiras-PB a partir da criação do Ensino Superior, uma história ainda desconhecida para muitos, bem como buscaremos também resgatar as memórias pessoais de sujeitos que testemunharam esse processo, trazendo outros protagonistas desta história, como, por exemplo, os próprios sujeitos entrevistados, abrindo caminhos para novas pesquisas na área educacional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, contribuir com a construção da memória educacional da cidade de Cajazeiras – PB, a partir da análise sobre a implantação do Ensino Superior, desde as circunstâncias que possibilitaram este processo, das relações de poder, dos interesses em jogo, até as lutas políticas que marcaram sua consolidação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação Obrigatória, foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS TAMBÉM QUE, CASO OCORRA QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO (MUDANÇA NO TÍTULO, NA AMOSTRA OU QUALQUER OUTRA), A PESQUISADORA RESPONSÁVEL DEVERÁ SUBMETTER EMENDA INFORMANDO TAL(IS) ALTERAÇÃO(ÕES), ANEXANDO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

RECOMENDAMOS POR FIM QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À(S) INSTITUIÇÃO(ÕES) ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.526.435

NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHOU EMENDA, PARA TANTO, APRESENTOU AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS: "A pesquisa sofreu alteração no título e ajustes nos objetivos e metodologia, conforme recomendações das orientações e da banca de qualificação."

O ORA SOLICITADO NÃO COMPROMETE EM NADA A EXECUÇÃO DO REFERIDO PROJETO. PORTANTO, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL AO PRESENTE PLEITO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2225029_E1.pdf	27/10/2023 10:08:01		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	26/10/2023 15:11:23	KASSIA REJANE PEREIRA DE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTO.pdf	03/10/2023 18:29:49	KASSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA	Aceito
Outros	Instrumentoparacoletadadedados.pdf	23/09/2022 17:32:18	KASSIA REJANE PEREIRA DE	Aceito
Outros	Cartaresposta.pdf	23/09/2022 17:31:30	KASSIA REJANE PEREIRA DE	Aceito
Declaração de concordância	cartaanuenciomodificada.pdf	23/09/2022 17:30:40	KASSIA REJANE PEREIRA DE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodetalhadomodificado.pdf	23/09/2022 17:28:29	KASSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA	Aceito
Cronograma	cronogramamodificado.pdf	23/09/2022 17:26:23	KASSIA REJANE PEREIRA DE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	certkassia.pdf	09/09/2022 11:07:19	KASSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	09/09/2022 10:42:01	KASSIA REJANE PEREIRA DE	Aceito

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.526.435

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 23 de Novembro de 2023

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Anexo 2 – Folha de Rosto



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa:
SILÊNCIOS E MEMÓRIAS: A IDEALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB (1965-1970)

2. Número de Participantes da Pesquisa: 5

3. Área Temática:

4. Área do Conhecimento:
Grande Área 7. Ciências Humanas

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

5. Nome:
KASSIA REJANE PEREIRA DE SOUSA

6. CPF:
060.892.564-04

7. Endereço (Rua, n.º):
Rua São José Belo Horizonte casa CAJAZEIRAS PARAIBA 58900000

8. Nacionalidade:
BRASILEIRO

9. Telefone:
83998934299

10. Outro Telefone:

11. Email:
kassia.siloe@gmail.com

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a portodos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

Data: 03/ 10/ 2023


Assinatura

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

12. Nome:
Universidade Federal da Paraíba

13. CNPJ:

14. Unidade/Órgão:
CENTRO DE EDUCAÇÃO

15. Telefone:
(83) 3216-7444

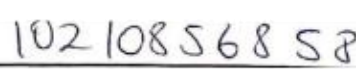
16. Outro Telefone:

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

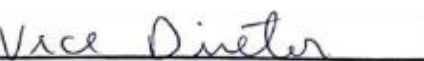
Responsável:



CPF:



Cargo/Função:





Assinatura

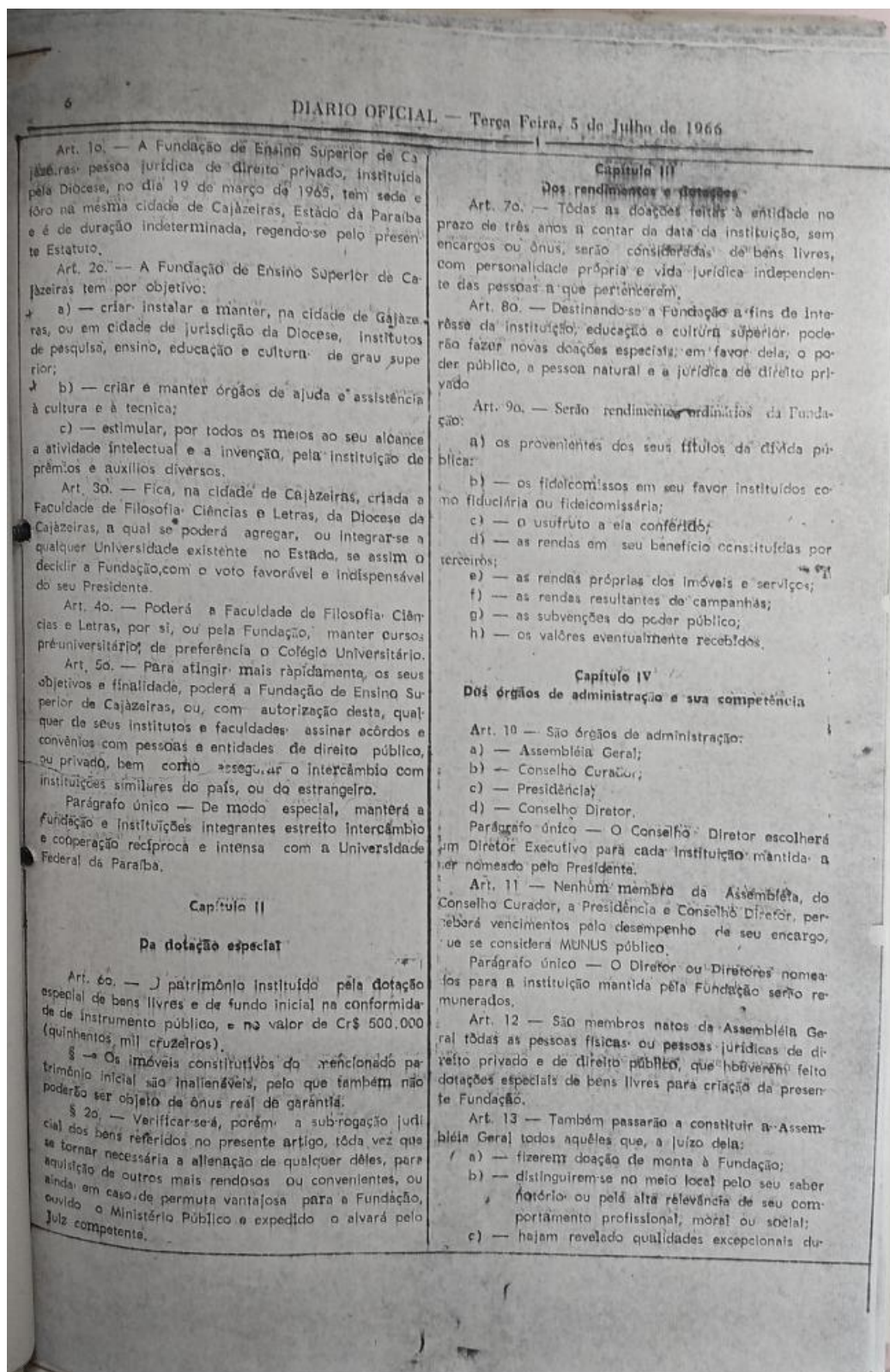
Vice Diretor - Centro de Educação - UFPB
Matrícula 1323829

Data:

PATROCINADOR PRINCIPAL

Não se aplica.

Anexo 3 – Primeiro Estatuto da FESC (março de 1965)



DIÁRIO OFICIAL — Terça Feira, 5 de Julho de 1966

— aprovar o quadro e fixar a remuneração de Pessoa;

— deliberar sobre a guarda, aplicação e movimento dos bens da Fundação;

— decidir, com voto favorável e indispensável do Presidente, sobre criação e a instalação de cursos, ou criação e instalação de órgãos e serviços indispensáveis;

— aprovar as tabelas de anuidades a serem cobradas dos alunos contribuintes;

— encaminhar ao Conselho Curador o Balanço e os Relatórios anuais, acompanhados de parecer;

— decidir sobre alienação do imóvel com o voto favorável e indispensável do Presidente.

Art. 25 — O Conselho Diretor reunir-se-á ordinária

mente de dois em dois meses, para conhecer o andamento dos trabalhos;

Art. 26 — Na primeira quinzena de dezembro de cada ano, para aprovar os planos de ação e o orçamento para o exercício seguinte.

Parágrafo único — Reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente.

Art. 27 — O Conselho Diretor funcionará com o mínimo de três membros no mínimo e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos, tendo o Presidente o voto de desempate.

— fixar remuneração e o regime de férias do Diretor Executivo;

Parágrafo único — O membro do Conselho que faltou a três reuniões consecutivas, por

Capítulo IX

Do Diretor Executivo

Art. 28 — O Presidente escolherá, livremente, entre pessoas identificadas com os ideais do ensino e educação mantendo-o no cargo até o bem servir.

Art. 29 — Atribuições e deveres do Diretor Execu-

Art. 30 — Submeter ao Presidente os projetos de Regimento das instituições mantidas;

— propor os programas de trabalho e promover a execução dos que forem aprovadas;

— movimentar depósitos bancários da instituição que dirige de acordo com as normas fixadas pelo Presidente da Fundação;

— preparar processos de requerimentos de subvenções de qualquer tipo e natureza;

— organizar e controlar serviços de administração relativa à pessoa e patrimônio da instituição que dirige;

— apresentar, trimestralmente, ao Presidente, balanços de contas;

— enviar ao Presidente, até 31 de janeiro, impror-

rogavelmente, a prestação de contas de exercício findo assim como o Relatório das atividades das instituições integrantes;

h) encaminhar ao Presidente, até 31 de dezembro, cada ano, o plano de atividades do exercício seguinte e a respectiva proposta orçamentária.

Art. 29 — O Diretor Executivo tomará parte, sem direito a voto, nas reuniões da Assembleia e nas do Conselho Diretor, para prestar esclarecimentos.

Capítulo X

Do exercício fundacional

Art. 30 — A ano fundacional coincidirá com o ano civil.

Art. 31 — Nas instituições mantidas, no fim de cada exercício, proceder-se-á ao levantamento do inventário e do balanço geral, com observância das prescrições legais, deduzindo-se do superavit líquido dez por cento para a construção do Fundo de Reserva.

Capítulo XI

Disposições Gerais e Transitórias.

Art. 32 — Para a reforma do presente Estatuto, é mister:

a) seja ela deliberada pela maioria dos membros componentes da Assembleia Geral convocada para tal fim, e com voto favorável e indispensável do Presidente;

b) seja consultado o Ministério Público.

Art. 33 — O direito de tomar parte na Assembleia Geral poderá ser transmitido pelo doador ao sucessor que ele designar, perpetuando-se a transmissão pelo mais de uma geração de sucessor a sucessor.

Art. 34 — A Fundação extinguir-se-á:

a) pela impossibilidade de manter-se;

b) pela inexecução das suas finalidades;

c) por deliberação da totalidade dos membros componentes da Assembleia Geral com o voto favorável e indispensável do Presidente efetivo da Fundação.

Art. 35 — Faculdades e institutos que venha a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras a criar a instalar, podem, por conveniência, agregar-se à Universidade Federal da Paraíba, ou mesmo integrá-la, com voto favorável e indispensável do Presidente.

Art. 36 — Extinta a Fundação, seus bens e títulos serão incorporados ao acervo da Diocese para aplicação imediata em instituição congênere da mesma Diocese.

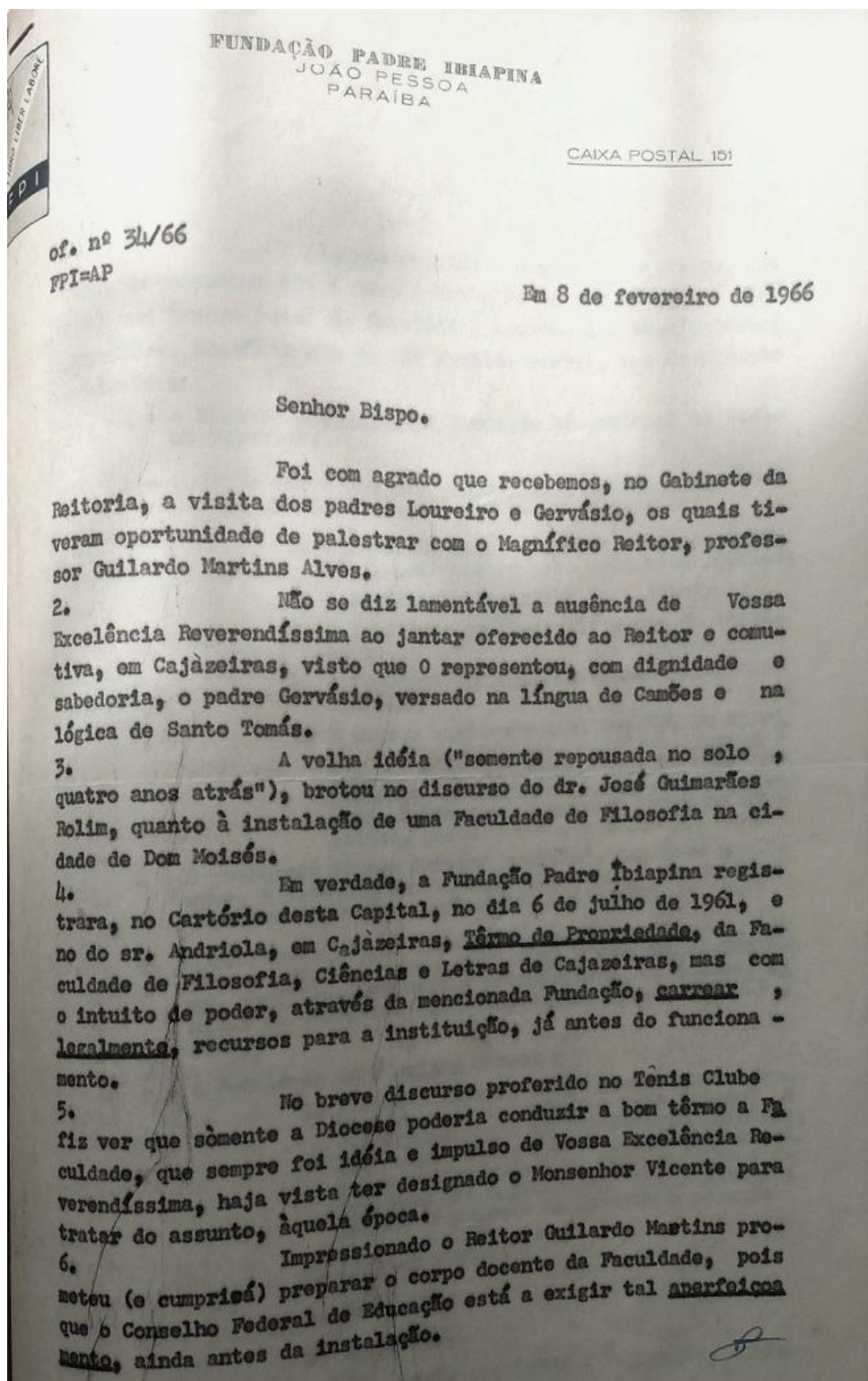
Art. 37 — Os casos omissos neste Estatuto, e requisitos serão resolvidos pela Assembleia Geral obedecendo, sempre que possível, a casos similares de instituições congêneres.

Art. 38 — Este Estatuto entrará em vigor a partir da data de seu registro em Cartório Competente.

Cajazeiras, 19 de março de 1965.

Dom Zacarias Rolim de Moura — Presidente.

Anexo 4 – Ofício nº 34/ 66, do professor Afonso Pereira para Dom Zacarias (fevereiro de 1966)



FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA
JOÃO PESSOA
PARAÍBA

CAIXA POSTAL 151

- 2 -

7. Fizemos reunião com o padre Loureiro, que seria coordenador ideal para o trabalho de organização (difícil, com áspера luta) da Faculdade, levando êle consigo estas sugestões, nascidas não de nós humilde mortal, mas do próprio Espírito :

- a - A Diocese instituirá a Fundação Educacional do Ensino Superior;
- b - Poderão compô-la, mas sem qualquer privilégio, considerado que indiretamente serão beneficiárias:
 1. A Fundação Padre Ibiapina, que necessitará de professores para seus educandários;
 2. A Prefeitura Municipal de Cajazeiras;
 3. O Instituto de Desenvolvimento da Paraíba;
 4. A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos;
 5. E outras quaisquer instituições, de direito público, privado, ou, ainda, pessoa física qualquer, que a Diocese ache conveniente incluir como instituidores, ficando à Diocese reservador todos os direitos, prerrogativas, patrimônio, etc.
- c - O professor Afonso Pereira redigirá, sem ônus qualquer, o Estatuto da Fundação Educacional de Ensino Superior (poderá receber outra denominação);
- d. O professor Afonso Pereira redigirá projetos de lei para o Estado e para o Município: utilidade pública, auxílios, subvenções ordinárias e, de futuro, mutas de convênios com a Universidade, com o DNOCS, etc.
- e - A Faculdade terá quatro cursos:
 1. História Natural (será grandemente beneficiado pela Petrobrás e pela Sudene) e funcionará junto ao Laboratório Trindade, com aulas teóricas em Cajazeiras - ideal: aproveitar químicos, veterinários e agrônomos ali existentes; ideal ainda: nenhuma Faculdade da Paraíba o possui;
 2. Línguas (Letras);
 3. História;
 4. Geografia.

Obs. serão previstos: Pedagogia, Anglo-Germânicas, etc.

FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA
JOÃO PESSOA
PARAIBA

CAIXA POSTAL 101

- 3 -

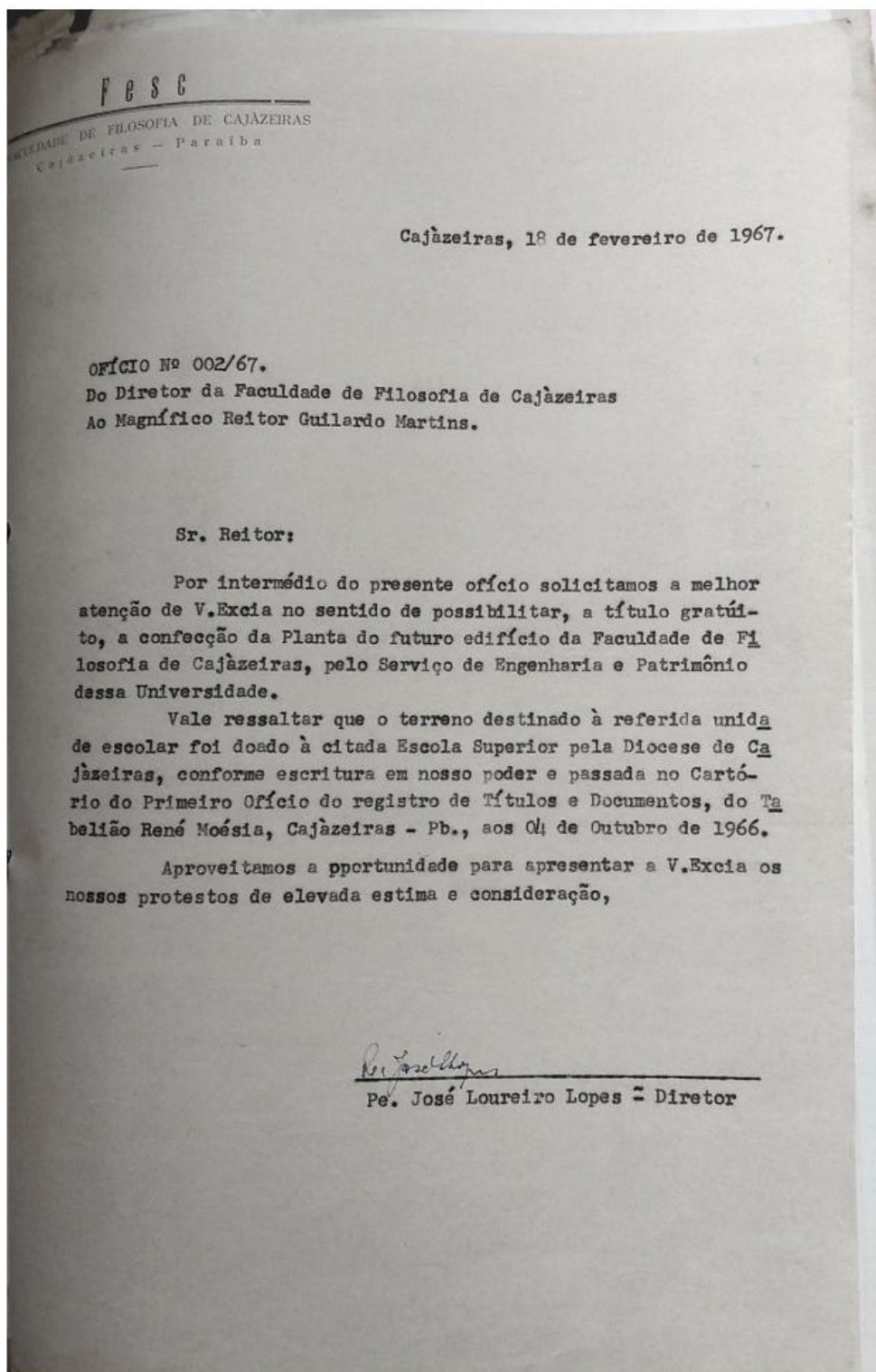
8. O Presidente da Fundação será o Senhor Bispo, ou pessoa que este indicar, mantendo a Diocese direito de veto.
9. Com a extinção da Fundação Educacional, o patrimônio reverterá à própria Diocese.
10. Aconselha-se a Diocese doar qualquer terreno no valor máximo de R\$ 100.000 que será a dotação inicial.
11. A Diocese e a Prefeitura e São Gonçalo porção, de futuro, à disposição da Faculdade as suas respectivas Bibliotecas.
12. O restante, com os contatos com o Coordenador, será progressivamente resolvido.
13. De resto, o padre Loureiro dará melhores esclarecimentos a respeito das idéias centrais.

Atenciosamente

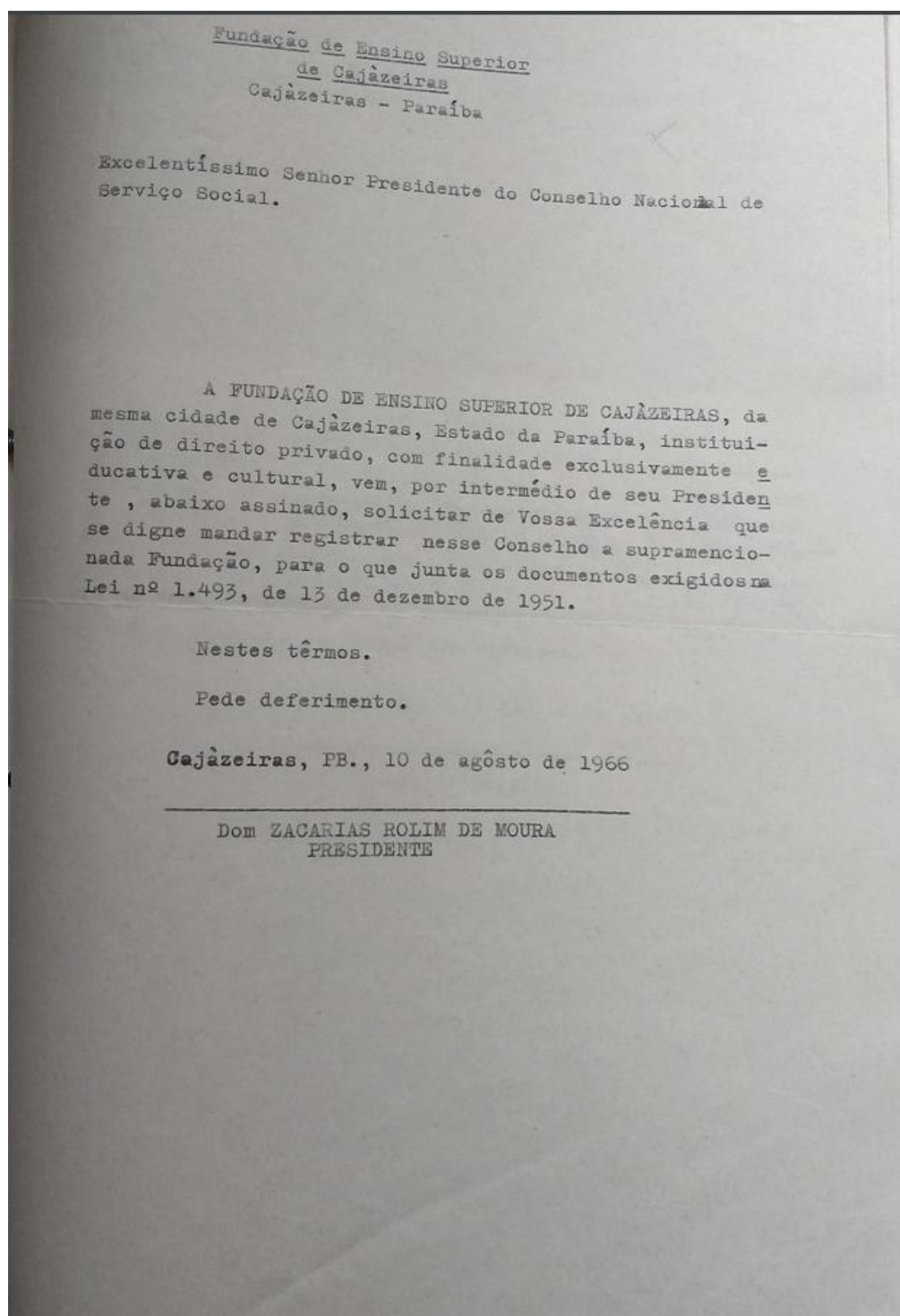
Afonso Pereira

Ao
Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo
Dom Zacarias Rolim
CAJAZEIRAS PB

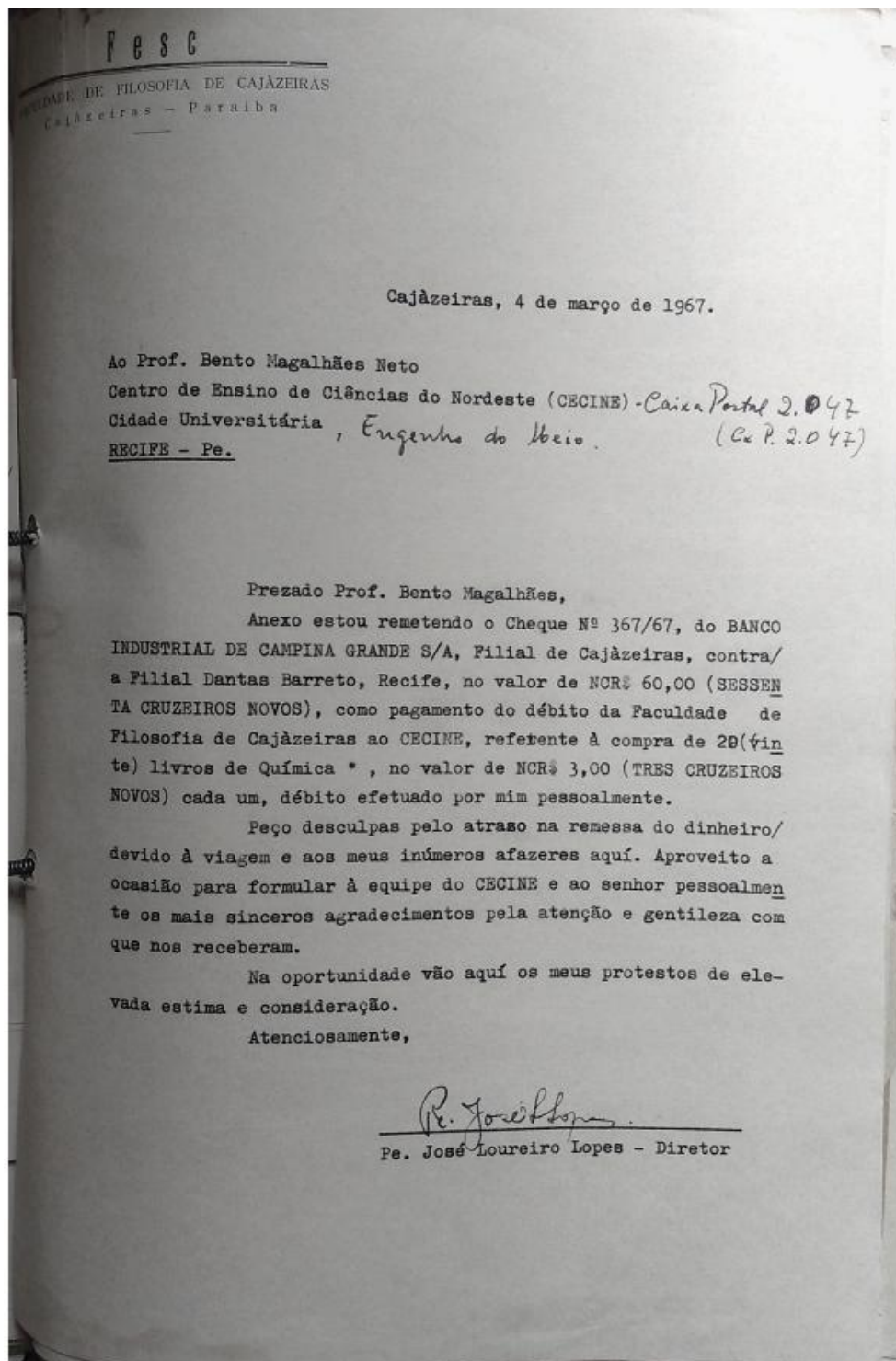
Anexo 5 – Ofício 002/67, do Diretor da Faculdade de Filosofia ao Reitor da UFPB (fevereiro de 1967)



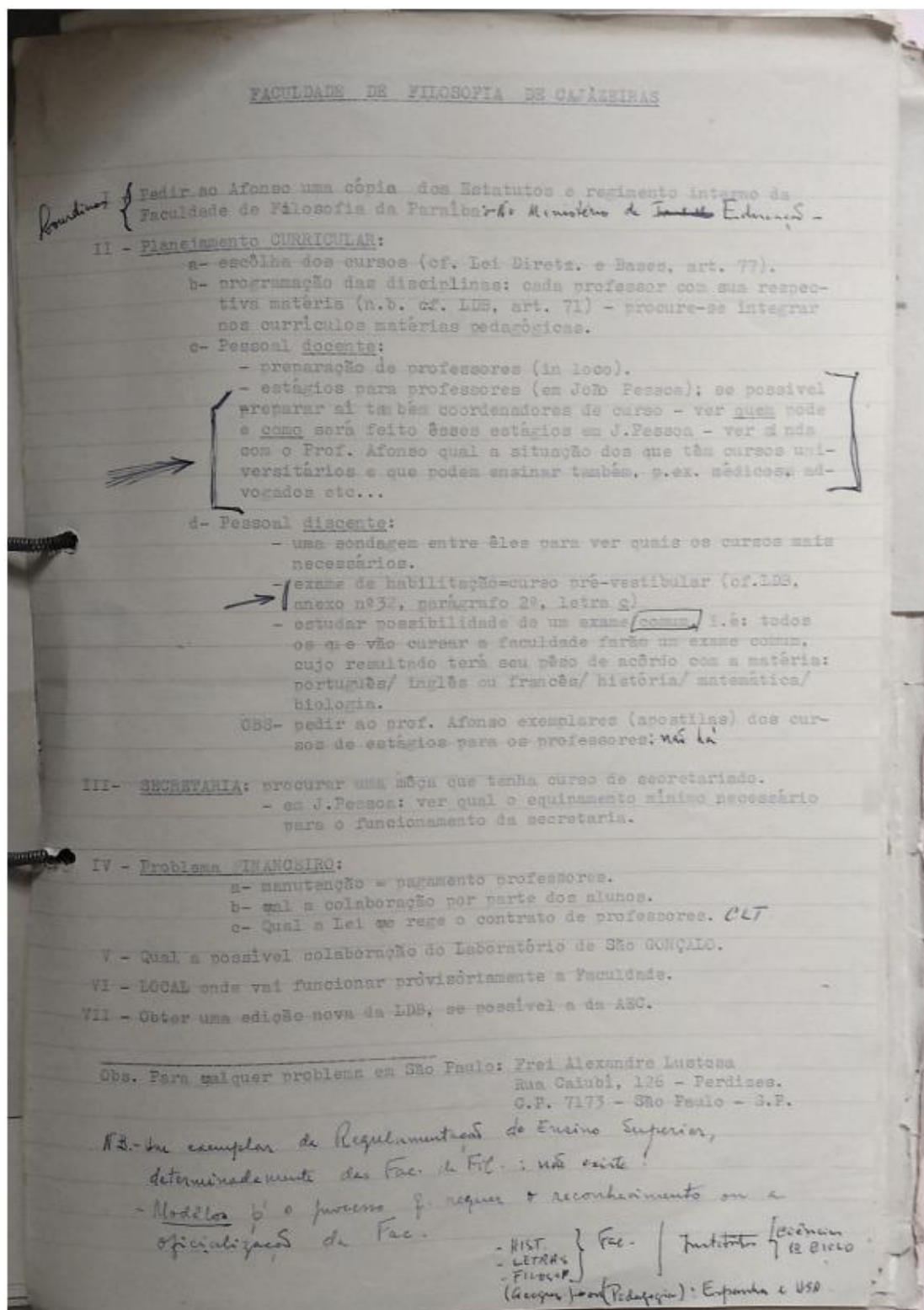
Anexo 6 – Solicitação do Registro da Faculdade de Filosofia no Conselho Nacional de Serviço Social (agosto de 1966)



Anexo 7 – Comprovação de compra de livros para a Biblioteca (março de 1967)



Anexo 8 – Planejamento para o funcionamento da Faculdade



Anexo 9 – Planejamento para o Curso Pré-Vestibular (abril de 1967)

F E S C

FACULDADE DE FILOSOFIA DE CAJAZEIRAS
Cajazeiras - Paraíba

CURSO PRÉ-VESTIBULAR DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE CAJAZEIRAS

ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO DO CURSO e AQUISIÇÃO DE EQUI-
PAMENTOS

I - MANUTENÇÃO DO CURSO:

- 1) - Número de aulas por semana : 35 aulas.
 Preço unitário da aula.....NCR\$3,00
 Total por semana....." " ..105,00
 Total por mês (quatro semanas e meia)....." " ..472,50
 Em 7 (sete) meses....." " 3.307,50
- 2) - Pagamento de pessoal (mensalidade):
 Diretor.....NCR\$..150,00
 Secretário....." " ..100,00
 Contínuo....." " ..50,00
 Total por mês....." " ..300,00
 Em 7 (sete) meses....." " 2.100,00

II - EQUIPAMENTOS:

- 1) - 2 (duas) máquinas de escrever, "Olivetti", NCR\$
 ao preço de NCR\$ 719,00 por unidade....." " 1.438,00
- 2) - 3 (três) Bureaux de aço:
 + 1 com sete gavetas....." " ..650,00
 + 2 com cinco gavetas, ao preço
 de NCR\$ 450,00 cada um....." " ..900,00
- 3) - 2 (dois) Arquivos de aço:
 + 1 ao preço de....." " ..500,00
 + 1 ao preço de....." " ..350,00
- 4) - Tipografia e Material Didático....." " 2.300,00
- 5) - Mimiógrafo, tipo Gestetner - modelo 105,
 manual....." " 1.200,00
- 6) - Material audio-visual:
 + 1 (um) Projetor Cinematográfico
 E.C. 16.mm. 2 malas, fabricação
 nacional. Rio....." " ..700,00
 + tela e acessórios....." " ..400,00
 TOTAL em Equipamentos....." " 8.438,00

III - TOTAL GERAL DO PRESENTE ORÇAMENTO.....NCR\$13.845,50

Cajazeiras, 5 de abril de 1967.

+ Zacarias Rolim de Moura
 Dom Zacarias Rolim de Moura
 - Presidente da FESC -

Anexo 10 – Carta enviada por uma possível candidata ao vestibular (março de 1967)

Botolê do Rocha, 15 de março de 1967

Caríssima encarregada das inscrições do curso pré-vestibular:
 Paz e bem!

Sou estudante e faço o último ano do curso técnico. Pretendo, no próximo ano, fazer vestibular aí em Bajazeiras. Necessito de grande preparação visto que meu curso seja quase alheio às matérias do vestibular de Filosofia. No entanto não desanimo. Espero que a ajuda de Deus e a compreensão humana se unam aos meus esforços fazendo-me realizada.

Eu, por intermédio da Rádio Alto Piranhas, que o início do curso preparatório iniciar-se-á no dia 3 de abril. Apenas isto sei e o preço das inscrições. Não posso me transpirar este ano para Bajazeiras e por isso tudo se torna mais difícil para mim. Peço a Diretoria da Faculdade de Filosofia de Bajazeiras ou a do curso Preparatório as seguintes informações:

- X 1. Quando nos será dado conhecer o programa da Faculdade acima, para vestibular no ano de 1968 e como consegui-lo?
 - X 2. Posso eu, aqui em Botolê ou outra, receber noções, ao menos, da matéria dada no curso Preparatório? (Posso pagar quantia maior, inclusive despesar que podem haver).
 - X 3. Quais as "especialidades" que funcionarão este ano?
- Peço um esclarecimento ~~se~~ sário para meu caso, à medida que possa me ser operada. Confiança no bom senso e, acima, no ato paterno dos dirigentes, Despeço-me.

Farrinha Alves Fernandes - Rua Voltefo Maia s/n - Botolê do Rocha

Anexo 11 – Parecer favorável do Relator Antônio Normando Diniz para o funcionamento da Faculdade (dezembro de 1969)

P A R E C E R

O Processo nº 125/69, em tramitação no Conselho Estadual de Educação, aneixa farta documentação que instrui o pedido / de autorização para funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, subscrito pelo ilustre prelado Dom Zacarias de Moura Rolim, na qualidade de Presidente da Fundação / de Ensino Superior de Cajazeiras.

De início é justo louvar-se o cuidado e esmero com que / foi preparado esse processo, tanto na parte redacional e de ordenamento de assuntos, como na parte gráfica e documental.

Começaremos o seu exame, em cotejo com as exigências da Resolução nº 14, de 27.12.1967, do Conselho Estadual de Educação, pelo penúltimo fascículo, onde se apresenta a "prova de que a criação do Curso representa real necessidade para a região" (art. 6º alínea b, da Resolução citada).

A comprovação dessa necessidade ressalta a um ligeiro / exame dos quadros demonstrativos do número de estabelecimentos de Ensino Médio espalhados em 14 municípios, convergentes para Cajazeiras - pioneira e líder educacional do sertão paraibano.

Dessas comunas, a mais longe está situada a 140 kms. e nos 28 estabelecimentos estudam 6.477 alunos. A cidade de Cajazeiras. A cidade de Cajazeiras, com 3 escolas médias, para 108 professores que nelas ensinam, dispõe, apenas, de oito mestres com o Curso de Filosofia. E é a cidade que pode oferecer o melhor índice / de atendimento à exigência do professor qualificado!

Não há como pôr em dúvida a necessidade da formação de elevado número de mestres com nível universitário, para atendimento de uma grande demanda já existente. Soma-se a isto a criação, / ascendente, de novos ginásios, de todos os tipos.

Essa necessidade de formação, jamais será atendida pelas Faculdades existentes em Campina Grande, João Pessoa, Fortaleza e Recife, atento o seu alto custo para uma região sem os recursos necessários.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras constituirá um passo avançado para a solução do problema analisado. De outra parte, encamperá o Curso de Filosofia do Seminário Diocesano, pioneiro na preparação de sacerdotes católicos no interior paraibano.

As condições sócio-econômicas e culturais do município / de Cajazeiras, ressaltando-se os seus meios de transporte - com a

BR-230 em marcha acelerada ao seu encontro - reforçam a afirmação de que a terra de Padre Rolim tem amplos condições para criação / de sua Faculdade, desejada e reclamada por toda uma região.

Comprovado que a criação do curso representa real necessidade para a região; demonstrado que a localidade possui as condições materiais adequadas ao funcionamento dos cursos a serem ministrados, resta indagar das condições financeiras de manutenção/

A estimativa da Receita da nova Faculdade se situa em cifras de Ror\$ 130.600,00 para 1970, quantia suficiente para cobrir uma despesa estimada em Ror\$ 108.718,40.

O balanço patrimonial é alentador, ^{em} Por igual forma.

No primeiro e sétimo fascículos do processo estão alinhados os documentos referentes ao Corpo Administrativo e Docente da Faculdade, todos satisfatórios.

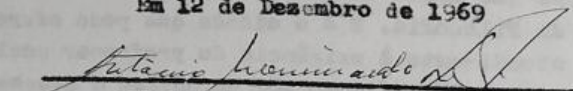
No últimofascículo uma cópia revela que o Regimento Interno já se enquadra nos moldes da Reforma Universitária.

O Relatório de verificação prévia, elaborado pela Comissão Especial, conclui que o prédio, instalações, equipamento, mobiliário, material e biblioteca da Faculdade obedecem aos requisitos ditados pela Resolução 14/67.

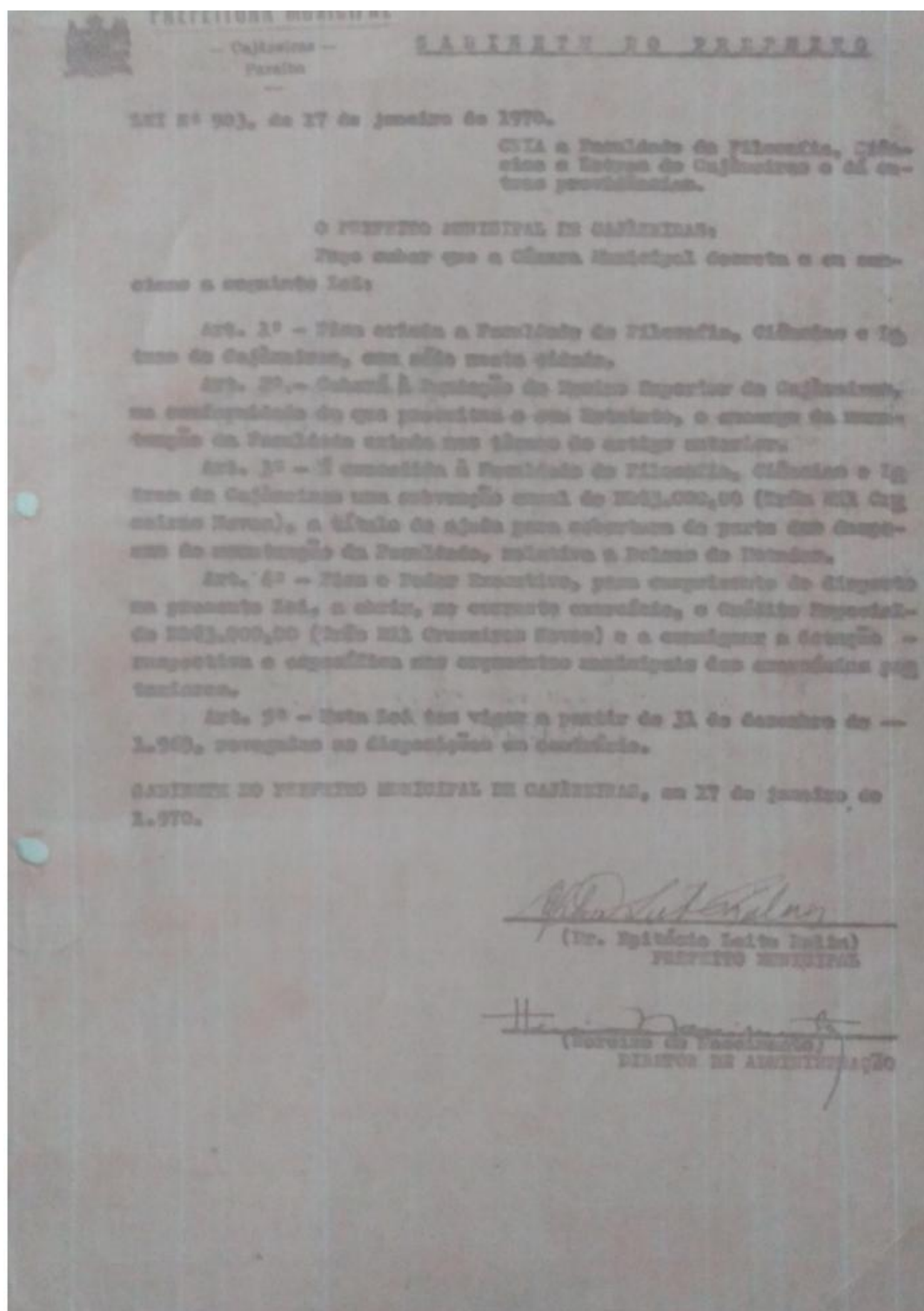
O livre uso e plena disposição de todos ãles está provado no fascículo terceiro.

Deste modo opinamos pelo deferimento do pedido em análise, com a autorização para exames vestibulares e funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras em 1970.

Em 12 de Dezembro de 1969


ANTÔNIO NORMANDO DINIZ - Relator

Anexo 12 – Lei Municipal 503, de 17 de janeiro de 1970, de criação da FAFIC



Anexo 13 – Autorizaçãodo Conselho Estadual de E#ducação para o funcionamento da FAFIC

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 04/70

CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA FUN-
CIONAMENTO DA FACULDADE DE FI
LOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE
CAJAZEIRAS.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍ
BA, no uso de suas atribuições, e com base no Parecer nº
06/70, da Câmara de Ensino Médio e Superior, emitido no
Processo nº 125/69, aprovado em sessão plenária realizada
nesta data,

R E S O L V E

Art. 1º - Fica concedida autorização para
o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Le
tras de Cajazeiras, criada pela Lei Municipal nº 503, de
17 de janeiro de 1970, sendo sua entidade mantenedora a
Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras.

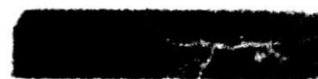
Art. 2º - A presente autorização será tor
nada efetiva por Decreto do Poder Executivo Federal, nos
termos do Decreto-Lei nº 842, de 9 de setembro de 1969.

fls. 2 .

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, em João Pessoa, aos 23 de janeiro de 1970.


ANTÔNIO MARQUES DA SILVA MARIZ
Presidente



Anexo 14 – Decreto Federal Nº 66.472 de 22 de abril de 1970, autorizando o funcionamento da FAFIC

DECRETO Nº 66.472 -- DE 22 DE
ABRIL DE 1970

*Autoriza funcionamento da Faculdade
de Filosofia, Ciências e Letras de
Cajazeiras, no Estado da Paraíba.*

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47, da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 342, de 9 de setembro de 1969 e tendo em vista o que consta do Processo número 214.163-70, decreta:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, mantida pela *Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras*, no Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

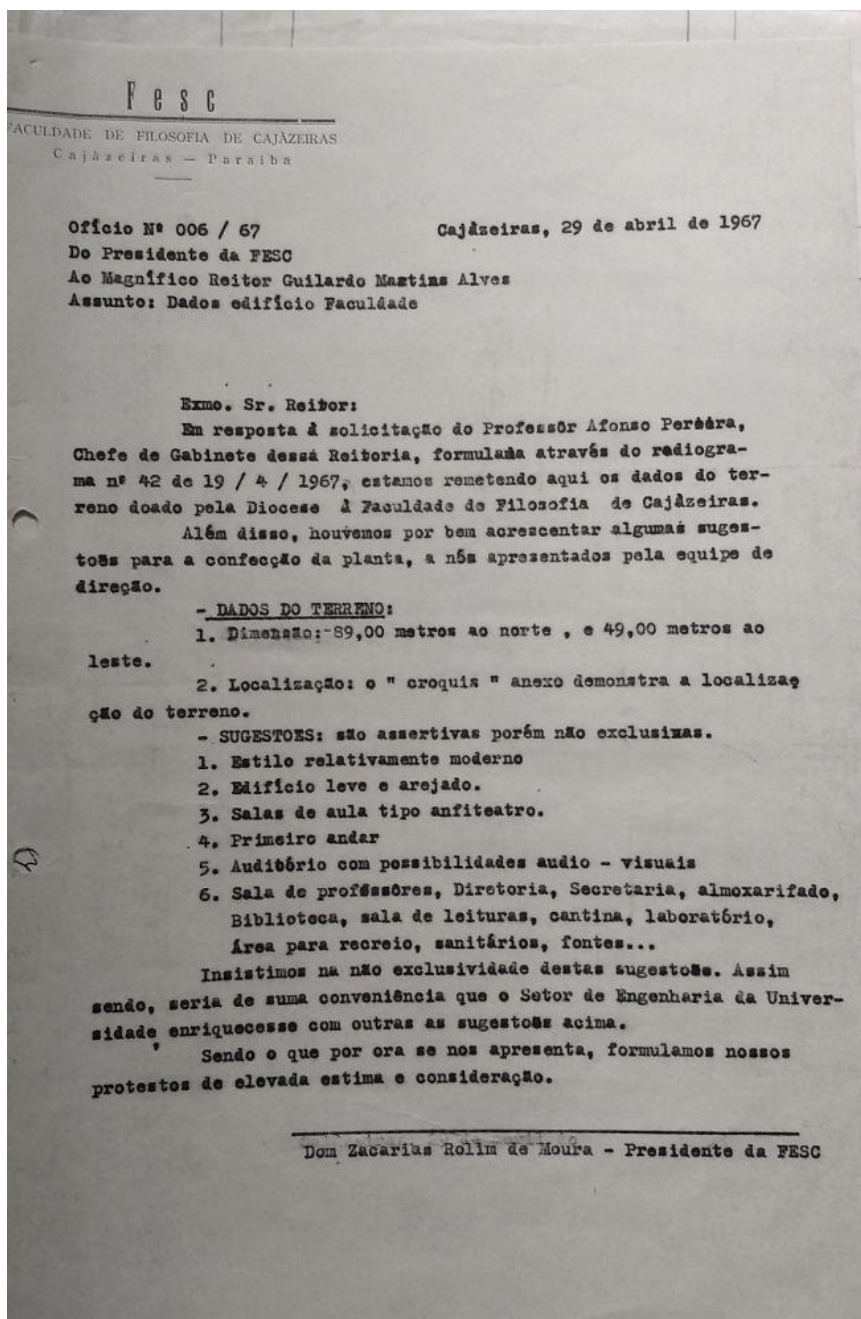
Brasília, 22 de abril de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

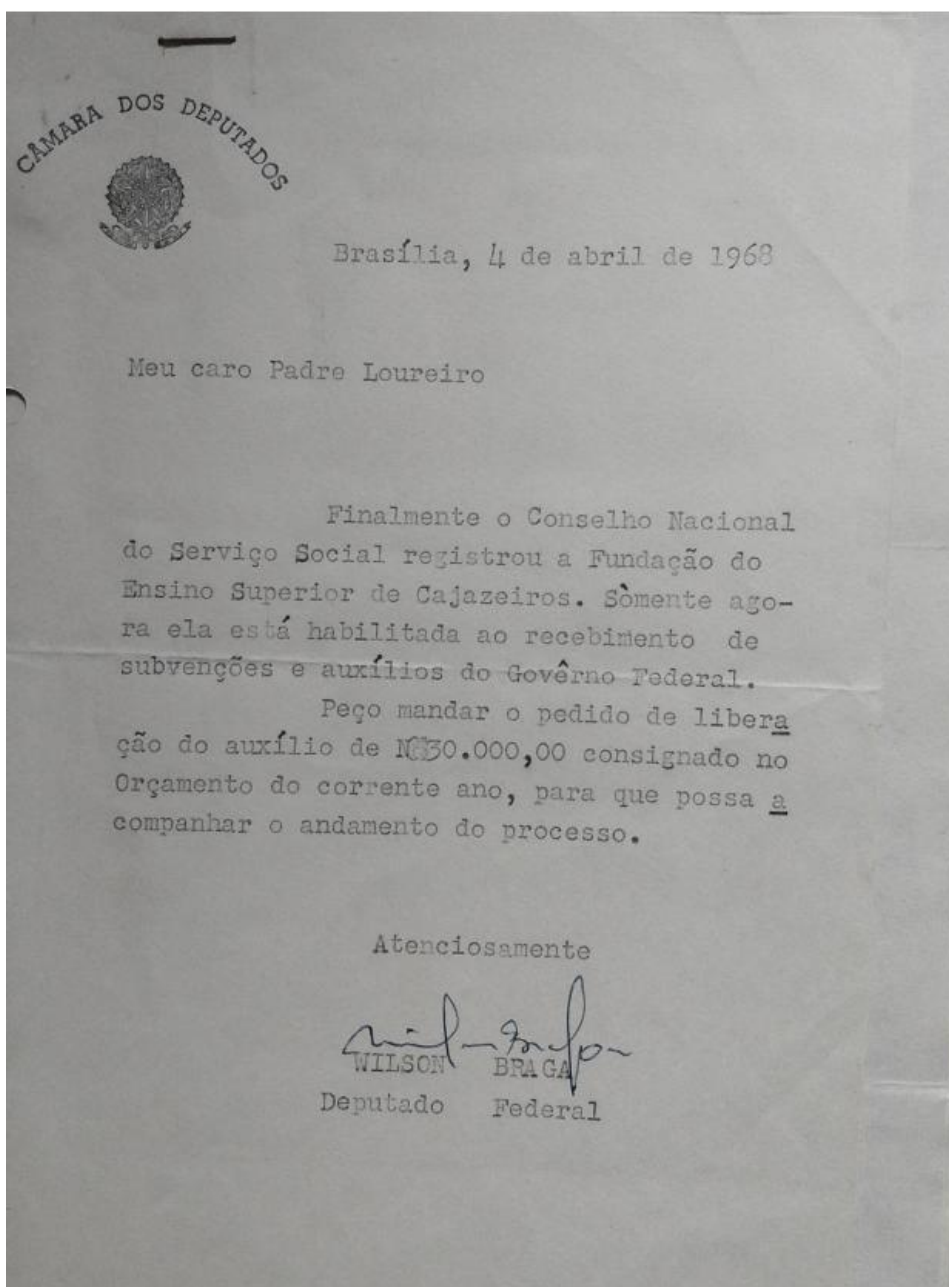
Jarbas G. Passarinho

(Nº 1.315-B -- 20-4-70 -- NCr\$ 10,00)

Anexo 15 – Ofício Nº 006/67 de Dom Zacarias para o Reitor da UFPB com sugestões para a confecção da Planta da Faculdade (abril de 1967)



Anexo 17 – Correspondência do Deputado Federal Wilson Braga acerca da liberação de verba para a Faculdade (abril de 1968)



**Anexo 18 – Primeiro pedido de ajuda do Cônego Luiz Gualberto à MISEREOR
(novembro de 1969)**

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Cajazeiras — Paraíba

P E D I D O D E A J U D A

Para atender à imediata instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, a Diocese cedeu de imediato um imóvel de sua propriedade, situado na principal rua da cidade (cf. fotografias) e mais algumas casas, cuja demolição ampliou a área para crescimento do imóvel, que, como estava, seria insuficiente para abranger todos os cursos da Faculdade.

O Governo Federal e o Governo Estadual deram uma ajuda que permitiu o imediato início das adaptações mais urgentes do imóvel, de modo que nele pudesse imediatamente começar, como de fato começou, a funcionar o curso pré-vestibular, bem como demolir as casas vizinhas e iniciar a construção do restante do prédio projetado. Com as ajudas governamentais, adquiriu-se de imediato também o equipamento inadiável. (cf. Anexo I).

A Biblioteca da Faculdade está sendo adquirida, graças a um trabalho da comunidade local, através de campanhas e de doações de particulares.

Preocupa-nos, além do término do prédio e a aquisição do equipamento razoável, a manutenção, num nível à altura de suas responsabilidades didáticas e sociais, do professorado contratado. Sem um professorado bem remunerado, será impossível ter uma Faculdade à altura de sua missão, uma vez que nos grandes centros os titulados acham, com facilidade, ocupações compensatórias.

Por isso, pedimos a essa organização do Episcopado e povo alemão, que visa o progresso das zonas menos desenvolvidas do globo, uma ajuda para :

1. A construção da parte final do edifício
2. para a aquisição de equipamentos
3. para complementação de salário dos professores.

Os custos de construção estão especificados no orçamento-base que segue em anexo (cf. Anexo II). A aqui-

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Cajazeiras — Paraíba

2

PEDIDO DE AJUDA (cont.)

sição de equipamentos tem seus preços calculados em informes fornecidos por firmas comerciais idôneas. O salário-aula dos professores é calculado em NG\$ 10,00 (DM10), sendo a metade garantida pela Faculdade e a outra, complementação que se pede à MISEREOR, para o período de um ano, incluindo 13^a mês de salário, determinado pela Consolidação das Leis do Trabalho, que rege a matéria.

Segue o pedido especificado:

I - AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DA FACULDADE:

OBS: Os números iniciais indicam os itens do ORÇAMENTO BASE (Anexo II).

5.0 - PAVIMENTAÇÃO E ESCADARIAS:

5.1 - Camada de impermeabilização (térreo):

351 m ² x 4,00.....	NG\$	1.404,00
--------------------------------	------	----------

5.2 - Laje de piso em concreto armado (1^a Pavimento): 19,10 m³ x 350,00.....

"	6.685,00
---	----------

5.3 - Mosaicos s/rodapés: 590 m² x 8,00.....

"	4.720,00
---	----------

5.4 - Escadas em concreto armado:

1,40 m ³ x 350,00.....	"	490,00
-----------------------------------	---	--------

6.0 - ESQUADRIAS E FERRAGENS

6.1 - Madeiras: 71,70 m ² x 60,00.....	"	4.302,00
---	---	----------

6.2 - Ferragens: Verba	"	600,00
------------------------------	---	--------

NG\$	18.201,00
------	-----------

II - EQUIPAMENTO:

1. - 90 carteiras escolares individuais a 50,00..	NG\$	4.500,00
---	------	----------

2. - 5 bureaus a 700,00 cada.....	"	3.500,00
-----------------------------------	---	----------

3. - 2 estantes de aço a 560,00 cada.....	"	1.120,00
---	---	----------

4. - 1 projetor de slides.....	"	317,42
--------------------------------	---	--------

5. - 1 projetor audio-visual.....	"	1.652,00
-----------------------------------	---	----------

6. - 1 gravador profissional.....	"	9.100,00
-----------------------------------	---	----------

7. - 2 mesas a 150,00 cada.....	"	300,00
---------------------------------	---	--------

8. - 3 arquivos de aço a 465,00 cada.....	"	1.395,00
---	---	----------

NG\$	21.884,42
------	-----------

(cont,)

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Cajazeiras — Paraíba

3

PEDIDO DE AJUDA (cont.)

III - COMPLEMENTAÇÃO DOS SALÁRIOS-AULAS:

4 turmas x 90 aulas mensais x 13 meses
x NC\$ 5,00..... NC\$ 23.400,00

EM SÍNTESE:

I - AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO:.....	NC\$ 18.201,00
II - EQUIPAMENTO.....	" 21.884,42
III - COMPLEMENTAÇÃO DE SALÁRIOS.....	" 23.400,00

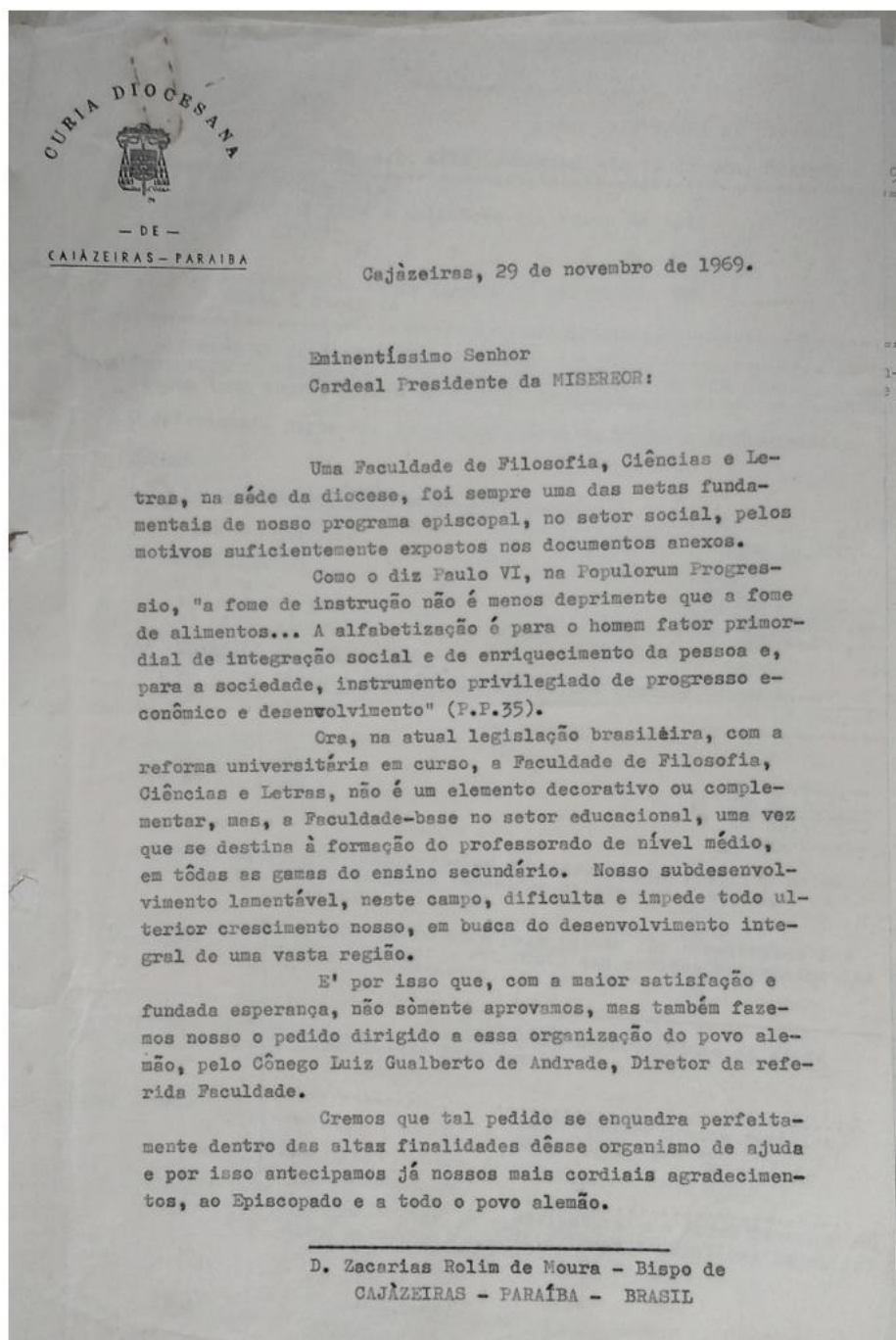
TOTAL DA AJUDA PEDIDA:

EM CRUZEIROS NOVOS.....NC\$ 63.485,42
(Sessenta e três mil quatrocentos e
oitenta e cinco cruzeiros novos e quarenta e dois centavos).
CORRESPONDEM a D.M. 63.485,42 aproximativamente.

Certo de encontrarmos uma atenção efetiva e de merecer assim essa ajuda preciosa, para um projeto que é inadiável e básico para o desenvolvimento de uma região a ser erguida do atraso cultural, subscrevemo-nos, antecipando os agradecimentos mais sinceros a V.Em.a, Senhor Cardeal Presidente da MISEREOR, e por seu intermédio ao Episcopado, seus colaboradores nesta magnífica organização, o povo alemão, cujo espírito de caridade fraterna desperta em todos viva admiração.

Cajazeiras, 28 de novembro de 1969.

Cônego Luiz Gualberto de Andrade - Diretor
da Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras - CAJAZEIRAS - PARAÍBA -
BRASIL.

Anexo 19 – Pedido de ajuda do Bispo Dom Zacarias à MISEREOR (novembro de 1969)

Anexo 20 – Quantitativo de inscritos no primeiro vestibular

VESTIBULAR DO ANO DE 1971

1º Vestibular	Inscritos:	109
	Femininos	82
	Examinados	108
	Femininos	81
	Aprovados	100
	Femininos	77

Outro vestibular que não concorram ao primeiro vestibular:

Alunos inscritos:	32
Femininos:	22
Examinados	32
Femininos	22
Aprovados	32
Femininos	22

Que concorreram ao 1º Vestibular e se inscreveram para o segundo:

inscritos:	08
Femininos:	04
Examinados	08
Femininos	04
Aprovados	07
Femininos	03.

TOTAIS:

Inscritos: 149	
Feminino: 108	
Examinados 148	Aprovados 139
Femininos 107	Femininos 102 - Completaram as vagas com diplomas de nível superior 38 alunos.

Anexo 21 – Ata da reunião realizada no dia 06 de junho de 1969 para tratar sobre o funcionamento da FAFIC

Ata da reunião realizada no
 Fórum Municipal para tratar do funcio-
 namento da Faculdade de Filosofia, Ciências
 e Letras de Cajazeiras.

Realizou-se, no Fórum, às 16.30
 do dia 6 de junho, nesta cidade, a reuni-
 ão com a finalidade supra-indicada, tendo
 como participantes, além do Bispo Domiciano,
 D. Zacarias Rolim e Moura, do Juiz
 de Direito Ruy Romão Barros, do Juiz
 Municipal Epitácio Leite Rolim, do Cônego
 Luiz Galvão de Almeida, diretor nomeado
 da dita Faculdade, do presidente da Câmara
 de Vereadores, Celso Moura, do Dr. Inácio
 Gama de Moura, secretário de educação do
 município, do micro-físico Leônidas Rolim,
 muitos outros doutores e professores e demais
 autoridades locais.

Também se tratou entre outros dos seguintes
 assuntos:

1- Com Luiz Galvão se apresentou
 o motivo pelo qual se toma conhecimento
 do funcionamento da Faculdade, os necessários
 ajustes para a mesma, a situação
 financeira, por parte do M. C., as jo-
 rnas feitas junto às autoridades e lidam-se, co-
 mo se dá a situação da Faculdade e
 o papel do M. C.

2- Com o Sr. Genesio Fernandes, re-
 gista-se que a Faculdade funciona no Colégio
 Padre Rolim, apresentando o seguinte quadro
 integrando os cursos e recursos, de maneira
 que ela seja uma continuidade e um furo

os melhores estabelecimentos flantropicos pelo
Mun. de Lisboa.

(3) - O publico Espirito de Leito, deu
a p. no. 1.º, mas f. na. a prioridade que
a Prefeitura tem de dar, por f. de lei,
a p. no. 1.º. F. no. 1.º. F. no. 1.º. F. no. 1.º.
das prefeituras de regios.

(4) - Dr. Antonio Guizot propôs a
encampação por parte do Estado do Cole-
gio Commercial, podendo a Prefeitura encan-
dilhar para a Faculdade os alunos que
se empregam no Colegio.

(5) - Fizeram ainda diversos proposi-
ções os senhores Dr. Valdemar de Almeida e Jo-
seph de Almeida, Francisco Dutra de Oliveira
e Dr. Abel de Almeida.

Logo depois da reunião immediata os f. no. 1.º
do Espirito de Leito f. no. 1.º. F. no. 1.º. F. no. 1.º.
F. no. 1.º. F. no. 1.º. F. no. 1.º. F. no. 1.º.

1 - Comité Executivo

Francisco Dutra de Oliveira

Dr. José Ararua

Dr. Tati de Almeida

Ricardo Amador Neto

Luiz de Almeida

2 - Membros

Dr. Rui Formiga Bandeira

Dr. Abel de Almeida

Dr. Antonio Guizot de Almeida

Dr. Ribeiro de Almeida

Dr. Francisco de Almeida

Dr. Antonio Ararua

Agustinho de Almeida

Osvaldo de Almeida

Dr. Jozé Moreira

aldenoz afencar

Argento José Barbosa

DR. JOSÉ VÍTOR

Gervásio Fernandes de Almeida

A próxima reunião, primeira do ple-
no da Comissão, será no dia 8 de junho
próximo, no Fórum, às vinte horas.

Cajagüeros 6 de febrero de 1964.

Gervasio D. de Suenaga

Secretary ad hoc -

Cajuput, 15 G. altitude 1972'

+ Racana Holes & Holes, Bips & Capros

Ally, Krantzmeister

Pisicini e morsa

William Leitch +

Winnipeg, N.B. 10/10/1911

Francis Smiley Esq

Handwritten signature: J. B. ...

~~Waggoner (see 2 June p)~~

[Handwritten signature]

Belonging to Robert

Flamingo Brachyotus L. 3000

1. *Junco hyemalis* L.
 2. *Junco hyemalis* L.

Auf dem Berg der Götter und Menschen

14. *Halio halio* L.

15. *Polio. R. R. - June*
Thurs. June 7

Henry George Thomas
Michael Lewis

77. *Agave Cruz de S. Antonio*
L. maria dos Rios de S. Antonio

13. Maria dos Santos de Castro Mota
Maxim de Fátima

18. Maria de Fátima da Silva
M. F. V.

Wijf van de 12